

Vanucia Gnoatto

Migrações, trajetórias, retornos: imigrantes brasileiros
no Paraguai (1970-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Rosane Márcia Neumann.

Passo Fundo
2020

CIP – Catalogação na Publicação

G572m Gnoatto, Vanucia

Migrações, trajetórias, retornos : imigrantes brasileiros no Paraguai (1970-2018) / Vanucia Gnoatto. – 2020.
195 p. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Márcia Neumann.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Imigrantes - Brasil - Paraguai. 2. Migração de retorno.
3. Emigração e imigração. I. Neumann, Rosane Márcia, orientadora. II. Título.

CDU: 325.14(81)(89.2)

Catalogação: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB 10/2241

À mestra Sandra Helena Gauer (in-
memoriam), gratidão e saudades
eternas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, presença no caminho do migrante, que me impulsiona aos novos recomeços, sustento e luz da minha vida.

Agradeço aos meus pais, Maria Vitória Cótica Gnoatto e Delezio Antônio Gnoatto, pela vida e presença constante que tive até aqui.

Agradeço aos colegas do mestrado, em especial ao Leonardo Martinelli, cara metódico, que me ajudou a manter o foco, pelas discussões frutíferas e amizade.

Agradeço à Luciane Maldaner, amiga querida, que me acolheu em seu Apê nos dias de aula do mestrado e aguentou pacientemente os meus “surto de ansiedade”. E à Aline Lazaretti Kaminski, amiga e colega de profissão, por todo momento me lembrar que eu sou capaz.

Agradeço a Alison Wagner, pela adaptação perfeita dos mapas presentes ao longo deste trabalho e à Daniela Bombardelli pela seriedade na correção do português.

Agradeço ao Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo (UFGD) pelas contribuições generosas da área da geografia para a escrita da dissertação, com leituras e apontamentos. E pelas sugestões e questões pontuais apontadas na banca de defesa, que ajudaram a aprofundar meu trabalho e a pensar em novos caminhos.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação intelectual e humana, em especial ao Prof. Dr. João Carlos Tedesco, que me lançou a proposta do mestrado. E pelas contribuições e colocações na banca de qualificação que me possibilitaram pensar de outra forma a dissertação, e pelos apontamentos na defesa dela.

Agradeço à Profa. Dra. Rosane Márcia Neumann, orientadora, pelas orientações fundamentais para a construção da dissertação, pela paciência e amizade, e por sempre me lembrar que eu tenho “asas”, aqui fazendo alusão ao livro “A águia e a galinha”, de Leonardo Boff, e que elas foram feitas para serem usadas e para vôos mais altos .

Agradeço também à Profa. Dra. Márcia Anita Sprandel por prontamente ter me enviado a sua dissertação e artigo, além de se mostrar disposta em me ajudar.

Agradeço aos entrevistados pela disponibilidade, acolhida (em suas residências e local de trabalho) e confiança em compartilhar suas histórias de migrantes. Para mim foi

um privilégio ter acesso às mesmas e poder transcrevê-las. Em cada relato de vocês eu encontrava a motivação necessária para seguir com a escrita.

Agradeço a cada membro da rede criada a partir dos contatos, em especial à Patrícia Franck Mognhon, Pe. José Maria Lopes e Neison Scholl Bamberg por intermediar os contatos ao longo da pesquisa que possibilitaram a minha estadia, alimentação e locomoção no interior do Paraguai. E também as informações valiosas prestadas por Irmã Rosinei Kuffel Gabriel e Miriam Cristaldo Herreira ao longo do trabalho.

Agradeço à Lucia Scholl Bamberg e Inocência Scholl que, além de me possibilitarem locomoção, estadia, alimentação, contatos com entrevistados e acreditarem na importância da minha pesquisa, abriram a sua casa e suas vidas, me fazendo sentir em casa em Santa Rita.

Agradeço também à jovem Luana Kliemann Rempel, que prontamente me acolheu em sua residência em Raul Peña, sendo que nem me conhecia e em um sábado à tarde de inverno me levou pelas estradas de chão batido com o seu carro até a casa dos entrevistados. Agradeço também às famílias Kovalski e Malmann com quem partilhei um bom churrasco de domingo.

Agradeço à Beatriz Franck Ciupak e à Cristiane Schlindwein Danoil Bianchi pelas entrevistas, acolhida nas casas e diálogos sobre o meu tema de pesquisa em Naranjal.

Agradeço ao Pe. Kamilo Maforte pelo contato feito com Ivanir Bartz e Vilmar Bartz, que me concederam estadia, alimentação, locomoção e entrevistados em San Alberto, me possibilitando conhecer assim outra região do Paraguai.

Agradeço à Rita Petter Borges, que prontamente abraçou o meu tema e me levou pelos asfaltos de Santa Terezinha de Itaipu, Missal e Foz do Iguaçu em busca de entrevistados. Sempre disponível e me fazendo pensar sobre os vários perfis de retornados.

Agradeço à Irmã Leonilda Oliveira, pela acolhida amorosa, própria da Preta, na casa de sua família em Foz do Iguaçu, PR, e no Hogar de tranzito Hermana Olga, em Ciudad del Este, PY, pelos contatos, pelas conversas e discussões sobre a pesquisa.

Agradeço por fim, à Irmã Terezinha Mezzalira pela acolhida na Comunidade Nossa Senhora da Visitação, em Foz do Iguaçu, pelo espaço cedido para entrevistas na Casa do Migrante, pelos contatos, discussões sobre o tema, apoio durante a elaboração desta dissertação e testemunho de trabalho junto aos migrantes, que cativa a quem a conhece.

*Yo no soy de aquí
Pero tu tampoco
Yo no soy de aquí
Pero tu tan poco
De ningún lado del todo
De todos lados un poco.
Jorge Drexler*

RESUMO

A dissertação analisa as trajetórias migratórias de famílias brasileiras ao Paraguai e o retorno ao Brasil, no período de 1970 a 2018, nos distritos de Santa Rita, Raul Peña, Naranjal e San Alberto, do departamento de Alto Paraná e nas cidades de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Missal, no estado do Paraná, buscando perceber as redes criadas por esses sujeitos ao longo de suas migrações e as variantes ligadas a esses processos migratórios. A partir do estudo das trajetórias migratórias desses sujeitos, é possível afirmar que se trata de um contingente migratório fruto de múltiplas migrações internas no Brasil, acompanhando o avanço da fronteira agrícola, partindo das colônias velhas para as colônias novas no Rio Grande do Sul, avançando posteriormente ao oeste de Santa Catarina e Paraná para, enfim, ultrapassar a fronteira, instalando-se no leste do Paraguai. Outro contingente que se agregou a esse grupo é proveniente do nordeste e do sudeste do país, que partiram do norte do Paraná, instalando-se no mesmo local no Paraguai. O que une os dois grupos é a busca pelo acesso e propriedade da terra. O estudo busca localizar e identificar, em um primeiro momento, a presença de redes migratórias, sejam familiares ou sociais. Em um segundo momento, analisa a inserção e readaptação dos imigrantes brasileiros no local de chegada, via redes associativas e de sociabilidade, e a definição de um elemento de distinção pautado no uso da língua portuguesa. Ainda, a relação dos imigrantes brasileiros com a propriedade da terra e os conflitos agrários, somado ao avanço do agronegócio e uma expansão da fronteira agrícola. Como último ponto, discute-se a permanência do movimento migratório, por meio do retorno de brasileiros do Paraguai, reinstalando-se no oeste do estado do Paraná, as redes criadas por estes sujeitos que possibilitam a migração de retorno. O estudo permite afirmar que o avanço do agronegócio foi o fator central que impulsionou a emigração do Brasil ao Paraguai e, no momento, o mesmo processo está provocando em grande parte do retorno ao Brasil. Ainda, o retorno se dá pela busca de educação, saúde, previdência social, entre outros fatores. Em termos teórico-metodológicos, trata-se de um estudo dos movimentos migratórios contemporâneos a partir do uso da história oral. A tessitura do corpus documental da pesquisa constituiu-se de histórias de vidas, recolhidas entre os imigrantes brasileiros no Paraguai, e os retornados, situados na fronteira entre os dois países.

Palavras-chave: Brasil-Paraguai. Migrações. Retorno. Trajetórias.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the migratory trajectories of Brazilian families to Paraguay and the return to Brazil, from 1970 to 2018, in the Santa Rita, Raul Peña, Naranjal and San Alberto districts, in the department of Alto Paraná and in the cities of Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu and Missal, in the state of Paraná, seeking to understand the networks created by these subjects throughout their migrations, and the variants linked to these migratory processes. From the study of the migratory trajectories of these subjects, it is possible to state that this is a migratory contingent resulting from multiple internal migrations in Brazil, following the advance of the agricultural frontier, starting from the old colonies to the new colonies in Rio Grande do Sul, advancing later west of Santa Catarina and Paraná, to finally cross the border, settling in eastern Paraguay. Another contingent added to this group comes from the northeast and southeast of the country, which departed from north Paraná, settling in the same place in Paraguay. What unites the two groups is the search for land access and ownership. The study seeks to locate and identify, at first, the presence of migratory networks, whether family or social. Secondly, it analyzes the insertion and readaptation of Brazilian immigrants in the place of arrival, through associative and social networks, and the definition of an element of distinction based on the use of the Portuguese language. Still, the relationship of Brazilian immigrants with land ownership and agrarian conflicts, added to the advance of agribusiness and an expansion of the agricultural frontier. As a last point, we discuss the permanence of the migratory movement, through the return of Brazilians from Paraguay, settling in the west of the state of Paraná, the networks created by these subjects that enable return migration. The study allows us to state that the advance of agribusiness was the central factor that drove the emigration from Brazil to Paraguay, and at the moment, the same process is causing much of the return to Brazil. Still, the return comes from the pursuit of education, health, social security, among other factors. In theoretical-methodological terms, it is a study of contemporary migratory movements from the use of oral history. The structure of the research documentary corpus consisted of life stories collected between Brazilian immigrants in Paraguay and the returnees, located on the border between the two countries.

Keywords: Brazil-Paraguay. Migration. Trajectories. Return.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mapa das sucessivas migrações no interior do Brasil em diferentes momentos históricos.....	35
Ilustração 2 – Mapa Político do Paraguai – 1998.....	42
Ilustração 3 – Balsa sob o rio Monday nos primeiros anos da colonização.....	65
Ilustração 4 – Primeiras moradias de imigrantes brasileiros em Santa Rita.....	67
Ilustração 5 – Reunião de imigrantes brasileiros em Santa Rita.....	72
Ilustração 6 – Mapa do departamento de Alto Paraná.....	80
Ilustração 7 - Jantar típico italiano em Santa Rita.....	96
Ilustração 8 – Filhos de brasileiros com trajes típicos gauchescos	100
Ilustração 9 – Portão do Centro de Tradição Gaúcha Índio José em Santa Rita.....	103
Ilustração 10 – Primeiras lavouras dos brasileiros em Santa Rita.....	114
Ilustração 11 – Pórtico de entrada da cidade de San Alberto.....	129
Ilustração 12 – Mapa de localização dos municípios lindeiros do oeste do Paraná.....	158

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – As trajetórias migratórias dos imigrantes entrevistados.....	33
Tabela 2 – Primeiras famílias que chegaram em Santa Rita.....	83
Tabela 3 – Distritos em que os imigrantes residem ou residiram no departamento de Alto Paraná.....	85
Tabela 4 – Unidades de medidas agrárias.....	111
Tabela 5 – Dados del Censo Agropecuário Nacional, (CAN) 2008.....	120
Tabela 6 – Dados de retornados atendidos pela Casa do Migrante.....	154

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC – Agricultura Familiar Campesina

CNA – Censo Nacional de Agricultura

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBR – Instituto de Bienestar Rural

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MG – Minas Gerais

MT – Mato Grosso

MS – Mato Grosso do Sul

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

PR – Paraná

PY – Paraguay

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SUS – Sistema Único de Saúde

UNE – Universidad Nacional Del Este

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO PARAGUAI.....	24
1.1 O que é ser emigrante?.....	24
1.2 “Fronteiras abertas”: fatores que favoreceram a migração.....	31
1.3 Emigração para o departamento de Alto Paraná.....	43
1.4 As trajetórias migratórias e suas redes.....	44
1.4.1 Ser itinerante no interior do Brasil	50
1.4.2 “De mala e cuia”, do Rio Grande do Sul para o Paraguai.....	58
1.5 A chegada em terras paraguaias	63
2. IMIGRANTES BRASILEIROS NO PARAGUAI.....	70
2.1 Redes de apoio aos imigrantes brasileiros.....	70
2.1.1 Surgimento de novos distritos.....	79
2.2 “Aos moldes do local de partida”, a importância da memória para os imigrantes.....	85
2.3 As identidades culturais nas fronteiras	89
2.3.1 Sociabilidade.....	95
2.3.2 Língua portuguesa	104
2.4 A propriedade da terra: ser proprietário de terras como o meu pai.....	109
2.4.1 Primeiros plantios agrícolas em terras paraguaias	114
2.4.2 Terras paraguaias e as sobreposições de títulos.....	119
2.5 Frente de expansão agrícola: o agronegócio no Paraguai.....	126
3. O RETORNO AO BRASIL.....	135
3.1 O retorno: elemento constitutivo do migrante.....	135
3.1.1 “Queria sempre voltar. O meu sonho era vir embora para o Brasil.....	141
3.1.2 As várias faces de um retornado	144
3.2 “Uns não viram mais luz e voltaram”.....	149
3.2.1 O que me fez voltar foi	157
3.3 Redes de reinserção no Brasil.....	163
3.4 Permanecer ou partir do Paraguai?	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS	183

INTRODUÇÃO

*Caminante no hay camino, se
hace camino al
andar...*

Joan Manuel Serrat

Os movimentos migratórios estão presentes em todos os povos e a história da humanidade é permeada e feita por eles. Nos textos bíblicos já se faziam as primeiras menções escritas das migrações, mas é nos últimos anos que temos acompanhado o crescente número principalmente de refugiados que nos leva a repensar o nosso lugar no mundo e nossas práticas de acolhida e sensibilidade com o imigrante e refugiado. Sobre os grandes deslocamentos humanos, Gonçalves (2011) percebe que estes precedem ou seguem mudanças profundas, tanto na questão econômica e política, quanto em termos sociais e culturais. Enfatiza ainda que as mobilidades são geralmente sintomas de grandes transições. Quando aumentam é sinal de que algo aconteceu, está para acontecer, ou melhor, algo está acontecendo.

Para Farias (2015), o movimento migratório assumiu uma dimensão ainda maior na era contemporânea de globalização, graças aos avanços tecnológicos nos setores de transportes e comunicações, pela acelerada internacionalização da economia e pelo agravamento de desigualdades sociais e econômicas entre regiões e países. No contexto atual, a autora ainda defende que não há país que não receba sua parcela de migrantes. A questão migratória é tema de interpretações de ordem política, sociológica, comercial, econômica, humanitária, de direitos humanos e mesmo moral.

A mobilidade caracteriza a condição humana. Migra-se em busca de uma vida melhor, e por mais que nascemos e permanecemos a vida inteira em um local sempre haverá alguém muito próximo a nós que em algum momento tenha migrado, nos deixando o sentimento nostálgico da partida e o desejo do reencontro com o retorno. Como Mondardo afirma, para o migrante a saída e chegada em outro território provoca um sentimento de inquietação. Ao mesmo tempo há uma ruptura de suas raízes com um

espaço no qual o sujeito vivenciou várias experiências que o faziam “se sentir em casa”, estando “entre iguais”. No entanto, desligar-se pode se caracterizar como “linha de fuga” de um “território saturado” no qual o sujeito não se sente bem, motivando assim a busca por “novos ares”, novas experiências, convivências e oportunidades, ou pela “aventura” (MONDARDO, 2012, p. 47).

Para Saquet e Mondardo, na atualidade as migrações formam uma “experiência integrada” do espaço, que somente é possível se os migrantes estão organizados em rede, por meio de várias relações que por muitas vezes abrangem o local e o global. Nos territórios de origem e de destino existem múltiplas relações e vínculos criados pelos migrantes quando realizam suas trajetórias e quando se reterritorializam. Assim, na migração a construção dos territórios, “passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através do vínculo e dos contatos estabelecidos” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 120).

A constituição dessas redes nas trajetórias migratórias, no recorte de emigração de brasileiros ao Paraguai, é o objeto de estudo. A motivação para o tema de pesquisa parte da experiência pessoal como imigrante no Paraguai, realizada em 2009, na permanência em Santa Rita, no estágio de seis meses como noviça das Irmãs Missionárias Carlistas Scalabrinianas onde, por meio do trabalho pastoral na paróquia Santa Rita, junto ao setor catequético e demais atividades pastorais e no convívio social no cotidiano ou em eventos, reuniões e festas foi possível estabelecer laços de amizade com grupos de brasileiros, paraguaios filhos de brasileiros e alguns paraguaios natos.

Já ao cruzar pela fronteira houve o estranhamento, tanto diante do que era diferente, como os elementos culturais e as duas línguas adotadas pelo país, quanto do que era comum no interior do Rio Grande do Sul, pois as características próprias desse estado apareciam com mais intensidade. Essa sensação de estranhamento ora atraía, ora levava a um distanciamento. O desejo de aprender ao máximo a cultura paraguaia e em especial as línguas se tornava um imenso desafio, pois o que mais predominava eram as expressões culturais e a língua portuguesa. Tal situação me levava também a uma acomodação pelo medo de errar a pronúncia das palavras ou pela dificuldade de me fazer entender pela mistura dos dois idiomas, algo normal para uma principiante.

Nas visitas realizadas nos distritos¹ (municípios), possibilitadas pela atividade pastoral tanto nos espaços rurais como nos centros urbanos, observava contrastes sociais

¹ Adotamos o termo *distrito*, pois o mesmo é utilizado no Paraguai para se referir a município.

muito salientes. Por um lado, uma intensidade de maquinários agrícolas modernos e a grande quantidade de carretas que escoavam a produção de grãos e insumos, distritos com universidades, com um comércio e serviços bastante desenvolvidos e na maioria ligado ao agronegócio. Encontramos também, casas luxuosas e belas, a maioria de brasileiros. Já por outro, há pobreza, o abandono em que viviam muitos pequenos agricultores, alguns brasileiros, mas principalmente paraguaios, que não recebiam assistência do governo para permanecer no campo, e diante da pressão exercida pelos grandes fazendeiros, viam como possibilidade a venda das terras ou o arrendamento. O fato de fazer parte de um grupo de religiosas que trabalhavam diretamente com os imigrantes brasileiros desde a colonização possibilitava essa circulação entre diferentes grupos, em comunidades do interior de brasileiros e campesinos. Porém, ainda não tinha a noção da complexidade histórica desse processo migratório.

No entanto, essa experiência junto aos imigrantes brasileiros e seus filhos ficou marcada na memória pessoal. Posteriormente, tendo dado outro rumo em minha vida e nos estudos na universidade, no ano de 2016, após aprofundar os meus conhecimentos sobre a imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, como bolsista voluntária da profa. Rosane Márcia Neumann, hoje minha orientadora, apresentei o Trabalho de Conclusão de Curso² sobre as trajetórias migratórias de rio-grandenses ao Paraguai, analisando as várias migrações desses sujeitos desde o Rio Grande do Sul até o seu estabelecimento em terras paraguaias. Para este trabalho, reestabeleci contatos criados durante a vida religiosa, que auxiliaram com a indicação de nomes para as entrevistas realizadas via web. O que, por sua vez, levou à criação de uma rede pessoal que tornou possível a coleta de dados.

Seguindo a sugestão dos professores busquei continuar trabalhando o mesmo tema no mestrado, tendo como objetivo central compreender as trajetórias migratórias de famílias sul brasileiras no Paraguai, levantando como hipótese que a emigração se dava pela possibilidade de ser e permanecer proprietário de terras.

Utilizando como fontes principais entrevistas semiestruturadas com os imigrantes, como critérios utilizados para a escolha de nossos entrevistados, procuramos, junto aos nossos contatos, pessoas que haviam emigrado ao Paraguai nas décadas de 1970 e 1980 e que residiam no interior dos distritos de Raul Peña, Naranjal,

² Trabalho de Conclusão de Curso cujo título é “Fronteiras: as trajetórias migratórias dos colonos rio-grandenses no Paraguai (1970 -1980)”, apresentado na Universidade de Passo Fundo, como critério parcial para a conclusão do curso de Graduação de História, 2016.

Santa Rita e San Alberto e que de preferência haviam realizado várias trajetórias migratórias antes de entrar no Paraguai. E, por fim, ser imigrante sul brasileiro de ascendência europeia.

Porém, para que a coleta de dados fosse possível, era necessário ir a campo, no caso ir ao Paraguai. O estudo de campo só se tornou possível com o auxílio da rede pessoal criada ainda para a coleta de dados na graduação. A mesma, constituída por alguns contatos, foi ganhando aos poucos mais nomes, assim viabilizando a pesquisa em mais distritos. Estes contatos possibilitaram o acesso aos locais, sendo grande parte destes de estrada de chão e de longa distância, a estadia, alimentação de forma gratuita e indicação de pessoas para as entrevistas.

A primeira viagem se deu em julho de 2018, por coincidência justamente no dia do amigo no Brasil, cruzei a Ponte da Amizade após dez anos da primeira viagem ao Paraguai. Nesse estudo de campo, foram realizadas entrevistas com pequenos e médios agricultores em Raul Peña, naturais do Rio Grande do Sul, que haviam partido direto desse estado ao Paraguai. No município/distrito vizinho de Naranjal, também realizamos entrevistas no meio rural e urbano com imigrantes que haviam realizado várias trajetórias migratórias no sul do Brasil, anteriores à emigração ao Paraguai, dentre eles um vereador. Em Santa Rita, foram realizadas entrevistas com comerciantes, médios agricultores e com o intendente municipal. Nesse distrito também encontramos imigrantes que realizaram várias trajetórias anteriores ao Paraguai e dentro desse país. E ao fim daquela semana fomos ao norte do departamento³ de Alto Paraná, no distrito de San Alberto, onde foram entrevistados médios proprietários de terras.

É importante destacar que a grande maioria das mesmas foi realizada com o auxílio de pessoas com quem eu fazia contato que, por sua vez, faziam contatos com possíveis entrevistados. Essas tinham ligação com o meio religioso no qual eu estava inserida. Acredito que a abertura e confiança que os imigrantes tiveram em relatar as suas histórias de vida para uma estudante de história do Rio Grande do Sul, que até então nunca tinham visto na frente, se deu em parte pelo fato de eu ter vivido como noviça no distrito de Santa Rita e pela presença, na maioria das mesmas, de uma pessoa conhecida que me levou até eles.

Ao longo da pesquisa sentimos a necessidade, em alguns casos, de entrevistar pessoas que tinham um perfil diferente do que foi pensado para a pesquisa. O que por

³ Adotamos o termo departamento, pois o mesmo é utilizado no Paraguai para se referir a estado.

sua vez foi bastante enriquecedor. Nesse sentido, a frase de epígrafe desta introdução foi uma constante em nosso trabalho, fomos aprendendo a “caminhar”, ou seja, pesquisar, analisar e sintetizar, na medida em que fomos avançando em leituras e na pesquisa de campo. Do projeto inicial para o texto final houve muitas mudanças que foram desconstruindo algumas “certezas”.

Como pesquisadora, a possibilidade de rever certos espaços e pessoas foi algo muito significativo e importante, pois essa experiência com o objeto de pesquisa oportuniza pensar e escrever sobre o tema e ao mesmo tempo delimitá-lo. Algo nada fácil, pois estar nesse espaço fronteiriço oportuniza uma infinidade de abordagens e recortes de estudo. Mas qual rumo poderia tomar? Ainda mais quando se tem uma infinidade de bons e fundamentais trabalhos acadêmicos sobre o tema e surge a pergunta constante e inquietadora: qual era a minha novidade?

Naquela semana, na casa de um casal de amigos, no interior de Naranjal, percebi que a minha pesquisa poderia ir mais além. Em uma roda de tererê, o proprietário ao lembrar dos primeiros tempos em terras paraguaias, apontava no horizonte antigas propriedades que atualmente são apenas terras destinadas ao plantio de grãos. O mesmo afirmava que grande parte das famílias ali residentes haviam retornado ao Brasil. Isso me instigou como pesquisadora a buscar entender também esse movimento de retorno, pela voz e olhar desses sujeitos.

No mês de janeiro de 2019, realizamos a pesquisa de campo no outro lado da fronteira, agora no Brasil, nas cidades de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Missal. Seguindo os mesmos critérios da pesquisa realizada em alguns distritos do departamento de Alto Paraná, acrescentando nesse caso o retorno entre 1970 a 2018.

Por intermédio da Irmã Terezinha Mezzalira, funcionária da Casa do Migrante, órgão vinculado ao extinto Ministério do Trabalho, conseguimos contatos com imigrantes brasileiros que acabaram retornando do Paraguai e dados quantitativos de retornados que buscaram os serviços da Casa do Migrante. O leque da pesquisa foi se abrindo agora não somente para os imigrantes sul brasileiros, mas também para os que saíram de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Com os imigrantes retornados realizamos o total de 24 entrevistas.

O corpo documental de fontes primárias ficou composto por 60 entrevistas semiestruturadas, sendo 58 com imigrantes e duas com não migrantes (intendente de Santa Rita, PY e com uma Irmã Religiosa). Em alguns casos as entrevistas foram coletadas via web, por meio de vídeo chamada e e-mail. Aqui também utilizamos

entrevistas feitas para a monografia e de outros trabalhos. Porém, a grande maioria foi realizada através de pesquisa de campo em quatro distritos do departamento de Alto Paraná, PY, sendo elas Santa Rita, por intermédio de Inocêncio Scholl e Lucia Scholl Bamberg, Raul Peña, graças a Luana Klimann, Naranjal, através de Beatriz Ciupak Franck e Cristiane Schlindwein Danoil Bianchi e San Alberto, contando com a disponibilidade de Ivanir e Vilmar Bartz. Já no estado do Paraná, graças a Irmã Terezinha Mezzalira e Rita Petter Borges em Santa Terezinha de Itaipu, Missal e Foz do Iguaçu, esta última também com intermédio da Irmã Leonilda Oliveira.

Por fim, percebemos que, ao finalizar a pesquisa de campo, nos deparamos com vários perfis de imigrantes. Entre aqueles que residem no país vizinho temos alguns que são médios proprietários de terra, sendo que um deles também possui terras no Brasil. Outros são pequenos proprietários e por isso arrendaram as suas terras; outros se dedicam também à produção de leite; outros que migram para trabalhar na terra ou em atividades que envolviam a agricultura residem nas cidades e são donos de estabelecimentos comerciais e restaurantes. Entre os que voltaram existem aqueles que eram arrendatários, pequenos e médios proprietários, que hoje trabalham ou são aposentados e residem nas cidades.

O método utilizado para a pesquisa foi a história oral, com o uso de histórias de vida relatadas a partir de questões-chaves. Esse método tem um papel social muito importante, pois contribui para trazer à tona a história de vida de pessoas comuns, que escapam de outros registros. Becker salienta que “a história oral ocupa um lugar especial, pois permite que categorias cujo ofício não é escrever possam se expressar” (BECKER, 2006, p. 28). Nesse sentido, a coleta dessas histórias de vida “pode ajudar as pessoas a reconhecerem e valorizarem experiências que foram silenciadas, ou a enfrentarem aspectos dolorosos de suas vidas” (THOMPSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p.71).

Entre os gêneros de história oral, utilizamos a história oral de vida. Este permite uma narrativa mais livre, em que o entrevistado não fica fixo em respostas objetivas, mas pode ir mais além na sua narrativa. Nas histórias orais de vida, é essencial a subjetividade

A história oral de vida se espraia nas construções narrativas não que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções [...] Por que as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações,

imprecisões e até das contradições naturais da fala. Isso talha a essência subjetiva da história oral de vida (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 34 -35).

Para esses sujeitos, conforme Portelli,

contar una historia es levantarse en armas contra la amenaza del tiempo, resistirse al tiempo o dominarlo. Contar una historia preserva al narrador del olvido; una historia construye la identidad del narrador y el legado que dejará al futuro [...] las historias se van con el tiempo, crecen con el tiempo, se deterioran con el tiempo. Es por eso que se desarrollan métodos comunales para arrebatarse cierta independencia al tiempo, para preservar las palabras. [...] una historia de vida es algo vivo. Es siempre una obra en proceso, en la cual el narrador revisa la imagen de su propio pasado a medida que avanza. (PORTELLI, 1981, p.1-3).

Ainda segundo Portelli, cada história que escutamos é única, nenhuma história se repete duas vezes da mesma forma. Ao ouvir a narrativa do informante,

la senda del investigador se cruza con la del informante en momentos erráticos; la historia de vida que se recopila es el resultado de un acontecimiento casual (claro que el investigador puede haber planeado la entrevista, pero el informante no [...] no importa lo mucho que podamos decir que somos historiadores "orales"; la tecnología misma de nuestro trabajo consiste en transformar la palabra hablada en escrita, en congelar un material fluido en un punto arbitrario del tiempo (PORTELLI, 1981, p. 3-5).

Nesse sentido, realizamos entrevistas semiestruturadas, umas mais específicas sobre os imigrantes brasileiros e outras, em grande parte, mais aprofundadas enquadrando-se como histórias de vida, com a presença, na grande maioria das vezes, de uma pessoa conhecida dos entrevistados e de familiares presentes. As mesmas foram conduzidas a partir de questões-chaves que envolviam a origem da família, os motivos que levaram a migração ao Paraguai e como foi vivenciada a partida, tanto para os que saíram, como para aqueles que ficaram. No caso de um segundo ou terceiro processo migratório anterior à ida ao Paraguai, da mesma forma questionamos estes para saber o que os levou à migração para novas terras e os desdobramentos desses processos, as formas de organização em novas terras e as alegrias e dificuldades. Também questionamos estes quanto a sua relação com o Paraguai e com os paraguaios, quais conflitos existiam entre os diversos grupos sociais que ocupam esse espaço, bem como esses agricultores se inserem nesse espaço, se mantêm ou não ligação com o Brasil e de que forma. E para aqueles que retornaram também realizamos as mesmas questões, acrescentando ao roteiro o que motivou o retorno e como foi a reinserção no país de origem.

É importante destacar que nem todas as histórias de vida foram citadas ao longo do trabalho. Selecionamos uma boa parte das realizadas que trazem elementos bastante

esclarecedores sobre os processos migratórios envolvidos. As demais consideramos na forma quantitativa e as trabalhamos na tabela das trajetórias migratórias e em outras partes do trabalho.

Nas narrativas dos imigrantes percebemos algumas especificidades que, conforme Thompson, ‘evocam os “imaginários culturais” sobre os futuros locais de destino e explicam como estes imaginários são produzidos, disseminados, recebidos e usados’ (THOMPSON, 2002, p.345). Quando analisamos as narrativas dos imigrantes, percebemos que estas descrevem o processo de aprendizagem no local de destino, os choques entre os antigos e novos costumes e a construção de novas compreensões do self e da sociedade, destacando a natureza inconstante e os significados complexos da identidade na vivência dos imigrantes.

As histórias de vida são versões de narrativas criadas depois de eventos, que foram utilizadas e reelaboradas pelos sujeitos, famílias e comunidades. As narrativas trazem elementos importantes da experiência migratória, lidando com a expectativa de possíveis futuros, mostrando como os migrantes souberam lidar com as implicações de seu deslocamento, buscando sentido nessas. Em cada fase, “as histórias de vida articulam os significados da experiência e sugerem maneiras de enfrentar a vida”. Quando registradas não percebemos somente evidências importantes das vivências passadas, mas a constante evolução dos modos de construção de suas vidas. Vistas desta forma, as histórias orais dos migrantes possibilitam evidências sobre experiências passadas e sobre histórias de vida, que por sua vez são parte importante e material da vivência dos migrantes (THOMPSON, 2002, p. 358-359).

Nas histórias de vida dos imigrantes por vezes nos confrontamos com o “não dito” devido ao peso que algumas vivências representam para o sujeito. Para Pollak, “existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’”. Em que ‘as fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento’ (p. 8). Por vezes também nos deparamos com bloqueios e dificuldades que surgem no decorrer da entrevista que, para o autor, em exceções são resultado de esquecimentos ou brancos, mas conseqüências de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar sobre o passado. Assim sendo, diante da grande possibilidade de não ser compreendida e aceita a pessoa acaba guardando para si memórias sobre o passado (POLLAK, 1989, p.13).

Nosso trabalho dialoga com a micro-história, que Levi (2015) define como “ciência das perguntas gerais, porém dos acontecimentos locais – locais não no sentido de localidade – específicos, sendo que cada situação é diferente”. Para este, o estudo parte do particular “não para falar do local, mas para encontrar perguntas gerais que permitam realizar infinitas contestações” (LEVI, 2015, p. 247). Levi (2016) afirma que a micro-história surge da necessidade de restaurar a “complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades” (p.21). Ainda quanto à mesma, ela “não isola o fato observado do contexto geral, mas busca, em um exame rigoroso de um caso singular, as perguntas fundamentais que permitam uma reconstrução da realidade sempre parcial, mas não por isso livre de um fragmento importante de verdade” (LEVI, 2016, p.27).

Nesse sentido, o nosso estudo parte de uma pergunta central, que vem a ser o nosso problema central: quais foram as motivações para a emigração ao Paraguai, e a migração de retorno ao Brasil – por que o destino escolhido foi o Paraguai, qual é o perfil dos migrantes, quem permanece.

Por intermédio da análise de trajetórias de imigrantes brasileiros no Paraguai e daqueles que retornaram a locais específicos na fronteira, buscamos compreender como acontecem os processos migratórios. Nesse aspecto, o trabalho inova ao se propor a discutir a trajetória de pessoas comuns, brasileiros que já haviam realizado várias trajetórias migratórias no interior do Brasil e que decidem cruzar a fronteira em busca de melhores perspectivas de vida e que em muitos casos, não encontrando o que buscavam no Paraguai, optam pelo retorno. Também responder uma provocação de Levi: por que alguns retornam e outros, na mesma situação, permanecem. A trajetória desses sujeitos, suas motivações, suas articulações e histórias de vida são o nosso objeto de estudo.

O estudo insere-se na perspectiva de história regional. Quanto à região, Arriola afirma que esta “*son una manera de abordar el espacio, aprehendiendo los fenómenos económicos, sociales y políticos que en él se producen en la larga duración*” (ARRIOLA, 2008, p.196). Para o autor, a história regional implica analisar a formação do território por meio de seus atores sociais e das dinâmicas econômicas, políticas e sociais que estes produzem nele. Este entende que o território de uma região e um espaço de fronteiras externas e internas não obrigatoriamente identifica “*en lo geográfico y supeditado a un fenómeno de expansión-contracción, según la fuerza y la*

intensidad de la experiencia regionalista y su consecuente planteamiento de autonomía en el tiempo largo” (ARRIOLA, 2008, p.204).

Ainda para ajudar a compreender os grandes processos históricos migratórios envolvidos, Chiara Vangelista afirma que “novas sensibilidades e novas metodologias” fizeram os historiadores analisar “os grupos e as sociedades humanas como organismos em movimento e, ao mesmo tempo, radicados em espaços específicos e, eu acrescentaria, construtores de espaços específicos”. A mesma acrescenta que

No caso da história das migrações, a perspectiva da mobilidade não se afirmou desde o início, mas paulatinamente, acompanhando a tomada de consciência – na prática de pesquisa, e não só nas declarações de princípio – de que a mobilidade espacial do migrante comporta um conjunto de transformações e de rupturas que precisam ser analisadas na totalidade ou, quando não analisadas em todas as suas vertentes (porque este enfoque prejudica frequentemente uma visão global do processo em favor da fragmentação das experiências dos diversos indivíduos ou de grupos específicos regionais), pelo menos assumidas como contexto geral e imprescindível do objeto de pesquisa dos estudos migratórios (VANGELISTA, 2010, p. 9).

A historiografia sobre o tema é ampla. A dissertação de Márcia Anita Sprandel (1992) analisa o surgimento da identidade “brasiguai” através da mobilização política de famílias camponesas retornadas de forma organizada para o Brasil em 1985. Para a autora, a proximidade com o Brasil e a oferta de terras foram o que motivou a migração, mostrando assim que não houve uma escolha pelo país Paraguai. A mesma se utiliza de histórias de vida, onde demonstra as estratégias utilizadas por estes migrantes para terem acesso à terra no Brasil, no assentamento Novo Horizonte, estado do Mato Grosso do Sul.

Já a tese de José Lindomar Coelho Albuquerque (2005) trabalha os conflitos existentes entre imigrantes brasileiros e paraguaios, mostrando o quanto esses processos são contraditórios e permeados por relações de disparidade de poder entre países de origem e de destino. O trabalho define a imigração brasileira como uma fronteira em movimento, pois ultrapassa o limite internacional e constrói várias fronteiras no território paraguaio. O autor trabalha o conceito de fronteiras em movimento como um campo de integração, tensão e poder.

A coletânea organizada por Ramón Fogel e Marcial Riquelme (2005) trata das implicações da imigração brasileira ao Paraguai. O livro possui textos de autores que refletem sobre as mudanças na organização territorial ligada à imigração de produtores de soja e seu impacto social, ambiental e político. Para Fogel e Riquelme: “*La dinámica*

que engloba a estos ejes es la propia de las economías de enclave, que en el caso considerado implica subordinación económica y política del Paraguay al Brasil” (FOGEL; RIQUELME (Orgs.) 2005, p. 10).

Já a tese de Henrique Manuel da Silva (2007) buscou fazer um apanhado do significado da ocupação da fronteira oriental paraguaia, destacando elementos de continuidade que caracterizam a expansão da fronteira brasileira, mas com a particularidade de ser uma fronteira transnacional. Elementos gerais que guiam “a moderna expansão da fronteira agrícola brasileira e que foram em grande medida reproduzidos no processo de colonização da região da fronteira oriental pelos migrantes brasileiros”. Também defende que, com a migração brasileira ao Paraguai, não houve uma ruptura com elementos da cultura própria, mas uma constante “reafirmação dos laços identitários com o país e suas comunidades de origem” (SILVA, 2007, p.13-14).

Nessa perspectiva, é importante o estudo geográfico sobre a espacialidade da presença dos brasileiros no Paraguai de Sylvain Souchaud, que traz

una mirada integral de todo el espacio de colonización brasileña y sus componentes sociales, proponiendo establecer, mediante el método geográfico, la situación de los territorios afectados. De esta forma, la reflexión considera el perfil social principal de los migrantes, del granjero al empleado urbano, pasando por los ganaderos y agricultores familiares, determinado la dinámica territorial de los actores sociales y proponiendo las grandes líneas de una nueva geografía paraguaya que comienza a emerger (SOUCHAUD, 2007, p. 7).

A dissertação de Carlos Alberto Ferrari (2009) tem como foco “investigar aspectos das transformações socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio da soja nos distritos que compõem o Norte do *Departamento de Alto Paraná*, no Paraguai”, enfatizando trabalhadores brasileiros ali presentes denominados “brasiguaios” (FERRARI, 2009, p.15). O autor nos ajuda a pensar nas consequências negativas do avanço do agronegócio nesse departamento, sendo uma delas o retorno de brasileiros ao seu país de origem.

Por fim, Leandro Baller (2014), em sua tese, estuda as fronteiras a partir da visão sociocultural e realiza um vasto estudo sobre a historiografia existente em torno do conceito de fronteira. O autor também aborda a questão do êxodo rural no Paraná, o que conduziu a busca de terras no país vizinho, e por sua vez irá levar a expansão do agronegócio ao Paraguai, focando o seu estudo nos autores históricos da atualidade presentes na fronteira, em especial os ligados ao meio rural.

Situando o objeto de estudo, o recorte temporal e espacial, o referencial teórico-metodológico, passamos a organização dos capítulos da dissertação. Cabe alertar, que no decorrer do texto, algumas citações indiretas, realizamos a tradução livre do espanhol para o português. Optamos também por utilizar em algumas falas as iniciais do nome e sobrenome da fonte, a pedido de alguns familiares e devido a questões delicadas que serão abordadas no trabalho. Por mais que tenhamos aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, consideramos prudente e fundamental respeitar os nossos entrevistados.

No primeiro capítulo, discute-se a emigração de brasileiros ao Paraguai, buscando contextualizar quem é o emigrante e as motivações da emigração. Parte-se do pressuposto de que o impulso para migração foi a busca de terras e, trabalho na agricultura. Para acompanhar essas migrações, são apresentadas trajetórias migratórias e as suas redes, tanto na migração interna como na emigração externa e a sua inserção em um novo país.

Já no segundo capítulo, propomos o estudo da construção de múltiplas identidades além fronteira por parte desses imigrantes, enfatizando a presença de uma rede cultural nos espaços analisados, que favorece a manutenção e a expansão de elementos culturais e linguísticos. Também a sua inserção na sociedade local, via propriedade da terra e os conflitos atuais envolvendo-a, a questão da sobreposição titular e as influências do avanço do agronegócio.

No terceiro capítulo, trabalha-se o retorno de emigrantes ao Brasil, teorizando a categoria e analisando a compreensão desses sujeitos sobre essa migração, buscando entender o que motivou esse retorno e identificar a atuação das redes familiares e sociais nesse processo migratório, principalmente de reinserção na sociedade de recepção, e como essa migração afeta de um modo geral os municípios fronteiriços do oeste do Paraná. Também buscaremos apontar o que leva a permanência dos brasileiros no Paraguai.

No decorrer do trabalho, serão tratadas trajetórias de vários imigrantes, mas será dada maior ênfase duas histórias de vida. A primeira, de Pedro Darci Scholl, com 70 anos na data do relato, agricultor, natural de São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul. A segunda, de Lázaro Gonçalves, com 72 anos na data do relato, aposentado, natural de Lavínia, São Paulo. O primeiro fez várias trajetórias migratórias no sul do Brasil e, por fim, se estabeleceu com a família em Santa Rita, Paraguai. E o segundo fez uma trajetória migratória partindo do sudeste brasileiro para o sul e depois, para Los Cedrales, Paraguai e, por fim, retornou ao Brasil e se estabelece em Foz do Iguaçu.

1. A EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO PARAGUAI

Migram as sementes nas asas dos ventos, migram as plantas de continente a continente, levadas pelas correntes das águas, migram os pássaros e os animais e, mais que todos, migra o homem, ora em forma coletiva, ora em forma isolada, mas sempre instrumento daquela Providência que preside e guia os destinos humanos.

(Dom João Batista Scalabrini, 1899).

O presente capítulo discute a emigração de brasileiros ao Paraguai nas décadas de 1970 e 1980, com objetivo de apresentar elementos para entender o que levou esses sujeitos a migrarem ao país vizinho. Ao mesmo tempo, teoriza sobre a categoria de emigrante e também acompanha as trajetórias migratórias e suas redes familiares e sociais, que partem de diferentes regiões brasileiras com destino ao Alto Paraná, no Paraguai. Parte-se da hipótese de que esses emigrantes brasileiros que relataram suas histórias de vida estavam em busca de ser ou permanecer proprietários de terras no Paraguai.

1.1 O que é ser emigrante?

O emigrante é um sujeito movido pela esperança. Diante das dificuldades encontradas no espaço em que vive que o impedem de ter uma vida melhor, não se conforma e segue em busca. Para isso terá, no entanto, que tomar uma decisão difícil: a de partir. O relato do imigrante brasileiro Vicente Fridrichs no Paraguai nos faz refletir sobre esse processo de partir. Natural de São Paulo das Missões, RS, em 1989 migrou para o departamento de Itapua, no distrito de Carlos Antônio Lopes, onde residia uma irmã para trabalhar na agricultura. Após, como possuía um pouco mais de estudo, foi convidado por um sacerdote para trabalhar em uma colonizadora que este estava

organizando. Como o tempo o mesmo constituiu família e migrou para Santa Rita onde tem o seu estabelecimento comercial.

Bem, a gente sai de um lugar, a gente sai com esperança, na realidade a gente sai na esperança de uma vida melhor, mas, por outro lado, deixar a família, eu já não tinha mais a mãe naquele tempo, só era o pai e os irmãos, era muito difícil, era muito complicado tomar a decisão, mas não via alternativa. Daí o que mais movia era a esperança de uma vida melhor né, a gente não olhava tanto, eu tinha recém 18 anos naquele momento, não percebia o que realmente, talvez, significasse esse deixar tudo pra trás e se aventurar numa vida, onde na maioria das vezes e no meu caso também foi, pensava em ir pro Paraguai alguns anos, fazer um dinheirinho e depois voltar, mas daí a gente foi ficando, foi casando (Vicente Fridrichs, Santa Rita, 26 jul. 2018).

O processo, na maioria das vezes, é vivenciado pelo que emigra na dor e na expectativa, rumo a um futuro incerto. Para Menezes, o fim das fronteiras provoca e motiva a migração. Porém, a mesma segue sendo um fator de anormalidade. Ainda que seja voluntária, contém o seu conflito e inquietação. Seja qual for o motivo do deslocamento, de êxito ou fracasso, existe nela uma predominância psicológica a ser recordada: a perda, pois perde-se “a referência territorial, os valores culturais e as pessoas conhecidas” (MENEZES, 2007, p. 120). Perda que precisa ser elaborada pelo migrante para que este possa refazer a sua vida em novas terras.

A migração afeta os sentimentos de quem parte, mas também de quem permanece. Para Sayad, a emigração deve ser vivida na dor compartilhada entre aqueles que ficam e aqueles que partem. Desse modo, a emigração permite ser pensada como provisória mesmo sendo anunciada como distante e por um longo tempo, não deve ser rotulada como renúncia ao grupo. Só se permite deixar o grupo para melhor o reencontrar. Se possível o reencontrar “tal como a eternidade congelou”, no mesmo estado. Não se abandona sua terra sem ser punido, pois o tempo exerce influência em todos os seus pares (SAYAD, 2000, p.14).

Para Sayad, a ausência e a presença possuem seus próprios efeitos. Não se vive impunemente em outro país. A migração sempre deixa marcas, na maioria das vezes de forma indelével, mesmo sem identificá-la, “seja por nos atermos a ilusão da integridade formal e da fidelidade a si, seja por não sermos nem mesmo conscientes disto”. Ao mesmo tempo, “a presença em um lugar não apaga uma ausência em outro lugar, não existe inserção ou integração aonde a presença que não arque com uma desinserção ou desintegração em relação ao outro lugar, que não é o lugar da ausência e da referência para quem se ausentou” (SAYAD, 2000, 14 -15).

Para Romeu, da mesma forma que o estrangeiro, o migrante “é um indivíduo que chega de outro lugar, mas a história que traz consigo (sua espacialidade, portanto) está eivada de memória de paisagens e de lugares deixados para trás”. No novo lugar, projeta manter a sua existência. Nesse movimento, modifica a sua vida como também o lugar que deixou e a que chegou, através “da ausência sentida, outro pela presença repentina (considerada muitas vezes inoportuna). Num lugar deixa vazio noutra precisa conquistar o espaço” (ROMEU, 2018, p. 84 -85).

Conforme Romeu, o migrante cria o espaço conforme vai migrando. Constrói-se como sujeito social, buscando o seu espaço e modificando intensamente as dinâmicas das sociedades em que se faz presente. Assim sendo, vai além da ideia de simples “portador de força de trabalho, ou seja, de trabalho materializado em movimento para assumir o papel de sujeito social” (ROMEU, 2018, p. 85- 86). A migração tem essa capacidade de transformar a vida das pessoas.

Ao mesmo tempo, tem a capacidade de tornar o indivíduo protagonista de sua história, pois a partir dela tem a possibilidade, principalmente, a coragem de atuar numa mobilidade espacial (LOTMAN, 1975); percebendo-a como uma oportunidade de modificar o curso dos acontecimentos, de mudar a sua vida. Vangelista destaca que, na literatura grega e no imaginário ligado a ela, ensina-se que “o herói é aquele que rompe e ultrapassa os confins, o que vai além do horizonte, o que cria uma descontinuidade não só entre espaços, mas inclusive entre presente e o futuro”, para ele e para o seu grupo. Assim sendo, “a mobilidade é então o núcleo, o sentido da narração, o que leva o protagonista para o meio da História” (VANGELISTA, 2010, p.15).

Ao analisar a trajetória migratória do piemontês Jean-Pierre Baridon, através das anotações desse sujeito, Vangelista observa que, após ter feito algumas experiências migratórias, ter trabalhado em diversos ofícios e migrando por fim com a sua família e um pequeno grupo de Valdenses para o Uruguai, fundando ali a colônia dos Valdenses, que para este “a distância não parece ser medida tanto pelos quilômetros, ou pelas dificuldades do caminho, mas pelas relações conhecidas ou potenciais que os lugares de emigração proporcionam” (VANGELISTA, 2010, p.11). Para ele como para muitos e/immigrantes o que possibilita e determina a migração para determinado lugar e a permanência são os pontos de referências que possuem e as oportunidades que oferecem. Se estas não lhe são favoráveis o sujeito volta a migrar.

Ao se referir ao imigrante, Bourdieu afirma que é

átomos, sem lugar, deslocado, inclassificável. [...] Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” [...], a fronteira entre o ser e o não-ser social (In: SAYAD, 1998, p.11).

Já Sayad (1998) compreende a migração como a dualidade do sujeito que ao mesmo tempo é emigrante, quando sai de sua pátria, e imigrante, quando chega a novas terras. A origem da imigração é o emigrante. Assim, a migração é entendida como um “fato social completo”, pois o indivíduo é denominado imigrante pela sociedade a partir do momento em que ele chega a um novo território (SAYAD, 1998, p.16). A discussão aqui é mais ampla. O imigrante pensa e pressupõe o retorno. O autor salienta ainda que existe uma dupla contradição na imigração: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”. Porém, “insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se ‘instalar’ de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes” (SAYAD, 1998, p. 45), a qual passa de provisória a definitiva.

A tese defendida por Sayad é que o trabalho “fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; e é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta a sua negação ou que empurra para o não-ser” (SAYAD, 1998, p.56). Evidencia-se que o trabalho torna o homem e a mulher sujeitos de sua própria história, quando se torna escasso ou é pouco valorizado, leva ao surgimento do emigrante. E na emigração ao Paraguai, o ímã propulsor atrelado ao trabalho é o acesso à propriedade da terra, possibilitando ser e permanecer agricultor. Para o autor, toda imigração de trabalho contém o germe da imigração de povoamento que a prolongará; inversamente, pode-se dizer que não há imigração reconhecida como de povoamento que não tenha começado como uma imigração de trabalho (SAYAD, 1998).

Com o tempo os imigrantes descobrem que a economia capitalista e seus efeitos de transferência de um campo econômico como da agricultura para a indústria, de uma civilização para outra ou de um continente para outro foram os fatores que conduziram e determinaram a sua permanência na condição de imigrantes (SAYAD, 1998). Ou seja, não foram apenas escolhas individuais e livres que os levaram a migrarem, mas todo um contexto que impossibilitou e que influenciou na decisão de não permanecerem em sua terra de origem.

Hurtado (2000) nos ajuda a refletir e perceber a complexidade e as implicações que fazem parte do processo migratório, ao afirmar que “la ‘decisión de emigrar’ está

mediada por factores de ordem económico, pero también psicológico, social, demográfico, político, cultural e institucional; aqui radica su complejidad como objeto de estudio” (HURTADO, 2000, p.2). Para Fernandes e Castro, ao decidir por emigrar, o sujeito considera, além dos custos efetivo e imensurável da migração, as possibilidades de ganhos futuros no novo local de destino. Assim sendo, a “migração seria um ato voluntário, individual e espontâneo, resultante de uma avaliação do custo-benefício de se fazer o deslocamento” (FERNANDES; CASTRO, 2013, p. 102).

Na emigração europeia do século XIX e começo do XX para as diferentes regiões da América, constata-se que a questão econômica aparece como um dos motivos para a emigração. Para Hurtado, “parece haber consenso al atribuir a las primeras fases de la industrialización y su impacto sobre el mundo rural y la manufactura tradicional, un papel preponderante en los orígenes de las migraciones contemporáneas” (HURTADO, 2000, p. 2).

Segundo Klein (1999), nesse deslocamento quando dois terços dos migrantes chegaram para as Américas houve a combinação de três fatores: primeiro o acesso a terra e por ela o alimento; o segundo, a variação de produtividade da terra e o terceiro o número de filhos que precisam ser mantidos, somando-se também a questão demográfica. A possibilidade de obter terras atraía os imigrantes para as Américas, comparadas com as da Europa eram bem mais baratas, o que tornava maior a possibilidade de trabalhadores sem-terra adquirirem suas propriedades em pouco tempo.

Conforme Vendrame, a emigração italiana para o sul do Brasil, a partir de 1875, em sua maioria era formada por famílias camponesas que buscavam ter a sua própria terra, realizando a vontade de serem proprietários. Não se pode entender a mesma sem considerar a ligação e o relacionamento entre os que migravam e os que permaneciam, porque os mesmos podem ajudar a compreender as opções, os hábitos, as crenças e as relações dos familiares dos imigrantes que se estabeleceram nos núcleos colônias do Rio Grande do Sul. As cartas trocadas entre parentes na Itália e imigrantes auxiliam no entendimento sobre como aconteceu a “grande migração” para a América, pois através delas circulavam notícias e eram discutidas questões, que poderiam dar segurança e informações para a migração e estabelecimento no Brasil (VENDRAME, 2010, p.70).

Muitos emigrantes não eram tão passíveis e possuíam recursos, informações, formulavam projetos, escolhiam itinerários e selecionavam oportunidades econômicas. A migração não era a fuga de um lugar pobre, restrito e hostil, mas sim a projeção para uma multiplicidade de serviços em espaço que se ampliava para além das fronteiras

regionais, sendo que para estes a “Grande Emigração” era tida como uma sequência do “costume antigo” experiência pelos *contadini* das várias regiões da península italiana (VENDRAME, 2015, p. 202). Durante todo o Antigo Regime manteve-se o costume de emigrar, tendo o seu auge nas migrações em massa dos séculos XIX e XX.

Quanto aos dados e ao percentual da migração europeia, Klein (2019) afirma que o ritmo dessa se tornou intenso no fim do século XIX e alcançou o seu auge no começo do século XX. Entre os anos de 1881 e 1915 cerca de 31 milhões de imigrantes entraram no continente americano, como no período anterior ao ano 1880 os Estados Unidos seguiram sendo o principal país de recepção, recebendo 70% desses imigrantes. No segundo lugar ficou a Argentina, com 4,2 milhões; na sequência o Brasil, com 2,9 milhões, e na quarta posição o Canadá, que recebeu 2,5 milhões. Após a independência de Cuba, no século XX, teve uma significativa migração de imigrantes espanhóis, cerca de 379 mil imigrantes.

O Brasil, no decorrer do século XIX e até meados do século XX, foi um país de recepção de imigrantes. Conforme os dados, o país recebeu, segundo Batista (2000), até o ano de 2000, um milhão e seiscentos mil italianos. Quanto ao número de alemães o mesmo autor considera o número trazido pelo censo de 1991, que registra 25.589 alemães e austríacos, pela mesma base de dados temos, também, 82.572 japoneses. Já poloneses, segundo Oliveira (2009), entre os anos de 1890 a 1914 o número de 96.116 imigrantes. Em seu estudo, Levy analisa os dados do período de 1872 a 1972 e traz presente os seguintes números: aproximadamente 5.350.889 imigrantes, sendo 31,06% portugueses, 30,32% italianos, 13,38% espanhóis, 4,63% japoneses, 4,18% alemães e 16,42% de outras nacionalidades não específicas (LEVY, 1974, p.55).

Já na segunda metade do século XX, tornou-se um país emissor de emigrantes, com o esgotamento das possibilidades de acesso à terra, à industrialização e modernização da agricultura. A partir da década de 1980 presenciamos um movimento migratório intenso para os Estados Unidos, países da Europa e Japão.

Segundo Herédia (2013), o governo brasileiro, no século XX, manteve as “fronteiras abertas” para a emigração de europeus, sendo eles italianos, alemães, austríacos, franceses, pois tinha interesse de ocupar o território sul brasileiro. Para os emigrantes a política de migração e colonização facilitou a entrada, o acesso às terras e a sobrevivência. Porém, a política de imigração estrategicamente somente se manteve aberta para esses grupos. Como a política brasileira a paraguaia também foi de fronteira

aberta para alguns grupos de imigrantes, como no caso dos imigrantes brasileiros descendentes de europeus que trabalhavam com a terra, europeus e asiáticos.

Conforme Zambelam e Corso, na década de 1880 e 1890, emigraram para o Paraguai latino-americanos e europeus. Com relação a essas décadas, os autores citam o Anuário Estatístico do mesmo país, que aponta que entraram 4.895 argentinos, 530 brasileiros, 198 uruguaios, 2.078 europeus, 73 orientais. No fim da década de 1890 teve um grupo grande de colonos franceses que foram repatriados, estes viviam em Yegros, em um número de 300 imigrantes. O repatriamento também se deu na colônia de Trinacria, onde 6 mil italianos voltaram para ao seu país (ZAMBERLAM, CORSO, 2010, p.14).

A política oficial das primeiras décadas do século XX visava uma imigração seletiva de agricultores, porém teve pouco resultado. Já entre 1921 a 1948 foram atraídos pelo governo paraguaio os alemães menonitas, de origem alemã e russa. A eles foram dados benefícios, como o acesso a terras, isenção do serviço militar obrigatório e quase isenção de impostos. Essas vantagens possibilitaram a migração de muitos menonitas. Estes, como apontam os autores, eram “conhecidos como colonizadores, organizados, eficientes e empreendedores de sucesso nas áreas da pecuária leiteira e culturas cerealíferas”. No ano de 1936, tem-se a migração de 100 famílias japonesas, que se estabeleceram na colônia La Comena. Entre 1954 a 1955 chegam mais 120 famílias que fundaram a colônia Chaves. O número de imigrantes se ampliou levando a criação das colônias de Fram Amambay, no ano de 1956 e Santa Rosa e La Paz, em 1960. Em 1961, a colônia de Pirapó, no Alto Paraná, e a colônia de Yguazú. Conforme os autores, até 2010 o número de japoneses no país supera sete mil (ZAMBERLAM, CORSO, 2010, p.15). Já no final da década de 1950 tem-se o início da emigração de brasileiros para o Paraguai.

Ao analisar os dados estatísticos de imigrantes brasileiros no Paraguai, os números oscilam, indicando a imprecisão e fluidez dessa fronteira. Segundo Albuquerque (2005), nos dados oficiais dos censos do Paraguai, os números são bem menores comparados às estimativas brasileiras e vêm diminuindo na última década. Este ainda afirma que no senso de 2002, elaborado pelo Paraguai, o número de imigrantes brasileiros era de 81.592. Já no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores estima que existiam 459.147 brasileiros no Paraguai em 2000. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) correspondente também a 2000, 454.501 emigrantes brasileiros moravam naquele país. Albuquerque analisa o trabalho

sobre os “brasiguaios” de Wagner que afirma que, nas décadas de 1970 e 1980, cerca de 250 mil pequenos e médios produtores agrícolas brasileiros migraram para o Paraguai, sendo que se calcula que esses números chegavam a 350 mil na década de 1980.

Para Albuquerque (2005), a imprecisão nos dados deve-se a vários fatores: a ilegalidade e falta de controle das fronteiras dos dois países, a metodologia dos censos e das estimativas que não conseguem visualizar os fluxos migratórios na fronteira, as fontes diferentes que fazem cálculos, em especial o Ministério das Relações Exteriores no Brasil e o Ministério do Interior no Paraguai, que levam em consideração diferentes categorias. Realmente não há nenhum levantamento preciso sobre esses imigrantes brasileiros. Os governos e a igreja fazem os seus cálculos, e a imprensa e os pesquisadores repetem, acrescentam, distorcem ou misturam dados dessas fontes.

1.2 “Fronteiras abertas”: fatores que favoreceram a migração

A história do Paraguai é permeada por vários processos de migrações internas e externas. Sobre o tema Arrúa, ao analisar os registros de estrangeiros que residem no Paraguai a partir de 1870, percebe que ao longo da história do país existiram três grandes imigrações: *“histórica (de poblamiento/colonización), la reciente (brasileños) y la argentina (fruto en buena medida del retorno de migrantes paraguayos, quienes trajeron su descendencia y cónyuges nacidos en aquel país)”* (ARRÚA, 2014, p.4).

Bárbara (2005) classifica o processo migratório de brasileiros para o Paraguai em três períodos históricos. O primeiro na década de 1960, constituído por imigrantes originários do norte e nordeste do Brasil. Posseiros, que passaram pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Prepararam o terreno para a expansão da fronteira agrícola capitalista. O segundo ocorreu na década de 1970, onde o Paraguai recebeu um grande número de camponeses que migraram do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foram atraídos pelo preço da terra, que chegava a ser cinco vezes mais em conta que no Brasil, e pela existência de terras bastante férteis. Já o terceiro movimento migratório intensifica-se na década de 80 com retorno de milhares de famílias brasileiras.

Conforme Albuquerque (2005), os imigrantes brasileiros que estão no Paraguai são parte de dois movimentos migratórios que ocorreram no interior do Brasil: um deslocamento originário do nordeste e Minas Gerais, passando por São Paulo e pelo norte e oeste do Paraná, e outro fluxo originário do Rio Grande do Sul, passando por

Santa Catarina, oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul. Essas duas migrações, na grande maioria, são de famílias camponesas, porém, essas famílias “ocuparam posições sociais diferentes tanto no Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul como no Leste do Paraguai nos ciclos do café, da menta e da soja” (ALBUQUERQUE, 2005, p.84). Na grande maioria os sulistas tornaram-se colonos, pequenos e médios proprietários de terras, em especial no Paraguai; já os mineiros e os nordestinos são e foram em grande número arrendatários, peões e posseiros.

Como aponta o autor, em cada geração os imigrantes “pioneiros”, na grande maioria, migravam mais de uma vez, sendo que o local intermediário do fluxo migratório dos rio-grandenses é na grande maioria o estado de Santa Catarina, isto é, moraram por alguns anos naquele estado antes de migrarem ao Paraná, Mato Grosso do Sul e ao Paraguai. Já para o outro fluxo migratório São Paulo e a região norte do Paraná eram os pontos intermediários, ou seja, a grande maioria dos nordestinos e mineiros que moram no Paraguai residiram alguns anos em São Paulo e “em mais de uma região do estado do Paraná”. Grande parte dos nordestinos migrou entre as décadas de 1950, 1960 e 1970 buscando trabalho “no desmatamento das fazendas e no plantio e colheita de menta e café. Muitos deles já voltaram para o Brasil, pois não conseguiram comprar ou ampliar a propriedade rural” (ALBUQUERQUE, 2005, p.85).

Na tabela abaixo, sistematizamos os perfis de trajetórias migratórias dos imigrantes entrevistados. É importante considerar que em alguns casos temos imigrantes que também realizaram migrações dentro do Paraguai entre distritos e departamentos; outros que retornaram para o estado de origem no Brasil e voltaram definitivamente ao país de destino; outros que retornaram para o estado do qual partiram no Brasil para estudar ou trabalhar e após alguns anos voltaram ao Paraguai e, por fim, retornaram ao Brasil; outros que migraram dentro do Paraguai e quando retornaram migraram mais vezes no estado em que residiram antes de irem ao país de destino; e caso de emigrantes que ao retornar realizaram outras migrações por diversos estados do Brasil. Porém, são demonstrados na tabela por meio de letras.

Tabela 1 – As trajetórias migratórias dos imigrantes entrevistados

TRAJETÓRIAS	Nº de migrantes que entraram no Paraguai	Nº de migrantes que permaneceram no Paraguai	Nº de migrantes que retornaram para o Brasil
Rio Grande do Sul – Paraguai	17	$7+2R^4+ 2M^5$	$3+1D^6$
Santa Catarina – Paraguai	2	$1+1M$	–
Paraná – Paraguai	6	2	$3+1V^7$
Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Paraguai	2	1	1
Rio Grande do Sul – Paraná – Paraguai	17	13	$5+1MD$
Rio Grande do Sul–Paraná–Mato Grosso do Sul–Paraguai	1	1	–
Rio Grande do Sul– Santa Catarina– Paraná–Paraguai	2	2	–
Santa Catarina – Paraná – Paraguai	6	2	$2+2MD^8$
São Paulo – Paraná – Paraguai	1	–	1
Espirito Santo – Paraná – Paraguai	1	–	$1V$
Minas Gerais – Paraná – Paraguai	3	–	$2+1V$
TOTAL	58	34	24

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Na tabela acima podemos perceber os vários percursos realizados por um pequeno grupo de entrevistados. Dentre os 58, 39 deles partiram do Rio Grande do Sul ao Paraguai ou para os demais estados do sul e centro oeste antes de migrarem ao Paraguai. Tiveram como ponto intermediário o estado do Paraná o número de 28. Entre as trajetórias mais expressivas temos a de imigrantes que partiram do Rio Grande do Sul para o Paraguai e aquela do Rio Grande do Sul para o Paraná e depois de alguns anos para o Paraguai. Entre as mesmas só temos um caso de um casal que quando migrou residiu no departamento de Itapua e que, após alguns anos, migrou para o de Alto Paraná, nos demais todos eles se deram para o departamento de alto Paraná. Já, quanto

⁴ A letra R representa retorno e o número é referente a imigrantes que voltaram para o Brasil, especificamente, para o Rio Grande do Sul e depois de dois anos retornaram ao Paraguai.

⁵ A letra M representa o caso de imigrantes que migraram dentro do Paraguai, migração que se deu por departamentos ou distritos.

⁶ A letra D aqui representa o caso de imigrante que retornou ao Brasil, mas que realizou vários deslocamentos.

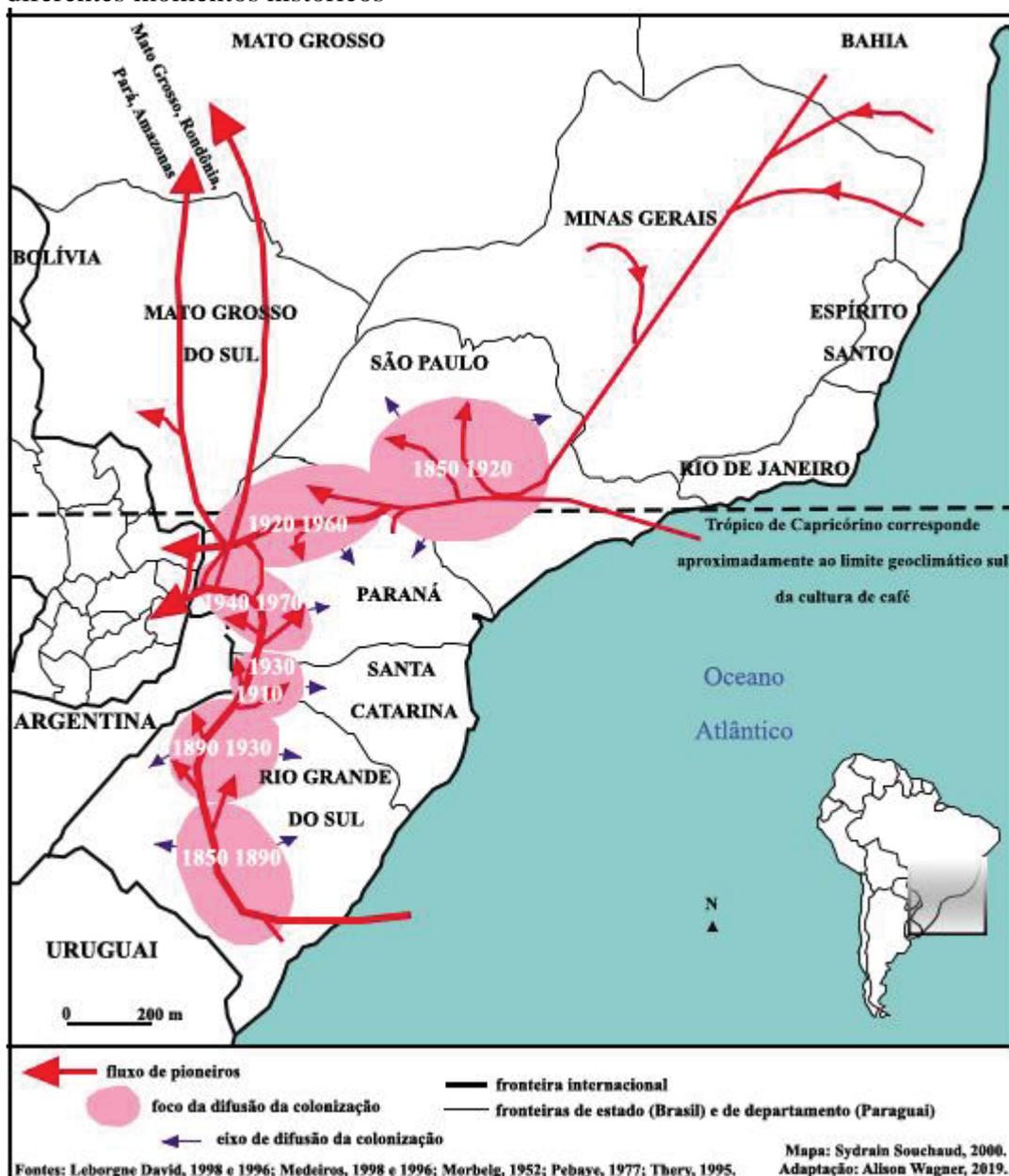
⁷ A letra V representa o caso do migrante que retornou ao Brasil em busca de estudo ou trabalho e acabou retornando ao Paraguai e por fim voltando para o país de origem.

⁸ As letras MD representam os casos de imigrantes que migram entre distritos no Alto Paraná, Paraguai e ao retornar para o Brasil realizaram vários deslocamentos.

ao retorno ao Brasil, o mesmo se dá para o estado do Paraná, estado em que boa parte deste morou antes de migrar ao Paraguai e para o qual alguns realizaram a primeira migração. O que possibilita entender que o retorno para um grupo é mais parte do processo do que ponto final.

Os movimentos migratórios, suas rotas e locais de destino estão assinalados no Mapa 1 – o pioneiro, que parte do Rio Grande do Sul em direção ao oeste de Santa Catarina, oeste do Estado do Paraná, Mato Grosso do Sul e leste do Paraguai. Outro movimento, assinalado em vermelho, parte do estado da Bahia, passando por Minas Gerais, São Paulo, norte do Paraná e leste do Paraguai. As setas pretas indicam a difusão da colonização para as demais regiões e a área destacada em vermelho aponta a abrangência de cada movimento migratório. Os deslocamentos migratórios não se dão de forma linear, mas existe um número significativo de migrantes que realiza esses processos demonstrados no mapa.

Ilustração 1 – Mapa das sucessivas migrações no interior do Brasil em diferentes momentos históricos



Fonte: (apud SOUCHAUD 2001, p. 20 In: FIORENTIN, 2010, p. 31).

Albuquerque elenca cinco processos básicos e articulados que explicam os volumes da imigração brasileira no país vizinho: primeiro é a aproximação geopolítica entre os dois países; o segundo é o movimento migratório espontâneo; o terceiro é a política de estímulo à imigração brasileira feita pelo governo paraguaio; o quarto são as mobilidades populacionais para a construção de Itaipu e o quinto o “boom” do comércio fronteiriço que ocorreu nas duas últimas décadas (ALBUQUERQUE, 2005, p.73).

Para compreender esses sucessivos movimentos migratórios para o Paraguai é importante considerar os fatores políticos do Brasil e Paraguai que possibilitaram que as

fronteiras estivessem abertas para a emigração. Durante a segunda metade do século XX, logo no início do governo de Alfredo Stroessner, em 1954, o Paraguai e o Brasil começam a estreitar as relações geopolíticas, o que foi bastante positivo para a economia dos dois países.

Como afirma Albuquerque (2005), os momentos de maior aproximação entre os dois países aconteceram no governo de Juscelino Kubitschek (1955-60) em que o plano de governo desenvolvimentista não era restrito às políticas internas, mas também visava projetar os interesses do Brasil na América Latina e durante a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil. Neste último período são elaborados e colocados em prática projetos de integração econômica e física entre os dois países como a rodovia que liga Assunção com as principais cidades e portos do Brasil, a doação de uma área para exportação e importação dos produtos paraguaios no Porto de Paranaguá (1956), a construção da Ponte da Amizade (1965) e da hidrelétrica de Itaipu (1974-1983).

O Paraguai busca, na parceria com o Brasil, livrar-se da dependência existente com a Argentina que não se tornava viável para o país. O governo desenvolvimentista paraguaio formulou o Programa de “*Crecimiento para Fora*”, com a finalidade de modernizar a economia local e estimular o povoamento das áreas de fronteira com o Brasil (ZAMBERLAM; CORSO, 2010). Segundo Oliveira (2013), o objetivo do presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, era colonizar o Leste do seu país, região que possuía terras semelhantes às do Brasil, país do qual se esperava conseguir um corredor para escoamento da produção agrícola até o Atlântico e de lá, para a Europa.

No ano de 1961, o presidente paraguaio instituiu a maior política colonizadora implementada até então, denominada Marcha del Este. Em 1963, visando o funcionamento dessa política colonizadora, reorganizou a legislação agrária e criou o Instituto de Bienestar Rural (IBR), com a intenção de implantar a Marcha del Este, onde aconteceram movimentos migratórios de campesinos paraguaios e imigrantes brasileiros. No mesmo ano, foi alterada a Constituição, no ponto que se refere à lei de ocupação de terras, o que possibilitava constitucionalmente que estrangeiros pudessem comprar terras, inclusive na faixa de fronteira paraguaia. A colonização seguia o modelo já adotado no Brasil, inclusive no oeste do Paraná, tendo como objetivo colonizar a região de forma rápida e aumentar o processo produtivo de uma agricultura extensiva, voltada para a exportação e a inclusão nos grandes mercados (OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, houve o avanço de duas frentes de população para a região leste do Paraguai. Uma interna, que ocorreu através da migração de paraguaios que estavam estabelecidos na região central do país e outra externa com a imigração de brasileiros. Segundo Souchaud (2007), essas duas frentes tinham uma dinâmica espacial comum, mas cada uma possuía perfis próprios de ocupar o espaço. Os paraguaios se fixam no espaço em que estão os brasileiros, sem alterar a dinâmica. Já a presença brasileira nas zonas de colonização paraguaia apresenta-se mais radical no sentido da localização do espaço conquistado.

Entre os principais fatores que favoreceram a imigração de brasileiros ao Paraguai está o processo de modernização da agricultura, que por consequência levou ao surgimento do agronegócio, o alto custo e escassez de terras na região sul brasileira e a construção da ITAIPU binacional.

Como Silva (2007) explica, o processo de modernização agrícola, que inicia em 1960, buscava resolver a necessidade de se expandir a produção agrícola nacional com uma política específica para esse setor, com o objetivo de orientar a economia primária exportadora para bases modernas, o que envolveria a escolha de produtos agrícolas específicos, onde a produção seria inserida em larga escala, a partir do uso intenso de insumos e de máquinas modernas. Com base no Estatuto da Terra de 1964, esse processo buscou integrar a agricultura, a pecuária e a indústria, tornando-se um eficaz instrumento de caráter institucional para a transformação das relações sociais e econômicas no campo.

A nacionalização da fronteira do oeste paranaense e o processo de modernização agrícola no sul do país aconteceram no mesmo período e desde o início do processo de modernização foram surgindo contradições. Por esse motivo, a dinâmica de expansão da fronteira do sudoeste do Paraná acabou estimulando o movimento em direção ao Paraguai, cujas terras, clima, economia e políticas foram muito atraentes aos pioneiros, que em pouco tempo transformaram por completo aquela paisagem (SILVA, 2007).

Com o golpe civil-militar de 1964 no Brasil as políticas agrárias dos governos anteriores foram ignoradas, os movimentos de trabalhadores rurais foram reprimidos e implantaram-se políticas econômicas voltadas à modernização e industrialização da produção agrícola, incentivando a instalação de empresas agroindustriais de exportação que requeriam extensas áreas de terras.

Consecuentemente, este esquema de modernización significó la destrucción de la producción agrícola familiar destinada al consumo interno. En efecto,

los agricultores sin títulos de propiedad (posseiros), y los pequeños propietarios con lotes menores a 50 hectares fueran absorbidos por empresas agrícolas brasileñas y multinacionales que comenzaran a realizar fuertes inversiones, especialmente en el Centro Sur del país, en los departamentos fronterizos con el Paraguay (RIQUELME, 2005, p. 120).

Para Silva, os instrumentos inventados para a modernização do campo nos anos 1970 transformaram radicalmente a produção agrícola do país, passando a estar ligada à cadeia de produção industrial. Assim sendo, de um lado consumidora de técnicas, maquinários e insumos básicos, sobretudo petroquímicos, “e de outro como fornecedora de matérias-primas para as indústrias processadoras e de transformação e também para a exportação de *commodities* in natura, como no caso da soja” (SILVA, 2007, p. 91-92).

O mesmo autor aponta que a pouca oferta de terras e a questão da sucessão familiar levaram os agricultores a dependerem ainda mais das políticas de crédito do governo, que de uma forma beneficiou a pequena agricultura no período do “boom” da soja e do trigo. Porém, essas culturas só se tornaram viáveis por estarem ligadas à adoção de determinado pacote tecnológico. Entre os pequenos agricultores, a implantação do mesmo pacote acontece de forma parcial, devido aos limites estruturais e financeiros das mesmas propriedades. Essa situação tornou os pequenos agricultores cada vez mais suscetíveis às oscilações típicas do mercado, que eram seguras e vantajosas na prática para a produção em grande quantidade, devido à política de incentivo seguida pelos governos desde a década de 1960 (SILVA, 2007, p.98).

Conforme Baller (2014), uma das consequências da modernização agrícola conservadora é a ampliação de áreas cultivadas de monocultura, principalmente a da soja, o que por sua vez é um dos fatores que colaborou bastante para o êxodo de 1,2 milhões de pessoas do Paraná, sendo que dessas por volta de 590 mil, ou seja, 50% migraram na década de 70 para o estado de São Paulo. Outro fator que levou à saída de pessoas do Paraná foi a escassez de investimento no setor rural para atender os trabalhadores que não tinham terras, número que girava em torno de 400 mil pessoas, o que representa 33% do total de pessoas que saíram do Paraná.

Os pequenos agricultores que não conseguiram acompanhar o processo de modernização no Paraná foram excluídos ou vieram na emigração ao Paraguai uma possibilidade de reproduzir seu modo de vida e produção.

Você encontra lá, hoje está se eliminando isso, você encontrava uma família [com o] sobrenome Scherer, outra Scherer, outro se não era Scherer, era cunhado [...]. Como era esse processo? Como funcionava essa mecânica? O cara vivia aqui no Paraná já apertado, ele veio do Rio Grande [Sul], o modelo lá uma colônia, casou lá, não dava mais com o pai. Vêm dois irmãos, Toledo,

Alvorada, [Marechal Candido] Rondon, etc. comprou, família numerosa, seis, sete filhos, o modelo continuou. Bom e agora! Em 70, começa a mecanização, e a mecanização expulsa, [...] mecanização é tecnologia, é tecnologia, não há com ela, é muito impactante! E aí em muitos casos ocorre o descaso do Estado, cito o exemplo: os boias-frias, kômbis e kômbis aqui em Foz [do Iguaçu] levava pessoal pra carpi nas lavouras daqui da região [...]. Depois de repente todos caíram na favela, assim isso de um ano pra outro, encheu a cidade e não tinha emprego [...]. O que aconteceu? O boia-fria entrou o veneno, não precisava mais carpir, veio pra cidade. O pequeno agricultor se mecanizou, mas como vai viver com uma colônia em três, quatro filhos? (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

O relato do agricultor e professor Plínio Seger trata da modernização agrícola associada à impossibilidade de adquirir mais terras e o êxodo rural. A narrativa mostra um modelo de agricultura familiar que existia, como por exemplo, no Rio Grande do Sul, que foi reproduzido no Paraguai, mas que, devido ao processo de modernização agrícola o mesmo também vem se desfazendo entre os pequenos proprietários. Essas populações de agricultores que migram em busca de terra procuram escapar do êxodo rural, que os expulsa para os grandes centros urbanos, que por sua vez não conseguem absorver toda essa população no mercado de trabalho e quando o fazem, por terem pouca ou nenhuma qualificação, se sujeitam a trabalhos mais braçais no setor da indústria e serviço que exigem pouco estudo e, na maioria das vezes, sendo pouco remunerados.

Processo semelhante aconteceu em todos os estados do sul do Brasil e levou a uma concentração maior de terras para aqueles que tinham mais recursos nesse contexto para consumirem e se adaptarem às novas tecnologias. A terra não passa a ser vista mais como uma forma de subsistência, mas como um meio para se produzir mais riquezas à custa da exclusão daqueles que não conseguem se adaptar às inovações tecnológicas por não possuírem recursos financeiros, devido à pouca quantidade de terras e pelo número de filhos. Processo que levou por sua vez a desintegração de comunidades rurais, aqui trago como exemplo a comunidade na qual residi no Rio Grande do Sul, local onde havia muitas famílias, mas que atualmente apenas restam algumas famílias cercadas por lavouras, que utilizam o uso intenso de agrotóxicos.

Outra realidade levantada pelo mesmo entrevistado é a do descaso do Estado com relação aos trabalhadores itinerantes, os boias frias, que nas terras antes mecanizadas encontravam trabalho e que agora se encontram ainda mais marginalizados nas favelas das cidades, como no caso de Foz do Iguaçu. Realidade que mostra o quanto o processo de mecanização, alinhado à produção em larga escala e com pouco custo, é perverso, excludente e seletivo, pois reduz a presença de trabalhadores do campo para

realizar o serviço, os marginalizando ainda mais na sociedade e os criminalizando em muitas situações em que alguns, buscando uma forma de sustento, optam pela ilegalidade. O trabalho braçal necessário e pouco valorizado era a única forma de sustento dessa população que se encontrava praticamente fora desse mercado de trabalho por também não ter uma qualificação profissional.

Sendo assim, tanto os trabalhadores do campo quanto os pequenos proprietários se veem forçados a buscar novas oportunidades no Paraguai. Nesse contexto, o processo de modernização agrícola, que alavancou a economia do setor primário, por outro só acentuou a desigualdade social existente no Brasil, e além fronteira, no Paraguai o processo se repete e de forma mais grave ainda.

Ao mesmo tempo em que aconteceu o processo de modernização agrícola, se deu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que se apresentou como uma contradição, pois foi uma obra que trouxe desenvolvimento e modernização para a região oeste paranaense, porém, ao mesmo tempo, conduziu a exclusão dos agricultores atingidos pelo represamento das águas do rio Paraná, devido à barragem da usina. Os atingidos pela barragem de Itaipu representam uma parcela considerável dos imigrantes brasileiros estabelecidos no Paraguai (FIORENTIN, 2010).

As desapropriações foram ocorrendo entre 1977 e 1980. Nesse período, a Usina Hidrelétrica de Itaipu forneceu cartas de anuência junto aos bancos, para a utilização das terras e para financiamento e custeio do plantio da soja, do milho e do trigo. Porém, os acordos estabelecidos com os agricultores eram realizados de uma maneira que provocavam desorganização e desentendimentos, não sendo justos. Zaar aponta os principais problemas para os desapropriados:

a medição e a avaliação das propriedades, os prazos de permanência na área, os prazos de pagamento, o ritmo das indenizações e prioridades, as indenizações de bens comunitários e de pontos comerciais, a necessidade de um novo local de assentamento, a reconstrução da infraestrutura local para os agricultores que permanecessem na área, além dos problemas ecológicos advindos com a formação da represa (ZAAR, 2000, apud FIORENTIN, 2010, p. 22).

Para Sprandel (1992), o país vizinho surge como uma alternativa para os pequenos produtores, do estado do Paraná, que arrendavam terras em locais atingidos pela construção das barragens. Logo, a construção da hidroelétrica de Itaipu foi um fator a mais para a emigração ao Paraguai. Acontecimento que marcou a vida de muitos migrantes que cruzaram a fronteira. Como afirma o agricultor I.F.:

Muita gente que saiu do Rio Grande [Sul], Santa Catarina e entrou no Paraná, depois veio para cá, principalmente nos anos 80 quando fechou a Itaipu. Muitos foram indenizados, que moravam na costa do Paraná ali, aí esses venderam. Uma boa parte 40%, veio para o Paraguai (I.F., entrevista realizada via Skype, Naranjal, 08 ago. 2016).

O Paraguai surgia como um campo de grandes oportunidades aos brasileiros. Por muitos anos o valor da terra corresponderá ao décimo do sul do Brasil. Assim, a venda no Brasil de uma parcela, mesmo pequena, ou a poupança de um pouco de capital proveniente da venda de materiais motivava a qualquer migrante. Da mesma forma, a qualidade das terras que na época eram ocupadas por uma densa mata tropical, derivada essencialmente dos basaltos, era surpreendente (SOUCHAUD, 2011).

Albuquerque aponta que alguns grandes empresários agrícolas e um grande número de pequenos agricultores cruzaram o limite entre os dois países atraídos pelas “terras mais baratas, impostos menores e facilidades de empréstimo às instituições financeiras no Paraguai”. O autor acrescenta que “os incentivos do governo paraguaio, as propagandas desse novo mercado de terras na fronteira e a ausência de uma legislação específica de uso da terra na faixa de fronteira paraguaia favoreceram esse amplo movimento de brasileiros para o país vizinho” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 14).

Estas vantagens citadas acima favoreceram o estabelecimento dos imigrantes brasileiros, principalmente, nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay, na região oriental. Praticando o monocultivo da soja como principal atividade, que rapidamente teve a companhia de outras atividades variadas nos serviços, no comércio, na construção que conduziram o crescimento urbano nos espaços colonizados. Estas cidades desenvolviam o papel de apoiar a difusão do setor agrícola (SOUCHAUD, 2011).

O mapa abaixo mostra a divisão política do Paraguai e aponta com a seta alaranjada os departamentos que mais receberam imigrantes brasileiros, no período das primeiras décadas de migração.

1.3 Emigração para o departamento de Alto Paraná

No Paraguai, o local escolhido pela maioria dos imigrantes brasileiros foi a zona fronteiriça, ocupada pelo departamento do Alto Paraná. Aqui há indício que a travessia da fronteira representava ficar o mais próximo possível do local de origem, o que difere das migrações transoceânicas realizadas pelos antepassados da maioria desses imigrantes provenientes do sul do Brasil, pois estes no Paraguai não romperam de fato com o local de origem, suas redes familiares e sociais.

O Departamento de Alto Paraná caracteriza-se como afirma Ferrari (2009) por possuir terras onduladas e altas. Como é uma extensão das terras do extremo oeste paranaense, as terras se caracterizam por serem vermelhas e férteis, possuindo o basalto como rocha endógena, sendo adequadas para o plantio de oleaginosas como a soja, milho, arroz, sorgo e girassol, e também para plantas frutíferas como a tangerina, laranja, mamão, entre outras.

Quanto aos habitantes, Ferrari (2009) aponta que em torno de 40% de toda a população do Departamento de Alto Paraná é composta por estrangeiros, no caso, por japoneses, brasileiros, chineses e outras nacionalidades. Na região norte se concentra o maior número de brasileiros que, em distritos como de San Alberto, chega a 80% da população. Ao mesmo tempo, a população paraguaia é maior na capital Ciudad del Leste, no distrito de Hernandarias e no restante do departamento, com exceção de Naranjal e Santa Rita. Em Ciudad del Leste os imigrantes brasileiros em sua grande maioria estão nos centros comerciais.

Conforme Albuquerque (2005), os imigrantes brasileiros criaram várias colônias nos departamentos de Canindeyú e Alto Paraná. Um grupo significativo migrou de uma região para outra no interior daquele país, principalmente, devido à “inundação do lago de Itaipu e também na tentativa de comprar maiores extensões de terras em lugares menos valorizados”. Estes imigrantes criaram grande parte das colônias que ficam ao norte e ao sul de Cidade do Leste. Atualmente, os maiores números de imigrantes estão nos distritos de.

Hernandarias, San Alberto, Mabaracayu, Itakyry, Mingua Porá, Nueva Esperanza, Katuete, Puente Kyhja, Corpus Cristhis, Francisco Caballero Alvarez, La Paloma e Salto de Guairá que estão localizadas ao norte de Cidade do Leste. Ao sul desta cidade estão os municípios de Los Cedrales, Santa Rita, Santa Rosa, Naranjal, San Cristóval, Domingo de Irala, Ñacunday. Existem ainda algumas colônias de brasileiros nos departamentos não fronteiriços de Caazapá, Caaguazu e Itapua, em localidades fronteiriças a

esses dois departamentos de forte imigração brasileira (ALBUQUERQUE, 2005, p.86-87).

O departamento de Alto Paraná passa por uma transformação bastante significativa nas últimas décadas, passando de uma região de mata para um importante centro econômico, ligado ao setor agrícola, ascendendo, assim, a economia do país que passou a ser um dos maiores exportadores de grãos.

1.4 As trajetórias migratórias e suas redes

As redes tiveram grande influência na decisão pela migração para o Paraguai. Quanto à importância delas, Fazito (2005) defende que só o desejo de migrar por si só não leva a pessoa a migrar. O sujeito deve estar em condições ou em uma posição estrutural que torna possível a migração. Essa posição somente é alcançada se está inserido em redes.

Existem classificações que devem ser consideradas quando se tratam de redes. Soares⁹, com base na perspectiva teórica em que se estruturam as redes, assim as distingue:

i. rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais; ii. rede pessoal representa, então, um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.;iii. rede migratória não se confunde com redes pessoais; estas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar; iv. rede migratória, cujas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, é, também, um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras (SOARES, 2002, p. 24).

Entre os e/imigrantes brasileiros que adentram ao Paraguai percebe-se uma relação bastante estreita entre redes sociais e redes migratórias, pois as mesmas se confundem. Ainda referente à constituição das redes sociais, elas se formam por intermédio

de ações coletivas a partir da interação de rede, desde as redes mais “próximas” formadas no cotidiano, as redes primárias, até as redes

⁹ Na tese de Weber Soares, intitulada: “*Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*”, esta estuda “as conexões entre a emigração internacional, a rede migratória internacional e as redes migratórias internas, tratadas à luz de duas perspectivas analíticas complementares de redes sociais: a ptolomaica (egocentrada) e a copernicana (rede completa)” (SOARES, 2002, p.14). Delimitando a sua análise às cidades mineiras de Valadares e Ipatinga e as imigrações para os Estados Unidos.

secundárias, aquelas formadas em função da distância e/ou em função da ausência vinculadas a amizade, parentesco, religião, vizinhança, por exemplo (WARREN apud MONDARDO¹⁰, 2010, p. 102).

No Departamento de Alto Paraná, muitos imigrantes brasileiros tiveram o acesso à propriedade da terra, ao arrendamento e ao trabalho remunerado no campo. Essas oportunidades foram divulgadas através de redes de relações que foram se constituindo por conhecidos, parentes, vizinhos, amigos, corretores de imóveis e pelos meios de comunicação, como o rádio.

No caso de I.F., ao escutar conversas sobre a oferta de terras no Paraguai e diante da oportunidade de poder adquirir a sua própria terra, decidiu, como muitos brasileiros, verificar e comprovar a veracidade das informações: “porque tinha muita gente de lá [Brasil] que falava do Paraguai [que] é bom, bonito, tem terra boa que nem aqui [Paraguai]. A gente veio ver e verificamos que era verdade, pensamos que tinha um futuro, viemos pra cá, com mala e cuia” (I.F., entrevista realizada via Skype, Naranjal, 08 ago. 2016).

I.F, natural de Crissiumal, RS, com 20 anos de idade decidiu por migrar para Marechal Cândido Rondon, atual Entre Rios do Oeste, PR, em busca de trabalho nas terras do irmão. Ali acabou conhecendo e se casando com L.F., que também havia migrado do Rio Grande do Sul, com 14 anos. O casal, como muitos outros casais de imigrantes, provindos de famílias geralmente numerosas, não possuía terras. Assim sendo, viram no Paraguai a possibilidade de terem as suas próprias terras e ao mesmo tempo de adquirirem autonomia.

A depoente migra para Marechal Cândido Rondon, atual Entre Rios do Oeste, PR, juntamente com a família, por intermédio de um tio com o qual seu pai esteve que já morava no estado Paraná: “Então, ele foi visitar o meu tio no Paraná, daí ele voltou e disse assim pra mãe: “- Reza pra nós conseguir vender essa terra, porque aqui nós não vamos conseguir tirar o sustento pros nossos filhos” (L.F., entrevista realizada via Skype, Naranjal, 08 ago. 2016). O contato com o tio de L.F. foi importante para que o pai dessa encontrasse terras melhores, que possibilitariam a sobrevivência da família, que segundo a mesma possuía em Crissiumal terras improdutivas (compostas por partes

¹⁰ Na dissertação de Marcos Leandro Mondardo, intitulada Os períodos das migrações Territórios e Identidades em Francisco Beltrão, PR, discute-se dentro movimento “multidimensional de desterritorialização, as migrações para, no e do município de Francisco Beltrão, Paraná”. Em que evidencia em sua análise “o papel desempenhado das redes sociais que se processaram através dos contatos e vínculos tecidos com amigos e parentes situados no interior da teia reticular e, por extensão na produção de um território-rede na migração” (MONDARDO, 2009, p.9).

de lages na parte de baixo e pedras na superfície), o que dificultava o plantio nas mesmas, compradas no ano 1960, quando a família deixou a casa dos avós de L.F., em São Sebastião do Caí.

Como a família da L.F., muitas migraram no estado do Rio Grande do Sul, das *colônias velhas*, localizadas na serra e leste do estado, para as *colônias novas*, na região norte. As famílias cada vez mais numerosas, encontravam dificuldades para permanecer em poucas terras, forçando um processo migratório denominado por Roche de enxamagem. Em sua obra sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, o autor mostra a existência de quatro fases do processo migratório. A primeira até 1850, aquela em que os imigrantes europeus, mais especificamente os imigrantes alemães, se instalam no estado. A segunda fase, que vai de 1850 a 1890, seria a marcha para o oeste de São Leopoldo, rumo à região do vale do rio Caí. A terceira fase ocorreu a partir de 1890, na região do planalto, mais especificamente nas colônias públicas e privadas (ROCHE, 1969).

No Rio Grande do Sul, em específico, pode-se perceber um primeiro processo de imigração e colonização alemã no século XIX, localizado nas regiões próximas à capital, onde predominaram os núcleos criados pelo poder público. Já no final daquele século e início do século XX percebe-se um processo de remigração rumo à região do Planalto.

O processo de imigração e colonização alemã no Brasil foi acompanhado por um movimento interno paralelo: a remigração, ocorrendo de uma colônia à outra, ou dentro da própria colônia, além do retorno dos (i) migrantes. No final do século XIX, esse movimento de pessoas tornou-se mais intenso ainda, e a distância entre o lugar de saída e de destino cada vez maior. Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, insere-se a migração das *colônias velhas* para as *colônias novas*, entre as *colônias novas* e, principalmente a partir da década de 1920, das *colônias novas* para o oeste catarinense, e assim sucessivamente. Todo projeto de colonização ao se lançar, carregava consigo uma leva de migrantes, atraídos pela possibilidade de adquirirem (mais) terras para si e seus filhos, por preços reduzidos, na perspectiva de permanecer/tornarem-se proprietários (NEUMANN, 2009, p. 5).

O deslocamento de descendentes de imigrantes alemães e de seus filhos para a região do Planalto Médio deu-se por um conjunto de situações, como o crescimento demográfico da antiga zona de colonização alemã, aliado à escassez de terras para venda; a rotação de terras, acompanhada do uso intensivo e das queimadas, provocava o rápido esgotamento do solo, com a queda da produção; a disponibilidade de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização; o abandono ou a conjugação da atividade agrícola com o artesanato rural; a falta de sociabilidade foi a

responsável pelo abandono dos lotes ou o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, era diferente do modo de vida em aldeia conhecido na Alemanha (NEUMANN, 2013).

Para Roche “porque eram proprietários, mais precisamente pequenos proprietários, os colonos foram condenados a deixar o lote desbravado pelos pais e a continuar ou voltar a ser pioneiros”. Logo, “para continuarem agricultores, esses colonos deixaram o seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixaram o seu, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários”. Essas novas colônias receberam mais descendentes de antigos colonos que imigrantes: desde o advento da república o governo do Rio Grande do Sul, pouco favorável à grande imigração, desejava antes absorver os excedentes da população colonial que existiam (ROCHE, 1969, p. 319; 344).

Ao se referir ao processo de ocupação do norte-noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Golin (2002) destaca também essa característica do pioneirismo e pode-se afirmar que houve uma combinação entre frente de expansão e frente pioneira. Como o autor afirma, nessa região a frente de expansão se caracteriza pela migração de população para o território indígena para repor o modo de produzir e viver (no caso, as estâncias, etc.). A frente pioneira igualmente transfere a sua situação espacial e social, “porém tenciona uma ‘nova sociabilidade’ fundamentada em novas formas de produzir, em alterações no mercado e nas relações sociais” (GOLIN, 2002, p. 31).

Mesmo ao longo de história do Brasil houve frentes de expansão e frentes pioneiras. A frente pioneira da qual os imigrantes fizeram parte ao adentrarem no interior no Brasil, segundo Martins

compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTINS, 1996, p.29).

Segundo o autor, surgem novas relações ligadas então ao mercado, que convidam à mudança e à modernização que não consideram as relações existentes até então nesse espaço. Para Mondardo e Goettert, a mesma tem um forte elemento ideológico que defende a ideia de modernizar áreas antigas, ultrapassadas, “mortas”,

para formar uma nação do “progresso”, dos imensos plantios agrícolas, da fortuna e do enriquecimento breve. Ideologia que desconsiderou as pessoas que moravam nessas áreas (MONDARDO; GOETTERT, 2009, p.49).

Por outro lado, na frente de expansão a economia é de excedentes, sendo que as pessoas se dedicam a produzir para a subsistência, e após o que excede as suas necessidades é trocado por outro produto. Já a frente pioneira mostra a “expansão geográfica do capitalismo e a necessidade de anular o espaço pelo tempo, que pode, em parte, ser impulsionada pelo surgimento de um sistema de crédito”. Dessa forma, “da produção do excedente para a produção de mercadorias”. Estabelece-se nessa frente uma nova relação com a propriedade privada da terra (MONDARDO; GOETTERT, 2009, p.49). Para os mesmos autores

Há, na frente pioneira uma alteração nas relações com a propriedade privada da terra. Se antes na frente de expansão os posseiros, caboclos e/ou ocupantes apenas tinham o direito moral, isto é, tinham o direito da terra por estarem situados “em cima da mesma” trabalhando, na frente pioneira o direito se dá pela compra e pela imposição e regulamentação de documentos para legitimar o direito de posse da propriedade. Nesse sentido, a terra passa de um bem natural que estava à disposição do trabalho do posseiro, como valor de uso, se tornando uma mercadoria vinculada as relações de troca (MONDARDO; GOETTERT, 2009, p.50).

Compreende-se que tanto a frente de expansão quanto a frente pioneira fazem parte de uma dinâmica de expansão do capital, mas em etapas diferentes de desenvolvimento pelas sociedades que as formam (MONDARDO; GOETTERT, 2009). Segundo Martins (2009), a frente de expansão é mais próxima das relações servis de trabalho do que das relações próprias do capitalismo de produção. Ainda sobre as características das duas frentes, Martins afirma que:

Na frente pioneira a racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas estão visivelmente presentes em todos os lugares e momentos, já na frente de expansão é notório o predomínio de valores sociais, das crenças, do imaginário na formação, definição e sustentação dos vínculos sociais (MARTINS, 2009, p.162).

Ainda segundo Mondardo e Goettert, na frente pioneira compreende-se que a migração acontece de forma “forçada”, ligada em grande parte à reprodução extensa do capital (MONDARDO; GOETTERT, 2009, p.57). Essa frente percebe-se nas migrações do sul e centro-oeste brasileiros. Os sujeitos que fizeram parte das mesmas se viram de certa forma forçados a buscarem terras nesses espaços. Porém, esse processo levou consigo todo um projeto que veio a confrontar a outra frente, a de expansão existente nesses espaços.

E a quarta e última fase descrita por Roche inicia-se em 1914 e dela faz parte o êxodo rural, período no qual ocorreu um grande fluxo migratório para as cidades, bem como a saída de imigrantes para os estados de Santa Catarina, Paraná, entre outros. Segundo esse mesmo autor, “a agricultura dos colonos alemães teve carácter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar”. Entre os estados que mais receberam descendentes de imigrantes está o Paraná. A partir de 1940 “a onda da emigração rio-grandense dirige-se para o Paraná, que qualificavam como a ‘Nova Canaã’ por causa de suas terras de café” (ROCHE, 1969, p. 319 - 354).

Para Zaar, o processo de colonização da região do extremo oeste do Paraná teve dois objetivos centrais: o primeiro era nacionalizar esta região que no período do século XIX e início do XX foi ocupada por empresas chamadas “obrages” e favorecer o avanço das “fronteiras econômicas”, nesse caso das “fronteiras agrícolas” brasileiras, concentrando esforços para ampliar o crescimento dos setores que auxiliavam no crescimento das exportações (ZAAR, 2000, p.4).

Devido às mudanças na economia rural brasileira ocorridas a partir de 1930, muitos trabalhadores rurais começaram a se interiorizar pelo país, buscando terras virgens em outras fronteiras agrícolas, visando a consolidar uma agricultura e pecuária de expansão. No governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) a ocupação do território foi promovida através de uma ação administrativa agressiva por meio do programa “Marcha para o Oeste” (GREGORY, 2008, p.67).

Nas regiões de fronteira, como era o caso do Sudoeste e do Oeste paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, o poder público buscava, através de suas ações, evidenciar e explicar os sentimentos nacionalistas e até impô-los quando necessário. Getúlio Vargas defendia que o real sentimento de brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território por meio da colonização. Para que a colonização desses territórios fosse possível houve uma articulação de diversos interesses. Porém, foram os interesses mercantis e empresariais dos colonizadores que realizaram a marcha nacionalista, atendendo ambições particulares dos colonos imigrantes que fizeram parte da mesma (GREGORY, 2008).

O movimento migratório para o oeste do estado do Paraná se intensifica nas décadas 1950 e 1960. O mesmo se caracteriza por ser realizado por grupos, na grande maioria constituídos por famílias, amigos e vizinhos, além de trabalhadores agrícolas, que compravam lotes no mesmo local. A empresa colonizadora estimulava esse tipo de

migração devido às precárias situações de infraestrutura. A ajuda entre as famílias que migravam era necessária para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, para preparar a terra e cultivar alimentos para agricultura de subsistência (ZARR, 2001).

A colonização de novas áreas foi uma estratégia utilizada a fim de diminuir as tensões sociais e demográficas na região sul do país e evitar um amplo projeto de reforma agrária. Porém, essa estratégia acabou se convertendo na ação de todas as políticas governamentais, desde os anos mais duros do regime militar até os dias atuais, o que contribui para o “acirramento dos níveis de concentração fundiária e para a gradativa eliminação das pequenas unidades produtivas do mercado” (SILVA, 2007, p. 117).

As novas regiões coloniais foram se constituindo e se modernizando, tornando o acesso à terra mais difícil, escasseando rapidamente os lotes disponíveis. Somado a outros fatores, conduz ao êxodo rural e ao surgimento de novas frentes migratórias de expansão, em busca de terras mais baratas e acessíveis, como no caso da migração de sulistas ao Mato Grosso e região norte do país. Paralelo às migrações regionais, surge o fenômeno migratório além-fronteiras no Mercosul, entre Brasil e Argentina, Brasil e Uruguai, Brasil e Paraguai, atraídos pelas políticas e possibilidades agrárias dos países vizinhos.

Conforme Haesbaert e Bárbara (2001), o Paraguai e a província Argentina de Misiones possuem área de mata e terra roxa que atraíram colonos principalmente do Sul, buscando terras agricultáveis. Pequenos produtores cruzaram o rio Uruguai e se criaram “colônias” em Misiones, como Aurora Alicia, porém, as leis rigorosas da Argentina, somadas à criação de reservas ecológicas, impediram o aumento desta migração e o inverso aconteceu no Paraguai, que possuía uma política de abertura para a expansão da fronteira agrícola que levou ao desmatamento desenfreado.

1.4.1 Ser itinerante no interior do Brasil

Percebe-se entre a população rural um constante processo migratório. E essa itinerância para Sales (1996) é a grande característica do trabalhador do campo brasileiro, que marca os mesmos desde o período colonial até nos assalariados rurais atuais, como os trabalhadores clandestinos e boia frias. A itinerância ocasionada por

estruturas que remontam ao predomínio político e econômico do latifundiário foi responsável pela ocupação da nossa fronteira agrícola (SALES, 1996).

A itinerância fez parte da família de Pedro Darci Scholl, que realizou várias trajetórias migratórias em busca de terras melhores, em grande quantidade e com um preço acessível. Nascido em São Sebastião do Caí, migra com seus pais e quatro irmãos, no ano de 1953, para o hoje São João do Oeste, município desmembrado da antiga colônia Porto Novo/Itapiranga, em Santa Catarina, em busca de mais terras. Porém, acabam realizando outra migração agora para o município de Missal, no Paraná, pois a terra adquirida não favorecia o cultivo.

Além da itinerância, outro elemento peculiar presente na migração dessas famílias são redes. As redes de apoio e referência para esses migrantes podiam ser tanto de familiares e conhecidos como religiosas. A credibilidade das mesmas se tornava fator decisivo para a compra de terras e migração. Para os pais de Pedro Darci Scholl, a presença dos padres jesuítas em Missal, Paraná, foi um elemento bastante considerado para a aquisição das terras, pois nos municípios de São Sebastião do Caí e Itapiranga essa congregação religiosa católica também estava inserida.

Já tinha ido muita gente lá pro Paraná, tinha um vendedor de terras do Paraná, primo do meu pai, ele vendia em Toledo, daí ele queria e o pai sempre queria vender e ir embora, e a mãe falou: - “Não, tem [que] primeiro olhar”, o pai ia vender sem olhar. No fim, daí o Dário, meu irmão mais velho, já tinha comprado no Paraná, daí o pai e a mãe foram juntos, tinha um comprador lá e foram juntos e compraram. Mas a história, mais ou menos, um pouco, sempre se trata de acompanhar, tipo a igreja que lá era *Volksverein*, só vendia para católicos. Em Missal era a terra dos bispos, também um padre foi o colonizador, então quer dizer, sempre acompanhava assim, um pouco a igreja, sempre acompanhado os Jesuítas (Pedro Darci Scholl, Santa Rita, 27 jul. 2018).

O contato com o primo do pai de Pedro Darci Scholl e com o seu irmão também teve a sua parcela de importância na aquisição de terras pelo casal em Missal. Nesse município, a família conseguiu comprar mais terras, mas não eram também favoráveis para o cultivo, o que levou a uma nova busca agora em terras paraguaias. Na trajetória ao Paraguai percebe-se também uma migração feita e motivada pela migração de muitos conhecidos ao Paraguai: “as terras lá onde o meu pai compro, onde nós estávamos, não eram boas que nem aqui [Santa Rita] assim. Daí a turma começo de vender para ir lá pro Paraguai, daí foi um, foi o outro, foi os vizinhos, daí o meu pai veio junto uma vez e comprou pra três filhos” (Pedro Darci Scholl, Santa Rita, 27 jul. 2018).

O seu pai adquiriu terras para três de seus dez filhos, os quais acabam constituindo famílias e se estabelecendo no Paraguai. Com o tempo, no ano de 1977, adquire terras próximas as dos seus irmãos, no atual distrito de Santa Rita e, no dia 28 de fevereiro 1978, migra com o filho mais velho para construir um galpão em suas terras, quinze dias após a esposa Lourdes Scholl, que também migrou com a família de Caibaté, RS, para Missal, PR, se estabelecem juntamente com os demais filhos do casal no Paraguai.

Por fim, no ano de 1985, o patriarca da família João Willibaldo Scholl e sua esposa Irma Petri Scholl fixam residência próxima a dos seus filhos, em Santa Rita, PY. O que motivava a família para a migração era a busca por terras melhores, em grande quantidade e por um preço acessível algo que só se tornou possível por completo no país vizinho.

Essa busca também levou a família de Dirlei Basttanel, natural de Três Passos, RS, a realizar várias trajetórias migratórias no interior dos estados do sul do Brasil. No 1976 para Itaipulândia, no ano de 1983 para Dourados, MS, e no ano 1984 para San Alberto, Paraguai:

O meu pai lá lutava com lavoura, é lugar de muita dificuldade, muita pedra, moro, lugar ruim de trabalhar. Daí a gente veio para o Paraná, Paraná tinha terra boa, mas conforme foi crescendo a família, às terras ficaram muito caras. A gente foi pro Mato Grosso [Sul] né, e daí lá se damos mal também, as terras não eram muito boas, terra fraca. Daí a gente veio pro Paraguai, tinha bastante brasileiros morando aqui e gostemos do lugar, terra boa, daí a gente mudou pra cá (Dirlei Basttanel, San Alberto, 28 jul. 2018).

Para muitos migrantes, que haviam realizado várias trajetórias migratórias no interior do Brasil, o Paraguai surgia como oportunidade para eles se tornarem proprietários de terras, algo que até então não foi possível. Lázaro Gonçalves, natural de Lavínia, São Paulo, trabalhava com a família como diarista nas plantações de café. No ano de 1955 migram para Londrina, na região norte do estado do Paraná, em busca de “lugar mais novo” por intermédio da família para trabalhar como diarista nas plantações de café.

Em 1973, ele migrou com a família para a colônia recém fundada de Los Cedrales, no Paraguai buscando

Procurar melhoras mesmo né, que trabalhava, morava em Londrina, trabalhava de empregado e terra lá na região já não existia mais mesmo. E no Paraguai, surgiu na época essa oportunidade de terras baratas, então a gente veio pra lá, eu em sócio com outro cunhado e conseguimos comprar cinco alqueires de terra, cinco alqueires de terra era muita terra né! [...]. Então, a

gente entrou no mato e sofreu bastante porque até derrubar, até começar o plantio e tudo foi tempo e passou muita necessidade, muita brutalidade mesmo (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

A migração para o estado do Paraná também faz parte da trajetória da migrante Terezinha Brand Böger e de seu esposo. Natural do município de Gran Pará, Santa Catarina, esta chega em Medianeira com o seu marido no ano de 1969, vindo a residir com o seu irmão e trabalhando em terras arrendadas no cultivo do café. Sobre a decisão de migrar essa assim se expressa: “é a onda!!! O pessoal, muitos iam para o Paraná né, os parentes, os irmãos dele, os meus irmão já tinham ido, daí sabe, é uma sarna! Aonde um vai o outro tem que ir também, acha que é melhor” (Terezinha Brand Böger, Santa Rita, 27 jul. 2018). Como a mesma nos relatou com muitos detalhes e clareza, a decisão de migrar para o Paraná se deu pela insistência de familiares que já haviam realizado a migração e se encontravam bem estabelecidos no Paraná.

O deslocamento de Terezinha foi influenciado por cadeias migratórias. Estas conforme Pedone¹¹, “se refiere a la transferencia de información y apoyos materiales que familiares, amigos o paisanos ofrecen a los potenciales migrantes para decidir, o eventualmente, concretar su viaje” (PEDONE, 2010, p. 107). Os familiares aqui tiveram um papel decisivo para a migração do casal para o estado do Paraná e após alguns anos para o Paraguai.

Na trajetória migratória de Amélia o fator determinante para o deslocamento foi a presença e incentivo de familiares que já haviam realizado a migração para esses locais. Amélia Ebert Haupt, natural de Estrela Velha, RS, migra com esposo e filhos seguindo esses familiares que haviam migrado há mais tempo. A primeira migração foi para o município de Novo Sobradinho, atual Toledo, no estado do Paraná, no ano de 1969 e a segunda, quatro anos depois, migra para o município de Santa Helena.

Já no ano de 1977, diante do risco de ter as suas terras inundadas pela represa da usina de Itaipu, a família migra para a colônia de Santa Rosa del Monday, no Paraguai, e realiza mais outra migração no mesmo distrito juntamente com mais cinco famílias, que trouxeram a mudança em um único caminhão. Como descreve Amélia, “os homens foram catorze dias antes fazer uma casa assim, e daí todo mundo se ajeitou [...] e daí foi feito uma construção assim, que serviu de escola e igreja pra culto e pra missa, e todas as crianças iam ali pra aula” (Amélia Ebert Haupt, Santa Terezinha de Itaipu, 13 jan.

¹¹ Claudia Pedone, que em sua tese intitulada “Tu siempre jalas a los tuyos”: cadenas y redes migratórias de las familias ecuatorianas hacia España, cujo objetivo fundamental era analisar e compreender a articulação, a dinâmica e as configurações das cadeias e redes migratórias construídas em torno do movimento migratório de famílias equatorianas para a Espanha (PEDONE, 2003, p.3).

2019). A narrativa da mesma mostra que a emigração também acontecia através da parceria entre os homens das famílias que migravam antes juntos para realizarem as benfeitorias necessárias para todos poderem se instalar.

Essas articulações feitas entre os imigrantes também se fizeram presentes entre os emigrantes italianos que chegam a América, como pontua Vendrame. Em seu estudo, os imigrantes eram vistos como atores sociais que procuravam se apoiar em redes de relações, visando conseguir informações seguras sobre as possibilidades de trabalho e outras vantagens em novas terras. O emigrante orienta sua conduta e age para modificar a realidade no qual se encontra presente. Havia uma articulação coletiva para deslocamento, que por sua vez era reforçada pelos laços parentais ou de solidariedade entre os sujeitos, o que possibilitava as atividades conjuntas na ocupação das novas terras e a organização das comunidades recém-fundadas (VENDRAME, 2015, p. 204 - 206). O que amenizava as dificuldades na adaptação e inserção em novas terras.

A migração dos irmãos do pai de Ivete Camargo para o Paraguai influencia o seu deslocamento e de sua família pois esta, em Cerro Largo, RS, já estava distante de boa parte dos familiares. Porém, em um primeiro momento não migra para o Paraguai, mas para Dom Aramando, PR, pois como tinha na época a maioria dos filhos pequenos achou prudente esperar que eles crescessem um pouco mais para migrar para o Paraguai. A família migra então para o município de Dom Armando, PR por volta do ano de 1975, onde adquire terras. Além de trabalhar nas mesmas, o pai de Ivete exercia a profissão de pedreiro, profissão que exerceu por um bom período de sua vida. No ano de 1980, a família de Ivete migra por influência de tios paternos e maternos que estavam bem estabelecidos na colônia de Santa Rosa del Monday, no Paraguai. Partem como expressa a mesma.

Pra trabalhar pra fazer dinheiro mesmo, pra fazer futuro né, porque ali no Paraná, eles tiveram mais três filhos, mais três irmãos meus, que nasceram no Paraná. Aí o pai falava assim: “- Nós temos nove filhos e agora tá na hora de nós migrar pra ir pra um lugar pra comprar mais terras, pra nós poder trabalhar, fazer um futuro, alguma coisa!” Que aí já era complicado viver em cima de meia colônia de terra, né (Ivete Camargo, Santa Terezinha de Itaipu, 14 jan. 2019).

A região leste do Paraguai atrai brasileiros para as mais diversas atividades, mas a realidade encontrada nas colônias recém-fundadas não torna viáveis as mesmas, levando a que repensem os seus planos. Em uma tarde de inverno, em San Alberto, distrito do norte do estado de Alto Paraná, conheci Nadir José Sirtoli e sua esposa Carmem Furlan. Entre risos e chimarrão o mesmo me contou um pouco de sua trajetória

migratória. Natural de Aratiba, Rio Grande do Sul, migrou com a sua família para o município de Ampere, no Paraná, em busca de terras melhores para o cultivo. Depois de um tempo migra mais uma vez agora para a cidade de Vera Cruz, no Paraná, e passa a trabalhar na oficina do seu cunhado. Já no ano de 1978, em visita ao Paraguai, muda os seus planos e adquire terras naquele país.

Fiquei um tempo trabalhando na oficina do meu cunhado, ali em Vera Cruz, né [...]. Daí que partiu essa ideia de vim pra cá. Daí nós tinha um colega, que tinha um irmão dele aqui, e viemos pra visitar esse irmão do nosso colega, e já com a intenção de colocar um acessório aqui. Já trouxemos um pouco de peça, assim na Brasília, e já ia ficar aqui, alugar uma porta aqui [...], mas como fomos rodar a cidade [...] e não tinha carro, era só bicicleta e carrinho de cavalo, tinha uns três carros, [...] daí o meu cunhado falou: “- Mas acessório pra quê?” Daí que fomos, tinha um açougue chamado Bambu [...], e compremos uma carne e fomos ao sítio, onde que morava o irmão do nosso colega. E lá esse irmão do nosso colega falou: “- Óh, o vizinho ali tem um sítio pra vender”. Daí almoçamos, fomos lá pra comprar o sítio, e como nós não tinha dinheiro junto, deixemos conversado, assim falado, e deixemos o relógio em garantia. Se nós não voltasse até sábado nós perdia o relógio. Daí voltamos lá pra Vera Cruz, e arrumei a minha mala e trouxe as minhas coisas, e no sábado nós viemos. Daí viemos, fizemos o pagamento, ele saiu de cima da terra e eu fiquei ali trabalhando (Nadir José Sirtoli, San Alberto, 28 jul. 2018).

O mesmo percebe que naquele momento os planos do seu cunhado e dele não seriam viáveis pela realidade que encontraram em San Alberto, que na época era uma pequena colônia que estava surgindo. Porém, não volta para casa desapontado por seus planos não terem sido concretizados, mas sim aproveita-se da informação fornecida pelos seus contatos estabelecidos e averigua a oportunidade de adquirir um sítio e efetiva. Assim, retornando para casa determinado a conseguir em uma semana o dinheiro necessário para pagar a mesma.

Nadir assim se aproveita das redes em que estava inserido para conseguir uma oportunidade melhor de vida. Como Soares percebe que os indivíduos estão conectados por complexas e amplas redes sociais, que se manifestam em diversos interesses. Essas funcionam “como circuito de tráfego no ambiente social, como trajetórias relacionais possíveis que ligam certos atores/nós e fornecem, a um só tempo, **oportunidades e constrangimentos**” (SOARES, 2002, p. 4, grifo no original).

Quem também aproveita a oportunidade ofertada pela rede social na qual estava inserido fora o pai de Silvina Rauber, natural de Iporã do Oeste, SC, que migrou para Missal, PR, em 1966 e depois para Naranjal, PY, em 1978.

O meu pai fazia parte da cooperativa daqui de Missal, e daí o presidente da cooperativa, como estavam construindo a barragem. O principal motivo da

gente sair dali foi a barragem, mas a nossa terra não fazia parte da barragem né, só que daí apareceu a ocasião de sair porque muita gente estava saindo, né. Daí esse presidente da cooperativa, que é o fundador, ele tinha essas terras lá no Paraguai, e ali [Missal] eles estavam precisando dessa terra para construir a cooperativa, e ele ofereceu para o pai né. E lá na região [Paraguai] não tinha ninguém da nossa região [Missal], foi só porque o amigo dele aqui da cooperativa tinha essa terra lá. Porque lá era bastante terra e aqui em Missal, assim, a gente não ia crescer né, pelo tanto de filhos [que] era. O pai não tinha condição de comprar mais terra pra nós (Silvina Rauber, Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

No relato acima, o pai de Silvina, diante da oferta de terras, reflete e considera a proposta do amigo que possuía “bastante” terras no Paraguai e realiza a troca da sua propriedade em Missal com este, pois devia ter constatado que tendo uma família bastante numerosa e com poucas condições financeiras para adquirir mais terras as possibilidades da família crescer e prosperar financeiramente eram inexistentes.

Segundo Sprandel, os pequenos proprietários estavam cientes de que estavam migrando ao “Paraguai, enquanto Estado-nação distinto”. Muitos eram atraídos pelos anúncios de companhias colonizadoras que atuavam no oeste do Paraná. A autora acrescenta que “os corretores dessas companhias tinham o cuidado de divulgar as facilidades então oferecidas pelo governo paraguaio (isenção de impostos e crédito bancário), e algumas chegavam a alardear a possibilidade de as terras virem a se converter em brasileiras” (SPRANDEL, 1992, p.158).

Nesse sentido, as propagandas sobre a oferta de terras de boa qualidade em grande quantidade e por um preço bastante acessível criou muitas expectativas positivas em muitas famílias. Porém, muitos com o passar do tempo foram se desiludindo diante da realidade encontrada e das dificuldades para se estabelecer em novas terras.

O trânsito de agricultores pela aduana paraguaia da Foz do Iguaçu era contínuo e desordenado. Máquinas, animais e homens entravam no Paraguai como se estivessem indo para outro Estado brasileiro. Nas rádios das cidades do interior do Brasil, principalmente as gaúchas pipocavam entrevistas de colonos que alardeavam ter ficado ricos da noite para o dia naquele país. Mas o quadro não era bem aquele que estava sendo pintado pelos colonizadores (WAGNER, 1990, p. 18 apud JUNIOR, 2016, p.63).

A família dos irmãos Paulo Oliveira e Alcindo José Oliveira é um exemplo disso. O pai destes, motivado pela propaganda da venda de terras no Paraguai anunciada através da rádio Alvorada de Londrina, no programa de Elias Siqueira Martins, adquiriu 10 alqueires de terra naquele país, na colônia de Los Cedrales, no ano de 1975. Porém, sem terem conhecimento das terras, acabam encontrando uma realidade não imaginada.

Nós escutávamos, através do rádio, a propaganda que lá no Paraguai tinha muitos mil alqueires de terras [...]. Esse tal de Siqueira Martins nós escutava só pelo rádio, ele anunciando, fazendo propaganda que tinha essas terras, muitos mil alqueires, na região de Los Cedrales, Paraguai. Terra boa pra plantar café, mas não era nada disso, pra lavoura sim, pra café não. Daí o pai comprou esse terreno lá (Alcindo de Oliveira, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

Naturais de Porteirinha, Minas Gerais, a família que possuía experiência no cultivo de café realizou várias migrações dentro do estado do Paraná na região de Londrina, trabalhando como arrendatários nas plantações de café. Nesse sentido, o Paraguai aparecia como uma possibilidade para poderem cultivar em suas terras o café, porém a expectativa foi desfeita ao ocupar aquele espaço favorável para outros cultivos.

A migração para o Paraguai nem sempre era algo que em um primeiro momento atraía quem migrava. Ao ficar sabendo da oferta de terras no Paraguai e do interesse do esposo pelas mesmas, demonstrou muito receio em migrar devido à “fama dos paraguaios” e a Guerra do Paraguai¹². Esta última ainda estava muito viva na memória dos brasileiros e mais ainda entre os paraguaios.

Daí começou a sarna do Paraguai, que uns viam, daí outros também iam, e os outros queriam ir também, querem coisa, daí tudo é fácil. Eu dizia: “Meu Deus!!!” Eu tremia as pernas. Meu Deus! A fama do Paraguai e da Guerra. Tinha uns paraguaios que vinham trabalhar de peão em Medianeira, ixi, eles eram feróis! Qualquer coisa lá eles corriam de foice atrás de uns lá. Daí a Guerra do Paraguai né. Daí naquela época teve a Copa do Mundo, em Asunción, e daí a turma de Medianeira foram em Asunción assistir o jogo, era no tempo do Pelé, [...] diz que passaram um apuro lá no estádio, e ainda era centenário da Guerra do Paraguai, [...] diz que nas arquibancadas tinha bolsinha de urina, de merda e jogavam nos brasileiros. Depois lá em Asunción, uns brasileiros lá meio querendo dar uma de turista e os paraguaios chamaram eles lá: “Vamos mostrar a cidade..., aqui [é] o Panteon dos heróis, aqui estão esses que vocês mataram na guerra”. Diz que passaram

¹² A Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança no Uruguai e Argentina é denominada pelos paraguaios de Guerra Grande, Guerra contra la Triple Alianza ou Guerra Guasú. Para Albuquerque, no Brasil lembrada como Guerra do Paraguai e no Paraguai como Guerra de Tríplice Alianza, o conflito envolveu de um lado o Paraguai e de outro Brasil, Argentina, Uruguai e Inglaterra. Conhecida como a maior guerra da América Latina, aconteceu entre 1864 a 1870, saindo o Paraguai derrotado. Segundo Albuquerque, geralmente entre políticos, professores e jornalistas, líderes camponeses paraguaios do Paraguai a mesma está ligada à morte de quase toda a população, ao fim do modelo de desenvolvimento independente, à privatização de terras fiscais e à perda de grande parte do território nacional. Porém, ao mesmo tempo, é um símbolo de resistência do povo paraguaio contra o domínio estrangeiro. Constata-se que o mesmo conflito é mais lembrado naquele país do que no Brasil. Para o autor, “a guerra marcou profundamente a construção da nação guarani, principalmente com a criação posterior do herói nacional e da consolidação da língua guarani como uma das principais expressões simbólicas da identidade nacional”. A mesma segue sendo lembrada nos conflitos por terras na fronteira do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2005). Conforme Maestri, para o Brasil a guerra foi um fato central do século XIX, “dos 150 mil brasileiros que teriam participado no confronto, talvez até cinquenta teriam morrido”. Os gastos financeiros com a guerra comprometeram por mais de uma década o país, conquistou bastante territórios e estabeleceu uma relação hegemônica sobre o Paraguai. Além disso, as forças armadas imperiais tiveram “salto qualitativo e quantitativo transitório [Exército e Marinha]” (MAESTRI, 2009, p.1- 2). Como consequências também deste conflito tem-se após alguns anos a mudança do regime político e o fim da escravidão. No Brasil a mesma não é tão lembrada como o Paraguai.

uns apuros quando estavam vindo embora, uns paraguaios nos barrancos atiraram pedras nos carros dos brasileiros. Isso era em [19]70, mas daí em [19]74 começa a fama do Paraguai. Eu com tudo isso na cabeça não queria vir de jeito nenhum, mas o outro [esposo] uma coragem que!!! (Terezinha Brand Böger, Santa Rita, 27 jul. 2018).

Através do relato percebemos o quanto acontecimentos históricos do passado marcam e permanecem ainda vivos no presente dessas pessoas. A memória sobre as vivências negativas realizadas por conhecidos com os paraguaios fez com que a Terezinha criasse um medo e uma aversão ao país vizinho mesmo sem o ter conhecido que somente foi desconstruído após a migração.

Sobre a memória, Lowenthal afirma que “toda consciência do passado está fundamentada na mesma. Através das lembranças recuperamos a consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem e hoje e confirmamos que já vivemos um passado”. Relembrar o passado é fundamental para o nosso sentido de identidade: saber quem somos confirma o que somos. “Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferentes que tenhamos nos tornado” (LOWENTHAL, 1998, p.83).

1.4.2 “De mala e cuia”, do Rio Grande do Sul para o Paraguai

Na emigração de brasileiros para o Paraguai percebemos algumas particularidades através das histórias de vida coletadas. Alguns realizaram várias trajetórias migratórias no interior do Brasil para só depois entrarem no Paraguai. Outros saíram do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e migraram direto para o Paraguai. O que existe de comum entre essas migrações é a presença de redes e cadeias migratórias que intermediam e facilitam a migração. Esse elemento também se fez presente entre os emigrantes europeus que adentraram no Brasil.

Para Truzzi existia uma cultura ou tradição de emigração que a partir do final do século XIX facilitou a migração para o Brasil na forma de uma emigração em cadeia, em que familiares, conterrâneos e agentes de propaganda funcionavam como uma corrente que transmitia informações e alimentava o deslocamento. Nesse sentido, o emigrante atuava no interior de redes de relações pessoais, de forma individual, ou no núcleo familiar, sendo visto com um agente racional que busca seus objetivos e movimentava recursos relacionais para escolher o seu destino e se inserir no mercado de

trabalho no local de destino, sendo visto como “agente mobilizador do capital social” (TRUZZI, 2008, p. 203 -207).

Entre os imigrantes brasileiros que entraram no Paraguai também se percebe a existência do “agente mobilizador do capital social”. Ao se certificar da veracidade das informações sobre as terras do Paraguai e adquirir as suas terras, alguns imigrantes começam a propagandear entre os seus parentes e conterrâneos a oferta de terras neste país, promovendo e faturando com viagem de possíveis compradores de terra e trabalhando como vendedor das colonizadoras.

Foi o caso de migrantes que deixaram o Rio Grande do Sul, como Afonso Petter, esposo de Maria Petter, natural de Santa Cruz do Sul, que migrou para Roque Gonzáles em 1941, em busca de terras melhores. Este, num primeiro momento, havia sido informado pelo funcionário do banco de que “no Paraguai para o colono seria melhor”, ou seja, a possibilidade de permanecer e crescer como proprietário de terras seria melhor, e por isso

Ele veio pra cá [refere-se ao Paraguai] olhar e já se agradou. Tem um monte de gente que mora no Paraguai que ele trouxe lá dos nossos lados [Roque Gonzáles]. Ele tinha uma combi de lotação, daí ele trazia o pessoal, e como ele fazia várias viagens, foi até vendedor da Santa Rosa, da colonizadora, daí arrumava negócio e ele mesmo ajudava o vendedor vender as terras pra colonizar Santa Rosa [del Monday] (Maria Petter, Santa Terezinha de Itaipu, 13 jan. 2019).

Ainda conforme o relato da esposa, as viagens que o mesmo fazia ao Paraguai estavam a serviço de realizar as benfeitorias na nova propriedade adquirida. No caso desse imigrante percebe-se que possuía recursos financeiros para realizar as viagens e encontrou uma forma de se beneficiar financeiramente na medida em que fazia contatos com seus conterrâneos sobre a oferta de terras no Paraguai.

Um dos contatos que teve o intermédio de Afonso Petter foi o do pai de Nelci Barcellos, em Saltinho, RS. Ele, no ano de 1984, tendo conhecimento sobre a oferta de terras no Paraguai, por meio de conhecidos que já haviam migrado, e após oferecer em uma conversa informal certa quantia ao corretor se esse trouxesse um comprador para as suas terras, logo recebe uma proposta de compra e fecha negócio, sem ao menos conhecer as terras no Paraguai e sem a aprovação do restante da família. Ainda, o mesmo necessitando de recursos para migrar e se estabelecer no país vizinho acabou perdendo muito dinheiro na venda de bens que a família possuía na antiga propriedade, pois havia realizado a venda em prestações que não foram salgadas pelos devedores. Nelci segue o relato dizendo que:

Por causa que veio uns lá que queriam vender terra, uns amigo dele que vieram do Paraguai, daí davam de corretor de terra, né, e daí foram lá influenciar para ele vender a terra, e ele aceitou na hora, não pensou duas vezes, aceitou na hora e já viemos. Foi bem rapidinho, foi rápido, era horrível, terrível, ninguém queria sair de lá. Na viagem inteira a gente se planejava pra fugir do pai no mesmo caminhão, os mais velhos. [...]. Na viagem estragou o caminhão, bateu a camionete e ficamos na metade do caminho, nos parentes lá em Giruá, ficamos mais de uma semana lá, depois continuemos, mas foi terrível! (Nelci Barcelos, Foz do Iguaçu, 16 jan. 2019).

A “febre da migração”, que levava muitos brasileiros a buscarem o “El Dourado” nas terras paraguaias fez com que eles, sem ao menos calcularem as vantagens e desvantagens dessa migração, como no caso assim citado por Nelci, fracassassem em sua decisão e perdessem o pouco que possuíam. A informante acima citada, que na época tinha quatorze anos, também percebeu desde o começo que a migração da família fora muito precipitada e desnecessária.

A tentação pelas terras paraguaias, pelo que estas poderiam possibilitar a esses agricultores surgiu como uma luz diante da realidade em que muitos viviam no sul. A falta de perspectivas de superação das crises econômicas enfrentadas pelas famílias leva com que busquem em novos horizontes aquilo que não conseguem mais nas terras de origem. Motivado pela propaganda feita por um ex-vizinho referente às terras do Paraguai, o pai de Noeli Maria Pasuch Rambo vai pessoalmente averiguar a informação. E, após confirmá-las, decide migrar com a família no ano de 1979,

momento en el cual por la crisis financiera de esos años, gran inflación de los productos y poca producción en el campo, llevó a colapsar los comercios (que siempre se manejaban a crédito) y al no haber giro de dinero no pudo cobrar yendo a la bancarrota. Esto obligó a Papá, a buscar nuevas perspectivas y en la época el lugar que se mencionaba que tenía buen desarrollo, era uno llamado “Chapadão dos Gaúchos”¹³ en Mato Grosso; hacia donde él se dirigió para confirmar estas informaciones, pero camino allí para en el estado de Paraná para visitar a un ex vecino, y este le informo que la gente estaba migrando hacia Paraguay donde había buena oferta de tierras, baratas y productivas. Allí cambio el rumbo y en vez de continuar hacia Mato Grosso vino hacia Paraguay a confirmar esta otra nueva información. Llegando aquí encontró una tierra buena, llena de bosque, con gran potencial y por sobre todo barato. Así que volvió a Três Passos y lanzó esta expresión: “Si DIOS hizo tierra más lindas que Paraguay puede guardarlas para él, porque yo me voy es a Paraguay”. Dicho esto vendió lo que tenía, pagó las cuentas dejando todo saldado, le sobro un poco de dinero y las fichas de sus deudores, las cuales nunca pudo rescatar, y salieron hacia Paraguay (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).

¹³ Os gaúchos chegaram aos cerrados do Mato Grosso (Chapadão do Sul, MS, e Canarana, MT) em 1972, no sul de Goiás por volta de 1975 e no noroeste mineiro (Serra dos Gaúchos) em 1977. Vários locais, como Serra dos Gaúchos, trazem no próprio nome a identidade do sul: Chapadão do Sul ainda hoje mais conhecido como Chapadão dos gaúchos, no MS; Porto dos Gaúchos, Gaúcha do Norte, Porto Alegre do Norte e Paranaíta, no MT (HAESBAERT, 1997 apud MARION; MORAES, et. all., 2005).

O pai de Noeli, em sua busca por superar as dificuldades financeiras da família, guia-se por informações de oportunidades e busca averiguar as mesmas para só depois migrar. Ao se referir a essa atitude adotada pelos migrantes, Soares cita a definição de Durham, que afirma quanto às redes sociais o migrante

“segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele. Vai com conhecidos, ou à procura de conhecidos, que sabe estar em tal ou qual lugar. Os lugares que ele conhece são aqueles que fazem parte da experiência passada da sua comunidade e são relações pessoais que servem de ponto de apoio à movimentação espacial. A não ser excepcionalmente, o emigrante não se aventura no desconhecido, mas se orienta por notícias, por informações, por relações” (DURHAM, 1984; p.138 apud SOARES, 2002, p.18).

Na fala do pai de Noeli também se percebe as expectativas criadas por ele sobre as terras do Paraguai. Em suas análises, Pedone percebe que “os migrantes constroem socialmente representações sobre diferentes lugares de destino, sobre as potencialidades de trabalho e sobre as vantagens que esses lugares oferecem para homens e mulheres” (PEDONE, 2003, p.109).

Sobre as estratégias utilizadas pelos imigrantes no Paraguai, Souchaud afirma que, para a região, a princípio, chegavam os homens sozinhos, acompanhados às vezes de amigos ou parentes. Os brasileiros vinham para estes lugares informados por um rumor espalhado que dizia “del otro lado de la frontera, las tierras abundantes y fértiles se ofrecen a las personas de buena voluntad”. Assim, depois de realizar certa averiguação a família se unia de forma completa formando uma importante mão de obra (SOUCHAUD, 2007, p. 125).

Essa migração realizada em etapas foi feita pela família de Noeli. O seu pai e irmão migraram para trabalhar nas terras adquiridas enquanto a outra parte da família permaneceu na espera das condições favoráveis para migrar para as novas terras.

Papá con el poco dinero que sobró después de pagar sus cuentas, vino a Paraguay a comprar tierras, y adquirió 12 hectáreas en lo que hoy es conocido como Curupaty (en la época Colonia de Formosa, perteneciente al Municipio de Santa Rosa del Monday, Alto Paraná, Paraguay), las compró del Señor Geraldo de Oliveira. Mientras Mamá que estaba embarazada y los hermanos quedamos en Tres Passos, aun viviendo un tiempo más. Luego de adquirir las tierras Papá volvió y junto con los dos hermanos varones volvieron a Paraguay para iniciar los trabajos, siendo acogidos por un vecino de tierras quien les brindó apoyo y solo un tiempo después si se hizo el viaje definitivo, esperando el nacimiento del nuevo bebe y cuando cumplió un mes, dejamos Brasil y vinimos a Paraguay. Aquí llegamos a vivir de alquiler en la villa de Formosa, mientras que se plantaban las tierras adquiridas que eran a unos 3kms de la vivienda (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).

A mesma experiência, mas com algumas particularidades, foi feita pela família do ex-vereador de Santa Rita, Jacó Weller. Com poucas terras, recursos financeiros e uma família numerosa, pois já contava com filhos casados, o pai de Jacó, como muitos pais de família preocupados com o futuro dos filhos, fora atraído pelos convites de conhecidos e vizinhos que já haviam migrado ao Paraguai. Este ao conhecer as mesmas adquiriu terras com a finalidade de destiná-las aos filhos e suas futuras famílias.

O pai se agradou e adquiriu uma propriedade em [19]73. Posteriormente, em outra viagem de reconhecimento e pago das terras adquiridas, aumentou a compra, mas como era um mundo desconhecidos só em [19]76 eu me animei a conhecer esse novo país, me agradei, decidi enfrentar essa nova realidade. Derrubei mato acompanhado do pai, plantamos e fizemos barracão, e em [19]77, já fizemos colheita. Casei-me no Rio Grande do Sul [...] e em 07/07/1977, o pai tendo vendido a sua propriedade, decidimos mudarmos todos e viemos em quinze pessoas a esse novo país (Jacó Weller, Santa Rita, 17 jan. 2019).

No caso acima houve toda uma articulação em novas terras antes da migração com o envolvimento da família. Porém, com as famílias que possuíam crianças o desafio era maior. Em um sábado de tardezinha chegamos à casa de Valdemar Kovalski e Josefa P. Kovalski, em Raul Penã. Os mesmos estavam nos esperando e com muito entusiasmo narraram as suas trajetórias ainda dentro de Guarani das Missões, no RS, onde realizaram seis mudanças no interior do município, em busca de terras melhores e em grande quantidade, pois a família estava cada vez mais numerosa. Insatisfeitos com a realidade que viviam, decidem conhecer novos horizontes. E por meio de um corretor foram conhecer as tão faladas terras paraguaias.

Apareceu um corretor vendendo terra, ele não era vendedor, ele trazia as pessoas que compravam terras no Paraguai e daí nós viemos, mas na primeira vez eu vi que lá em Campo 9 e Campo 8 era terra mista, terra branca, aí nós voltamos [...], daí nós não queria aquelas terras porque nós tinha medo de terra branca. Daí na outra viagem, no outro mês, nós viemos aqui, entramos pela balsa 26, daí [...] eu vi terra colorada, e comprei duas colônias, daí compramos, puro mato. E viemos com a mudança no dia 22 de setembro de 1977 (Valdemar Kovalski, Raul Penã, 26 jul. 2018).

O casal nos descreve ainda a sua trajetória para o Paraguai, realizada com os 10 filhos dentro de uma caminhoneta Rural Willys com muitos detalhes. A ajuda que tiveram dos familiares pelo caminho, como a hospedagem e mantimentos, no estado do Paraná no caminho para o Paraguai e os primeiros tempos em novas terras. Na medida em que um dos dois ia relatando o outro ia complementando, ou discordando, revelando assim o quanto a memória é uma construção social. Para Menezes, como construção social, a memória “é formação de imagem necessária para os processos de constituição

e reforço da identidade individual, coletiva e nacional”. Ele acrescenta que “a memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para a classificação e para o intercambio social” (MENEZES, 1992, p.22).

1.5 A chegada em terras paraguaias

Segundo Albuquerque, os imigrantes brasileiros, provenientes de vários estados, entraram no Paraguai em sua grande maioria cruzando a fronteira entre o estado do Paraná e o departamento do Alto Paraná pela “fronteira seca” entre o estado do Mato Grosso do Sul e os departamentos de Canindeyú e Amambay’. O autor acrescenta que:

Os principais lugares de entrada e de saída de brasileiros foram e são a Ponte da Amizade, o lago Itaipu e vários pontos da “fronteira seca”. Muitos entraram sem nenhum visto e quase sem nenhuma fiscalização. Principalmente na década de 1970, vários caminhões de mudança atravessavam o limite todos os dias, uns ficavam nas cidades e vilas fronteiriças e outros desapareciam no mato, cobertos pela poeira vermelha das primeiras estradas (ALBUQUERQUE, 2005, p.86).

Os imigrantes brasileiros, ao adentrar no Paraguai, por enfrentarem quase todos as mesmas dificuldades, acabaram tornando-se bastante solidários entre si. A fala abaixo de Josefa P. Kovalski nos ajuda a entender um pouco como funcionava essa ajuda entre estes.

Nós viemos os primeiros do município de Guarani das Missões, os primeiros imigrantes, [...]. E nós acolhemos algum, alguma pessoa que vinha comprar terra ficava em nossa casa hospedada. Eu cozinhava, até lavava a roupa pra alguns (Josefa P. Kovalski, Raul Penã, 26 jul. 2018).

No relato de Josefa sobre a migração, aparece um elemento de fundamental importância para a ida e permanência das famílias: a ajuda e a acolhida aos imigrantes que adquiriram as suas terras naquela região. Pautado em uma política de viés econômico, o Paraguai favoreceu a abertura de portas aos emigrantes brasileiros. Além dessa hospitalidade do país aos brasileiros, a relação entre os migrantes que já encontravam há mais tempo no Paraguai com os que estavam aos poucos chegando, foi muito pautada pela solidariedade, o que facilitou a adaptação ao país de destino.

Para Ramos, “a relação de hospitalidade pressupõe consideração do outro como semelhante”, logo, “trata-se de um convite para o exercício da sensibilidade, do questionamento dos próprios valores, da ética e, principalmente, da responsabilidade universal”. Ao mesmo tempo, “receber pode ser um exercício de poder sobre o outro,

inserindo-o ou não em uma rede de relacionamento e oferecendo-lhes coisas que deveriam ser de seu direito, como elementos de um privilégio" (RAMOS, 2003, p.28-31).

A solidariedade e reciprocidade - elementos que caracterizavam os familiares que permaneceram nas pequenas comunidades de origem desses migrantes, foram importantes em todo o processo de migração, fixação e de organização das novas comunidades. Na fala da L.F. podemos compreender um pouco mais:

Nós casamos num sábado e no outro sábado já estávamos aqui [Paraguai] de mudança [...]. Nós pagamos um caminhão lá [Brasil] e, com a nossa mudança foi onze pessoas [que] nos mandaram coisas junto [...]. No nosso caminhão veio bastante comida, farinha, arroz, coisarada assim, até mandioca, tudo com os pés de mandioca, tudo assim sabe, carne, carne em lata. Isso de lá mandava, parente mandava coisa pra mandar pros outros, coisa pra trabalhar no mato. Nós trouxemos uma vaca e uma criação, um pouco de porco e um pouco de galinha. Assim, nós vínhamos (L.F., entrevista realizada via Skype, Naranjal, 08 ago. 2016).

Na migração da L.F. as redes sociais tiveram papel importante, pois acabaram organizando e influenciando os comportamentos individuais. Estas se formam, se dinamizam e ao mesmo tempo migram, alteram-se e movimentam-se, trocas e laços, doações e débitos cortam territórios, trabalham como nós conectados por horizontes de várias dimensões e se fortificam devido às demandas, distâncias, ausências, falta de relação entre os imigrantes. As mesmas tornam-se fortes com o agrupamento regional e de descendência. Unem-se devido aos objetivos comuns e intensões que se cruzam (TEDESCO, 2010).

Nos relatos envolvendo a viagem percebemos a preocupação e a organização das famílias para a mesma. Maquinários, gêneros alimentícios de primeira necessidade, animais, plantas, móveis eram transportados em caminhões para as novas terras adquiridas no Paraguai. Os que migravam contavam com o auxílio dos familiares que ficavam ou dos que moravam em cidades por onde iriam percorrer para entrar no Paraguai. Nos relatos de alguns imigrantes estes mencionam a ajuda recebida pelos familiares que ficaram no Brasil, com alimentos, bens materiais e também dinheiro para as primeiras lavouras e saldar dívidas contraídas com os bancos no Paraguai.

Ao analisar a emigração de alemães para o Rio Grande do Sul, Woortmann, constata que a emigração para eles não era um projeto individual, mas sim era um planejamento que envolvia família, parentes e vizinhos. Geralmente migravam grupos de pessoas aparentadas entre si ou da mesma aldeia e agregavam os solteiros

(WOORTMANN, 2000, p.210). Essa estratégia também foi adotada pelos seus descendentes, emigrantes brasileiros que decidiram cruzar a fronteira e se instalar no Paraguai.

Na fala de Terezinha transparece uma riqueza de detalhes sobre migração e chegada em novas terras. Depois de um dia fazendo os trâmites da mudança na aduana, ela e sua família começaram a travessia feita por meio de balsa até a colônia de Santa Rita, no ano de 1975:

Às vezes a gente passa e olha lá aquele brete aonde nós entramos. Daí a balsa guria! Uma balsinha, uma balsinha, com acho 8 tonel e umas planchas em cima quando nós viemos com a mudança e no meio aberto, ixi!!! Daí o rio [es]tava ainda meio cheio e aquela balsinha, pra subir na balsinha tinha que encostar [uma] plancha, outra plancha, daí outras planchas [...]. Olha, eu passei tanto medo, tanto medo! Daí viemos de lá do [km] 26 até aqui, tinha duas pontes com plancha, o resto era tudo mata burro [...]. Daí o outro meu irmão estava segurando o Irineu [filho] assim, daí ele [filho] se levantou, olhou aquele buraco lá, o meu irmão começou a rir, diz que o coraçãozinho dele era tuktuktuk de tanto medo (Terezinha Brand Böger, Santa Rita, 27 jul. 2018).

Ilustração 3– Balsa sob o rio Monday nos primeiros anos da colonização



Fonte: Acervo particular de Marcia Mesomo apud SZEKUT, 2018, p.132.

As lembranças que vem à mente de Terezinha Brand Böger ao visitar o lugar por onde ela e a família passaram estão presentes em sua memória. Sobre a memória, Candau argumenta que ela nos dá a ilusão de que “o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (CAUDAU, 2012, p. 16). Para Rousso, a memória é definida como a “presença do passado”, pois “é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional” (ROUSSO, 2006, p. 95). Portanto, a memória é uma construção coletiva. Todavia, ela também tem caráter individual, pois “é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória. Origem do sentimento de continuidade temporal, condição necessária da representação da unidade do Eu” (CAUDAU, 2012, p. 61).

A memória é também um fenômeno que, quando construído de uma forma individual, pode ser consciente ou inconsciente. “O que a memória individual grava, recalca, exclui e relembra, é evidentemente o resultado de um trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p.204). Para Woortmann, a memória sempre funciona no sentido de “trabalhar” o passado para criar o presente e construir o futuro. Para ela, “a memória é sempre seletiva; ela não dá presença a um passado genérico, mas a determinados eventos, localizados em determinados lugares no espaço e no tempo, dotados de significado em contextos específicos” (WOORTMANN, 2000, p.213).

A memória da trajetória migratória é imbuída de um sentimento de heroísmo diante das dificuldades encontradas e superadas, como a falta de estrada, o isolamento, a falta de infraestrutura elétrica e água potável, de assistência médica e de escolas, além dos desafios para a abertura de novas terras cultiváveis, que eram muitas vezes realizadas com ferramentas pouco eficientes e de forma manual.

Hoje em dia, esse tipo de migração que nós enfrentamos eu acho que ninguém vai mais enfrentar. Entrar numa selva virgem ali, picadas abertas [...], quando chovia ninguém podia trafegar por ali adiante. Tem que ter muita coragem mesmo! E muita gente veio, por isso nós ficamos ali porque a maioria vinha do nosso país. Então, vieram de Santa Catarina, Paraná e de outras regiões, ali a gente foi se acostumando e trabalhando (Entrevista realizada via Skype, Naranjal, 08 ago. 2016).

Por ter enfrentado e superado as adversidades encontradas em novas terras, o migrante é representado como vencedor. Desbravador de matas virgens que, com a força de seu trabalho, conseguiu transformar as terras em maiores produtoras de grãos da atualidade. A narrativa desses sujeitos sobre as dificuldades enfrentadas nas

trajetórias e na inserção no Paraguai se assemelha, conforme identifica Sant'Ana, a de muitos alemães que encararam como um ato heroico a travessia do Atlântico, que em sua grande maioria era definitiva.

A colonização alemã torna-se resultado de medidas e atitudes coerentes, decididas e positivas. A miséria transformou-se em heroísmo. Os colonos são objetivos, decididos, corajosos e vencedores. No imaginário epopeico o abandono à própria sorte é uma grande e constante marca. O abandono de quem escapou da pátria mãe e não volta mais. A narrativa lembra o filho pródigo que jamais voltará. A epopeia colonizadora é a história do filho pródigo que não voltou (apud NEUMANN, 2013, p. 2).

Muitos desses imigrantes pioneiros carregam na memória um sentimento de intensa nostalgia ao lembrarem das dificuldades encontradas e superadas em família. As famílias eram a base dessa frente de expansão, que da mesma forma que nos demais processos migratórios trabalharam duro e de forma conjunta para conseguir o que tanto almejavam. Cada conquista, como por exemplo, aquisição de maquinários ou a construção de poços artesianos, eram muito celebrada. Com o tempo e com o aumento dos recursos, os imigrantes foram realizando melhorias em suas moradias e propriedades. A casa era o símbolo da concretização do sonho do colono e de sua família em novas terras. Trata-se de um espaço de socialização e de vivência de maior expressão familiar. As duas fotos abaixo mostram as moradias de Osvino Schneider e Valéria Schneider, uma das primeiras famílias que se instalaram em Santa Rita.

Ilustração 4 - Primeiras moradias de imigrantes brasileiros em Santa Rita



Fonte: HERRERA; CRISTALDO et. all. , 2010, p. 50.

Nas terras adquiridas muitas vezes não havia benfeitorias como casas. Já em alguns casos as propriedades adquiridas já possuíam moradias, que mesmo de forma modesta possibilitava a rápida instalação destes. E, assim, no provisório os imigrantes permaneciam até poderem construir uma casa mais confortável e segura. Como no caso do Nadir José Sirtoli, que assim descreve a sua casa:

Era um barraco feito de assim, de pau a pique, que eles falam né, fechada de coqueiro em volta, coberta de tabuinha e repartida de coqueiro. Na parte da cozinha tinha assoalho, na parte do quarto era chão. Nem cama nós não tinha, era feita de tarimba, feita de madeira, de pau fincado quatro cepo e posto pregado, no lado assim umas sete oito lasca de coqueiro, que servia de fundo da cama e assim, metia um colchão em cima assim. Nosso guarda-roupa era prego pendurado na parede, pendurava as roupas nos pregos (Nadir José Sirtoli, San Alberto, 28 jul. 2018).

Ao mesmo tempo a realidade encontrada muitas vezes desanimava a quem vinha cheio de expectativas criadas pelas falas de quem já havia migrado. Para muitos, as terras do Paraguai não passaram de ilusão. As famílias já acostumadas com certo conforto nas terras de origem tiveram que se adaptar a uma vida simples e de privações. Mesmo a construção da primeira moradia em muitos casos poderia levar meses ou até anos, como Nelci Barcellos relata: “ficamos um ano, por ai, debaixo da lona, quase morremos tudo, assim inchamos, não sei, ficamos tudo inchado, o rosto inchado, tudo porque fazia mal o calor, não éramos acostumados” (Nelci Barcelos, Foz do Iguaçu, 16 jan. 2019). Essa e outras dificuldades que surgiram com a migração levaram a divisão da família, pois os seus irmãos e ela, que já não haviam concordado com a decisão do pai de migrar, conforme conseguiam estabelecer contatos que oportunizavam empregos, logo saíam da casa paterna.

Portanto, as estratégias políticas de aproximação entre Paraguai e Brasil que beneficiaram a economia dos dois países trouxeram oportunidades de trabalho e de acesso à terra para os emigrantes brasileiros que não viam mais possibilidade de progredir e de manter no seu país de origem devido principalmente ao avanço do processo de modernização agrícola, que impossibilitava a permanência do pequeno proprietário no campo e dificultava a oferta de trabalho remunerado nas terras.

A emigração de brasileiros ao Paraguai é fruto de outros processos migratórios diversos que aconteceram no Brasil em torno da expansão da fronteira agrícola. Vale salientar ainda que essas trajetórias migratórias se dão de forma articulada através das redes sociais, familiares e migratórias criadas por estes. Essas redes também são a

sustentação para as famílias ao longo da migração e nos primeiros tempos em novas terras.

Os desdobramentos dessa emigração para o país vizinho, principalmente no nível social, cultural e identitário serão trabalhados de forma mais aprofundada no próximo capítulo, bem como elementos ligados à propriedade da terra e conflitos em torno da titulação de propriedades, que mostram a complexidade desse movimento migratório de brasileiros no Paraguai.

2. IMIGRANTES BRASILEIROS NO PARAGUAI

Para o migrante, a pátria é a terra que lhe dá o pão
(Dom João Batista Scalabrini)

O presente capítulo trabalha as estratégias de organização e de apoio entre os imigrantes brasileiros no Paraguai, a construção de identidades além fronteira com a organização de espaços culturais e a manutenção da língua portuguesa como elemento de distinção. Paralelamente, trata-se da inserção desses imigrantes no lugar de chegada via propriedade da terra e os conflitos atuais decorrentes da sobreposição titular, as questões ambientais e as influências do avanço do agronegócio.

2.1 Redes de apoio aos imigrantes brasileiros

As redes sociais, de parentescos, migratórias e pessoais foram acionadas por uma parte significativa dos imigrantes para auxiliarem na permanência no Paraguai, dando por sua vez origem a outras redes. Nessa realidade, os imigrantes que no local de origem cuidavam de si, mesmo residindo em comunidades interioranas, sentem agora a necessidade mais forte de retomar características próprias da vida de comunidade. Para o século XIX, Vendrame observa entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul “as redes de solidariedade e parentais – há tempos firmadas entre aqueles emigrantes – serviram de base para que novas relações de interdependência e reciprocidade fossem firmadas” (VENDRAME, 2010, p.72).

Para Souchaud (2007), nos primeiros tempos após a migração ao Paraguai, poder contar com o apoio entre si, tanto na zona pioneira como na área rural periférica, foi certamente um dos aspectos centrais de êxito nas primeiras décadas. Por outro lado, a fraca organização da frente nos seus espaços avançados e o pouco enraizamento no local de origem fizeram com que muitos pioneiros fossem expulsos facilmente a partir

de uma frente onde eles não poderiam encontrar lugar. Esse apoio entre os imigrantes é descrito por Noeli, ao relatar as ações de seu pai junto à comunidade:

Papá ayudó a formar las comisiones para adquirir y construir los salones para la iglesia, colegio y demás, donde se hacían fiestas para recaudar fondos y entretener a la gente, y también costear los maestros que venían de otras zonas a enseñar, principalmente el idioma Español. Esto permitió a que mis hermanos menores tuviesen acceso a los estudios, lo que en aquel momento eran precarios (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).

Além da ajuda para construção de igrejas, comunidades e escolas, na área da saúde é importante ressaltar a existente entre os imigrantes diante de situações que necessitavam de um encaminhamento para hospitais. Esse foi um dos assuntos mais levantados pelos imigrantes entrevistados quando questionados sobre os primeiros anos no Paraguai devido às dificuldades encontradas por estes para encontrar um local que prestasse esse serviço.

Lo bueno es que no nos enfermamos porque no había ni puesto de salud, ni médico, ni nada y el camino para tener acceso además de ser a más de 70kms de camino de tierra había que atravesar una balsa también sobre el Rio Monday, hasta llegar a Foz de Iguazú. Y fueron muchas las historias a este respecto, recuerdo que una vez una mujer dio a luz dentro del auto de mi padre, porque no llegaron a pasar la balsa. En la época él era muy solicitado para hacer este tipo de transporte, ya que era uno de los pocos que poseía vehículo (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).

Ainda é importante considerar o papel de referência do município de Foz do Iguaçu para os imigrantes. Diante de problemas ligados à saúde e mesmo a partos era a essa que os imigrantes recorriam nos primeiros anos. Somente com o passar dos anos e com a construção de hospitais nos municípios paraguaios recém-criados, os migrantes começaram a buscar os serviços de saúde mais básicos em seus distritos.

A gente conseguiu comprar um carinho né, que na verdade era um fusca na época né. E o meu serviço mais era trazer pessoas aqui pra Foz [do Iguaçu] pra tratar, porque criança no meio do mato doente, não sei o que... Então eu mais puxava doente aqui pra cá do que trabalhava lá na roça [...]. Pessoa de longe vinha: “Oh, me leva lá porque tá doente e tal”. Então a gente trazia, e voltava e ia pra roça de novo (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

Como resalta Lázaro, Foz do Iguaçu torna-se uma referência na área da saúde, pois nas colônias os acidentes e doenças eram bastante frequentes por estes estarem isolados e em muitos casos no meio do mato. A proximidade dessas colônias com a fronteira e a familiaridade dos imigrantes com o outro lado da mesma facilitava a obtenção por estes da assistência médica. Era em Foz do Iguaçu, também, que os

imigrantes buscavam outros serviços até então pouco ou não existentes nas colônias recém-fundadas, como no caso de escola, um dos nossos entrevistados relatou que a família retornou para Foz do Iguaçu e ali permaneceu três anos até ele e os irmãos aprenderem o básico na escola.

Conforme iriam se estabelecendo em novas terras, começaram a se estruturar e se organizar com a construção de igrejas, escolas, criação de cooperativas, comércio, instituições seguindo o modelo das antigas colônias, mas adaptadas à realidade encontrada por eles em novas terras. Nesse espaço comunitário foram surgindo lideranças políticas que buscavam resolver os problemas de ordem comum do grupo, o que demonstrava que os imigrantes eram agentes protagonistas no espaço ocupado. A foto abaixo mostra uma reunião com os primeiros colonos em Santa Rita.

Ilustração 5 – Reunião de imigrantes brasileiros em Santa Rita



Fonte: HERRERA; CRISTALDO et. all. , 2010, p. 47.

Segundo Souchaud (2007), empreendimentos individuais articularam-se a amplas redes transfronteiriças ao redor de uma família ou uma comunidade religiosa, que se responsabilizou pela criação de uma colônia e estava na origem da constituição e organização do fluxo de migração. A solidariedade e a ajuda mútua entre estes sujeitos tornaram mais fácil à superação das dificuldades de viajar e romper o isolamento durante a instalação. Ao ser questionado sobre os pontos de apoio para os imigrantes, o ex-vereador de Santa Rita, Jacó Weler, afirma que:

O maior apoio era entre o próprio imigrante, porque de parte do governo no começo foi até meio complicado, porque era Strossner, ditadura, aonde todos os policiais era autoridades e imagina então você no interior, entre os imigrantes quantos abusos que aconteciam, tinha muito pouco apoio da parte

do governo. O que fortaleceu e fez com que crescesse mesmo as comunidades era o apoio mútuo dos imigrantes, uns com mais recursos, outros menos. E desde o começo, líderes se destacando na luta pelos direitos do imigrante, com respaldo da igreja e com algumas autoridades, que eram mais flexíveis (Jacó Weler, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

O imigrante acima citado trabalha em Santa Rita, na Pastoral do Migrante, órgão que faz parte da Igreja Católica, responsável por dar assistência aos imigrantes no que lhes era necessário, principalmente aos menos favorecidos, que em sua grande maioria não possuíam documentos paraguaios. A documentação era um dos grandes problemas enfrentados pelos brasileiros no Paraguai, devido à corrupção presente na sociedade e nas autoridades.

Como o imigrante, principalmente, o brasileiro, ele quer as coisas rápido, aí quando você quer as coisas rápidas aí começa a corrupção, aí começa a exploração e teve gente que começou a criticar porque as próprias autoridades paraguaias dificultavam pra de repente ter a oferta de uma coima [propina], mas como nós fazíamos parte da Pastoral do Migrante, procurávamos evitar isto e com isso, eles dificultavam a documentação elaborada pela Pastoral do Migrante. E daí teve gente que condenava a pastoral, o trabalho da pastoral, porque onde é que se viu que o documento que eles queriam e sempre apurado. E outro que pagava essa propina conseguiam esses documentos com maior facilidade. Isso até hoje acontece (Jacó Weler, Santa Rita, 17 jan. 2019).

Sobre as dificuldades encontradas para a regularização da documentação no Paraguai, Souchaud afirma que, quando “*el inmigrante brasileño desea regularizar su situación, tendrá que dar prueba de mucha paciencia y la inversión en tiempo representará un pesado costo financiero, sin seguridad de la finalización del procedimiento*” (SOUCHAUD, 2007, p.256).

Segundo constatou Albuquerque (2005) em seu estudo, a partir de relatos de imigrantes para o setor de migração em Assunção ligados ao Ministério do Interior, não havia interesse na regularização, pois os funcionários das alfândegas recebiam propinas dos brasileiros que estão em situação irregular. E com a situação regularizada, o imigrante pode concorrer a cargos políticos nos municípios paraguaios, o que é dificultado pelo governo paraguaio e pela oposição política.

Muitos migrantes vivem há anos apenas com o *permiso* de turista, que é válido por três meses. Essa autorização é gratuita para os cidadãos dos países que formam o Mercosul. Como muitos brasileiros constantemente circulam pela fronteira, esse *permiso* pode ser renovado facilmente. Para regularizar a situação de imigrante no Paraguai, os documentos necessários são a *admisión permanente*, *radicación* ou *carne de inmigrante* e a *célula de identidad*. O carnê do imigrante tem uma validade de 10

anos. Os que possuem o carnê permanente de imigrante podem solicitar a *Célula de Identidad Civil de la República del Paraguay*, que também possui validade de 10 anos. Com estes dois documentos, os imigrantes podem participar legalmente da vida econômica e política municipal (ALBURQUERQUE, 2005, p.83).

Entre as décadas de 1970 e 1980, mesmo quando conseguiam a documentação, havia insegurança e incerteza quanto a sua validade para circulação no país. O que aumentava a extorsão por parte das autoridades paraguaias sobre os brasileiros que circulavam pelas estradas. Segundo relatos dos nossos entrevistados a cobrança de propina pela parte das autoridades paraguaias, principalmente, pelos policiais que trabalhavam nas fiscalizações das estradas sobre os imigrantes brasileiros é e era algo bastante frequente nessas cidades fronteiriças. A fala abaixo nos dá uma ideia dessa situação:

Nós pertencia a Porto Franco, na época Los Cedrales não era município [...]. Porto Franco exigia pra nós: “Óh, você precisa tal documento pra poder transitar aqui no Paraguai”, a gente saia dali e ia pra Hernandaria, aquele documento diziam eles lá que o documento não valia, que esse documento era municipal, então era aquela coisa né. Então, a gente nunca estava seguro, nunca tinha a certeza do que estava sendo certo ali, por isso que era difícil [...], e todo o lugar que parava também já sabia que iam morder, como se diz, pedir dinheiro (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

Para os primeiros imigrantes brasileiros que adquiriam terras, na década de 1970, a documentação no Paraguai era obtida sem impedimentos, pois com a *Imigrante*¹⁴ estes logo conseguiam a escritura, o que era facilitado pelo vendedor de terras. Entre os compradores haviam aqueles que faziam acordos com trabalhadores rurais brasileiros para que estes trabalhassem por um período em suas propriedades, que ainda estavam em mato. A estes estaria o encargo de transformar as mesmas em terras mecanizadas, conseguindo para si apenas uma parcela do que produziam.

Esses arrendatários geralmente eram pessoas mais humildes, com pouca instrução, como grande parte dos mineiros e nordestinos que em muitos casos apenas possuíam a identidade brasileira ou outro documento brasileiro, que não era considerado no país vizinho. Além disso, não tinham nenhuma informação e conhecimento sobre as leis paraguaias. Assim, permanecendo na ilegalidade, enfrentavam sérios problemas, como, por exemplo, quando buscavam registrar os seus filhos no Paraguai estes não possuíam documentos paraguaios o que tornava o registro mais difícil.

¹⁴ Imigrante, ou melhor, Carnê de Immigrante é um documento legal expedido no Paraguai, após o pagamento de uma taxa, necessário para os imigrantes brasileiros no país para que esses possam, como por exemplo, conseguir a titulação de suas terras.

A irregularidade na documentação prejudicava e limitava o imigrante que se encontrava nessa situação pela falta de conhecimento sobre as leis do país ou pela falta de recursos financeiros para custear a sua regularização. Em suas análises, Palau (2013) percebe que no Paraguai a irregularidade com relação à documentação não se limita somente aos brasileiros que trabalham no campo, mas aos trabalhadores diaristas que vão e vêm do outro lado da fronteira (como Ciudad del Este y P. J. Caballero) além de Itapúa.

Diante disso, a atuação da igreja frente a essa problemática foi fundamental para que conseguissem os seus documentos paraguaios, promovendo muitas vezes mutirões para a regularização da documentação. O relato do imigrante abaixo conta em detalhes uma dessas ações.

O padre formou um grupo de imigrantes para trabalhar só com isso [...], porque veio a convocação geral. O que era convocação? Ele avisou em todas as comunidades: “Tal dia, tal domingo venham pra Santa Rosa paróquia, vai vir o pessoal de Foz [do Iguaçu], da área da documentação, só vai vir aqui, eles vêm e vão embora, não ficam porque é uma autorização de governo para governo. Vão vir. Aproveitem!” Aí vinha esse pessoal que vivem dos fundos das fazendas, que cuidavam as fazendas de gado, dos grandes que plantam mais soja, que tem área maior [...], muita gente humilde, simples, então, traziam no papel aqueles documentos tudo num plástico, tudo rasgado, nasceu em Minas [Gerais], Ceará e Paraná e você ajeitar, ajeitar esse papel (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

Na narrativa de Plínio temos uma ação da igreja juntamente com representantes do setor da migração no Brasil. Ou seja, houve uma articulação entre os dois países que ultrapassou fronteira a fim de diminuir o problema da falta de documentação dos imigrantes. O que demonstra que, além do apoio espiritual, criação de comunidades e das atividades pastorais, algumas instituições religiosas buscaram em suas ações suprir muitas vezes a carência e a ausência do Estado junto aos imigrantes em outro país. A Pastoral do Migrante se apresenta envolvida em redes migratórias por estar a serviço dos imigrantes que se encontram desassistidos pelo Estado. Pedone, em seu estudo sobre os imigrantes equatorianos na Espanha, ao se referir às redes migratórias, afirma que

Las redes migratorias son estructuras sociales mayores que trascienden los límites geográficos y tienen un carácter eminentemente transnacional, e involucran a todas aquellas personas e instituciones que están vinculadas al hecho migratorio: políticas de estado (origen y destino), migrantes, empleadores y empleadoras, ONGs, personal de servicios sociales (preferentemente educación y salud), instituciones religiosas, asociaciones de migrantes (PEDONE, 2010, p. 107).

O relato abaixo nos mostra a atuação dessa rede de apoio que desempenhou muitas vezes ações que era de dever do Estado.

El lugar donde llegamos era una villa pequeña que dependía de una ciudad que a su vez también no era tan desarrollada (no tenía ningún servicio público, ni calles, ni nada por el estilo), aquí es importante resaltar el trabajo y la ayuda de los misioneros Scalabrinianos que tienen como carisma el trabajo con los migrantes y quienes eran autoridades en el lugar no solo a nivel religioso sino en todos los niveles, ayudaban en la parte judicial, en trámites de documentos y en todo lo necesario para que los migrantes se sintieran en casa. Y fue con ellos que se organizaron las construcciones de las primeras instituciones de la región que hasta hoy están. También contribuyeron a dar una seguridad emocional a los migrantes lo que ayudo a facilitar la adaptación (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).

Em sua fala, Plínio Seger recorda o papel de intermediação de comunicação entre os imigrantes e seus familiares no Brasil referindo-se a esse período “a época das cartas”:

Até 1900, eu tô chutando aqui, 1991, 1998, todo o período da irmã Olga, as cartas eram colocadas no fundo da paróquia de Santa Rosa [del Monday], [com] o nome das pessoas a quem era destinada, não tinha correio. As irmãs vinham em Foz [do Iguaçu], pegavam as cartas, classificavam e colocavam no fundo [da igreja]. No fim da missa, no recado dos padres diziam: “Olhem as cartas, senão volta à Foz, pode ter doença, pode ter isso, pode ter aquilo”... E a irmã Olga ia junto com o padre nas comunidades entregar essas cartas quando estava escrito comunidade tal. Eu me lembro dessas cartas, vinha letra de todo tipo, vinha cultura no Brasil até [19]70, [19]80, um caos nas escolas (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

Essa sensibilidade em perceber a necessidade de comunicação entre os imigrantes e os seus familiares que permaneceram no Brasil, através da busca em Foz do Iguaçu das correspondências e da entrega nas colônias destes no Paraguai, mostra a atuação dessa rede religiosa, que como consequência levará à mobilização de outras redes familiares e sociais entre os dois países, pois estas além de estarem informadas, prestaram auxílio, possibilitaram a movimentação de recursos financeiros entre os parentes e também a migração de familiares que estão morando no local de partida. Pois é importante lembrar que dentro desse contexto a única forma de comunicação, a não ser pessoalmente, se dava por meio das cartas.

Como nos lembra Silva (2007), destaca-se também entre os imigrantes a atuação da Igreja Luterana, que sempre esteve muito presente junto aos imigrantes. Nos movimentos migratórios, a fé é um aspecto reforçado, vivenciado e cultivado. Segundo Ramos (2003), muitos imigrantes procuram nos templos e igrejas um contato entre os membros do grupo que acontece após o culto ou a missa. Nesses encontros, partilha-se a

vida, as alegrias e dificuldades como uma forma de encarar a distância, a solidão e a angústia da saudade dos familiares. Ao mesmo tempo, é a forma de se criar redes sociais de solidariedade que auxilia o imigrante no que ele necessita para se estabelecer.

Na atualidade, constata-se que as redes sociais se ampliam ainda mais. Szekut, em seus estudos em Santa Rita, constata que não se trata apenas de redes migratórias, mas de redes sociais em significado vasto. “Com todos os poderes que as compõem, fluídas, formam teias de relações no espaço”. A autora observa a sociedade de Santa Rita como constituída por diversas redes que se tramam, tendo suas relações impregnadas de diferentes poderes que constituem uma situação global. Várias são as redes que agem no espaço e que ao estabelecer relações criam novas redes não fixas, que estão sempre em transformação, e definem as relações sociais. Por exemplo: “rede de migrantes que se fixaram; rede de comerciantes que se fixaram; redes que se formaram a partir das vizinhanças ou a partir das relações religiosas, e também a rede do agronegócio, a rede da pecuária, entre outras redes que se formam constantemente” (SZEKUT, 2018, p.34).

Conforme a mesma autora, as redes de solidariedade se ampliam devido a migração e se modificam. Através da colonização do Paraguai os migrantes brasileiros criaram redes transnacionais entre aqueles que se deslocaram e os que se fixam. “Como uma estratégia de reprodução, na qual a fixidez e a mobilidade se retroalimentam e formam campos sociais transnacionais, compostos por interesses econômicos, políticos, socioculturais”. Somando-se as redes transnacionais, surgem também outras redes tendo por base a nova realidade de vida, como as de produção, compadrio, políticas, ou seja, inúmeras redes de interesses. Os diversos vínculos entre os sujeitos criam redes de relações e constituem uma nova territorialidade na região (SZEKUT, 2018, p. 304).

Percebe-se nesse espaço a presença de redes transfronteiriças que ultrapassam as fronteiras, tornando-se mais complexas que as redes migratórias, pois se articulam com outras redes menores entre os países envolvidos. Sendo responsável pela circulação de pessoas, produtos legais e ilegais, recursos financeiros, maquinários agrícolas e bens de consumo, elementos culturais, a língua a fim de beneficiar os imigrantes brasileiros que se encontram dentro das mesmas redes.

Bárbara percebe a constituição de redes transfronteiriças, que são formadas em níveis culturais, políticos e econômicos, variando de acordo com as classes sociais, os produtos e as informações que surgem entre Brasil e Paraguai. Estas podem ser classificadas, principalmente, em três tipos:

As redes político-eleitorais: muitos imigrantes mantêm atualizado o título eleitoral brasileiro [...] esses, privilegiados, tem condições de vivenciar vantagens nos dois territórios, por causa de sua ampla capacidade de mobilidade; II) As redes econômicas: a circulação, a distribuição e o consumo made in Brazil são intensos no Paraguai Oriental. III) A rede ideológico-cultural: a penetração da “cultura brasileira”, por meio da utilização maciça do idioma português (BÁRBARA, 2005, p.342).

Para Haesbaert e Bárbara existem tipos de redes transfronteiriças “brasileiras”: a de economia legal, através da comercialização de produtos entre os países. Em que em grande parte os empresários brasileiros têm estabelecimentos, como cooperativas ou empresas individuais, nos dois países. O ideológico cultural, ligado à cultura e identidade, mantido entre os imigrantes com o Brasil, em que a língua portuguesa, a difusão de meios de comunicação brasileiros, a cultura regional CTGs, no Paraguai, que estão vinculados a rede de gauchismo brasileira. A rede de parentesco entre os imigrantes e seus familiares que residem no local de origem. A rede de movimentos sociais, como a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Pastoral do Migrante. A rede político-eleitoral, onde imigrantes brasileiros eleitores que moram no Paraguai cruzam a fronteira para votar em candidatos que lhes fazem promessas de campanha. A rede de serviços, em que os imigrantes recorrem a serviços da área da saúde e educação e onde muitos mesmo morando no Paraguai buscam a aposentadoria e benefícios previdenciários concedidos pelo Brasil. A rede de economia ilegal, mesmo que nem sempre envolva migrantes a mesma opera intensamente como modo de reinserção e reinclusão frente ao desemprego e a precariedade do trabalho, como exemplo o tráfico de drogas. Essas redes transfronteiriças “brasileiras” atuam também na Argentina e no Uruguai com maior ou menor intensidade (HAESBAERT; BÁRBARA, 2001, p. 11-12).

A partir das trajetórias migratórias dos nossos informantes podemos traçar um perfil dessas redes: existem redes culturais, que mantêm elementos culturais e que preservam a língua portuguesa; redes étnicas, mais presentes entre os imigrantes de ascendência alemã. Elas têm a tendência maior de serem mais acentuadas na fronteira. Existe uma rede de CTGs entre o Brasil e o Paraguai, onde os grupos das instituições do país vizinho participam no Brasil em eventos. Redes econômicas, principalmente voltadas ao agronegócio, redes que buscam os serviços públicos no Brasil, onde há caso de imigrantes que ficam na casa dos filhos quando buscam tratamento no Paraná. Redes políticas, pois um grupo de entrevistados afirma votar no Brasil quando a eleição e também no Paraguai.

Nesse sentido, quando se reflete sobre as redes criadas pelos imigrantes em solo paraguaio, constata-se que foram muito importantes para a fixação do imigrante, o auxílio mútuo entre famílias, migrantes e instituições religiosas, que acompanharam estes, levaram ao enfrentamento e superação de dificuldades básicas, como documentação, saúde e educação. Essas, no entanto, com o passar do tempo foram se modificando e ampliando dando origem a outras redes internas e externas, as ditas redes transfronteiriças, que reforçam o vínculo como o país de origem desses imigrantes, facilitadas pela proximidade com a fronteira.

2.1.1 Surgimento de novos distritos

No Alto Paraná, os imigrantes ajudaram a criar boa parte dos distritos, como Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, Raul Peña e Los Cedrales (na região sul) e San Alberto (na região norte) do departamento. Por estes distritos se encontram ou passaram os entrevistados da nossa pesquisa de campo. Os mesmos estão destacados no mapa do departamento de Alto Paraná, que se encontra logo abaixo através de uma seta lilás.

Ilustração 6 – Mapa do departamento de Alto Paraná



Fonte: Disponível em: www.mopc.gov.py/mopcweb.oldqred-vial-s1. Acesso 09 de julho de 2019. Adaptado por Alison Wagner, 2019.

O distrito de Raul Peña localiza-se ao sul do departamento de Alto Paraná. A atividade econômica é centrada na agricultura e na pecuária. Emancipado de Naranjal em 2012, sendo que antes disso o mesmo foi uma colônia fundada em 1977 pelo paranaense natural de Marechal Candido Rondon, Plinio Kleeman, que adquiriu e vendeu as terras aos colonos. A colônia era denominada no passado de Nueva Rondon, em homenagem ao seu fundador. Sendo constituída em sua grande maioria por imigrantes brasileiros descendentes de alemães, italianos e poloneses, tendo a população estimada em 9.053 habitantes.

A partir do ano de 1973 surge a Colônia Naranjal, pertencente ao colonizador Wili Lüdeke, hoje distrito de Naranjal. Na sua constituição a mesma recebeu colonos que

teriam suas terras inundadas devido a ITAIPU, bem como imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1991, se emancipou de Ñacunday e Domingo Martínez de Irala (ZAMBERLAN; CORSO, 2007). Com uma população de cerca de 13 mil habitantes, sendo de predominância imigrantes brasileiros, e tendo como principal atividade econômica a agricultura.

Próxima a ela surge a mais Santa Rosa del Monday. Conforme Miller (1996), nos primeiros anos da década de 1970 formou-se a colônia Santa Rosa del Monday constituída em sua grande maioria por imigrantes brasileiros que, na sua maioria, fizeram a trajetória migratória do Rio Grande do Sul ao Paraná e do Paraná ao Paraguai. Partindo de Cerro Largo, Santo Cristo, São Paulo das Missões e municípios vizinhos. Realizaram movimentos migratórios similares no Paraná, estabelecendo-se em Missal, Toledo e Marechal Candido Rondon, como arrendatários ou pequenos proprietários. Outro grupo, como a maioria dos nossos entrevistados já realizaram a trajetória da região norte do Rio Grande do Sul ao Paraguai. Entre estes a maioria é de ascendência alemã, sendo que os mais antigos, mesmo no Paraguai, ainda falam o alemão. O distrito localiza-se a 80 km da fronteira com o Brasil. Como colônia a mesma foi fundada pelo brasileiro Oscar Muxfeldt, tornando-se distrito no ano de 1990, tendo atualmente uma população estimada em 18.000 habitantes, composta em 80% por brasileiros, sendo o forte de sua economia a agricultura.

Vizinho à anterior cria-se o distrito de Los Cedrales, que foi fundado como colônia em 1972, formada por pequenos agricultores, na grande maioria imigrantes brasileiros. Como aponta as entrevistas com imigrantes que moraram na mesma, a princípio foram surgindo armazéns, campo de futebol, igreja que funcionava como escola e botecos (bares). No dia 20 de dezembro de 1989 a mesma se elevou a distrito. Possuindo uma população de 12.750 habitantes, tendo como principal atividade econômica a agricultura.

O distrito de San Alberto, localizado no norte do departamento de Alto Paraná, surgiu como colônia também em 1970, fundada pelo capitão Alberto Fernández Valenzuela, presidente da Empresa Colonizadora Mbaracayú SA, sendo denominada naquele período como Gleba 6. A maioria da sua população é de sul brasileiros que migraram na grande maioria na década de 1970. A colônia se caracterizava a princípio pelo grande plantio de menta, o que requeria grande quantidade de mão de obra, pois a maior parte do trabalho era realizado de forma manual. Porém, a menta permaneceu

somente até o ano de 1986, quando a produção foi descontinuada por causa do esgotamento do solo.

Em 4 de janeiro de 1991, tornou-se distrito emancipado de *Itakyry*. Segundo Ferrari (2009), o distrito situa-se nas margens do rio Paraná e a denominação deve-se ao Capitão Alberto Fernandes, que foi um pioneiro latifundiário do local, adorado pelos paraguaios do lugar como o grande homem do povo. Recebeu esse poder simbólico devido ao poder econômico e político que usufruía na região. A mesma conta com uma população aproximada de 12.223 habitantes. Na economia o forte é o monocultivo agrícola, em especial de soja. Lugar de grandes proprietários de terras, denominados “brasileiros no Paraguai”. Devido à grande presença do agronegócio, o mesmo adotou o codnome “A CAPITAL DEL AGRO”. Atualmente, os pequenos camponeses perderam espaço para a grande e média propriedade da soja.

Ainda no sul do departamento surgiu a colônia Santa Rita, hoje distrito de Santa Rita, localizado sobre a ruta VI Juan León Mallorquín, a 70km de Ciudad del Este, capital do estado. A colônia foi fundada em 1973, quando o IBR (Instituto de Bienestar Rural), vendeu para Adelino Vettorello, colonizador, que loteou e vendeu as mesmas para famílias. Segundo Szekut, no período de colonização, o espaço que compreende atualmente Santa Rita, era pertencente ao *distrito de Domingues Martines de Irala*. Sendo que grande parte era explorada pela colonizadora *Itaipu Amalisa*, tendo como coordenador Adelino Vettorello. Além desta, o espaço também teve a presença de outras colonizadoras “o IBR – responsável pela área que hoje compreende os bairros rurais de *San Miguel* e *Fulgencio R. Moreno* – e a colonizadora *Balpesa*, que atuou na área que hoje corresponde ao bairro rural de *Nueva Asunción*” (SZEKUT, 2018, p.55).

Os primeiros habitantes chegaram em torno de 1973 a 1974, sendo aproximadamente nove famílias de migrantes do estado do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A tabela abaixo elaborada pelas estudantes de psicologia da Universidad Nacional Del Este de Santa Rita, PY traz mais dados sobre as mesmas.

Tabela 2 – Primeiras famílias que chegaram a Santa Rita

Año de llegada	Familia	Hectáreas de tierra comprada	Cantidad de Integrantes que llegaron
1973 – 24/09	Valdomiro Ribeiro	14,5 Hectáreas	5 integrantes
1973 – 15/11	Jose Borre	48 Hectáreas	4 integrantes
1973	Valtair Vichetti	50 Hectáreas	4 integrantes
1973	Jose Dapieve		4 integrantes
1974 – 15/07	Jose Santin	48 hectáreas	7 integrantes
1974 – 25/07	Osvino Schneider	30 Hectáreas	8 integrantes
1974	Caetano Finato	25 Hectáreas	6 integrantes
1974 – 21/07	Sebastiao Batista		3 integrantes
1974 – 09/08	Sirio Capess	15 Hectáreas	6 integrantes

Fonte: HERRERA; CRISTALDO et. all. , 2010, p. 29.

A colônia foi elevada a distrito em 14 de dezembro de 1989. Segundo dados do trabalho das estudantes de psicologia da UNE, atualmente 70% da população se dedica à agricultura de importação e exportação de seus produtos, também na venda de implementos agrícolas e insumos, a outra parte da população trabalha no comércio. O setor da pecuária também representa uma das principais atividades. O distrito é atualmente um centro econômico financeiro e educativo. A população é de aproximadamente 38.000 habitantes. Sobre o percentual populacional em entrevista concedida no seu gabinete o prefeito de Santa Rita Cesar Landy

Hoje estamos hablando de un percentual de imigrantes brasileiros aproximadamente de 30 a 40 por cento y otros 30 a 40 % paraguayos, pero ya son filhos de imigrantes y paraguayos paraguayos estamos hablando de 30% de paraguayos, esto seria la porcentaje hoy. Viente años atrás era diferente, yo me acuerdo cuando entrei en escuela, 1989, 1990, éramos 15 alumnos, paraguayos eram 3 y los otros ya eran brasileños o hijo de brasileiros (Cesar Landy Torres, intendente distrital de Santa Rita, 27 jul. 2018).

O relato acima frisa a expressiva presença de imigrantes brasileiros em Santa Rita, que segundo o entrevistado, era bastante visível na escola em que o mesmo estudava. Nesse sentido, é importante destacar que o distrito além de ter recebido imigrantes brasileiros também recebeu migrantes internos que vieram atraídos pela Marcha al Leste, promovida pelo governo Strossner, e para trabalhar nas cidades e em serviços públicos. Porém, é importante considerar que a região era habitada por povos indígenas, o que desfaz a ideia de que a mesma era “desabitada”.

Quanto à presença indígena no distrito e mesmo na região não foi feita menção da mesma pelos entrevistados. Somente em um momento em que estava juntamente com um entrevistado no centro de Naranjal em que este apontou um grupo indígena que

estava em uma camioneta, que segundo este vivia pela região desde a colonização da mesma.

Segundo os dados do III Censo Nacional de População e Habitação para os Povos Indígenas, realizado em 2012, no Paraguai existem 493 comunidades e 218 aldeias ou bairros, que somam 711 comunidades, aldeias e bairros indígenas. Pelo mesmo censo as comunidades indígenas pertencem a cinco famílias linguísticas, que estão distribuídas em 19 povos, presentes em 13 departamentos do país e na capital. Conforme o mesmo censo, o departamento de Alto Paraná possui 38 comunidades indígenas, o que representa 7,7% da totalidade do país (DGEEC, 2012, p.31; 34). Dos seis distritos onde viveram ou vivem os entrevistados pelo mesmo Censo em Santa Rita têm-se o povo Mbya Guaraní, comunidade Zapatini, no total de 64 pessoas, que residem na zona urbana. Em Naranjal, o povo Ache, comunidade Tapy Puerto Barra, de 172 pessoas, residentes na zona rural (DGEEC, 2012, p.671).

Para Szekut (2018, p.94), o processo de colonização empreendido pelo governo de Alfredo Stroessner, ligado a ações das elites nacionais e influências transnacionais levaram a exclusão dos povos indígenas. Os que são remanescentes deste processo seguem vivendo na região, porém, são estigmatizados e marginalizados. A área destinada para eles é pouca, estes sofrem com a pressão de agricultores para vender ou arrendar as suas terras. Os povos seguem sendo expulsos e, em alguns casos, julgados como sendo invasores. “Além de serem impactados pelas novas práticas do espaço, seus modos de vida são desrespeitados e são julgados como "preguiçosos". Os povos indígenas da região são, portanto, na sua maioria, invisíveis e à margem de reprodução sociocultural e econômica” (SZEKUT, 2018, p.96).

Os seis distritos, com exceção de Santa Rosa del Monday, conhecida já por nós em outro momento, e Los Cedrales, da qual apenas conseguimos informações de nossos entrevistados, foram visitadas em nossa pesquisa de campo. Nesses locais, viveram ou vivem os imigrantes entrevistados, tanto no Paraguai como no Brasil. Segundo as narrativas dos mesmos as terras adquiridas por eles na sua grande maioria era de colonizadoras. Existem ainda casos daqueles que trabalharam como diaristas em propriedades ou arrendatários. Na tabela abaixo percebemos por meio dos dados a mobilidade dos nossos entrevistados nos distritos dentro do departamento de Alto Paraná.

Tabela 3 – Distritos em que os imigrantes residem ou residiram no departamento de Alto Paraná

Distritos	Residem	Residiram
Santa Rita	10	1
Santa Rosa del Monday	–	13
Naranjal	7	1
Los Cedrales		9
San Alberto	7	–
Raul Peña	8	–
Outros distritos	–	7

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Pela tabela acima podemos concluir que do total a grande maioria dos entrevistados mora em Santa Rita atualmente. Por outro lado, percebemos que o distrito em que os imigrantes viveram por um período curto ou longo de anos foi Santa Rosa del Monday. A tabela acima nos dá uma ideia da mobilidade de um pequeno grupo de entrevistados dentro dos distritos analisados.

Estes, por sua vez, surgiram por meio de colônias onde houve diversas articulações entre as lideranças que foram surgindo muitas vezes entre os imigrantes brasileiros, os migrantes paraguaios natos que passaram a residir nessas localidades ou que já residiam que levaram a criação dos novos municípios. Ainda é importante considerar que, além de imigrantes brasileiros, esses distritos receberam um fluxo migratório interno de paraguaios natos. E, ao mesmo tempo, vale ressaltar que nos mesmos havia povos indígenas que se fazem presentes ainda hoje.

2.2 “Aos moldes do local de partida”, a importância da memória para os imigrantes

A prática ou hábito comum dos imigrantes brasileiros, ao se instalarem em novas terras no Paraguai, era a reprodução de nomes dos locais de partida. Nos distritos estudados, entre os imigrantes que partiram do Rio Grande do Sul, há referências a Cerro Largo, que em Santa Rita denomina um bairro, e a Santa Rosa, que, no Paraguai, denomina um distrito – Santa Rosa del Monday, com o acréscimo de Monday, rio próximo. No relato de Valtair Vicchetti, 2015, Szekut (2018, p. 129), encontramos algumas referências de nomes também existem no Rio Grande do Sul em Santa Rita, PY.

Daí foi desenvolvendo, fomos progredindo. Saiu as primeiras escolas, as igrejas, e foi indo. Foi colocando nome nos lugares. [...]. *Cerro Largo* porque

tinha gente de Cerro Largo, Rio Grande do Sul. *Esquina Gaúcha*, de gente que veio lá do Rio Grande do Sul. Aqui, *Panambi*, porque as pessoas eram lá de Panambi, Rio Grande do Sul. *Santa Rosa* porque eram de Formosa. *Formosa* *cambiou* o nome agora para *Curupaty*, mas vieram de Formosa. *São José*, nós viemos de lá [Rio Grande do Sul], mas quando fomos formar uma comunidade, fizemos uma reunião dos moradores e naquela reunião *tenia* 5 pessoas com nome de José. E por isso colocamos *São José*. (apud Szekut, 2018, p. 129).

A prática de nomear novos espaços como o nome dos locais de partida é também percebida por Gregory (2008) ao estudar os colonos que saíam do sul do país e se instalaram no Paraná. Em ambos os espaços, os sujeitos constituíram instituições, como igrejas, escolas comunitárias, associações e festas que existem no lugar de partida. Conforme o autor, “para os colonos das novas localidades, a nova identidade está sentada sobre a identidade antiga, cujas raízes estão na cidade natal”. Para o mesmo, “essa realidade alimentava o desejo de continuidade da pulsão migratória na medida em que o ‘novo’ se constituía no ‘velho’ renovado, possibilitando a reconstrução espacial”, o que diminuía o sentimento de perda, trazendo uma sensação positiva, resgatando e renovando o que foi deixado para trás (GREGORY, 2008, p. 137).

Essa prática não se restringe apenas a denominações próprias que remetem ao Rio Grande do Sul. A reprodução das denominações próprias do local de partida também se deu entre aqueles que partiram do Paraná e migraram para o Paraguai. Silvina Rauber exemplifica essa prática no distrito de Naranjal onde veio residir com a sua família paterna.

Depois que nós fomos pra lá foi muita gente aqui da região do Paraná, mas nós fomos os primeiros porque o pai foi, ele era bem conhecido aqui [Missal] e, dali pra frente foi muita gente. E fundou várias comunidades com os mesmos nomes que tinha no Paraná: Nova Esperança, Linha 12, agora São Armando. Só mudavam um pouco nome, mas eram daqui conhecidos [...], os conhecidos iam levando um e outro (Silvina Rauber, Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

A presença do pai da entrevistada no Paraguai possibilitou a migração de “conhecidos”, pessoas próximas a ele que residiam no Paraná. Essa rede criada entre os imigrantes leva a adoção de denominações de localidades brasileiras, com pequenas modificações ou incrementos de nomes locais. Esse costume já se percebia também entre os imigrantes alemães, no Rio Grande do Sul, na colônia Neu-Württemberg, cuja denominação já indicava, conforme Neumann (2009), a probabilidade de criação de uma nova Württemberg no Brasil. Na colônia, os nomes de alguns lugares buscavam reconfigurar de forma simbólica a Alemanha que os migrantes deixaram.

Dessa forma, “na denominação das linhas coloniais, o imigrante ou descendente identificava as cidades ou regiões alemãs de origem: Leipzig, Stuttgart e Berlin, as quais formaram o núcleo inicial” (NEUMANN, 2009, p.197). A autora acrescenta que, quanto aos nomes originais das ruas, os mesmos homenageavam pessoas envolvidas com a colonização, ligadas a Colonizadora, ou colonos que moravam no local. Ao que também se deu em Santa Rita, PY.

Ao manter a nomeação dos lugares, segundo Beneduzi, a nostalgia experimentada sensivelmente pelo emigrante no contato com o seu mundo imagético, deixado para trás, conduziu a um “jogo de colagens”. Assim, “ele [o imigrante] mescla com o novo ambiente, imagens evocativas de um passado e experiências que prefere não esquecer”. A reestruturação de relações de sociabilidade e sensibilidade vinculadas ao mundo passado, pelas quais os imigrantes passaram, levava a uma necessidade constante de reevocação da tradição e de preservação de restos desse mundo que vive enquanto representação na memória desses imigrantes, repassada de geração em geração (BENEDUZI, 2004, p. 264-266). O caso da emigração de numerosas famílias brasileiras ao Paraguai só potencializa a evocação desse sentimento, levando a reproduzir nesse espaço instituições sociais e religiosas aos moldes das existentes nos locais de origem.

Nesse sentido, torna-se importante refletirmos sobre a importância da memória para esses sujeitos. Segundo Woortmann, a memória consiste em lidar com o tempo, em construir o passado que por sua vez muda com o tempo. A memória torna presente o passado, que somente existe em função do presente. Porém, tudo depende do que seja esse presente, pois o presente dos colonos rurais é diferente daquele de seus descendentes e dos contemporâneos que ascenderam socialmente na cidade. Sendo assim, “o presente depende, pois, do espaço social dos sujeitos da memória, pois esta é menos uma memória de que uma memória para” (WOORTMANN, 2000, p.233).

Na mesma linha, Pollak afirma que:

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p.7).

A memória em comum possui como função “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum”. O que significa dar um quadro de referências e de pontos de referências. O autor ainda acrescenta que “o que está em jogo na memória é o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p. 9 -10).

A memória, consoante Pollak (1992, p. 204), faz parte do sentimento de identidade individual e coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Ainda sobre a constituição da memória, Candau (2012, p. 18) acrescenta que

[...] o jogo da memória que funda a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos: no domínio da identidade étnica, a completa assimilação dos indivíduos pode ser contestada pela sociedade que acolhe, desde que o trabalho do esquecimento de suas origens não tenha se completado.

Para este autor, ao mesmo tempo em que a memória nos modela, ela é também modelada. Isso resume “a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente e se apoiam uma a outra para produzir uma nova trajetória de vida, de história, um mito, uma narrativa. Ao final resta apenas o esquecimento” (CANDAU, 2012, p. 16). Nesse sentido, ao se instalar em outro lugar/país, manter os nomes, os ritos, os laços parentais, redes é uma forma de manter viva uma memória e construir uma narrativa sobre a epopeia da migração.

Logo nos primeiros anos, mais precisamente na década de 1970, a expressiva presença de imigrantes brasileiros nesse espaço possibilitou uma rápida adaptação destes às novas terras e à reprodução de modelos próprios de organização social e cultural presentes no país de origem, com a predominância da cultura do Rio Grande do Sul e de características étnicas alemãs e italianas. Isso levou a embates no começo das comunidades, em especial, em algumas constituídas de diferentes grupos de imigrantes que possuíam culturas diferentes e que haviam realizado diversas trajetórias migratórias, que entravam em atrito sobre o jeito melhor de se fazer. A fala de Pedro Darci Scholl nos dá uma ideia dessa situação, que é vivida por ele próprio ao migrar ao Paraguai, e também na migração anterior a esta quando migrou para o Paraná.

Você chega num lugar e tem uma gente acostumada num sistema de coisa e tudo, até nas próprias comunidades. Quando nós fomos para Missal, daí

naquela linha de São Pedro era assim, os moradores dali tinham aquele sistema: “Porque lá no Rio Grande [Sul]...”, outro: “Lá nós tinha assim...”. Daí aqui [Santa Rita] a mesma coisa quando chegamos aqui: “Lá nós era acostumado assim..., aqui nós éramos acostumados assim...”. Até que vai dar uns dez, quinze anos até que vai, mais ou menos, [pra] fazer uma base conforme a comunidade vai trabalhar, porque cada um pensa que tinha que ser como era acostumado no seu lugar. Então vem gente de todo lado, porque aqui, por exemplo, tinha os minérios e os baianos, eles não têm nada da cultura que os gaúchos têm (Pedro Darci Scholl, Santa Rita, 27 jul. 2018).

Observa-se nessas colônias no Paraná o cruzamento de várias trajetórias migratórias e grupos étnicos. As relações de alteridade, fronteiras étnicas e nacionais se constrói nesse mosaico. Frente ao “outro”, todos eram brasileiros, mas internamente havia distinções entre os grupos de imigrantes. O que por sua vez leva ao surgimento de conflitos entre os grupos, que possuíam visões diferentes sobre questões coletivas e que não conseguem conciliar.

Nesse sentido, esse passado é negociado, há disputas nos seus significados, entre uma infinidade de memórias. As mesmas podem estar fragmentadas, enquadradas, resistentes, representadas e ambíguas, estando sujeitas aos tempos, ao espaço e aos sujeitos que as produzem, das situações e conjunturas políticas e/ou de quem as expressam (TEDESCO, 2011). A partir dessas memórias cria-se a identidade nessa região de fronteira.

Assim sendo, para esses imigrantes a memória sobre as vivências nas terras de origem é elemento importante para a afirmação identitária deles em novas terras. Reproduzem no lugar de destino nomes e formas de organização, pois para eles isso diz muito do que são.

2.3 As identidades culturais nas fronteiras

O emigrante, ao cruzar a fronteira, carrega uma série de elementos que o identifica como pertencente a uma nacionalidade e etnia. Em muitos casos os brasileiros no Paraguai tendem a reforçar elementos próprios de sua identidade, como o pertencimento nacional, sendo percebido como mais brasileiro que o seu conterrâneo que não migrou. Esse é o sentimento de quem se encontra em uma fronteira, em que é possível estabelecer relações de reciprocidade com a alteridade – aproximação ou distanciamento em um único espaço.

A fronteira construída entre o oeste do Paraná e o leste do Paraguai, onde ocorre esse fluxo de migrantes, mantém um *continuum*, onde é difícil definir onde termina um e

inicia outro. Uma das imigrantes, Dalci Malmann, natural de Humaitá, RS, hoje residente no interior de Raul Penã, ao ser questionada sobre como é morar no Paraguai traduz essa sensação ao afirmar que morar no Paraguai é “como se fosse morando lá [Brasil]” (Dalci Malmann, Raul Penã, 26 jul. 2018), indicando que não houve, nesse caso, um rompimento com a pátria de origem, mesmo que o imigrante, como no caso da entrevistada, visite poucas vezes o país de origem, mas sim uma continuidade de elementos identitários característicos da mesma.

Stevens constata que a identidade é algo que se constitui por meio de processos inconscientes e não de forma racional. Existe sempre algo “imaginário” sobre a unidade da pessoa, o qual tenta encher sua escassez com o mundo externo (STEVENS, 2007, p.46). Para Mondardo, “a identidade é estabelecida a partir de significados, que instituem identificação com a prática social simbólica que é discursivamente conduzida por parte de um ator social, que dá finalidade a uma ação prática”. Essa ação entre outras coisas pode “criar o sentimento de pertencimento de um indivíduo a um grupo social e a um recorte espacial” (MONDARDO, 2009, p.13).

Segundo Hall (2002), no contexto atual, “o sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado, composto não por uma, mas por várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2002, p. 12). Trata-se de algo que se constitui ao longo do tempo na vida da pessoa, por meio de processos inconscientes, e não como algo pronto que recebemos em nosso nascimento. Dessa forma, segundo o autor, ao invés de falarmos em identidade como algo concluído, devemos falar em identificação e sempre pensá-la como um processo em movimento. Assim, “as identidades podem funcionar, ao longo de toda a história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em exterior, em abjeto” (p. 110).

[...] toda a identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. (HALL, 2000, p. 110).

A identidade desses imigrantes está também relacionada a suas diversas territorialidades. No contexto atual em que nos encontramos de grandes mobilidades isso é mais perceptivo. Para Mondardo, no mundo contemporâneo é evidente “a

emergência de um número crescente de territorialidades calcadas nos novos mapeamentos identitários nascidas, em grande parte, em decorrência dos deslocamentos situados entre os fenômenos de globalização e localização” (MONDARDO, 2018, p.23).

Nesse espaço fronteiriço, onde diferentes culturas dialogam e negociam entre si, aquilo que Bhabha (1998, p. 20) chama de “entre lugar”. Esse “entre lugar” oferece o espaço para a criação “de estratégias de subjetivação singular e coletiva que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação no ato de definir a própria ideia de sociedade”. Do lugar de origem, o migrante teve uma vivência a partir da qual adquiriu elementos culturais que o identificam e foram transportados consigo com a emigração. No entanto, com o tempo, ele assimila elementos culturais próprios do local de destino, o que o coloca entre duas realidades. O migrante, nesse entre lugar, além de adquirir duas identidades, torna-se também um ser dividido entre duas nações: a de origem e a de destino.

Segundo Mondardo, os migrantes elaboram, “sutilmente, estratégias racionais e emocionais (muitas vezes provisórias) que ajudam no processo de reconstrução simbólica e de significados no novo território, na relação com o outro”.

É este movimento de partir, de sair de seu lugar de pertença, ao mesmo tempo carregando-o junto, em suas memórias afetivas, é criar e estar no entre-lugar. Uma condição de quem pode “viver no limite”, entre dois mundos, trafegar entre territórios diferentes, múltiplos, e ser marcado (desigualmente) por ambos, tornando-se, portanto, nem sujeito do lugar de origem, nem sujeito do lugar de destino, mas, sim, um ser trans-territorial, no limiar entre um ou outro território (MONDARDO, 2018, p.39).

Para o autor, o conceito de “transterritorialidade, importante para compreender a identidade em um espaço fronteiriço, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida”. Ressalta-se a própria “*transição*”, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de “trânsito”, movimento e do próprio “atravessamento” e imbricação territorial – não um simples *passar por* mas um *estar-entre*” (MONDARDO, 2010, p.35).

Segundo Goettert e Mondardo, as mobilidades carregam ‘os *valores* e os *sentidos*, que se encontram e se desencontram, se “aproximam” e se “distanciam”, se juntam e se chocam, se entrecruzam e se sobrepõem’. Os deslocamentos geraram e geram, em qualquer tempo e lugar, “choques de territorialidades”, chamados aqui pelos autores de “transterritorialidades”. Choques e conflitos geradores de inquietações

intensas que levam quem migra e quem não migra a se “esconderem” ‘uns dos outros como se a invisibilidade pudesse dar fim à angústia do estranhamento ou à falsidade de uma pretensa harmonia local, regional, nacional e até internacional’ (GOETTERT, MONDARDO, 2009, p.102 -103).

As transterritorialidades acontecem nas fronteiras. Nesse sentido, é notório pensar essa fronteira entre Brasil e Paraguai, o que também significa se deparar com uma pluralidade de sentidos e significados no mundo contemporâneo para o termo fronteira. Segundo Martins a fronteira de nenhuma forma se reduz a concepção de fronteira geográfica.

Ela é a fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteiras de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo fronteira do humano. Nesse sentido a fronteira tem o seu caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (MARTINS, 2009, p.11).

Entre as concepções de fronteira, conforme Gonçalves (2006), temos a fronteira geográfica que se apresenta mais evidente, pois é o lugar onde um ou mais países tem os seus territórios cruzados. Já a fronteira política, onde a história e a constituição das nações se interpõem em um país e outro, e não tanto os limites geográficos. E as fronteiras simbólicas que, mesmo tendo um sentido mais abstrato que as demais, não é menos importante, possuindo conotações religiosas, morais e culturais.

Para Raffestin, a fronteira além de ser um fato geográfico e social é também um fato biológico. O autor acrescenta que na situação de constante estrutural ubíqua, a fronteira “é grande reveladora da necessidade que as sociedades têm de serem inventoras dos modos de diferenciação no contexto espaço-temporal, modos que condicionam a seguir toda uma ordem vivente, definida tanto biologicamente como culturalmente” (RAFFESTIN, 2005, p.12).

Em sua tese, Baller, sobre a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, afirma que “pensar na construção da fronteira é estabelecer limites e espaços de domínio e exploração”. Porém, o autor enfatiza que “a fronteira não é apenas um espaço de apropriação ou de domínio, ela é, sobretudo, um ambiente em que as relações humanas e sociais ocorrem com tramas e práticas investidas de querer, poder e cobiça” (BALLER, 2014, p.46).

Refletir sobre fronteira nos leva também a pensar em limite. O conceito de limite “é utilizado como linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da

fronteira, entendida como região, zona ou faixa transfronteiriça” (GOLIN, 2002, p.10). Golin diferencia os conceitos de fronteira e limite afirmando que “o caráter aberto e desafiador da fronteira contrasta com a necessidade de precisão do limite, que precisa estar objetivamente demarcado na topologia como artifício inserido pelo Estado político” (GOLIN, 2002, p.14).

A fronteira, definida por Martins (1996), como “*o lugar da alteridade*” e onde existe o “*conflito social*”, torna-se algo singular. Na primeira impressão, ela pode ser um local de encontro. No entanto, o conflito torna a fronteira em um só momento “um lugar de descoberta do outro e desencontro”. Para o autor, “o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”. Nesse sentido, o desencontro de perspectivas é expressão da “contraditória diversidade da fronteira”; trata-se de uma variedade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos contemporâneos. Ainda, “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica do nós” (MARTINS, 1996, p.27-30).

Compartilhando de posição semelhante, Gonçalves, com base no seu trabalho na fronteira entre o Brasil com o Paraguai, afirma que a “fronteira” representa uma realidade ambígua e plural. Lugar escorregadio e impreciso de quem, por um lado, não é mais cidadão do país de origem e, por outro, ainda não é cidadão do país de destino’. Percebe ainda a fronteira como o “lugar de um vaivém intenso e diário, onde a luta pela sobrevivência pode acirrar tensões, mas o cruzamento de pessoas diferentes também pode criar oportunidades de novos encontros”, e sendo também “espaço de solidão e de busca, mas também espaço de integração. Lugar de disputa, terreno de ninguém e de todos, onde leis, rostos e nomes são, ao mesmo tempo, lembrados e esquecidos” (GONÇALVES, 2006, p.6).

Dentro de uma fronteira pode haver outras fronteiras. Goettert afirma que uma ‘fronteira “maior” (mais visível, evidente, a vista) pode encobrir fronteiras “menores” (mais invisíveis, implícitas, escondidas)’. Entretanto, essa fronteira “maior” tende a tornar-se mais evidente levando consigo ‘um conjunto de fronteiras “menores”, como que, para a sustentação de um poder maior, um punhado de micro poderes se deslinda a seu favor’. Assim sendo, a fronteira aparentemente sozinha, singular, produz e se reproduz ‘apoiada nessa multiplicidade de “pequenas” fronteiras, sem as quais aquela tenderia a perder, em grande medida, a sua força expressiva, material e simbolicamente’

(GOETTERT, 2013, p. 748 -749). Essas pequenas fronteiras dentro da fronteira maior são perceptíveis em nossa fronteira analisada nas relações sociais estabelecidas pelos imigrantes brasileiros em seus diferentes grupos e com os paraguaios.

Ao analisar a emigração de brasileiros ao Paraguai, Albuquerque afirma que se apresenta como uma fronteira em movimento, pois ultrapassa o limite internacional e constrói várias fronteiras no território paraguaio, por exemplo, “os limites entre o cidadão e o estrangeiro, as diferenças das línguas nacionais, confrontos entre mentalidades capitalistas e culturas camponesas e as fronteiras de um passado de conflitos entre os dois países”. Logo, “a fronteira é uma zona, uma faixa ou região entre países, é um espaço mais amplo de relações sociais de um lado e outro do limite e que não tem extensão precisa e varia em cada situação específica” (ALBUQUERQUE, 2005, p.44).

Para definir essa dinamicidade de fronteira, característica que possibilita a compreensão da fronteira analisada, Flores utiliza o termo fronteira manejada, que conseguiu fixar graças à valorização atual do estudo das escalas reduzidas, que privilegia as ações dos indivíduos. A aparência manejável denuncia que os agentes sabem que vivem em um local de fronteira,

por onde passa uma linha que coloca em contato duas soberanias onde vigem sistemas diferentes. É nessa incoerência do espaço que reside a margem que eles manejam. Isso fica evidente na medida em que só dessa maneira é possível compreender situações de fuga, manipulação a seu favor das diferentes legislações que vigiam em ambos os lados, bem como das diferentes conjunturas econômicas, sociais e bélicas, por exemplo (FLORES, 2012, p. 70).

Nesse espaço também é importante identificar a presença de fronteiras étnicas que, para Barth (1998, p. 188), resistem embora haja um fluxo de pessoas que as atravessam. Assim, as diferenças entre categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação, mas conduzem a processos sociais de exclusão e de inclusão pelos quais categorias discretas são mantidas. “As distinções étnicas não dependem de uma importância social e aceitação, mas são, ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes”. A cultura vai se afirmando no contato com a alteridade. É o contato étnico que mantém a etnicidade. Essas fronteiras simbólicas criam e delimitam espaços de sociabilidade, como as festas, locais de memória e a língua.

Assim sendo, pensar as identidades nessa fronteira é considerar a sua dinamicidade, pois os sujeitos que a constituem, migrantes que carregam as suas

territorialidades vão criando novas territorialidades, um entre lugar nesse espaço, que por muitas vezes é carregado de tensões, conflitos e integrações. Formando pequenas fronteiras dentro de fronteiras maiores.

2.3.1 Sociabilidade

Os imigrantes incorporaram e adaptaram espaços de sociabilidades, como festas e CTGs. Nessas festas, percebe-se as negociações entre os grupos. Por exemplo, em Santa Rita, ocorrem bailes de chope e jantares típicos alemães e italianos, nos quais os trajés e as comidas próprias se fazem presentes, mostrando o quanto a ligação com a identidade étnica é forte para esses descendentes de imigrantes europeus, graças à preservação da memória dos antepassados. Além disso, os CTGs criados nos distritos, como o de Santa Rita, são espaços de socialização de grupos de imigrantes e paraguaios e de preservação da tradição inventada.

Nos jantares étnicos pessoas de diversas etnias participam com roupas típicas a caractere. Logo, nesses espaços apesar de festas étnicas, não há fronteiras étnicas na participação na festa. Aqui, há o caso de ser comunidade pequena, onde a solidariedade prevalece acima da questão étnica. Por exemplo, a família Pasuch Rambo (Foto nº7), é fruto de um casamento interétnico entre a família italiana Pasuch e a família alemã Rambo, que no contexto, assumiu a identidade italiana.

Quanto a essa integração que ocorre devido à migração, Truzzi (2008) afirma que, além das redes de relações criadas antes da emigração que moldaram os vínculos étnicos no local de destino, a própria experiência migratória propõe e redefine novas identidades e considerações, que podem aparecer como redes novas. O mesmo ainda ressalta que atualmente os brasileiros em outros países se identificam e desenvolvem identidades de seu grupo, pois partilham da situação semelhante de imigrantes.

Ilustração 7 – Foto de jantar típico italiano em Santa Rita



Fonte: Acervo pessoal Noeli Maria Pasuch Rambo

Porém, percebe-se entre os imigrantes certa resistência em acolher e assimilar a cultura paraguaia, por mais que se busque uma integração, ela entre alguns grupos parece pequena e tímida, pois nota-se entre os imigrantes certa resistência em acolher e assimilar a cultura paraguaia. Na fala do casal Ivani Hirsch Bartz, natural de Tuparândi, RS, que migrou com a família paterna em 1972 para Santo Antônio do Sudoeste, PR, e Vilmar Bartz, natural de Tenente Portela, RS, que também migra com a família para o mesmo município, onde acabaram se casando e migrando para San Alberto, PY, no ano de 1980.

Quando tem as festas juninas se faz uma mistura de tradição, se faz uma mistura de comidas. O que mais se festeja e une o povo são as festas juninas. Ali tem essas danças da cultura paraguaia, folclórica, cultura espanhola. As festas grandes das comunidades [...] prevalecem à cultura brasileira do churrasco, maionese, cuca. Prevalece a cultura do sul trazida pro Paraguai [...]. As festas grandes é o ritmo e a cultura brasileira que prevalece e mais gaúcha ainda, muito gaúcha, o tipo do churrasco, a maneira de preparar a festa é muito do sul (Ivani Hirsch Bartz e Vilmar Bartz, San Alberto, 28 jul. 2018).

Segundo o casal, um evento de integração entre os diversos grupos (paraguaios e brasileiros) é a festa junina, popularmente celebrada no Brasil e em alguns países, em

homenagem a São João Batista. Nela tem-se elementos da cultura paraguaia e da cultura brasileira apresentados de uma forma mais integrada. Por outro lado, através da fala deles, denota-se também que a presença de elementos característicos da cultura do Rio Grande do Sul é mais acentuada nas festas grandes das comunidades, festas de maior expressão para estas.

Ao descrever a relação entre brasileiros e paraguaios natos, o intendente (prefeito) do distrito de Santa Rita identifica que existe uma integração entre as culturas brasileiras e paraguaias e percebe que ela foi muito positiva. Porém, o mesmo também identifica que entre esses sujeitos de ambos os lados, a o preconceito.

La integración de culturas fue muy positiva aquí, en Santa Rita y la región, yo me acuerdo en los años 90, había un poco de dificultad, de repente un poco de racismo de parte de los paraguayos y con brasileros y también de la parte de los brasileros con los paraguayos, de ambas partes. Pero, los hijos ya de ellos, que nosotros empezamos traer en la escuela, con la ayuda de los profesores, la gente entendieron que se pudo superar esto. Hoy en día no veo muy fuerte esto [...]. Siempre hay una parte racista por decir, así de ambos los lados, pero muy baja, que no influye en lo crecimiento de la sociedad, en la integración no está fuerte esto instalado (Cesar Landy Torres, Santa Rita, 27 jul. 2018).

Como o entrevistado apontou, a escola tem um papel importante para superar o preconceito existente entre brasileiros e paraguaios. Nela os filhos de brasileiros, que em sua grande maioria têm nacionalidade paraguaia, aprendem a cultura e as línguas dos seus pais. O mesmo processo é também vivenciado pelos filhos dos paraguaios natos. Porém, fora da escola os desafios para integração são ainda maiores.

A fala da Irmã Missionária Carlista Scalabriniana Terezinha Mezzalira, funcionária da Casa do Migrante, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, em Foz do Iguaçu, nos possibilita compreender um pouco mais essa realidade de muitos imigrantes brasileiros com relação à assimilação da cultura paraguaia.

Conheço a realidade da chegada dos brasileiros no Paraguai desde o ano 1978 e posso dizer que ainda hoje muitos não conseguiram fazer o processo da enculturação, bem como os filhos nascidos no Paraguai. Um número significativo não domina o idioma espanhol e mantém os mesmos costumes, comportamentos e valores de seus avós. Visitando as comunidades ao longo da fronteira, onde se encontra a grande maioria dos brasileiros, tinha a impressão de estar no Rio Grande do Sul, pois tudo era tão parecido que não dava para sentir que estava em outro país (Terezinha Mezzalira, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

Para a Irmã Terezinha Mezzalira, a integração e proximidade são maiores entre os migrantes de outras regiões do Brasil e menores entre os que migraram do sul. Entre estes houve uma expansão da fronteira simbólica e cultural, através de sua língua,

costumes e valores. Conforme Silva (2007), nessa fronteira, o que se percebe é a crescente brasileirização dos costumes e padrões estéticos, em especial entre os jovens, para quem a tensão etnocultural tem cada vez menos valor, ao inverso de parte de alguns colonos mais antigos, sobretudo de ascendência germânica, que possuem resistência à integração social, atribuindo parte da indiferença aos obstáculos perpetuados pelas autoridades paraguaias.

Entre os imigrantes brasileiros não existe uma generalização quanto à questão da integração, ou não à cultura. Há casos de imigrantes que estão integrados à área econômica e política, mas não à cultura. Há outros em que existe uma abertura que conduz a uma reciprocidade maior com o diferente, levando o imigrante se sentir cidadão do Paraguai.

A pesar de que llegue al país ya casi con 15 años, hoy puedo decir que no soy más una extranjera sino más bien una ciudadana de este lugar donde crecí, casé y tuve mis 4 hijos [...] Además, en estos lugares solo había presencia de migrantes brasileiros lo que hacía más fácil la adaptación, con el decorrer del tiempo es que fue creciendo la población y llegando migrantes internos del Paraguay lo que obligó a acostumbrarse al español [...] y a los costumbres de los nativos del país. Estas personas, paraguayos nativos, llegaron a esta zona principalmente para dedicarse al comercio, farmacias, escuelas y seguridad. La adaptación se hizo muy fácil, ya que la convivencia era pacífica y respetuosa entre todos (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 7 set. 2016).

No caso da entrevistada percebemos que a mesma não mais se vê como estrangeira, mas como cidadã paraguaia. Para esta a adaptação ao país vizinho se deu de forma fácil, devido ao número expressivo de brasileiros que se estabeleceram na mesma região. Como o tempo, como a mesma relata, a região recebeu uma imigração interna em busca de emprego o que segundo a mesma “obligó a acostumbrarse al español y a los costumbres de los nativos del país”, algo que para esta não foi difícil.

Ainda com relação à integração para Meneses, “o migrante pode estar sinceramente integrado na nova região/estado e sentir-se fiel às origens. A identidade fica em um estado de clivagem, uma certa esquizofrenia cultural” (MENEZES, 2007, p. 119). Um exemplo é do imigrante Jacó Weler, que no ano de 1987 retorna para o Rio Grande do Sul por questões de saúde da esposa que estava grávida, porém, dois anos após como ele expressa:

Como não tínhamos vendido a nossa propriedade aqui no Paraguai, e a nossa comunidade ainda corria nas nossas veias, aonde a gente participava em todas as organizações, decidimos voltar ao Paraguai em [19]89. Ali estamos até hoje, nos sentimos paraguaios não deixando de ser brasileiros, gaúchos (Jacó Weler, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Na fala do nosso entrevistado percebemos o múltiplo pertencimento deste ao afirmar que “nos sentimos paraguaios, não deixando de ser brasileiros, gaúchos”. Referindo-se ao múltiplo pertencimento, Mondardo afirma que atualmente as territorialidades e as identidades no movimento migratório são cada vez mais frutos de ‘processos de hibridização “geográfica” e “cultural” através dos múltiplos pertencimentos que ocorrem no processo de des-re-territorialização’. A relação entre diversos espaços “geográficos” e “culturais” tão diferentes e o profundo entendimento de si mesmo como ser que está sempre em mudança, “em movimento para dentro, para fora e sobre si, compõe a identidade e a territorialidade da/o migrante”. Para o autor, “Uma identidade e uma territorialidade que se quer incansavelmente em elaboração, em reacomodações e ajustes constantes pelo trânsito múltiplo entre contextos e lugares tão distintos”. Na migração acontece uma experiência na “margem” de diversos lugares que suportam dois sentidos de serem, no mesmo tempo, lugares de pertencimento e de estranhamento (MONDARDO, 2018, p. 40).

O entrevistado assim ainda faz questão de em sua narrativa sobre a história de vida falar sobre os seus espaços de atuação na sociedade santaritense, mostrando o quanto está inserido e ativo na mesma.

Entre as atividades enfrentadas: [na] educação: criação do Liceo São Pedro, de Cerro Largo; Comissão de Pais, Liceo Santa Rita; Comissão de criação na Universidade Católica. Presidente da Liga Santa Ritenha. Vereador em dois períodos. E durante vários anos atuando na Pastoral do Migrante, em documentações, hoje integrante da Pastoral, mas já não atuando em documentações (Jacó Weler, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

O processo de assimilação cultural acontece tanto para os paraguaios quanto para os imigrantes, variando a abertura existente entre ambos para a formação de identidades híbridas. No entanto, no caso da imigração de rio-grandenses, como na narrativa acima citada, ainda que ocupassem vários espaços ecológicos e geográficos diferentes, eles conservaram a unidade cultural regional e étnica básica por longos tempos.

No me siento una inmigrante, estoy totalmente presente en esta realidad y es un gran enriquecimiento compartir con la diversidad étnica que, con el tiempo fueron llegando aquí en Santa Rita, Alto Paraná, Paraguay, donde vivo actualmente. Esta convivencia ayuda a abrir los horizontes! Podemos cultivar la cultura guacha aprendida de Brasil y a través de instituciones como el CTG Indio José (centro de tradiciones gauchas) nuestros hijos nacidos en Paraguay también disfrutan aprenden y vivencian la cultura brasilera. Y hasta podemos decir, que en varias ocasiones nuestros hijos fueron a representar al CTG de Paraguay (Lema: en cualquier nación todo por la tradición) bailando las danzas guachas y han traído premios en los diferentes eventos (Rodeios) en

que han participado, destacando así como en la distancia se continua difundiendo la patria brasileira y el amor a ella (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 7 set. 2016).

Noeli Maria Pasuch afirma que não se sente mais imigrante, percebe-se integrada à nova realidade e vê como algo enriquecedor a relação com a cultura paraguaia. Porém, por outro lado, ressalta o envolvimento da família, em especial dos filhos nascidos no Paraguai, com o CTG de Santa Rita. Sobre esse ponto a mesma liga o amor à pátria brasileira, a participação nas atividades do CTG, expressão da cultura regional. Em sua fala a mesma afirma que os filhos participaram em eventos e receberam premiações, ao que tudo indica pela fala no Brasil. Em outra fala de outro entrevistado este afirmou que os filhos que estavam no CTG participavam de eventos nos CTGs do Brasil. Nesse sentido percebemos que existe uma rede entre os centros de tradições gaúchas do Brasil e do Paraguai.

Ilustração 8 – Filhos de brasileiros com trajes típicos gauchescos



Fonte: Acervo pessoal de Noeli Maria Pasuch Rambo

O fato da entrevistada não se sentir mais imigrante, mas ainda se sentir “gaúcha” no Paraguai, nos leva pensar sobre a transitoriedade migratória. Para Goettert, que analisa a transitoriedade migratória de rio-grandenses em Rondonópolis, “o fim da transitoriedade migratória, se por um lado redefine o sujeito nos lugares, por outro não retira dele as características do *ser* do lugar de origem”. Dessa forma, pode-se deixar de

ser imigrante, mesmo que tenha sido, porém, é impossível ‘deixar de “carregar” a *substância* do lugar *deixado*’. No seu estudo “o migrante gaúcho em Rondonópolis pode deixar de *ser migrante*, mas não deixa de ser gaúcho”. Assim sendo, a *transitoriedade* compreende a condição de migrante e de pertencimento, mas não a condição de gaúcho. Este por mais que não seja migrante é gaúcho no Mato Grosso (GOETTERT, 2008, p.43). Aqui, sobressai a identidade e o pertencimento regional, acima do nacional.

A conservação da unidade cultural regional é percebida, sobremaneira, mediante o culto ao tradicionalismo gaúcho entre um grupo de imigrantes e filhos de imigrantes rio-grandenses nos diversos espaços por eles ocupados, como no Paraguai. Aqui é importante pensar na questão da diferenciação da tradição e do costume. Segundo Hobsbawm (1984), tradição é a invariabilidade, em que o passado forjado ou inventado impõe práticas fixas, como a repetição. Por outro lado, o costume não impede as inovações, porque o ser humano não é algo estático e imutável. Como exemplo de costume, temos a ação de um juiz e, como exemplo de tradição, os símbolos que envolvem o juiz.

[...] “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores ou normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade com relação ao passado. (HOBSBAWM, 1984, p. 10).

Um caso típico de invenção de tradições que marca as relações sociais estabelecidas é o CTG em Santa Rita, Paraguai. Esse espaço vai além da dança e das festas tradicionalistas; trata-se de um espaço de socialização entre um grupo de imigrantes rio-grandenses e paraguaios. Como relata o professor de dança gauchesca do CTG:

A maioria dos brasileiros que moram em Santa Rita participam ativamente do CTG. Além disso, muitos paraguaios também participam e gostam das músicas e acham bonito. O CTG é o principal ponto de lazer da cidade, organizamos jantares dançantes, festas do dia da mulher e a Expo, que é o maior evento que participamos e ajudamos a promover. (apud BACK, 2013, p. 49).

O próprio nome do CTG já consiste em um indício dessa peculiaridade: Índio José. Por mais que tenha sido formado por imigrantes brasileiros, traz no nome o elemento indígena que caracteriza a maioria da população do Paraguai. Isso evidencia a relação que o imigrante estabelece entre elementos de sua identidade e elementos do local de chegada. A imagem da porteira do CTG representa a busca por uma integração

entre o Rio Grande do Sul e o Paraguai. O portão, no lado direito, traz entalhado o gaúcho, o RS e no esquerdo o índio, que representa o Paraguai e já no centro uma mescla entre os dois. Porém, de fato essa busca pela integração aparece muito mais simbólica do que de fato concreta, pois através da análise dos dados pode-se concluir que os indígenas não frequentam o CTG como um grupo de imigrantes frequente e participa. Esse espaço segue sendo de uma classe social elevada. Outra constatação com base nos indícios das observações feitas em Santa Rita é de que apenas alguns paraguaios que ascenderam socialmente e financeiramente frequentam o CTG.

Ainda referente à denominação da entidade, o entrevistado Luiz Carlos, 2013

Ai um paraguaio que integrou, gostou da tradição, porque aqui a região missioneira que tem aqui pra baixo, em misiones, eles também usam bombacha, eles também usam lenço, então ele se integrou com nós, veio participar, e queria participar ele e a família. E aí ele fez uma sugestão pra nós: olha porque vocês não mudam, pegam da cultura do Paraguai um nome mais... Aí surgiu o Índio José, Índio José é a figura de um índio da lenda da virgem de Caacupe que é a padroeira do Paraguai, tem um índio que foi salvo por um milagre e esculpiu ela na madeira. Se você vai na basílica de Caacupe hoje você tem um vitral lá com um índio esculpindo, índio José. E na história do Rio Grande do Sul nós temos o Sepé Tiaraju, que o nome de batismo dele era índio José, era José também. Então aí, através de pesquisa: índio José na cultura paraguaia, índio José na cultura brasileira, então ficou índio José, essa união dos dois. No Brasil o Sepé Tiaraju que era nome de batismo dele, José, e aqui no Paraguai o índio que esculpiu a Virgem Caacupe na madeira (apud SZEKUT, 2018, p.249 - 250).

Na narrativa, traz presente a origem do nome do CTG. Conforme o mesmo, a sugestão do nome foi dada por um paraguaio que entrou na entidade porque encontrou elementos da tradição gaúcha semelhantes na região de Misiones, conhecida também como região missioneira. A sugestão do nome é muito rica em elementos que ajudam a pensar a identidade de dois países, ligando elementos históricos, culturais e religiosos do Rio Grande do Sul e do Paraguai se chega a um consenso e se dá um nome a um espaço até então próprio de um deles, buscando assim ampliar o vínculo entre estes.

Ilustração 9 – Portão do Centro de Tradição Gaúcha Índio José em Santa Rita

Fonte: Acervo pessoal Vanucia Gnoatto

Outro elemento que denota essa invenção de tradições e a mescla cultural refere-se às danças, pois todas as tradições se apropriam de várias características culturais eleitas pelos grupos que as constituem. Aqui nesse caso dos imigrantes brasileiros, é bastante comum ver suas filhas dançando as danças típicas paraguaias, com os trajes e os vasos e jarros na cabeça. A integração cultural através da dança paraguaia é bastante frequente em espaços como o do CTG. Esta instituição, nessa realidade, não se apresenta como um espaço de um grupo fechado, mas como um ambiente que acolhe diversas expressões culturais.

Nesse sentido, é importante discutir a incorporação da identidade gaúcha pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), como a “verdadeira identidade do povo do Rio Grande do Sul”. Como sabemos, o gaúcho é um sujeito da fronteira com características próprias que não representam nenhuma parte da diversidade identitária do RS. Golin (2011, p. 4) defende que “o paradigma rio-grandense é o Rio Grande multicultural e multiétnico. Sua fronteira de involucramento é a mestiçagem. O autêntico é a diversidade. E não exclusivamente o padrão gauchesco. O nexó é a alteridade, o reconhecimento do outro”.

Para Golin, culturalmente segue em vigor a

visão unificadora, como se a origem identitária do Rio Grande estivesse no movimento da *minoría farroupilha*, falseando sobre a sua natureza *republicana*, elencando um panteão de “heróis” latifundiários e senhores de escravos, como se fossem entes tutelares a serem venerados pelas gerações atuais e vindouras”. Como *continuidade* de uma suposta tradição, o Tradicionalismo sustenta sua falsa credencial de “historicidade” (GOLIN, 2011, p.8).

Sendo que, como acrescenta o autor, tomando por base a população do Rio Grande do Sul do período, que tem como referência as principais cidades, vilas e altos dados de população rural, a grande maioria não tem descendência farrapa (GOLIN, 2011). Além disso, é importante considerar que o estado possui uma população indígena, com sua própria cultura e costumes e recebeu um número expressivo de imigrantes europeus, que também não se enquadram nessa vivência farrapa.

Outro aspecto a ser considerado é que nem todos os imigrantes brasileiros que saíram do Rio Grande do Sul frequentavam a entidade por residirem no campo, assim estando distante da sede do mesmo, que geralmente se localizava nos centros urbanos, e também pelos custos financeiros que envolviam a participação nessa associação e entre outros fatores. Assim sendo, participação no CTG no Paraguai não é algo que se aplica a todos os imigrantes brasileiros que partiram do Rio Grande do Sul e tanto do sul do país, mas na grande maioria a uma classe cidadina que já tinha vivência dessa prática no local de origem.

Portanto, nesse espaço fronteiriço, percebe-se que os imigrantes buscaram, ao seu modo, reproduzir espaços de sociabilidade até então presentes em seu local de origem. Diante disso, buscam em casos assimilar a cultura deste; em outros casos ainda existem resistências. Espaços como o do CTG, buscam uma maior integração entre as culturas, mas nem todos os migrantes paraguaios e muito menos os indígenas se fazem presentes.

2.3.2 Língua portuguesa

O emigrante brasileiro, além de sua cultura e costumes, trouxe e preservou consigo a língua materna, o português, no Paraguai. Nesse espaço fronteiriço as falas nos ambientes públicos e particulares nos distritos pesquisados por vezes nos fazem sentir que estamos no Brasil, por outras nos lembram que estamos no Paraguai, através do espanhol e do guarani.

Elemento de demarcação de fronteiras e de pertencimento nacional, a língua para Thiessen “tem por função assegurar a totalidade da comunicação no seio da nação: quaisquer que sejam as suas origens geográfica e social, todos os seus membros devem compreendê-la e empregá-la em todos os seus usos” (THIESSEN, 2001/2002, p.11).

Já Hobsbawm, ao refletir sobre as definições de nações e nacionalismo, traz presentes elementos que até então eram considerados para se definir uma nação, entre estes a língua é considerada como critério

as tentativas de se estabelecer critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornam nações e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais (HOBSBAWM, 1990, p. 14 -15).

O Estado-nação se caracteriza por ter uma língua própria ou mais como no caso do Paraguai que é bilíngue, pois tem como línguas oficiais o guarani e o espanhol. Porém, no caso do Paraguai a nacionalidade está expressamente ligada à língua Guarani. Elemento característico da fundação do país.

O Estado-nação para Anderson é limitado e soberano e se apresenta como uma “comunidade política imaginária”. Ao estudar a nação e o nacionalismo do Estado percebe-se que este se adapta em diferentes contextos e localidades, que na compressão moderna

a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. Mas no imaginário mais antigo, onde o Estado era definido por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas e as soberanias se esvaziavam imperceptivelmente uma dentro da outra (ANDERSON, 2008, p.48).

Essa porosidade das fronteiras nacionais é que permite que a língua portuguesa cruze a fronteira levada pelos imigrantes brasileiros ao Paraguai e seja, mesmo depois de tantos anos após a imigração, ainda preservada. Em muitos distritos do departamento de Alto Paraná, o português é o idioma mais falado pelos imigrantes brasileiros que estão há quatro décadas naquele país e pelos seus descendentes já paraguaios. Tal condição levou os paraguaios natos a um caminho inverso, pois necessitam aprender a falar o português para conseguir trabalho e se socializar nesses espaços. A fala do intendente distrital de Santa Rita explica como funciona essa dinâmica.

La cultura brasileña es digamos bien fuerte, en el sentido de que nosotros, los paraguayos, nos ajustamos más al brasileiro, que el brasileiro al paraguayo, en el idioma, por ejemplo, paraguayo a maioria fala português aqui, você vai encontrar muitos brasileiros que não falam de repente

espanhol. O paraguaio se acomoda más rápido por mucho factores, nos años 90 la televisión era todo portugués, nosotros teníamos parabólica, entonces yo veía Chaves tudo en portugués. Yo me iba a Caacupé con mi primo y era diferente verdad, primera vez escuchaba en español, [...] la tele era siempre en portugués, todo era... o jornal, porque no había y Paraguay no tenía. [...] Ahora hay una mentira también de que la gente de la capital del Paraguay habla, de que acá se canta el himno nacional brasileiro, que se alça la bandera nacional del Brasil, eso es mentira. Nunca! En las escuelas siempre se enseñó el español, siempre se cantó el himno nacional, siempre se alço la bandera del Paraguay (César Landy Torres, Santa Rita, 27 jul. 2018).

A fala do prefeito traz presente que a utilização do idioma português no distrito é questionada na capital do país, pois há um predomínio da cultura e língua portuguesa o que lhes preocupa, pois na sua percepção veem um processo de abasileiramento do distrito e da região. O que por sua vez faz sentido.

O avanço da língua portuguesa falada e da cultura brasileira, por meio de uma rede cultural criada pelos imigrantes no departamento do Alto Paraná nos leva a pensar sobre o lugar ocupado pelos imigrantes e pelos paraguaios natos. Elias (2000), através das categorias de *estabelecidos e outsiders*, ajuda a entender o jogo de poder existente. Nessa realidade, os brasileiros, por exercerem grande influência por intermédio de suas expressões culturais, passam, mesmo sendo imigrantes, a serem vistos como os estabelecidos, deixando para os paraguaios em seu próprio país o papel de *outsiders* – um elemento de fora.

Jacó Weler percebe que há uma resistência por parte dos imigrantes brasileiros em não adotar as duas línguas oficiais do Paraguai. O que contribui para o grupo manter-se fechado, permitindo ser maioria.

A maior dificuldade é os paraguaios continuar a cultura deles na nossa região. Eu acho que no fim é um erro dos nossos imigrantes, porque os nossos filhos, por exemplo, o guarani só o que eles aprendem no colégio porque não se fala, porque os paraguaios que vivem em nossa região, e hoje já são bastante, falam também mais o português do que, no máximo o espanhol, guarani muito pouco (Jacó Weler, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Nessas zonas fronteiriças, é comum as rádios destinarem espaço para programação no idioma português. Além disso, a propagação de veículos de comunicação brasileiros permite que os laços com o país de origem se mantenham mais forte.

Em relação ao Brasil a gente tem muito contato, muita informação e muito acesso à cultura brasileira. Por ser uma região de imigrantes a cultura é muito influenciada pelo que se vê no Brasil, por exemplo, só pra citar, o pessoal, que é de origem brasileira acompanha apenas os canais brasileiros na televisão. Os canais paraguaios não estão na parabólica, tem que ter aquela antena VHF e os brasileiros muito dificilmente usam esse tipo de antena.

Então, muitas vezes, a gente está muito mais informado sobre política, por exemplo, e informações do Brasil do que do Paraguai. Pra se informar sobre o que está acontecendo aqui só por jornal ou rádio (Neison Scholl Bamberg, Santa Rita, 28 ago. 2016).

As formas de expressões culturais, por exemplo, as músicas que fazem sucesso no país vizinho, rapidamente passam para o outro lado da fronteira e fazem parte do cotidiano dos imigrantes e de paraguaios. Pela proximidade com a fronteira, pelos meios de comunicação e pelas redes sociais na internet, os brasileiros e seus filhos mantêm uma intensa relação com o Brasil, tanto em nível afetivo quanto no aspecto cultural. A proximidade também facilita as visitas realizadas a familiares que são feitas com frequência. Além disso, expressões linguísticas próprias da origem desses imigrantes devido ao contato com os seus pares são mantidas, como os sotaques dos nortistas, sulistas além dos dialetos alemães e italianos.

Nesse sentido, Hall (2003, p. 35-36) defende a mobilidade das culturas ao afirmar que “as culturas sempre se recusam a ser encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos”. As culturas nacionais, para Hall, formam uma das principais fontes de identidade cultural. “Essas identidades não estão impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte da nossa natureza essencial” (HALL, 2002, p.47). Nessa perspectiva, é possível compreender o porquê da ligação dos imigrantes brasileiros com o Brasil ser ainda tão forte.

Em localidades do interior onde os imigrantes, na sua grande maioria, mantêm relações entre si, o espanhol e o guarani não se fazem presentes. O relato de Eduardo Kowalkut, natural de Guarani das Missões, RS, que no ano de 1988 migrou com a família para Raul Peña, nos dá uma ideia dessa dinâmica. Ao ser questionado se falava o espanhol ou o guarani esse assim se expressa: “nós temos aqui na região de brasileiro, quem *habla* é o que vai estudar, ou trabalha em algum comércio, ou coisa, mas que nem eu ali, geralmente saio ali pra vila, no meio de brasileiros é difícil” (Eduardo Kowalkut, Raul Peña, 26 jul. 2018). A fala do entrevistado, que reside no interior de Raul Peña, mostra que em espaços rurais, ainda “fechados” ao contato, é possível manter a língua materna.

Em espaços/distritos onde a presença de imigrantes brasileiros é menor ou o trabalho do imigrante exige um contato maior com os paraguaios natos a assimilação da língua espanhola é imprescindível, o processo de constituição de uma identidade híbrida é maior. É o caso de Maria Gessi Soledade dos Santos, natural de Francisco Beltrão,

PR, que, quando criança, migrou com sua família para o distrito de Hernandaria, no Paraguai, constituído, em sua maioria, por paraguaios natos. Em sua fala, ela descreve a cena em que foi identificada como paraguaia:

Esses tempo, eu fui ali em Ciudad del Leste e uma paraguaia falou assim: “- O que você fez pra casar com brasileiro?” Eu falei: “- Eu pedi a Deus!” Ela achava que eu era paraguaia porque falava em paraguaio. E ela falou: “- Ah, porque *yo queria tanto un brasileño y ustedede teve suerte*” (Maria Gessi Soledade dos Santos, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

No contexto atual, devido aos processos migratórios pós-moderno, prevalecem às identidades híbridas. Consoante Hall (2002, p. 89), os sujeitos precisam aprender a viver “no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas as culturas híbridas constitui um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia”.

Para Mondardo, o hibridismo não corresponde a um “estado”, mas um movimento constante de ir-e-vir, ou seja, *devir*, a multi ou transterritorialidade da mesma forma, deve ser percebida, no processo “de entrada, saída e, mais do que isto, de *trânsito* entre diferentes territórios”. O autor acrescenta que:

O que mais importa aqui é a condição de possibilidade, sempre em aberto, de nossa inserção em “território alheio” (que também passa, assim, de forma ambivalente, a ser “nosso”), a abertura desses territórios que coloca permanentemente a possibilidade de entrar, sair e/ou transitar por essas territorialidades (MONDARDO, 2018, p.34)

Esse processo é vivenciado pelos imigrantes, sobretudo pelos descendentes de imigrantes brasileiros que, na convivência na escola com os paraguaios natos, foram se integrando e aprendendo com o diferente. O relato de Áureo Friguetto explica um pouco dessa dinâmica.

Eu comecei a estudar com os paraguaios, então eu tinha muita dificuldade com a língua. Costumava-se ensinar em espanhol, mas o que se falava na hora do recreio era só o guarani. Então eu ficava meio acanhado, eu ficava num canto meio quietinho, sem ter aquela integração com os colegas. Com o decorrer do tempo, fui aprendendo. Depois que eu aprendi o espanhol e o guarani, ficou tudo mais fácil. Já não havia a discriminação. Existia discriminação com os brasileiros que não tinham facilidade de aprender, esses eram discriminados na escola (apud FIORENTIN, 2010, p. 96).

Aqui sobressai o próprio bilinguismo no Paraguai, que contribui para a fragilidade da língua: o espanhol e o guarani são línguas estudadas na escola. No convívio familiar e em momentos de convivência o guarani é mais utilizado. Já o espanhol é utilizado em ambientes e contextos mais formais pelos paraguaios. Entre os

filhos dos imigrantes o bilinguismo é mais acentuado, devido aos seus estudos e trabalhos.

Nesse contexto, percebemos o quanto a identidade é múltipla e pode ser negociada nesses espaços fronteiriços (LESSER, 2001). Por vezes, assumiam sua identidade nacional brasileira; por outras, suas identidades étnicas, ou regional, uma identidade paraguaia, como forma de serem aceitos e respeitados pelos diversos grupos com quem se relacionavam nesse espaço.

Seguindo na mesma linha, Haesbaert e Barbara, afirmam que o imigrante ‘em sua situação de desterritorializado em busca de uma nova territorialização, faz uso com frequência desse “arsenal” de múltiplas identidades (inclusive aquelas com forte base territorial) para fazer valer seus interesses’. Para os autores, o migrante também é o que melhor experiência “a ambiguidade dessas duas lógicas territoriais: ao mesmo tempo que se depara com o controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais, convive com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e até mesmo políticas, de caráter transfronteiriço”. A identidade é sempre uma cambiante, múltipla “em rede”, uma identidade ambivalente, como a de “brasiguai”, ou híbrida - um indivíduo que se sente fazendo parte de dois (ou mais) territórios ao mesmo tempo’ (HAESBAERT; BÁRBARA, 2001, p. 6 -13).

Portanto, a língua permanece como um importante delimitador e distintivo nesse espaço fronteiriço. Percebe-se em território paraguaio o avanço da língua portuguesa, e um processo de assimilação linguística entre muitos paraguaios natos que habitam esse espaço, mas também entre os descendentes desses imigrantes, percebe-se que muitas vezes estes mesclam os idiomas dependendo muito do seu interlocutor, melhor dizendo com quem estão falando. Isso mostra o quanto essas fronteiras nacionais são porosas, ou seja, penetráveis.

2.4 A propriedade da terra: ser proprietário de terras como o meu pai

A possibilidade de ser proprietário de terras no Paraguai, adquirindo terras favoráveis para o plantio e por um preço acessível motivou muitos brasileiros, trabalhadores do meio rural, a migrar para o Paraguai. Para muitos, a primeira propriedade adquirida por estes foi no país vizinho.

A história da propriedade, segundo Motta (2010), é também a história do capitalismo. O conceito moderno de propriedade passa a surgir a partir do século XVIII, quando a burguesia enriquecida com o comércio de africanos e açúcar, se integra a classe nobre dominante e exige a divisão e denominação de bens. A burguesia com propriedades divididas e marcadas aumentou a sua influência, gerando o sistema capitalista, que se baseava na exploração de propriedade braçal, material e intelectual.

Motta (2010) destaca que, para Adam Smith, a propriedade surge quando existe um dono, confirmado em cartório e no ofício legal. No século XIX, cresce o papel do governo, a burocracia de bens, para manejar os títulos de propriedade da burguesia. Nesse contexto, os movimentos de independência nas colônias da América estavam ligados a assuntos de propriedade. Ao mesmo tempo, as monarquias na metrópole continuavam vendo as colônias como sendo suas terras. O que revoltou a nova classe dominante americana, que influenciada pelas ideias iluministas, como liberdade, não aceitava mais ser subordinada pela Europa.

Já no século XIX, Karl Marx e outros membros do movimento comunista afirmavam que a propriedade privada era a principal ferramenta de dominação da burguesia e não de democracia. Ainda seguindo Marx, a modernização mudou a definição social da propriedade, passando de uma em que todos tinham acesso para outra mais privada e política. Não se pode negar a característica política de propriedade, e o Estado recebeu o direito de deliberá-la, sendo que somente este por meio da lei poderia apoderar-se ou comprar qualquer pedaço de terra, conforme os critérios a fins sociais. No Brasil, através da Constituição de 1988, passa-se a delegar ao Estado, através da sua instituição, o papel de avaliar a “função social” da terra e expropriar para importância social (MOTTA, 2010).

Ao analisarmos a emigração de europeus ao Brasil, percebemos como a busca pela propriedade da terra era fator determinante da migração. Segundo Neumann, “Para o imigrante, a propriedade da terra era muito importante. Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. A ligação do imigrante com a terra era indiscutível” (NEUMANN, 2008, p.128). Entre os imigrantes descendentes de europeus, tanto nas migrações para e no Brasil e depois para o Paraguai percebe-se uma ânsia em serem proprietários de terras, esse desejo, por muitas vezes, leva este a desapegar da casa paterna ou de outras propriedades e ire em busca de mais terras, estes por vezes se tem um lote, querem dois, três.

Entre os nossos 58 entrevistados 96% os seus pais ou estes adquiriram terras no Paraguai. Com relação aos mesmos, foi neste país que a grande maioria comprou a sua primeira terra, pois estes geralmente migravam com os pais, ou recém-casados, procedentes de famílias numerosas, que não conseguiam adquirir mais terras no Brasil para os filhos. Para outros, o Paraguai tornou possível algo que a família não tinha no país de origem, terras. Ainda alguns trabalharam como arrendatário para só depois adquirir as suas terras, outro grupo adquiriu mais terras que possuía no Brasil. E para outros o país de destino oportunizou ser trabalhador assalariado, ou arrendatário no campo. Para aqueles que eram proprietários de terras no Brasil a migração possibilitou que a grande maioria adquirisse mais terras.

O que existe de comum entre estes é a ligação com terra. Por isso, abaixo construímos uma tabela que apresenta unidades de medidas de terras citadas pelos nossos entrevistados para auxiliar na compreensão.

Tabela 4 – Unidades de medidas agrárias

Unidades de medidas no Brasil referenciais para os entrevistados	
1hec.....10.000m ²1alqueire = 2,42hec.....24.200m ²
24,2 hec.....24.200m ²	= 10 alqueires = 1 colônia
Unidades de medidas dos distritos pesquisados no Paraguai	
1hec.....10.000m ²1alqueire = 2,42hec.....24.200m ²
24,2 hec.....24.200m ²	= 10 alqueires = 1 colônia aproximadamente

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como o caso de Adelino Bottigel, mostra o quanto era vantajoso à aquisição de terras no Paraguai. Este era natural de Cândido Godoi, RS, e migra com os pais e oito irmãos, em 1965, para Missal, PR. Após se casar, migra para São Miguel, PR, e adquiriu 3 alqueires de terras, permanecendo ali cinco anos com a família. Após migrou com a família para Santa Rosa del Monday, em 1980. O mesmo vendeu 3 alqueires de terras em São Miguel, PR, e acabou adquirindo 20 alqueires de terras, em Santa Rosa del Monday, PY.

Já Pedro Darci Scholl, em Missal, PR, no ano de 1977, possuía 7 alqueires de terras. Este influenciado pela migração dos irmãos ao Paraguai e pela oferta de terras melhores decide vender as suas terras e pelo mesmo valor conseguiu adquirir 20 alqueires de terras, em Santa Rita, PY. Passando então a residir próximo aos seus irmãos. Antes disso, no ano de 1975, o seu pai adquiriu três colônias para três de seus

filhos, sendo uma para cada um. Uma das colônias, de respectivamente, 24,2 hectares foi comprada por R\$ 600.000.

Para Valdemar Kovalski e família a aquisição de mais terras e melhores em Raul Peña foi o que levou estes a se fixar em um local, pois já haviam realizados várias migrações em busca de terras, em Guarani das Missões, RS. Estes, que neste município possuíam 12 hectares, no ano de 1977 adquirem uma área de 24,2 hectares, no Paraguai.

Diante das dificuldades em adquirir terras no Paraná e por insistência dos pais da esposa, Vilmar Bartz e sua esposa Ivani Bartz compraram terras e migraram para a localidade Gleba 10, Mbaracayu. O mesmo narra abaixo esse fato.

Pra nós, ou que seja pra mim, era tudo novidade. Era o que a gente mais queria na vida, era progredir na vida [...]. Tínhamos sonhos, sonhos em conseguir algo próprio, algo pra gente ter e isso aos pouquinhos fomos conseguindo [...]. E se via que era muito bom aqui, as terras eram muito baratas, as terras custavam R\$ 900.000 uma colônia de terra naquela época, hoje é uma fortuna que vale por 10 alqueires ou por 25 hectares. E ali foi aonde a gente progrediu um pouco, ali já se ampliou, comprando mais e depois vendendo e comprando em outros lugares (Vilmar Bartz, San Alberto, 28 jul. 2018).

Em sua fala, Vilmar Bartz traz presente o desejo de muitos imigrantes brasileiros ao adentrar no Paraguai que é o de ser proprietário de terras ou, como o mesmo expressa: “conseguir algo próprio”, melhor dizendo não depender mais dos pais economicamente. Algo que os jovens casais buscavam quando migraram ao país vizinho. Outro elemento de sua narrativa é a possibilidade que este teve de adquirir, vender, comprar mais terras o que não aconteceria se o mesmo estivesse residindo no Brasil naquele período.

O Paraguai oferecia para os brasileiros terras, algo que era muito custoso e escasso onde estes residiam no Brasil. O relato abaixo ajuda a entender essa “fome” por terra presente entre os imigrantes brasileiros que entraram no Paraguai. Nele a entrevistada Carmem Furlan, relata uma frase que ouviu de um vendedor de terras, no distrito de Hernandaria, PY.

“- Brasil rico e nobre, Paraguai simples e pobre! Brasil está faltando terras, Paraguai tem de sobra!” Então, ele quis dizer que nós migrava pra cá porque pra nós não tinha, não tinha pra nós mesmos, fosse nós trabalhar pra comprar um pedaço de terra não conseguia e aqui nós conseguimos, e aí fomos trabalhando, trabalhando (Carmem Furlan, San Alberto, 28 jul. 2018).

Diante da escassez de terras no Rio Grande do Sul as oportunidades de crescer e ascender economicamente se tornavam mais difíceis, essa constatação levou brasileiros a investirem nas oportunidades existentes no Paraguai, que surgiam para estes

agricultores como uma esperança de se ter uma vida melhor. A fala da entrevistada analisa essas duas realidades.

Naquela época, há 40 anos, era mais difícil pro colono conseguir uma terra lá no sul né. Como se nós fosse casar, o pai dele poderia comprar terra pra nós, alguns hectares [lá], só que a gente via que não tinha progresso, se via que ficava nisso. E aqui no Paraguai tu via que tinha a possibilidade de crescer, de se ter uma vida melhor, de ter algo pros nossos filhos (Ivoni Teresinha Werlle, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Porém, gradualmente, diante da grande procura por terras, do fim da destoca e introdução da mecanização, essas terras também foram se valorizando, tornando escassa a oferta e aumentando os preços. O relato abaixo de Ivoni Teresinha Werlle nos dá uma ideia desse processo.

Na nossa época, a nossa geração era mais fácil conseguir terras, hoje os meus filhos não conseguem terras porque é mais difícil e não tem. Tá quase tudo nas mãos dos grandes já, porque os nossos filhos pra conseguir 10, 20 hectares nas mãos dos grandes, não vão conseguir mais, tem que ir longe, tem que ir pro norte, ali já não tem. Então, aquela época era boa. Hoje nós estamos na situação que o pai dele [esposo] estava lá no sul, pros filhos ter uma vida melhor migraram (Ivoni Teresinha Werlle, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Essa escassez de terras nas antigas áreas colonizadas pelos brasileiros levou com que aqueles que queriam trabalhar ainda, ser proprietários de terras, como os seus pais buscassem em outras regiões terras, ou mais terras. Segundo Riquelme, aproximadamente desde o final da década de 1990 os colonos que haviam prosperado nas terras do Paraguai passaram a adquirir novas propriedades em áreas diferentes das originais. “Constituindo novos latifúndios--frecuentemente a expensas de los pobladores paraguayos — em departamentos mais distantes da fronteira com o Brasil, como Caaguazú, Caazapá, San Pedro e Misiones” (RIQUELME, 2005, p.132).

Para os imigrantes brasileiros ser e permanecer proprietários de terras no Paraguai possibilitou que estes seguissem com a mesma dinâmica presente no sul brasileiro. Porém, o processo que levou a escassez de terras disponíveis no Brasil faz com que atualmente muitos filhos desses imigrantes tenham que buscar terras em outros departamentos paraguaios ou migrar para as cidades em busca de emprego ou trabalho.

2.4.1 Primeiros plantios agrícolas em terras paraguaias

O início do preparo da terra no Paraguai para a agricultura seguiu o mesmo processo das colônias do Rio Grande do Sul ou outras regiões. Após a derrubada das árvores maiores, era necessário realizar a destoca. Quando a família não possuía condições financeiras de realizá-la por meio de máquinas maiores, como trator esteira, fazia o roçado e queimava, possibilitando assim os primeiros plantios. Na foto n°10, observamos o resultado das primeiras lavouras do distrito de Santa Rita, onde há sobreposição de árvores, tanto o plantio como a colheita se dava de forma manual.

Ilustração 10 – A primeira lavoura de brasileiros em Santa Rita – 1973



Fonte: HERRERA; CRISTALDO et. all. , 2010, p. 49.

Conforme Sprandel, os grandes proprietários brasileiros que adquiriram terras no Paraguai contrataram famílias de pequenos produtores rurais, especialmente dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que são conduzidos ao país vizinho como arrendatários. Enquanto conservam lavouras, em sua grande maioria, comerciais, essas famílias

desmatam e preparam as terras para o plantio de pastagens ou para a mecanização agrícola. Outras tantas áreas são transformadas em projetos de colonização privados, com sócios egressos dos círculos militares paraguaios e com o apoio do IBR, o que não impede, e muitas vezes contribuem, para que tenha graves problemas de legalização às terras então compradas por

milhares de pequenos proprietários brasileiros, a partir principalmente dos anos 70 (SPRANDEL, 1992, p.28).

Um dos primeiros cultivos no Paraguai realizados pelos imigrantes brasileiros era a menta. Para esse trabalho, quase todo executado de forma braçal, os que adquiriam as terras ainda em mato, em alguns casos, contratavam brasileiros desempregados do Paraná, naturais do sudeste e nordeste. Esses tinham como experiência as plantações de café, mas devido às geadas de 1974 e 1975 e ao processo de mecanização agrícola, muitos já não encontravam mais trabalho, restando apenas como alternativa a emigração ao Paraguai, para trabalhar como arrendatários, ou diaristas, principalmente nas lavouras de menta. Plínio Seger, assim descreve este trabalho:

O hortelã foi muito forte por cinco, seis anos, daí terminou [...]. É um serviço extremante pesado, me explico, no caso do meu sogro, ele comprou a terra era tudo mato, “– Óh, vocês [arrendatários] podem plantar, é de vocês por quatro, cinco anos”. Eles foram lá, derrubaram, plantaram hortelã, e como se prepara a terra para a hortelã? Do mato você tem que limpar ela, só deixar os tocos. É duro! Eu vi esse processo, é carpi, rastela tudo e jogar arredor dos tocos. Primeiro derrubar mato, queimaram ele, depois picar ele, amontoar nos tocos e queimar e depois plantar a muda em dia de chuva, misericórdia!!! As mulheres mineiras trabalharam, trabalharam com filho [...]. Depois de quatro, cinco anos a terra está mansa [...], é só pegar uma esteira limpar e plantar soja (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

A narrativa de Plínio descreve a derrubada do mato e o cultivo da menta. Trabalho exaustivo realizado em forma de arrendamento por alguns anos até fazer com que a terra fique mais propícia para o cultivo de grãos como a soja. Percebe-se na fala também que o trabalho era realizado por imigrantes naturais de Minas Gerais, ou seja, não havia sulistas. Porém, os sulistas também cultivavam a menta, mas em menor proporção do que os demais grupos de imigrantes que num grupo considerável eram arrendatários ou trabalhadores diaristas do campo, que com a chegada da mecanização nele foram perdendo o seu espaço.

Quanto ao sistema implantado pelas famílias originárias do Rio Grande do Sul o mesmo era aquele da agricultura familiar já praticado nos locais de partida. Este modelo possibilitava um apoio mútuo, que se estendia para as famílias que iam se formando a partir de uma família nuclear, fator importante para enfrentar as dificuldades iniciais em novas terras.

Os agricultores tradicionais, que eu conheço lá, vieram com a junta de boi no Paraguai, com as vacas, com galinha, ramas de mandioca. Assentaram na terra. Tinha oito a dez filhos, comprou 8 a 10¹⁵ colônias de terras exatamente

¹⁵ 1 alqueire no Paraguai equivale a aproximadamente 2,42 hectares, pois a uma diferença na metragem.

uma para cada filho e uma, duas pros velhos. Seguiram o modelo igual do Rio Grande do Sul, quando vieram das *colônias velhas* (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

Ao emigrar as famílias se precaviam organizando e levando o necessário para prover o seu sustento e estrategicamente os pais adquiriram terras para si e para os seus filhos, que por suas vezes já haviam contraído matrimônio. Estes, então, buscavam se organizar de uma forma em que todos possuíam propriedades próximas. Porém, no caso de Jacó Weler, devido a questões ligadas à titulação de terras, isso foi possível somente por um tempo.

No começo difícil, só matos, muita despesa, colheita falha, e já enfrentando assédio de sem terra, que graças e persistência as autoridades paraguaias nos ajudando resolveram essa questão. Surgiram outros problemas de sobreposição de títulos e tivemos que repartirmos e cada um da família [irmãos] foram pra outras comunidades (Jacó Weler, Santa Rita, 17 jan. 2019).

Com a modernização agrícola e o avanço da agricultura, foram adentrando outras culturas agrícolas como a soja. Os primeiros plantios de soja para os colonos, em muitos casos, atingiram um resultado não esperado, prejudicando a manutenção das famílias no campo que dependia unicamente da venda da sua produção. Nos anos 80, quando Pedro realizava os primeiros plantios em suas terras, se deparava com algumas dificuldades.

Nós tinha um soja era coisa mais linda, daí quando foi na colheita começou de chover, chover, apodreceu quase tudo na roça e a gente só dependia daquele pouquinho do soja, que já não tinha muito preço, não valia. Daí nós falava: “Vamos cortar, amanhã, depois sai o sol”. Daí nós cortava o soja e deixava em cima das árvores, em cima dos galhos, nas árvores pra não pegar unidade, e daí no outro dia saiu o sol, daí viramos o soja pra secar do outro lado também, quando foi no outro dia choveu de novo em cima, daí no fim nós trilhamos um tanto de soja e levamos em casa num galpão. Daí estavam falando que tinha um comprador que comprava esse soja meio ruim, meio podre por 6 mil guarani, aquele soja meio podre. Daí ele veio aqui em casa, ele queria comprar e queria pagar 5 [mil] guarani, daí eu falei, “não o preço é 6 [mil]” e deixei, o cara foi embora, nunca mais veio também, levamos o soja pra roça, pra esparramar de novo na roça, perdemos tudo (Pedro Darci Scholl, Santa Rita, 27 jul. 2018).

Como relatam os entrevistados, as dificuldades eram imensas, pois é somente na safra de soja que estes conseguiam ter o retorno de todo o investimento financeiro colocado na terra. E esse retorno, o qual será responsável pela manutenção econômica da família e de um novo plantio. Quanto ao preparo das terras, Ivete Camargo relembra

1 colônia equivale a 10 alqueires, seria aproximadamente 24,2 hectares. No caso acima de 8 a 10 colônias teríamos respectivamente aproximadamente 193,6 hectares e 242 hectares.

as dificuldades encontradas pela família na abertura de terras e do trabalho coletivo que envolvia todos os membros da família.

Me lembro como se fosse hoje: o pai chegava, daí ele falava assim: “Hoje nós vamos ter que fazer destoca”. Daí nós ia, cavocava ao redor dos tocos, cavocava, achava as raízes e o pai cortava com a motosserra, e nós fazia uma alavanca com um quadrado, com caibro né. E daí nós se pendurava naquele quadrado, pra arrancar aquele toco, pra poder assim depois poder trabalhar. Daí o pai pegou um trator, pagou um cara pra passar a grade no meio dos tocos, assim, pra não precisar carpir tanto né, e daí matava tanto o inço, daí a pra gente ficava mais fácil e plantava, mas tudo nas maquininhas do xeque-xeque (Ivete Camargo, Santa Terezinha de Itaipu, 14 jan. 2019).

A entrevistada descreve em detalhes os desafios encontrados para a abertura das terras, mostrando ter uma memória precisa sobre o período. O trabalho em família, característico desses imigrantes, que é mantido ainda hoje, possibilitou o enfrentamento das dificuldades iniciais e a permanência desses em terras paraguaias atualmente e a manutenção do modelo de cultivo da terra destes.

A destoca realizada por máquinas como o trator esteira ou por toda a família com o que possuíam em casa de maquinários e instrumentos era uma das primeiras atividades realizadas nas terras adquiridas. O fato de adquirir terras não significava nada, era necessário realizar o corte das árvores maiores para após realizar a destoca que era algo que tinha um custo elevado. Por vezes custava mais caro que a terra comprada. Segundo Pedro Darci Scholl, “a mecanização de um alqueire dava quase o valor de comprar uma colônia de terra” (Pedro Darci Scholl, Santa Rita, 10 dez. 2019). A hora de trator esteira estava em torno de \$140,00 e \$150,00. As horas-máquinas aumentavam, pois, após o corte das árvores, logo se realizava a destoca, o que tornava o processo mais demorado.

Aos moldes do modelo já existente no sul do Brasil, foram surgindo as cooperativas agrícolas, que com o tempo foram disponibilizando vários serviços para beneficiar os seus associados. As cooperativas funcionavam como pontos de apoio para os imigrantes brasileiros que a elas eram associados. Em Naranjal, Heitor Cloves Ciupak, vereador e sócio-fundador da cooperativa Copronar, narra o surgimento da mesma, no ano de 1991.

Nós sempre tínhamos problemas com esses silos que compravam soja, milho, o que tinha eles compravam. O problema era quando se pedia um financiamento eles cobravam muito caro o juro. Aí surgiu entre os pequenos agricultores: “Vamos formar uma cooperativa, vamos formar uma cooperativa!” Aí nós se entendemos com um paraguaio de Asunción, [...] ele assim, tinha um grande conhecimento de Asunción e ele se demonstrou um cara muito interessado pelos imigrantes [...]. Daí fomos fazendo umas

reuniões, umas reuniões até que foi decidido: vamos fazer uma cooperativa [...]. E aí nós entramos num acordo assim, cada colono escreveu num caderno os nomes né, e daí foi levado isso para Asunción, porque tem que documentar, e daí foi com isso, aí começou a mexer no banco o financiamento, daí compramos uma área de terra de 2 hectares, aonde a cooperativa está situada em cima hoje, aí começamos a trabalhar (Heitor Cloves Ciupak, Naranjal, 27 jul. 2018).

A cooperativa Copranar, que Heitor Cloves Ciupak e mais 64 sócios fundaram, segundo informações coletadas no site da mesma, presta os seguintes serviços: recebimento de grãos, sortidos, supermercado, loja de ferragens, veterinária, assistência técnica, venda de insumos, lácteos, além de ter projetos e atividades sociais junto a um grupo de jovens, grupo de senhoras e cursos profissionalizantes.

Entre os imigrantes brasileiros no Paraguai, existem vários perfis de agricultores. Na nossa pesquisa de campo tivemos a oportunidade de entrevistar pequenos e médios proprietários. Alguns atualmente arrendaram as suas terras e vivem nas cidades tanto entre aqueles que permaneceram no Paraguai como aqueles que retornaram ao Brasil. Alguns têm como fonte de renda o arrendamento de suas terras e a produção leiteira, reproduzindo de certa forma a realidade de algumas famílias de pequenos agricultores do norte do Rio Grande do Sul.

Há casos em que as famílias, além de investirem nas áreas cultivadas, realizam ações na produção leiteira, buscando a melhoria da genética dos animais e no alimento dos mesmos, visando um aumento da produção. Essa opção também modifica as relações familiares, pois em muitos casos são as mulheres as responsáveis por gerenciar essas atividades, o que garante um equilíbrio nas relações econômicas do casal, pois não é somente o homem o provedor da renda das famílias.

Há casos também em que os colonos conseguem ampliar as suas propriedades no Paraguai. Como no caso de Ivalino Pressi, natural de Palmitos, SC, hoje residente em San Alberto, que recebeu de seu pai 50 hectares de terras, em Gleba 7, pertencente a Colonizadora Maracaju, que com o tempo foram ampliados para 55 hectares, sendo que atualmente possui aproximadamente 1700 hectares de terra.

Assim sendo, os imigrantes brasileiros no Paraguai tiveram que fazer frente às dificuldades encontradas nos primeiros anos como o trabalho com a terra. Do cultivo da menta para as culturas de grãos, como a soja teve muitas mudanças territoriais, que afetaram positivamente ou negativamente todos os sujeitos envolvidos.

2.4.2 Terras paraguaias e as sobreposições de títulos

Os problemas relacionados à propriedade da terra são históricos e antecedem a migração de brasileiros para este país. Conforme Costa, os problemas na administração de propriedades não são próprios dos últimos tempos, todavia, ao contrário, se originam do período colonial e continuam durante o período da independência e se aprofundam após dois acontecimentos históricos: a Guerra da Tríplice Aliança no século XIX, onde há uma venda massiva de terras para estrangeiros, que formam grandes propriedades existentes até hoje, bem como a ditadura Stroessner no século XX, na qual a reforma agrária torna-se um instrumento nepotista e clientelista que favorece aos militares, políticos, amigos e parentes do ditador, prejudicando os camponeses e aborígenes. A situação não foi ajustada pelos governos da transição para a democracia nem pelos atuais. As regras fixadas para regular a propriedade e a posse da terra não seguiram o objetivo ordenador e pacificador da lei, mas beneficiaram o conflito, a insegurança e, em muitos casos, a violência (COSTA, 2017, p.59, tradução nossa).

Segundo Galeano (2012), com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, iniciou-se o processo de concentração e estrangeirização das terras do país. As leis principais, em especial a que se refere à legislação civil e a Constituição de 1870, passam a permitir a existência da propriedade privada sem restrições. Segundo o autor

El proceso de modernización capitalista, concretado durante la dictadura Stronista, generó fuertes consecuencias en el conjunto de la estructura agraria. Las explotaciones gestionadas a través de empresas familiares, las explotaciones farmer, desde el período histórico precedente, comenzaron a instalarse por agricultores extranjeros (alemanes, japoneses y menonitas), que arribaron al país desde las primeras tres décadas del siglo XX (GALEANO, 2012, p.409).

Já a imigração brasileira, constituída na grande maioria por pequenos agricultores que não conseguiram permanecer no país, se estabeleceu nas regiões de fronteira e possibilitou uma difusão das empresas familiares que correspondiam de 20 hectares a 100 hectares. Estas, na década de 80, começaram a perder a importância para as médias e grandes empresas agrárias (GALEANO, 2012).

Para Vasques (2006), na região fronteira a leste da região oriental, constituída pelos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa e algumas regiões de Amambay, Caazapá, Caaguazú e San Pedro, houve uma ocupação sistemática a partir da década de 1960. Na mesma, existiram três sistemas econômicos com características de estruturas produtivas complementares e paralelas. A princípio a extração da madeira

e erva mate, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, para depois se passar a extração do palmito, e seguir com a atividade madeireira. Por fim, a chegada da agricultura empresarial e familiar a partir do final da década de 1950. Segundo o autor, ao longo dos três períodos, de um lado os mercados regionais e mundiais, de outro as estratégias comerciais utilizadas pelos atores socioeconômicos, foram responsáveis pela criação de um mercado produtivo particular (VASQUES, 2006, p.52).

Para Albuquerque, a distribuição das terras no Paraguai se deu de forma bastante desigual. No país, os projetos de reforma agrária estavam a cargo do IBR e, a partir da década de 1960, foram distribuídas terras do Estado para camponeses, estrangeiros e militares. O governo, mesmo fundando várias colônias, não apoiou efetivamente os projetos e acabou com as Ligas Agrárias Cristãs¹⁶. Somando-se a isso, a grande corrupção no IBR, que tornava possível a obtenção de mais de uma documentação da mesma propriedade, não o fez com a reforma agrária naquele país, levando a uma maior concentração de terras nas mãos de poucos e um aumento da pobreza da população do campo, que só aumentou após a ditadura (Albuquerque, 2005).

A tabela abaixo traz os dados numéricos das propriedades existentes no Paraguai tendo por base o censo agropecuário de 2008¹⁷.

Tabela 5 – Dados del Censo Agropecuário Nacional, (CAN) 2008

Tamaño de las fincas	Cantidad	%	Superficie	%
De menos de 5 ha	117.229	40,58	238.012	0,77
De 5 a menos de 10 ha	66.218	22,92	416.702	1,34
De 10 a menos de 20 ha	57.735	19,99	685.381	2,20
De 20 a menos de 50 ha	22.865	7,92	619.986	1,99
De 50 a menos de 200 ha	12.113	4,19	1.158.812	3,73
De 200 a menos de 500 ha	5.251	1,82	1.600.537	5,15
De 500 a menos de 1.000 ha	2.737	0,95	1.810.119	5,82
De 1.000 a menos de 5.000 ha	3.443	1,19	7.200.531	23,16
De 5.000 a menos de 10.000 ha	684	0,24	4.702.034	15,13
De 10.000 has y más	600	0,21	12.654.779	40,71
Totales	288.875	100,00	31.086.893	100,00

Fonte: RIQUELMI, Quintin; KRETSCHMER, REGINA, 2016, p.18.

¹⁶ Organização social que reivindica a reforma agrária o assentamento de sem terras, movimento ligado à igreja Católica.

¹⁷ Por não encontrarmos dados atualizados utilizamos os dados do censo 2008.

Na tabela acima se apresentam os dados do censo agropecuário de 2008, o mesmo mostra o desaparecimento de milhares de parcelas da AFC. De 302.253 fazendas em 2002 caíram para 264.047 fazendas em 2008, ou seja, 38.206 fazendas apenas 6 anos. Na superfície, a perda também foi expressiva: de 2.573.485 ha em 2002 caiu para 1.960.081 ha, uma perda de 613.404 ha. Ao mesmo tempo, a agricultura camponesa perdeu fazendas e superfícies, agricultura *farmer* e grandes propriedades seguiram com o um crescimento sustentado, especialmente em superfície. As fazendas entre 50 e 1.000 ha apresentaram uma redução de 1% no período de 2002 a 2008, especialmente no estrato de 50 a 100 ha. Mas na superfície cresceu em ordem de 15%, de 3.973.122 ha em 2002 para 4.569.468 ha em 2008. A grande propriedade, por outro lado, foi o que mais cresceu. Fazendas de 1.000 ha ou mais cresceram na ordem de 25% em quantidade e em superfície o crescimento foi de 14%. Dentre as fazendas que mais expandiram foram 10.000 ha e mais entre 2002 e 2008, 51% em número de fazendas e 9% em superfície. A área total ocupada pela grande propriedade em 2008 era de 24.557.344 ha (RIQUELMI, Quintin; KRETSCHMER, REGINA, 2016, p.18, tradução nossa).

Somando-se ao conflito da terra existem várias disputas jurídicas envolvendo títulos de propriedades. Conforme Albuquerque (2005), no Paraguai a compra de terras é um processo muito complicado e questionável, pois geralmente as terras têm vários documentos, devido à corrupção política existente no período ditatorial. Existem, também, campesinos e colonos brasileiros que não têm o título da terra, mas somente direito, provido pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR). E nesse contexto de expansão das propriedades, muitos brasileiros acabam comprando os direitos dos campesinos e pagando as anualidades diretamente no IBR.

A corrupção das autoridades e dos órgãos responsáveis pelas titulações das terras é um problema sério no Paraguai. Conforme informações do Sinditamaraty

Existem atualmente mais títulos de terra que o tamanho do território nacional (o país tem 406mil km² e há 530 mil km² de títulos de terras) e até o início da década de 1990 não havia um registro único dessas escrituras públicas. Diferentes órgãos, como o Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (Indert) e a escribania, tinham os seus cadastros próprios e isto facilitou a corrupção e duplicação de títulos (SINDITAMARATY, 2013).

Para Albuquerque (2005), os títulos de propriedade são sempre questionados e frequentemente aparecem outros afirmando que são os proprietários das terras, como no caso apontado por Penayao:

El caso ocurrido en el municipio de Naranjal, departamento de Alto Paraná, es bastante ilustrativo del problema de la documentación y de los intereses políticos que están en juego. Un grupo de 12 “brasiguayos” y un paraguayo son propietarios de 1.200 hectáreas de tierras en el sitio de San Clemente, distrito de Naranjal. Según los relatos del diario Última Hora, estos agricultores pagaron dos veces por la misma propiedad, pues aparecieron nuevos dueños, y todavía pasaron por todo un proceso político para saber se serían o no expropiados (Penayo, 26/09/2003).

Em nossa pesquisa de campo, foram frequentes os relatos de insegurança jurídica com relação às titulações de terras de agricultores que adquiriram suas terras diretamente de colonizadoras há mais de trinta anos e, posteriormente, acabaram descobrindo a existência de outro título da mesma terra. Entrevistamos um agricultor em San Alberto e outro em Raul Peña, que estavam com processos correndo na justiça devido à titulação de suas terras que estava sendo questionada.

Porém, em Santa Rita, mais precisamente no bairro de Nueva Asunción, que se localiza a três quilômetros do centro urbano do distrito e a 63 quilômetros de Ciudad del Este, em que as terras possuem um alto valor econômico devido à agricultura, nos deparamos com uma situação mais grave que envolvia 11 famílias de pequenos e médios agricultores, que tiveram parte de suas áreas de terras questionadas devido à existência de mais um título.

Segundo informações coletadas com os envolvidos, as famílias adquiriram essas terras de colonizadora, possuem os títulos de suas propriedades, algumas delas desde a década de 1970 realizaram mensura judicial, fizeram estudo sobre o histórico das mesmas desde 1930, ou seja, 50 anos, pagam os impostos destas desde a sua aquisição e estão há mais de quarenta anos nas mesmas, o que pela lei do país também lhes dá direito de posse, pois 20 anos na mesma terra naquele país concede esse direito e têm documentação em dia. Com os títulos segundo envolvidos se “consiguen préstamos, hipotecas en bancos de plaza, pero sus documentos no son reconocidos en los juzgados” (apud. MEDINA, 01 de agosto, de 2017).

Mesmo assim, isso não foi suficiente para garantir a legitimidade do título, pois perderam em três instâncias na justiça as suas terras. O processo corre há mais de quinze anos na justiça e não tem prazo para ser finalizado, levando a um desgaste emocional e a muitos gastos para os agricultores envolvidos, que estão pagando várias vezes pelas suas terras.

A partir desse resultado, segundo informações do jornal online Última Hora, de Asunción, Paraguai, coletadas pelo correspondente Medina, a requerente Miriam Inocencia de Riveros, suposta proprietária, em 2003, entrou em juízo na justiça

reivindicando uma área de 162 hectares, da qual diz ser proprietária. O território em questão cruza as 11 propriedades, de alguns colonos atinge uma parte pequena, já de outros uma maior.

Entrevistamos três agricultores afetados pelo problema, que foram bastante receptíveis ao tratar do assunto, mostrando uma ânsia muito grande pelo fim da questão. O primeiro entrevistado reside nas terras desde 1980, sendo que alguns de seus irmãos já estavam residindo desde 1975. Ele nos dá mais detalhes sobre o desdobramento do processo em que as suas terras estão envolvidas:

Apareceu aqui um grupo de polícia com juiz e advogados mostrando um título que eles teriam nessa região. Só que o juiz, como conhecia a região, ele logo anulou a sentença, e daí eles recorreram pelo tribunal de Ciudad Del Leste e aí foi correndo o processo. Às vezes a gente esperava que já teriam parado, caducando tudo, daí quatro, cinco anos de repente vinham mexer de novo. A gente achou que tudo tava caducado e de repente a advogada avisou que nós tínhamos perdido em primeira instância, então o negócio estava correndo só no tribunal, escondido, só entre juiz e advogado. Aí o juiz firmou a sentença pra eles. Tentamos recorrer pra segunda instância e o juiz não aceitou novas provas. Fizemos a medição judicial e o juiz não aceitou. E em poucos dias depois ele sentenciou pra eles, o mesmo juiz, daí a gente tentou recorrer [...]. Mais tarde a gente descobriu que aquele problema todo já estava cozinhado, começou em Ciudad del Leste, primeira instância quando o juiz assinou, ele sabia que ia assinar a segunda instância e se nós fosse pra procurar recurso na suprema corte nós não teria acesso, era um negócio pleiteado pelo grupo, até que no começo do ano vieram com ordem de desalojo (I.S., Santa Rita, 28 jul. 2018).

O seu irmão, que adquiriu terra da Colonizadora *Balpessa*, no ano de 1977, também é um dos afetados pelo problema. Ao se referir a mesmo este afirma que

Nós estamos quarenta anos morando em cima da terra, com título. A lei aqui no Paraguai é assim, com vinte anos você morando numa terra você pode escriturar pra você, você é dono. E nós estamos quarenta anos morando, com título de mais tempo atrás, e botaram um outro processo em cima de nós que tem outro título, outro dono, esses títulos apareceram vinte anos depois que nós estamos morando aqui. Nós estamos gastando dinheiro em cima disso, já gastamos um monte! Mas isso é coisa de advogados, juízes e políticos. Eles sabem que aqui os brasileiros, aqui tem dinheiro, tão tirando leite, tão tirando leite. Já trocamos de advogado três vezes no mesmo processo que nós estamos aqui. Perdemos o processo completamente em primeira, segunda e terceira instância. Quer dizer que nós já não somos donos da terra por lei né. E daí já vieram duas, três vezes pra limpar, tirar tudo, arrancar da casa [...]. E agora os advogados que estão trabalhando pra nós disseram que não existe outro título e nós estamos gastando (P.S., Santa Rita, 27 jul. 2018).

Outro envolvido teve parte de suas terras afetadas pelo processo judicial¹⁸. Essas terras foram compradas pelo seu pai, agora falecido, no ano de 1973, da também

¹⁸ Tentamos ter acesso ao processo judicial, por algumas vezes, por meio de um dos envolvidos, mas não foi possível.

Colonizadora *Balpessa*. O mesmo em seu relato descreve desde a aquisição das mesmas até a situação em que estas se encontram e expõem o seu sentimento de indignação diante da não resolução do conflito.

A gente se sente um pouco injustiçado porque uma coisa que foi comprado em 1973, se trabalho desde 1973, quando foi comprado, o pai vinha aqui ficava uma semana, trabalhava e depois voltava e, depois em 2003, começar um problema de dizer que aqui é meu. Não ter um amparo judicial como se deveria né, você fica gastando advogado, juiz, advogado, juiz, mas não tem ninguém que diga que vocês estão certo, a gente tem escritura, tem título desde 1978, e nada é suficiente pra dizer que vocês tem a razão. Então fica essa coisa... meio ano ninguém, mas depois vem outra questão em cima (C. M., Santa Rita, 27 jul. 2018).

Um dos filhos dos envolvidos, que nasceu no Paraguai, também se manifesta diante dessa problemática afirmando que

O povo que vem com esses títulos não tem intenção de ocupar a área, mas só uma forma de extorquir dinheiro. A gente se sente um pouco desamparado, pois aqui que pode estar escrito no papel que são dois, três títulos da mesma área. Ao que não acaba bem, acaba em confronto (N. S., Santa Rita, 28 ago. 2016).

Em artigo do jornal *Última Hora*, escrito por Medina, na data de 01 de agosto de 2017, tem-se um pequeno trecho de uma entrevista feita ao prefeito de Santa Rita, César Torres, que *“sostuvo que es prácticamente una mafia instalada hace años, que afecta a varios sectores de la población y causa preocupación para la institución. Existen al menos cuatro casos de superposición de títulos identificados en el distrito, de acuerdo con sus dichos”*.

Segundo o mesmo artigo, *“Los denunciantes señalan que es llamativo que la Justicia convalide un título que supuestamente corresponde a una finca de Ñacunday, pero cuyo propietario está demandando a pobladores de Santa Rita, porque supuestamente su tierra está en ese distrito”* (MEDINA, *Jornal Última Hora*, 01/08/2017). Conforme os relatos dos envolvidos no processo na data da efetivação da sentença, os policiais não sabiam a localização correta do local reivindicado, pois a que estava na sentença não correspondia a localidade de Nueva Asunción.

O mesmo jornal também traz a fala dos advogados dos dois lados. Do lado dos colonos envolvidos, Mario Vega afirma que

“El juez dispuso el desalojo de estas personas sin tener en cuenta sus títulos de propiedad; o sea, estamos ante un caos jurídico, porque eventualmente si se concreta el desahucio, mis clientes serán echados de sus tierras con títulos de propiedad en mano” [...]. Según afirmó, los títulos de propiedad de sus clientes no fueron argüidos de falsedad y que el magistrado Aguayo

notificó a un muerto, que fue recurrida, pero los camaristas Sixto Melgarejo, Miguel Ángel Onieva y Perfecto Orrego rechazaron el pedido de nulidad de actuaciones del juez (MEDINA, Jornal Última Hora, 01 de agosto de 2017).

Já representando a requerente, Carlos Zarza afirma de a injustiça estar sendo cometida com a senhora Miriam Inocencia. "Yo solo ubico a dos, los otros son prestanombres. Están usando al intendente seguramente por captar votos. También hay un muchacho de la Coordinadora Agrícola que está con ellos. Pero nosotros en la cancha le ganamos. Apelaron y le ganamos la apelación y también en la Corte" (MEDINA, Jornal Última Hora, 01 de agosto de 2017).

Ao longo do processo houve algumas tentativas de *desalojo* (despejo), mas a mais grave se deu em 12 de janeiro de 2018, na qual o juiz havia ordenado o despejo das terras dos pequenos produtores, que possuem entre 50 y 70 hectares, que por sua vez afirmam possuir títulos que datam dos anos 70. Debido ao bloqueio realizado pelos pequenos produtores e pela pressão do governador de Alto Paraná, Fernando Schuster Salinas, e do intendente de Santa Rita, César Torres, intendente de Naranjal, distrito vizinho, Edoard Schaffrath, diversas autoridades e pessoas do distrito e distritos arredores que estavam na comunidade apoiando os produtores, considerando antigos moradores do local, a ação foi suspensa. Segundo o jornal: "El contingente de unos 200 efectivos policiales decidió suspender la orden dictada por el juez en lo Civil Mario Aguayo, ya que no se dieron las condiciones para realizar el trabajo" (Jornal Ultima Hora, 12 de janeiro de 2018).

O jornal Vanguardia, de Ciudad del Leste, na edição online de 13 de janeiro de 2018, assim refere-se ao ocorrido:

Con una manifestación y bloqueo de ruta con tractores, los santarriteños impidieron ayer un desalojo en la localidad Nueva Asunción. Los afectados afirman que se trata de un procedimiento arbitrario, pues poseen títulos de las propiedades de los cuales se busca despojarlos. Se trataría de un caso de doble titulación cuyo expediente ahora está en la Corte Suprema de Justicia (Vanguardia, 13 de janeiro de 2018).

Apesar da justiça ter dado ganho de causa à requerente e a tentativa de *desalojo* (despejo) ter sido fracassada, o processo ainda corre na justiça. Outro artigo do jornal Última Hora de 12 de janeiro de 2018 aponta que o processo judicial: "se encuentra en la Corte Suprema de Justicia, debido a un incidente de nulidad de actuaciones porque entre los desalojados figura el nombre de una persona fallecida" (Jornal Última Hora, 12 de janeiro de 2018).

Nesse sentido, as questões ligadas à sobreposição titular são um problema do Paraguai de repercussão internacional, devido a sua dimensão. Existem muitas e variadas situações envolvendo a questão de títulos de terras no Paraguai, involucrando migrantes e paraguaios. O assunto é bastante complexo e exige um estudo mais aprofundado. Porém, como nosso enfoque não está em compreender esses processos, mas sim em levantar uma realidade conflitiva enfrentada por nossos entrevistados, nos limitamos somente a esse recorte, pois percebemos que diante dessa situação as famílias brasileiras sentem-se bastante inseguras quanto à permanência naquele país.

2.5 Frente de expansão agrícola: o agronegócio no Paraguai

Ao analisarmos a presença de uma frente de expansão agrícola no Paraguai é importante perceber como o imigrante se coloca nesse processo, pois quem migrou é fruto de uma frente de expansão. No Paraguai produz uma frente pioneira e nesse país, em sua grande maioria, passa a ser vítima da frente de expansão, por isso retorna. Ou seja, é vítima duplamente, ou o processo não deu certo. Tanto no Brasil como no Paraguai é o processo de modernização agrícola que vai levar ao agronegócio, que vai impulsionar os movimentos migratórios.

Para Albuquerque (2005), o conceito de frente de expansão no Paraguai está muito próximo ao entendimento que se tem sobre a frente de expansão no Brasil, pois como no país vizinho existem diferentes frentes em movimento e em conflito por terras, recursos naturais e pela faixa do território nacional. Segundo este, fazem parte dessa frente de expansão de camponeses posseiros e seringueiros tradicionais que por sua vez entram em choque com as comunidades indígenas que já estão ocupando esses territórios. Com o tempo tem-se “a chegada dos agentes da civilização e da modernização (pioneiros, empresários, empresas multinacionais etc.), os conflitos se acentuam com os posseiros, os camponeses e os grupos indígenas”. Nesse contexto de disputas ocorrem extermínios, negação do outro e descoberta da alteridade (ALBUQUERQUE, 2005, p.64).

No período das décadas de 1970 e 1980, os movimentos migratórios de fronteira entre Brasil, Paraguai e Uruguai têm como ponto em comum o processo de valorização da terra. Os fluxos migratórios de brasileiros para esses países possuem, segundo Sales, duas naturezas distintas. A primeira é a migração de proprietários rurais ou empresários

agrícolas, que pode ser de grandes ou pequenos produtores familiares. A segunda seria a migração de pequenos produtores e trabalhadores rurais que foram desapropriados pelo processo de modernização e tecnificação da agricultura, movida pela busca de condições de subsistência (SALES, 1996).

No território paraguaio, as frentes de expansão capitalista são principalmente formadas por agricultores brasileiros, que entraram em choque com setores marginalizados da sociedade paraguaia, especialmente os camponeses e os indígenas. Esses conflitos derivam da forma como os brasileiros, em especial os grandes e médios produtores de soja, estão explorando a terra, transformando o meio ambiente e desestruturando as culturas camponesas e indígenas. O movimento fronteira agrícola produz muitas contradições, desigualdades sociais e tensões políticas e culturais. Os conflitos não acontecem apenas entre grandes proprietários rurais e camponeses, mas também há conflitos étnicos entre descendentes de alemães, italianos e comunidades indígenas. Existem disputas nacionais entre brasileiros e paraguaios e choque entre o nacionalismo paraguaio e os processos de integração supranacional. Essas variadas disputas não estão separadas, mas articuladas e combinadas (ALBUQUERQUE, 2005).

Segundo Vasques (2006), nessa região, o sistema econômico apresenta um conjunto difícil de atores, produtos e processos, onde a fronteira internacional tem um papel essencial não como isolamento territorial, mas como delimitador de sistemas jurídicos, econômicos e, principalmente, tributários que produzem grande dinamismo aos movimentos transfronteiriços. Neste ponto, a fronteira é percebida como um benefício e não como uma dificuldade, pois quase não apresenta como um tribunal territorial, mas mais como um “espaço contínuo” com suas próprias variáveis, onde os atores conseguem credibilidade das diferenças fronteiriças (VASQUES, 2006, p.55, tradução nossa).

Com o avanço do processo de mecanização agrícola, houve melhorias nas condições de trabalho no campo e um aumento bastante significativo da produção. Nesses distritos fronteiriços foram surgindo feiras agrícolas com a venda de implementos de última geração que estimularam a modernização da propriedade agrícola. Um exemplo de feira é a que ocorre todos os anos no mês de maio em Santa Rita, a Expo Santa Rita¹⁹. Conhecida como a segunda maior feira realizada no país,

¹⁹ A Expo Santa Rita é uma feira do agronegócio que recebe expositores do Brasil e Argentina. Promovida anualmente no mês de maio, no distrito de Santa Rita, Paraguai. Em 2019 foi teve a sua 27ª edição. A mesma proporciona shows com cantores populares do Brasil. Ainda sobre a feira, segundo o

expõe tudo o que há de novo no mundo do agronegócio, ligado à agricultura, pecuária e gado de leite. Além de outros serviços e comércios valem-se desse espaço de grande visibilidade regional e nacional para mostrar os seus produtos. As firmas e bancos aproveitam desse espaço para oferecer os seus produtos e benefícios. O distrito Santa Rita diante do desenvolvimento econômico advindo do setor agrícola passou a se denominar “Ciudad Progresista”.

Esse avanço do agronegócio é bastante perceptível dos dois lados da fronteira. Para Szekut, atualmente, “o agronegócio é a principal prática econômica no país, e é composto por redes transnacionais” (SZEKUT, 2018, p. 80). Ou seja, é algo interligado entre grupos dos dois países, que buscam assegurar e aumentar os ganhos econômicos por esse movimento dinâmico. O relato de Plínio Seger nos ajuda a entender essa dinâmica:

Todo santo dia, salvo exceções, vai plantadeira, vai carregadeira, vai uniport, são máquinas caríssimas, tudo de R\$150.000, vai trator, vai patrôla, daqui [Brasil] pra lá [Paraguai], carros vão pra lá, equipamentos para silo vão. É o agronegócio de lá. Em contrapartida, eu não tinha essa visão porque a gente está lá, produz e entrega, eu estou na roça no Paraguai, na agricultura produzo e entrego no silo, ou na cooperativa. Então, depois que eu vim pra cá [Brasil], eu [me] dei conta dos caminhões que vem pra cá e trazem a produção de lá pra cá, aí eu vi de noite, na entrada da noite, centenas e centenas de caminhões que trazem a produção que vai pras cooperativas, pros portos, pra Cascavel, pra moagem, pra completar em Santa Catarina, abastecer o milho em Santa Catarina (Plinio Seger, Foz do Iguçu, 14 jan. 2019).

A proximidade com a fronteira leva a essa imensa circulação de riquezas primárias como grão, que passam a mesma e são destinados aos portos, cooperativas e indústrias de beneficiamentos do Brasil. Já por outro lado, como relata o entrevistado, se percebe uma movimentação intensa de maquinários e equipamentos agrícolas e carros de alto valor econômico que entram no Paraguai. Estes refletem a intensidade da movimentação de capital entre a fronteira dos dois países.

Nestes distritos o agronegócio aparece como um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico da região. Na foto abaixo, temos o pórtico de entrada do distrito de San Alberto, localizado ao norte do departamento do Alto Paraná. Devido à

site do governo departamental, a feira é a segunda mais importante do país considerando o número de visitantes, mas quanto ao número de negócios, é a maior, com retorno de 300.000.000 dólares por ano. Na feira pode apreciar a produção agrícola, pecuária e industrial da região. O evento tem como principais objetivos a promoção das tradições culturais do país, danças, músicas e costumes próprios do folclore. Além disso, se orienta a estimular o incremento da qualidade dos produtos elaborados na zona através da cooperação entre os produtores.

forte influência do agronegócio, o mesmo se autodenomina como a capital do agronegócio, exibindo uma réplica da uniport, máquina utilizada para passar veneno.

Ilustração 11 – Pórtico de entrada do distrito de San Alberto



Fonte: Acervo pessoal de Vanucia Gnoatto

A foto acima mostra também a contradição do agronegócio, que por um lado gera riquezas imensas em capital para esses distritos, cria empregos nos setores envolvidos, desenvolve as cidades e por outro agrava os conflitos de terras com camponeses paraguaios, acentua os problemas ambientais com a utilização abusiva de agrotóxicos, leva a expulsão do pequeno agricultor do campo e trabalhadores agrícolas. O mais contraditório de tudo é que a réplica é de uma máquina de veneno, algo que mata, que está ligado a uma série de doenças, como o câncer e a depressão, mas que na lógica capitalista é a peça fundamental para os plantios agrícolas em larga escala de *commodity*.

Para Silva (2007), a colonização e ocupação da fronteira oriental, estimuladas pelo governo do Paraguai motivaram não somente colonizadoras brasileiras, mas favoreceu a entrada expressiva de grandes empresas agropecuárias, que possuíam capital mundial. Inicialmente no período pioneiro, essas operavam no setor madeireiro,

mas com o tempo foram atuando em outras áreas, como na produção de carne, soja e outras culturas comerciais. Levando conseqüentemente a uma diminuição de empregos no campo, e, conforme as áreas de mata eram abertas, aumentou o desequilíbrio na disputa por terras mais férteis, aumentando o problema da concentração fundiária.

Entre os imigrantes, colonos sul brasileiros, percebemos o predomínio de certos modelos agrícolas e o avanço do agronegócio que foi modificando a forma de interação com o território, tanto no Brasil, como no Paraguai. Já entre os paraguaios, percebemos muito forte ainda, e resistindo a todo o tipo de pressão, uma relação com a terra que vem de uma herança milenar indígena. Sobre a forma de cultivo da terra, Irmã Terezinha Mezzalira, afirma que:

De certa forma a cultura brasileira se impôs à do Paraguai. Talvez pelo maior domínio do brasileiro no cultivo terra, porque o paraguaio, em sua maioria de descendência indígena, respeitava a terra, as matas, os rios e a natureza em geral. Para eles a flora e a fauna só eram utilizadas para o sustento diário. O brasileiro começou mecanizando a terra e destruindo toda a mata, utilizando o espaço para grandes áreas de plantação de soja e milho. Mais tarde criação de gado. Empurrando o campesino para fora de seu habitat (Irmã Terezinha Mezzalira, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

Segundo Silva (2007), o embate das duas frentes de expansão tem levado a uma expressiva expulsão e empobrecimento dos colonos paraguaios que não possuem títulos das mesmas. Essas terras, por sua vez, têm sido adquiridas por agricultores brasileiros, que na sua grande maioria também haviam passado por um processo de marginalização nos seus locais de origem, devido à modernização agrícola e do avanço das monoculturas de exportação.

A frente de expansão brasileira no Paraguai é bastante plural. Por um lado, temos os imigrantes que vieram do Sul com poucas ou boas condições e, por outro, grupos que vieram de outras partes do Brasil, como afirma a Irmã Terezinha Mezzalira que chegou

Com a intenção de comprar um pedaço de terra para sua sobrevivência, a maioria dos pequenos proprietários estabeleciam uma convivência mais próxima com os nativos. Eram pequenos proprietários, arrendatários ou trabalhavam para terceiros, muitas vezes em troca de meios para sobrevivência (Irmã Terezinha Mezzalira, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

O avanço dessa frente agrícola, na segunda metade do século XX, por sua vez levou a um desmatamento desenfreado na região leste do Paraguai. Pela falta de uma consciência ambiental e acima de tudo por interesses econômicos, em poucos anos uma região de mata se transformou em lavouras, ocasionando problemas ambientais sérios.

Em sua fala, o ex-vereador de Santa Rita, Jacó Weler, expõe essa problemática e ressalta a necessidade de preservar as áreas verdes presentes no município:

Hoje se está falando muito de meio ambiente e o agronegócio tem muito a ver com isto, mas eu sempre digo não adianta você hoje buscar culpados dessa desmatção e sim, porque eu acho [que] isso era uma época em todos pensavam [que] era necessária, até bancos, financeiras davam empréstimos para fazer desmatamento. Hoje a mentalidade é diferente. Então não adianta hoje achar culpados, hoje tem que tentar preservar o que restou e tentar recuperar o que foi destruído. Isso eu ainda acho que em Santa Rita e nossa região falta muito essa consciência, até pela cidade, de se preservar áreas verdes e fazer com que isso seja um pulmão para a cidade porque a tendência é que Santa Rita se torne cada vez maior (Jacó Weler, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Os bancos e financeiras disponibilizavam recursos para os colonos poderem realizar as destocas em suas propriedades, em um contexto em que a política de governo visava o desenvolvimento agrícola da região. Com o tempo as políticas de governo se modificaram e começou-se a criar leis ambientais. Porém, como Plínio nos relata, há pouca fiscalização quanto ao cumprimento destas leis.

O Banco [Nacional] do Fomento paraguaio financiou muito a destoca, muito [...]. Uma vez, daí o agricultor começou a dar sobra e com essa sobra ele avançou na destoca. Então, em [19]84 e [19]85 terminou a destoca [...] e onde fica o meio ambiente? Um governo que na época incentivou, financiou a destoca, em [19]78 a [19]85, na década de 90, começa a fazer o contrário, reflorestar as nascentes, começa as leis ambientais, mas ele deixou a sorte, a sorte. Tanto é que nós avançamos muito, os imigrantes avançaram muito sobre o meio ambiente infelizmente [...]. Por que se avançou o sinal vermelho? Porque ninguém falou, os agricultores queriam terras (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

O entrevistado levanta a questão do desmatamento, algo que nessa região do Paraguai se deu de forma intensa e rápida. Ao cruzar pela estrada de acesso ao centro de Santa Rosa del Monday viam-se as marcas desse processo: tratores e esteiras expostos nas ruas, como relíquias de um passado em que a frente pioneira adentra nesses distritos.

Além disso, somam-se também os problemas ambientais e para a saúde das populações devido ao uso excessivo de agrotóxicos. O sociólogo Ramón Fogel afirma que existem evidências conclusivas de que a utilização de herbicidas e inseticidas está poluindo os solos e fluxos de água e prejudica a saúde das comunidades próximas a grandes fazendas; especialmente são apavorantes as pulverizações aéreas sobre pessoas, cultivos camponesas, fauna, flora e água; Devido ao inevitável efeito que resulta, o veneno prejudica locais que não têm plantações, assim sendo, seu uso nas proximidades

dos assentamentos é inadmissível, nesse sentido, em países como a Colômbia a utilização não é permitida (FOGEL, 2005, p.73, tradução nossa).

O processo de mecanização, parte integrante do agronegócio, impede a permanência dos pequenos agricultores no campo, pois estes não possuem recursos para investirem em maquinários necessários para os cultivos das monoculturas, em especial da soja. A fala de Plínio nos ajuda a compreender essa realidade, pois consegue perceber com bastante clareza como esse processo começou em Santa Rosa del Monday.

Com a queda do Strossner, o capital estrangeiro entrou [...]. [19]89, [19]90 cai o Strossner, muda a economia do país, abre a economia do país, antes nós erámos uma comunidade totalmente rural, Santa Rosa [de Monday]. Em [19]89 e [19]90, já sai a Expo Santa Rosa, o que era a Expo? As firmas daqui foram vender tratores lá porque o campo de vendas de tratores e máquinas lá é muito! Não parou! A tecnologia chegou lá, mas ela também tirou muita gente da lavoura, inclusive eu, não tive condições de acompanhar isso. Como vou comprar trator com pouca terra? (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

O processo de mecanização foi intenso e impactante, principalmente, para os pequenos agricultores que não conseguiram fazer frente ao mesmo por não possuírem recursos econômicos para isso tendo que, na grande maioria das vezes, retornar para o Brasil, levando ao fim de algumas comunidades no Paraguai criadas por estes. Na fala de Antenor Silveira, ex-vereador de Los Cedrales, e de sua esposa Odete Silveira, professora, podemos perceber como se deu esse processo em Los Cedrales.

Los Cedrales começou na faixa de 72, começaram a desmata Cedrales. Daí ela foi, claro trabalhando com muita gente, porque se trabalhava com menta e se precisava de mão-de-obra. Então, a partir dos anos 85/86 para cima, essa parte de menta foi saído e as pessoas foram novamente migrando e as terras foram se destocando, a maquinária entrou e o povo saiu, hoje o resultado daquilo lá é que aonde se tinha, no caso 200 famílias tem 2. A mecanização expulsou esse povo, porque se você morasse em Cedrales e tivesse 5 alqueires de terra passa fome, passa fome! Pra sobreviver na agricultura, na região do Paraguai, tem que plantar no mínimo de 15 a 20 alqueires, e ser estruturado no mínimo, pra sobreviver, e pra se fazer o fuzuê do Paraguai são de 100 alqueires a cima, [...] porque os custos são altos. Hoje que os bancos lá estão investindo com juros baratos, [...] [naquela época] o banco dava pro grande e o grande repartia com o pequeno. Naquela época, financiava o dono do silo, ia lá pegava o volume do dinheiro grande, repartia. Ele pegava meio por cento e repartia por cinco. Aonde que isso foi esgaçando o povo. E qualquer imprevisto do tempo o pequeno não colhia e ficava com a dívida lá, daí tinha que ir vendendo (Antenor e Odete Silveira, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

A fala do casal traz presente o fim do cultivo da menta em Los Cedrales e o início do processo de mecanização agrícola, que elevou os custos de produção agrícola

principalmente para os pequenos agricultores que dependiam de empréstimos com juros altos contraídos junto aos donos dos silos. O que por sua vez leva a dependência destes aos seus credores. O fim do cultivo da menta e a mecanização levaram também à diminuição de trabalho braçal no campo. Diante dessa nova realidade a migração para a cidade, para outros departamentos paraguaios e principalmente para o Brasil foram as opções que estes imigrantes tiveram.

Uma pequena parcela dos agricultores foi se capitalizando cada vez mais no Paraguai e se aproveitando das condições favoráveis, buscando terras entre os próprios brasileiros, lançando ofertas a estes que por muitas vezes não se encontram em condições favoráveis e acabam aceitando as propostas. A fala de Jacó Weler nos ajuda a entender essa realidade:

Quem tem dinheiro faz dinheiro, e daí o pequeno agricultor ele sofre porque é tão acossado, é tão perseguindo em ofertas que acaba vendendo a sua propriedade. Porque hoje, é verdade, por exemplo, quem tem área grande, antigamente qualquer um fazia serviço pro outro, prestava serviços, é claro cobrava, mas fazia. Hoje quem tem essas máquinas prefere pagar a renda pra você e eles plantar do que fazer o serviço pra você, e isso porque a arrenda pra eles é maior [...]. Hoje o próprio brasileiro, o próprio imigrante, ele produz emigração (Jacó Weler, Foz do Iguazu, 17 jan. 2019).

A fala de Jacó mostra que, com o processo de modernização agrícola, houve uma mudança nas relações de trabalho. A prática de prestar serviços de forma remunerada, própria de um sistema comunitário onde a entre ajuda para com os vizinhos que não tinham maquinários era praticada, dá lugar a ações capitalistas que visam ao lucro. A constatação do entrevistado de que “hoje o próprio brasileiro, o próprio imigrante produz emigração” nos possibilita refletir sobre a realidade atual dos emigrantes brasileiros no Paraguai que possuem mais recursos e com isso preferem arrendar ou adquirir as terras de quem pouco possui recursos e terras para trabalhar com o monocultivo. O que, por sua vez, levará a um novo processo migratório desses sujeitos.

Constata-se, a partir da fala, ainda, que existem grupos muito heterogêneos de imigrantes naquele país, somente uma parcela pequena é capitalizada e tende a se beneficiar em situações de crise econômica e avanço do agronegócio, pois os mesmos tendem a expandir as suas propriedades a partir da aquisição de terras ou arrendamentos das dos pequenos agricultores brasileiros que não conseguem mais fazer frente a essa nova realidade. O relato abaixo nos dá uma ideia da grande oferta de terras que se dá com a saída do pequeno agricultor do campo.

Naquela época não sei o que deu. Quando deu aquela febre eu vendo vou embora, eu vendo vou embora, e muita gente vendeu [e] foi embora. Foi o ano em que as terras eram dadas, o ano em que eram mais baratas, nos anos 90 as terras eram dadas. Porque se tinha 100 brasileiros 90 queria ir embora, e quem ficou se deu bem [...]. Nos anos 90, as terras aqui não valiam nada, se compra 25 hectares a troco de espingarda. Entrou a soja com um preço bom, safra boa e outro comprou, e outro comprou. E hoje pra comprar um pedacinho de terra não tá fácil, ninguém quer vender hoje. Como hoje, aqui no Paraguai, tá um Paraná da vida, não tem o que tirar! (Ivalino Pressi, San Alberto, 29 jul. 2019).

A fala do entrevistado nos mostra a intensa migração de retorno para o Brasil, num período em que temos o fim da ditadura no Paraguai, o início do processo de mecanização que começa a inviabilizar a permanência no campo. O que levou a uma grande oferta de terras, com preços bastante acessíveis. Por fim, o entrevistado conclui que na sua região do Paraguai está como no Paraná, ou seja, não se encontra mais terras de cultivo para se adquirir devido ao processo de mecanização, parte integrante do agronegócio, que supervalorizou as mesmas.

O avanço do agronegócio nesses distritos modificou significativamente essa região, que atualmente é considerada uma das mais desenvolvidas economicamente do Paraguai. Porém, se por um lado o agronegócio e o processo de modernização agrícola trouxeram melhorias para o setor agrícola e distritos como um todo, também conduziram a problemas ambientais, conflitos agrários pela propriedade da terra e a exclusão social dos pequenos agricultores, que possuíam poucos recursos financeiros para permanecer no campo. Forçando-os a um novo processo migratório, seja ele para as cidades, para outros distritos do Paraguai ou de retorno para o Brasil.

No terceiro capítulo, estudaremos os fatores e os desdobramentos desse processo migratório de retorno, que tiveram grande influência do modelo agrícola adotado nos distritos em que estes residiam, mas também que foram influenciados por outras necessidades desses imigrantes, que no caso de alguns dos nossos entrevistados deixam o campo e migraram para as cidades fronteiriças, visando em muitos casos a proximidade com o país vizinho onde ainda há familiares ou possuem terras. Ou por questão de trabalho, saúde, educação, estabilidade na velhice, previdência e migração de retorno de familiares.

3. O RETORNO AO BRASIL

*“Si quisiera regresar
Ya no sabría hacia donde
Pregunto al jardinero
Y el jardinero no me responde
Hay gente que es de un lugar
No es mi caso yo estoy aquí de paso”
(Jorge Drexler)*

Neste capítulo, estuda-se a categoria do retorno com o objetivo de acompanhar as trajetórias migratórias de retorno dos emigrantes brasileiros estabelecidos no Paraguai, entendendo o movimento de deslocamento como elemento articular. Separados pela fronteira, busca-se situar as redes de apoio familiares e sociais construídas para receber e reinserir esses migrantes. Por fim, discute-se o permanecer e o migrar como duas opções individuais e situadas, que atravessam os movimentos migratórios e como são justificados por esses sujeitos. A migração, nesse cenário, não é entendida como um movimento definitivo, mas como populações em movimento.

3.1 O retorno: elemento constitutivo do migrante

A migração de retorno pode acontecer fisicamente ou pode ser desejada, entretanto não realizada. O desejo do retorno pode ser vivido por quem não retorna e também por aqueles que retornam, como sinônimo de fracasso, considerando as expectativas precedentes a migração. A possibilidade do retorno é vista como positiva quando resultado do sucesso econômico. Todavia, o desejo do retorno, consciente ou inconscientemente, acompanha os deslocamentos migratórios. O mesmo também não precisa necessariamente ser realizado pelo imigrante, mas pode ser concretizado pelos seus descendentes.

Outro elemento dessa migração é o da mudança, do espaço e dos sujeitos implicados nela, como nos relata o entrevistado que migra de Entre Rios do Oeste,

Paraná, para Naranjal, Paraguai: “Isso tudo é uma aventura assim [...]. A gente quando sai do lugar, vai para um lugar onde nunca foi tu sempre volta diferente, sempre aprende algo a mais que tu vê, que tu não tinha visto naquele lugar que tu estava” (Entrevista realizada via Skype, Naranjal, 08 ago. 2016). O retorno permite a volta ao mesmo lugar, mas não ao que se deixou para trás, pois quem saiu “volta diferente” – e quem permaneceu também muda. São mundos diferentes em contato. Para Fazito, quando o emigrante parte a determinado lugar, acredita absolutamente que um dia voltará para o mesmo “espaço” original, como se a decisão de emigrar somente fosse individual e pontual, presente em um espaço e tempo manipulável racionalmente. Porém, frente à impossibilidade do retorno, vivida muitas vezes de forma inconscientemente pelos imigrantes, parece restar a possibilidade socialmente estruturada de uma forma de dissimulação. O imigrante modifica de forma simbólica suas próprias vivências do cotidiano quando cria ilusões sobre o retorno às suas origens, visando justificar sua condição muitas vezes nada cômoda de deslocado e inclassificável. Ao se tornar migrante se aprende a dissimular para si, para os que ficaram na terra natal e para os da terra de destino “como forma de consagrar um novo contrato social que precisa estabelecer os limites da crença social nesse triplo sentido de relações” (FAZITO, 2010, p. 91).

Para o mesmo autor o retorno desejado mesmo que seja impossível produz uma força “capaz de se materializar em normas, valores e comportamentos de indivíduos e grupos”. Segundo ele, partindo da realização de um acontecimento particular, no caso a migração, “no ciclo de vida de uma pessoa ou grupo, os significados, as relações e a inserção do imigrante na estrutura social (tanto da sociedade de origem como na de destino) são modificados, proporcionando dinâmica e complexidade a todo o sistema” (FAZITO, 2010, p.92).

Para Romeu, defender a ideia que reconhece o migrante como sujeito leva concluir que isso também acontece com quem retorna à terra de origem, somando-se ao caso de que agora, impregnado com as vivências do lugar de procedência, surge como uma totalidade: “uma vida construída pela mobilidade entre dois ou mais espaços, entre idas e vindas. Uma vida marcada por lugares de memória e do cotidiano presente, realidades que constituem personalidades e projetam devires” (ROMEU, 2018, p. 88).

Conforme Sayad, a migração de retorno implica em

uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de uma projeção do outro, sendo estritamente dependentes do

domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da migração; uma relação com a terra em todas as suas formas e valores, inicialmente em suas dimensões físicas e geográficas e, em seguida, em suma apenas metáfora do espaço social; uma relação com o grupo, aquele que se deixou fisicamente, mas que continua a carregar de uma maneira ou outra, e aquele no qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar (SAYAD, 2000, p.12).

Para Romeu (2018), o sujeito que vivencia situações precárias ao longo da migração tende a desejar o retorno imediato com mais força dos que estão em condições econômicas melhores. Porém, o retorno não é somente determinado pela questão econômica, existem outros aspectos decisivos, como as discriminações enfrentadas, a violência diária física e simbólica das cidades, saudades dos amigos e parentes. Elementos que não têm como serem medidos, mas da mesma forma decisivos em muitas situações na escolha pelo retorno ou permanência.

Ao se referir ao retorno, Sayad cita um questionamento feito por um pesquisador investigador, na França, a um imigrante sobre o retorno. Nele, o pesquisador teria lhe perguntado: “Você quer retornar para a sua terra, para o seu país? A resposta foi: É o mesmo que perguntar a um cego se ele quer ver a luz”. Na resposta do imigrante, Sayad percebe que o sonho e o desejo de todos imigrantes de forma natural são o de retorno. Aqui visto “como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiar-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra” (SAYAD, 2000, p.11).

Sobre o retorno, Sayad afirma que a nostalgia não é o seu mal, pois quando acontece o imigrante descobre que ele não é a solução porque não existe um retorno ao idêntico. Podemos voltar sempre ao ponto de partida, o espaço possibilita ir e vir, porém é impossível voltar ao tempo da partida, voltar a ser aquele que se era naquele momento e muito menos reencontrar os mesmos lugares e pessoas, a mesma situação tal como se deixou. Para o autor, o sentimento de nostalgia por um lugar tem força de transfigurar tudo o que toca, como o amor tem efeito de encantamento evidente, e em maior proporção efeitos de santificação e sacralização. Onde a casa natal, o solo natal, a casa dos antepassados, o país são lugares privilegiados da e pela nostalgia. Assim sendo, tem-se “o retorno profano a estes lugares da natureza e da história tornados santos pela graça da nostalgia” (SAYAD, 2000, p.12)

O autor ainda acrescenta que “emigrar e imigrar é antes de mais nada mudar de espaço, de território”. Mesmo que esse processo aconteça sem muitos problemas ou se conforme com as dificuldades tanto pequenas como grandes, ‘mudar de espaço –

deslocar-se de espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um “espaço nostálgico”, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade’. O mesmo não é um espaço abstrato, mas “se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto” (SAYAD, 2000, p.12).

Entre os nossos entrevistados no Paraguai percebemos nas falas o desejo do retorno ao “espaço nostálgico” e o apego ao Paraguai. A narrativa do casal Nadir José Sirtoli e Carmem Furlan transcrita na íntegra nos possibilita pensar em vários aspectos com relação à migração de retorno.

Entrevistadora: Relação com a terra natal? Carmem: A, eu tenho muita vontade de voltar. Nadir: Eu pra minha terra natal nunca mais voltei. Entrevistadora: Tem saudades? Carmem: Tenho, porque eu nasci e me criei no mesmo lugar né, desde que eu nasci até os 24 anos vivi no mesmo lugar, nunca mudei, sempre no mesmo lugar. Então que nem eu digo a minha raiz ficou lá. Eu sempre falo, eu passei da ponte pra lá... e ele já não e nem os meus filhos, chegam do outro lado da ponte e eles não vê a hora de voltar. E eu chego do lado de lá tô no meu mundo. E o Nadir também não gosta de lá. Eu por mim já tinha voltado há muito tempo. Nos primeiros anos só pensava em ir embora, embora, embora. Nadir: Eu não, eu gosto daqui. Se fosse voltar hoje lá pra, principalmente pra trabalhar, lá não me adapto, e ir morar também acho que não. Sei lá um dia o que vai acontecer. Eu acho que é aqui e pronto (Carmem Furlan; Nadir José Sirtoli, San Alberto, 28 jul. 2018).

Na fala de Carmem, percebemos o sentimento de nostalgia para com a terra natal que ainda se mantém vivo, não na mesma intensidade dos primeiros anos, mas que ainda se faz presente, pois a mesma ainda se sente ligada ao seu local de origem, narrado por ela como “meu mundo” por possuir vivências, aspectos e ligações afetivas próprias. O desejo de retornar também é compreensível pelas dificuldades encontradas por esta e pelo seu esposo logo que se estabeleceram em suas terras. Esse sentimento é comum entre os imigrantes ao deparar-se com as dificuldades de inserção no local de destino, nelas esse tende a pensar no retorno com mais intensidade e a permanecer somente para poder através do seu trabalho conseguir recursos para poder retornar. O retorno aqui, como defende Goettert e Mondardo (2009), não é regressar fisicamente a ‘um lugar “perdido para sempre”, mas no qual a aceleração do tempo presente e futuro é freada pelo passado (como se, na mobilidade do Capital e do Trabalho, também se produzisse a “imobilidade” “subjetivo-identitária”)’ (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p.127).

No caso de Carmem Furlan, a migração, apesar das dificuldades, possibilitou com que a família tivesse uma vida melhor economicamente, adquirisse terras tanto no

país de destino como de origem, algo que como eles defendem não teria acontecido se tivesse morando no Brasil. Em sua fala, a mesma deixa transparecer que o retorno não se deu porque não pensou na sua vontade, mas a da família que quer permanecer. Por fim, ainda Carmem relata que os filhos, assim como o esposo, não têm o apego que ela tem ao Brasil, o que também se entende, pois estes nunca viveram no país de seus pais.

Já para Nadir a vivência no Paraguai fez com que se desligasse de sua terra natal e não alimentasse o desejo do retorno. Em outro momento em seu relato ao ser questionado sobre como é ser imigrante, o mesmo afirma: “eu não me considero mais imigrante né, há 40 anos, eu falo pra muito paraguaio ali, que é mais novo, eu sou mais paraguaio que você, mas como? Ele fala, eu tenho 40 anos de Paraguai” (Nadir José Sirtoli, San Alberto, 28 jul. 2019).

O mesmo não se reconhece mais como imigrante, mas como paraguaio. Para Nadir, o sentimento de pertencimento agora é para com o país de destino. Sobre essa situação, Sayad afirma que “O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal”. O fim dessa denominação extingue no mesmo tempo a ideia de retorno presente na condição do imigrante (SAYAD, 2000, p.11).

Nadir se sente paraguaio pelo tempo que reside naquele país. Porém, a identidade paraguaia é contestada pelo paraguaio que em tom de surpresa questioná-lo dizendo: “mas como?”, pois para este Nadir não é paraguaio, devido aos seus costumes e língua próprios do Brasil. Nesse sentido, Albuquerque percebe que “A identidade paraguaia dos imigrantes brasileiros só passa a ser reconhecida se esses já falarem fluentemente o guarani. Não é a cidadania o critério social, mas o domínio desse idioma nacional” (Albuquerque, 2005, p. 226). Assim sendo, Nadir é visto pelos paraguaios como um estrangeiro, por mais que não se sinta.

Ao analisarmos a condição do migrante, em especial do imigrante brasileiro no Paraguai, percebe-se que é um sujeito dividido em seus sentimentos entre dois países. Por vezes deseja o retorno, mas por outras já não se sente em casa na terra natal. Neiva Fridrichs, natural de Tunápolis, SC, após outras migrações realizadas no Paraguai, hoje residindo em Santa Rita, PY, ao se referir a esse sentimento próprio do migrante assim se expressa:

A gente tem saudade do Brasil, tem né. A gente vai lá, mas a gente já não vê de novo a vontade de voltar, porque aqui a gente se sente mais em casa ainda. Vontade enorme de morar no Brasil a gente tem, mas quando a gente vai passear lá a gente já sente saudade de novo de voltar pra casa. Quando a

gente pisa em solo nacional paraguaio de novo a gente se sente em casa, porque a gente construiu toda a nossa vida aqui (Neiva Fridrichs, Santa Rita, 26 de jul. 2018).

Essa realidade conduz a um processo de transformação desse sujeito que ainda nutre, em muitos casos, um sentimento forte pela pátria mãe, mas, ao estar em presença desta, não é preenchido, pois já não se encontra mais, porque ela mudou e ele também. Para Vangelista (2010), ao sair do país e migrar para outro, muitas vezes os imigrantes vivenciam a transnacionalidade, pois existe ali uma situação de bilocalidade em que muitos emigrantes ficam ligados a dois lugares distintos: o de origem e o de acolhida.

O migrante, para Goettert (2008), é visto como “um ser em *trânsito*” ao mesmo tempo em que pertence a dois lugares, não pertence a nenhum deles. “Um *ser em trânsito* que também é um ser *cambiante* entre o lugar onde está e o lugar *deixado*”. Para o autor,

A *transitoriedade migratória* que apresenta, fundamentalmente, uma “temporiedade” (e não apenas uma temporalidade), pois se inscreve em um tempo determinado. É temporária. É definida por um *espaço temporal*. Esse tempo é variante de migrante para migrante. Pode durar toda a parte da vida no novo lugar vivido. Ou pode durar até o momento exato da chegada no lugar de destino. As *situações* e *condições* de cada migrante – econômicas, sociais, psicológicas... – é que definem esta “temporiedade”. Uma “temporiedade” que se define pela subjetividade, que por sua vez inscreve-se sobre um conjunto de relações tanto com o novo lugar, como com o lugar de origem (GOETTERT, 2008, p.42).

Esse sentimento é vivenciado pelos imigrantes brasileiros no Paraguai em vários níveis para cada indivíduo. Entre os nossos entrevistados, há aqueles que não se sentem mais imigrantes, que se encontram inseridos no Paraguai, se sentindo pertencentes. E há aqueles que se sentem divididos, que alimentam, por mais que estão há décadas naquele país, o desejo do retorno ao Brasil devido às várias situações.

Portanto, percebe-se que nesse espaço fronteiriço, de proximidade entre a pátria de origem e a pátria de destino, o migrante tende a circular entre os dois espaços. O que, por muitas vezes, pode facilitar o retorno. Porém, o mesmo sabe do peso que assumiu ao partir e deixar os seus buscando melhores perspectivas de vida e, até não encontrar, decide por permanecer. Esse sabe também que a pátria querida, lembrada em terras estrangeiras, já não é mais a mesma e ele já não é mais o mesmo, pois se abriu, querendo ou não a outra realidade existente no local de destino.

3.1.1 “Queria sempre voltar, o meu sonho era vir embora para o Brasil”

Na pesquisa de campo realizada com retornados para os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Missal, percebemos que o retorno é vivenciado de forma diferente para homens e para mulheres. Entre os homens que retornaram o apego ao Paraguai ainda é intenso. Esses recordam com alegria a vida no país vizinho, os desafios enfrentados e as conquistas. Os mesmos ainda mantêm uma relação estreita com o país, pois possuem terras e trabalham com o transporte de cargas no mesmo. A narrativa de Plínio nos dá uma ideia dessa relação com o Paraguai: “Eu voltei de lá [Paraguai] em 2005, eu tô com um pé aqui [Foz do Iguaçu] e outro lá, eu tô lá, minha vida é lá” (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019). As experiências de trabalho e vida, além dos vínculos que ainda possuem com o país vizinho faz com que esses sujeitos tenham um apego forte ao mesmo e sintam em ter que retornar.

A narrativa de Plínio se assemelha a de Adelino Bottegel, que migrou em 1980 para o Paraguai com a esposa Ilei Terezinha Bottegel, natural de Concórdia, SC, que também migrou com os pais para Missal, em 1972, para Itaipulândia, em 1975, e após cinco anos residindo nesse município migra com a família para Santa Rosa del Monday, no Paraguai, em 1980, e após, em 1987, para San Cristóbal, PY. Por fim, no ano de 2001, por questão do estudo do filho com necessidade especial, a família decide retornar para o Brasil. Sobre essa decisão, esse assim se expressa:

Eu não tinha vontade de sair de lá, eu não tinha vontade de largar o Paraguai e sair. A gente tem que dar recurso pra quem precisa, não pensar só pra mim e pra ele não, eu pensei por ele também. Eu acho que isso foi uma coisa muito certa que um pai pode fazer, e trazer ele no estudo, como que ele tem o estudo hoje, ele pode fazer faculdade, tá pronto. E aonde eu vou consegui lá? (Adelino Bottegel, Missal, 15 jan. 2019).

A fala expressa que a saída do Paraguai não era à vontade, mas uma decisão tomada em família para o bem de seu filho. A narrativa de sua esposa mostra, por outro lado, o desejo de retornar ao Brasil, do qual não queria ter saído e as expectativas que a mesma criava sobre a migração de retorno. Sobre o Brasil, ela assim se expressa: “Eu me senti em casa, sempre mais melhor no Brasil. É o Brasil e pronto!” (Ilei Terezinha Bottegel, Missal, 15 jan. 2019). A mesma segue:

Eu, na verdade, se é pra ir hoje de novo eu não vou mais, nem fui mais passear lá nada, eu não gosto, na realidade nunca gostei de lá.... Queria sempre volta, o meu sonho era vir embora para o Brasil... Todo ano que terminava o ano, por ano a ano a gente estava pensando em vir embora,

sempre pensava de voltar, e daí um dia deu certo, daí viemos embora (Ilei Terezinha Bottegel, Missal, 15 jan. 2019).

Ao retornar, a família adquiriu terras no interior de Missal e passou a fixar residência na mesma. Já no ano de 2018, a família migrou para a zona urbana da cidade. Essa migração levou a Ilei a se dedicar a outra atividade, no caso a venda de cosméticos, podendo assim ter maior autonomia, pois possuía a sua própria renda não dependendo somente da renda advinda da agricultura que, na grande maioria das vezes, entre as famílias do campo, era administrada e permanecia somente pelo esposo.

Entre as mulheres entrevistadas o retorno para o Brasil, mais especificamente para os municípios por nós analisados, era visto como algo positivo, pois possibilita com que estas, agora vivendo nas cidades, não mais no interior, possam refazer as suas vidas, através de um trabalho informal ou de carteira assinada. Dessa forma, adquirindo liberdade e autonomia, não sendo mais dependentes dos pais ou dos maridos. Além disso, para elas o acesso ao SUS, ao benefício da previdência e a possibilidade de os filhos poderem estudar também teve um peso enorme para o retorno.

Maria Gessi Soledade dos Santos foi uma dessas mulheres que vivenciaram mudanças positivas com o retorno para o Brasil. Esta acabou retornando em busca de atendimento médico para o pai que sofria com a diabete. Devido à saúde dele toda a família retorna também. A mesma, com 60 anos, enfrenta dificuldades para se aposentar, pois como se alfabetizou mais tarde, falta-lhe anos de carteira assinada. Esta recordasse de ter estudado um ano a “cartilha” e que não quis estudar no Paraguai por causa da língua, porém através do retorno encontrou possibilidades de ter uma vida melhor e ter uma profissão.

Fiz a minha carteira de motorista sem estudo. O meu filho falou: “Se não vai conseguir, você não tem estudo” [...]. “Graças a Deus!”, eu falei: “Eu vou confiar naquele que é professor dos professores, médico dos médicos”, e é ele quem bem me ensinou e deu tudo certo. [...] Eu vim embora pra cá, Foz [do Iguaçu], fui trabalhar de diarista, não sabia ler nem escrever, fui limpar casa. Aí fui trabalhar de diarista, depois que aprendi a ler que eu fui trabalhar no comércio, daí eu virei cozinheira. Deus me deu essa profissão também, que na minha carteira está cozinheira (Maria Gessi Soledade dos Santos, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

Como Maria, muitas mulheres migraram para o Paraguai não por vontade própria, mas por acatar a escolha de seus pais ou esposo. Pouco tinha ou não havia uma negociação familiar para a migração. Porém, diante das dificuldades para se manterem no campo com poucas terras ou não encontrando mais trabalho braçal na agricultura são desafiadas a buscar trabalhos nos centros urbanos ou retornando para o Brasil, onde

conseguem uma profissão, voltam a estudar ou conseguir a carteira de motorista, algo que para a nossa informante seria muito difícil no país de destino.

A narrativa de Nelci permite entender a migração da família para a colônia Santa Rosa de Monday e, como o núcleo familiar foi se desfazendo diante das dificuldades encontradas em novas terras e se reagrupando quase todo no distrito de Santa Rita, no Paraguai, após dez anos em que haviam migrado para aquele país. Segundo a informante, como a migração não teve o consenso entre a família, sendo somente uma decisão individual de seu pai, após terem enfrentado as dificuldades iniciais, os filhos começaram a procurar trabalho e sair de casa. Nelci também foi uma que saiu ainda nova de casa para trabalhar no comércio em Santa Rosa del Monday e, após casar, migrou para Santa Rita.

Passam-se alguns anos, Nelci acaba se separando e no ano de 2002 retornando para o Brasil, para morar com a sua filha que já havia migrado, exercendo a profissão de cuidadora de idosos. A mesma assim descreve a sua experiência de retorno:

Eu senti assim que eu me libertei, que eu me libertei, porque lá eu me sentia assim sem segurança, sem segurança, não [es]tava garantida pra nada, não tinha segurança. Aqui tem médico, tem tudo, lá é só particular, se não tinha dinheiro, não tinha médico. Então, o meu pai quando teve derrame não teve assistência nenhuma, ele veio pra Ciudad Del Leste e era tudo pago. Eu me senti liberta vindo para o Brasil, me libertei, tem garantia, tem médico, tem segurança. Brasil é o nosso país! (Nelci Barcelos, Foz do Iguaçu, 16 jan. 2019).

Atualmente, a mesma cuida da mãe que está doente, cadeirante. Durante a entrevista, questionávamos a sua mãe sobre a migração ao Paraguai, mas a mesma logo desviava o assunto e falava do Rio Grande do Sul, nos dava detalhes do lugar onde ela vivia, sobre a sua família e, por fim, até declamou dois versinhos lindos sobre o Brasil. Tentamos insistir para que ela falasse algo sobre a sua migração, mas ela trazia com esforço alguns fatos vagos e isolados da família quando migrou. O que me fez concluir, com base nos relatos da filha, que para essa senhora a migração ao Paraguai foi algo tão ruim que essa nem fazia questão de falar. Preferia se esquecer daquelas lembranças.

Ainda sobre o retorno são as mulheres em um bom número que tomam iniciativa, as mais jovens buscam trabalho fora, acolhem em sua casa os pais doentes e encaminham para tratamento, por fim buscam os seus direitos. O retorno faz delas protagonistas de suas vidas. Vidas que de certa forma foram barradas com a migração ao Paraguai, pois, como algumas afirmaram, não puderam continuar a estudar naquele

país, algo que queriam fazer, devido ao trabalho pesado, distância das escolas e diferença do ensino.

Nesse sentido, é importante se considerar como é vivenciada a migração, aqui nesse caso de retorno entre mulher e homens, pois as relações são diferentes. Por um lado, os entrevistados do sexo masculino afirmam estar ainda ligados ou sentirem ter sido do Paraguai. Por outro, mulheres que afirmam estarem seguras, conseguirem autonomia, enfim serem protagonistas por terem feito uma escolha pela migração, algo que não aconteceu quando entraram no Paraguai.

3.1.2 As várias faces de um retornado

A migração de retorno à terra natal possui múltiplas motivações e desdobramentos. Para Tedesco, os retornados formam um grupo diferente de sujeitos, sua força no desenvolvimento local varia muito, como as suas motivações: situações políticas, econômicas, institucionais, religiosas dos dois locais como também a possibilidade de recolher “recursos tangíveis e intangíveis, redes de relações sociais transfronteiriças, tendem também influenciar a experiência migratória e, sobretudo, dos retornos/retornados” (TEDESCO, 2018, p.4).

Fusco (2008) vê essa migração como um fenômeno muito rico, mas pouco estudado no contexto das migrações internacionais a partir do Brasil. Vários grupos de emigrantes brasileiros que estão em outros países formam vínculos próximos com comunidades exclusivas na origem, as quais alimentam novos fluxos de migrantes ou a acolhida necessária para os que encerram seu projeto de migrar.

Contudo, o que se entende por retorno? Cassarino (2013)²⁰, em seu estudo, analisa cinco teorias sobre o retorno, entre elas a do transnacionalismo e das redes

²⁰ Segundo o mesmo autor existem ainda a teoria Econômica Neoclássica, *New Economics of Labour Migration* e a Estruturalista. Na visão econômica neoclássica a migração de retorno corresponde àqueles trabalhadores que erraram os cálculos de custos da emigração e que não conseguiram aumentar a renda desejada. Dessa forma, o retorno ao país de origem é uma consequência de suas vivências fracassadas no país de destino ou devido à falta de recompensa esperada para o seu capital humano. Nessa perspectiva, o regresso pode ser causado pelo fracasso de sua experiência como migrante em termos de renda, ocupação e duração. Logo, os imigrantes “bem-sucedidos” são aqueles que não retornam, enquanto os “mal-sucedidos” são os que voltam. Já a corrente *New Economics of Labour Migration* (NELM) entende-se que a migração de retorno resulta de uma “estratégia calculada”, que é resolvida na família do migrante e impulsionada por este ter conseguido atingir as suas metas prefixadas. Ainda, as remessas são partes complementares de uma estratégia voltada para variar a economia do núcleo familiar, objetivando preencher prováveis riscos vinculados à falta de um sistema de segurança social e de *welfare* bons no país de origem. As mesmas formam também um elemento que explica a decisão de

Sociais que aqui nos ajudam a pensar o retorno de imigrantes brasileiros do Paraguai. Na teoria transnacionalista, a migração de retorno integra um sistema circular de relações econômicas, sociais e de trocas que favorecem a reintegração dos migrantes que transmitem conhecimentos recentes, informação e sentimento de pertencimento. Nessa visão, as identidades transnacionais resultam de ajustes da identidade de origem com a adquirida no novo destino. Mesmo que se perceba a competência de os migrantes medirem os custos e os benefícios do retorno, a implicação concreta de fato no espaço de origem, no âmbito social, econômico e político favorece ao surgimento e o estabelecimento de identidades transnacionais, que por sua vez adapta os comportamentos e as esperanças dos migrantes retornados. Os migrantes retornados tiram vantagem dos “atributos de identidades” conseguidos no exterior, visando assim, diferenciar-se dos demais co-nacionais. Para o autor ainda, na concepção transnacionalista, o retorno não é fundamentalmente constante. O mesmo acontece quando são acumulados recursos financeiros e benefícios satisfatórios para manter a família e quando as “condições” no país de origem favorecem (CASSARINO, 2013, p.33-37).

Segundo este, na teoria das redes sociais, se percebe a capacidade dos migrantes retornados de criarem fortes laços com as antigas áreas de moradia no exterior. As redes sociais em que estão presentes formam sistemas de relações sociais, que tem por base pressupostos comunitários e associativos. Os primeiros fazem referência às relações de longa duração entre integrantes das redes, “cujas relações de troca são influenciadas por seus conteúdos relacionais. Os segundos fazem referência a um grupo seletivo de atores cujas relações são definidas em termos de pertencimento associativo” (CASSARINO, 2013, p.39). O autor acrescenta que:

retornar, ao lado do apego à terra natal. No enfoque estruturalista, a migração de retorno não é somente analisada em função da vivência individual do migrante, mas em relação a fatores institucionais e sociais que existem no país de origem. Assim, o retorno também está relacionado ao contexto. “O sucesso ou o fracasso do migrante de retorno é analisado correlacionando a “realidade” da economia e da sociedade do país de origem com as expectativas do migrante” (CASSARINO, 2013, p.27). O “retorno parece estar orientado pelas oportunidades que os migrantes esperam encontrar nos países de origem, mas também pelas oportunidades já oferecidas no país receptor”. O retorno é fundamental para mostrar o quanto os elementos contextuais podem ocorrer na capacidade de inovação sobre os retornados e sobre sua inclinação a se tornarem atores de mudanças. Este segue afirmando que as competências e o capital financeiro não são os únicos a formar “as experiências de retorno, mas também as relações locais de poder, as tradições e os valores presentes no país de origem, que incidem fortemente sobre a capacidade do migrante em investir a própria experiência migratória na sua pátria” (CASSARINO, 2013, p. 28-29). Para o autor no estruturalismo existe a dicotomia centro/periferia. No retorno ao país de origem não existe alterações ou indenizações nos entraves estruturais nos países de origem periféricos. O regresso está baseado em informações incompletas do país de origem.

Quer tenham bases comunitárias ou associativas, as características organizacionais das redes sociais e econômicas transfronteiriças são sensíveis ao contexto econômico, social e político dos países de origem e de destino. A referência à Teoria das Redes Sociais permite preencher a lacuna existente entre a estrutura organizacional das redes e o conteúdo relacional que os autores atribuem ao seu próprio envolvimento e pertencimento. A Teoria das Redes articula dois níveis de estudo (CASSARINO, 2013, p.39).

Conforme o mesmo, os conhecimentos teóricos próprios da teoria das redes sociais são de fundamental importância para entender os modos pelas quais os retornados mobilizam seus recursos, sendo envolvidos ao mesmo tempo na dinâmica e manutenção de redes econômicas e sociais transfronteiriças. As redes aparecem de forma natural, porém, procedem de situações específicas pré e pós-retorno. Elas criam “um *continuum* entre as experiências dos migrantes vividas nos países de destino e sua situação nos países de origem”. O mesmo “*continuum* diz respeito exclusivamente aos migrantes retornados que se beneficiam de um elevado nível de *preparedness*. Por outro lado, ele inexistente para os retornados que têm baixo ou nenhum nível de *preparedness*” (CASSARINO, 2013, p.50).

Para o autor, nessa teoria, o retorno é assegurado e amparado por redes transfronteiriças de relações econômicas e sociais que passam informações. Assim, o fato de regressar forma somente um passo para a finalização do projeto migratório. Graças às visões do transnacionalismo e da teoria de redes sociais o retorno passou a ser visto como uma etapa no processo de migração e não mais como o fim do ciclo da migração.

Como foi o caso de Paulo Oliveira, que retornou, por meio de informações fornecidas por uma parteira, para Foz do Iguaçu, com a esposa em busca de recursos na área da saúde. Após alguns anos retorna a Los Cedrales, PY, devido ao trabalho de risco na construção da usina de ITAIPU. Por fim, diante das dificuldades encontradas para se manter com poucas terras no Paraguai, acaba retornando em definitivo para Foz do Iguaçu, em 1986.

Eu vim aqui em 1980. Naquela época, foi porque tinha uma mulher que atendia as mulheres no parto e daí minha mulher era muito doente. Daí ela falou [pra esposa]: “Volta pra Foz do Iguaçu, que lá tem o INPS e você pode fazer os seus tratamentos lá, seus pré-natal lá, uma coisa e outra. Vai dar tudo certo!” [...] E daí, antes de eu fichar na Itaipu, aí ela já deu de ganhar esse pia, mas foi pela mão dessa parteira, essa mulher já morava perto de nós [...]. Entrei na Itaipu em 1980 e trabalhei dois anos, no final, quando acabou o serviço que nós [es]tava lá, lugar muito perigoso quem não morreu lá passou perigo de morrer. Aí peguei que nós trabalhava numa turma de dez, [...] aí acabou aquele serviço, falei: “Eu não vou ficar mais aqui não!” [...]. Aí eu saí e voltei pro Paraguai, foi em 1982 [...]. Aí as coisas também não correram

bem lá, daí eu tornei a voltar em 1986 (Paulo Oliveira, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

Essa mobilidade é percebida por Silva e Fernandes, que afirmam que o imigrante não quer se fixar nem retornar, pois ele se acostuma com a condição de migrante, que se movimenta. Assim sendo, o que o determina não é mais o lugar de origem ou o de destino, mas sua condição de sem lugar. Dessa forma, “o retorno (não definitivo) é apenas mais um elemento de confirmação da condição de migrante” (SILVA; FERNANDES, 2013, p.6). Esse elemento é importante para se compreender o retorno de brasileiros do Paraguai, pois estes em grande parte tendem a realizar outras migrações em solo brasileiro após o retorno do país vizinho.

Como o caso de Maria Elaine Petter Kolling Morandini, natural de Roque González, RS, que migrou com os pais e irmãos para o distrito de Iruña, no departamento de Alto Paraná, PY, no ano de 1985. A família desta era bastante numerosa, dos nove filhos apenas um não migrou para o Paraguai e como possuíam apenas uma colônia de terras, o caso de muitas famílias numerosas que migraram também para o país vizinho, ficou difícil a permanência e a partilha desta terra entre filhos. Diante disso, Maria e seu esposo retornam para o Brasil, em Foz do Iguaçu, em 1992, em busca de trabalho na construção civil, no começo para o esposo e, com o tempo, Maria também passa a trabalhar junto com ele. A mesma assim descreve a sua trajetória: “Eu vim do Paraguai e fui pra Santa Isabel [do Oeste], de Santa Isabel [do Oeste] fui pra Joinville, de Joinville fui pra Florianópolis, SC, Florianópolis voltei pra Joinville de novo e agora eu tô aqui em Foz [do Iguaçu]” (Maria Elaine Petter Kolling Morandini, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019). O caso da mesma mostra que o imigrante até não se estabilizar vai se lançando em busca de melhores oportunidades mesmo após o retorno.

Como Romeu aponta, na atualidade, “o retorno é mais do que uma inversão do sentido migratório, tradicionalmente visto como a conclusão da mobilidade”. Existem múltiplas idas e vindas; há movimentos que se tornam uma ida constante percorrendo diferentes lugares, fazendo várias etapas migratórias; há partidas com rápidos retornos; há partidas longas com retornos aspirados que quando acontece em pouco tempo se transformam em novas migrações (ROMEU, 2018, p.104).

Contudo, entre os nossos entrevistados, nos casos das pessoas de mais idade ou por questão de doença, tem-se aqueles retornos definitivos, que acontecem com o auxílio de redes transfronteiras, atraídos pelos benefícios na área da saúde e previdência

social por serem cidadãos brasileiros. Como no caso de Nair Chittó Garbin, natural de Erval Grande, RS, que com 7 anos migrou com os pais para Santa Catarina e ali acabou casando e, como a mesma afirma, que “ os outros fizeram a cabeça [do esposo] que era pra vir pro Paraguai”, migraram para o distrito de Iruña, em 1980, ali residindo por 23 anos. No fim do ano 1999, o seu esposo teve um grave derrame, levando a família a pensar no retorno dela e do esposo para buscar uma maior atenção deste na área da saúde.

O meu filho tinha comprado essa casa aqui, perto de rodoviária, perto de ponto de táxi, perto de farmácia. Nada contra o Paraguai! [...]. Não tinha mais como nós morar no interior, nós morava no interior longe de farmácia, disso e daquilo, ele [esposo] não era pra fazer nada [...], não tem mais como morar na roça. Daí eu abandonei roça, a minha cozinha e tudo [...]. Dai achavam que era melhor vir pro Brasil que aqui tu encaminha pelo SUS, sempre se consegue. Nós conseguimos muita coisa [...]. Eu prefiro aqui, a gente faz exames de vez em quando (Nair Chittó Garbin, Santa Terezinha de Itaipu 15 jan. 2019).

O casal retornou para o Brasil no ano de 2000, mas ainda possui terras, filhos casados e netos no Paraguai. Ou seja, possui um vínculo ainda forte com aquele país. A família permanece dividida entre os dois países. O filho que residia no Brasil acabou retornando ao Paraguai devido a questões de trabalho, optando por voltar a trabalhar em suas terras.

Os migrantes retornados acabam se distinguindo pelas formas de vivenciar esse retorno. Silva e Fernandes citam Siqueira, que considera que existem quatro categorias de migrantes que acabam retornando. O mais interessante dessas categorias é que o mesmo retornado pode ser enquadrado ao longo de sua vida dentro de cada uma delas, variando a forma e o contexto.

Os migrantes que não conseguem se readaptar e retornam apenas para passear e rever a família e os amigos, nos períodos de férias; os emigrantes que retornam e conseguem vencer todas as dificuldades econômicas, sociais e culturais e se fixar na sua terra natal; os que vivem tentando retornar, mas não conseguem, seja por razões econômicas ou culturais, e outra que, pode-se dizer, está se configurando como dos transmigrantes (SIQUEIRA, 2009. p.87 apud SILVA; FERREIRA, 2013, p.6).

Já para Siqueira, Assis e Dias²¹ ao longo do projeto migratório devido às situações sociais, culturais e econômicas o projeto é refeito e o retorno aparece de várias

²¹ Conforme Siqueira, Assis e Dias (2010), o primeiro é o retorno temporário onde o migrante elege o país de destino como sua moradia. Nele tem uma família, trabalho e investimentos. Apenas vem de férias ou para visitar familiares no Brasil. Da terra natal recebe jornais e busca informação pela internet. Envia dinheiro para auxiliar a família e instituições de caridade local. No local de destino muda o padrão de consumo e de vida, pois não se preocupa em guardar recursos para voltar e investir no Brasil. O segundo é

formas. Os autores constatarem que há cinco tipos de retorno: o retorno temporário, o retorno continuado, no terceiro o migrante vive entre dois lugares, retorno permanente e o quinto é o tipo transmigrante.

Portanto, as teorias de retorno transnacionalistas e de redes sociais são importantes para compreender o retorno de imigrantes brasileiros do Paraguai, pois o retorno é um processo que acontece articulado por meio de redes e aqui neste caso redes transfronteiriças que possibilitam o retorno e reinserção novamente no Brasil. Dentro desse movimento o retornado pode assumir diferentes posições, fruto de suas experiências e visões de mundo que conduz a que esse por vezes torne a migrar ainda por não conseguir mais se adaptar ou não encontrar melhores oportunidades de vida ou permaneça de forma definitiva no local de destino.

3.2 “Uns não viram mais luz e voltaram”

Para Albuquerque, na década de 1980, houve muitas mudanças na política e na economia. Somando-se a diminuição de empréstimos agrícolas do Banco Nacional de Fomento, o fim dos contratos de arrendamentos disponíveis a agricultores pobres tornou inviável a pequena produção. Nesse contexto, no Brasil, em 1985, acaba a ditadura militar e o governo democrático que assume levanta a possibilidade de se realizar uma reforma agrária. Já no Paraguai, em 1989, a ditadura termina e os grupos camponeses passam a exigir com mais força o direito à terra. Essas mudanças políticas que ocorreram nos dois países levaram “um novo processo migratório com sinais invertidos. Agora os imigrantes pobres são “expulsos” do modelo de concentração da propriedade

o retorno continuado em que o emigrante volta à cidade natal, investe e acaba perdendo o que investe ou não se readapta ao Brasil. Tornando a migrar para o país onde estava ou para outro e mantendo o projeto de retorno. Alguns realizam o mesmo processo diversas vezes. Limita o padrão de consumo e de vida no local de destino com a finalidade de poupar recursos para o retorno. O que vem a ser um elemento ruim da emigração, pois a pessoa perde a identidade com o país de origem e não forma um espaço social no país de destino. No terceiro tipo, o migrante vive entre lugares, no país de destino deseja voltar à cidade de origem, porque tudo é mais fácil e lindo. Ao retornar, estando afastado por 3 ou até 10 anos ou mais, se sente estrangeiro, pois tudo lhe parece diferente. O que o leva a voltar para o país de destino e um tempo depois pensar em retornar novamente às origens. Nessas tentativas fazem investimentos que na maioria das vezes não são vantajosos, pois no tempo em que estiveram no exterior, economizaram recursos financeiros, porém, não conseguiram habilidades para se tornarem autônomos e empreendedores. Já o quarto é o retorno permanente em que o emigrante ao voltar se fixa na cidade ou país natal, não pretendendo mais migrar. São aqueles que se inseriram no mercado de trabalho ou se tornaram autônomos. Readaptam-se ao modo de vida da cidade de origem, são vistos como bem-sucedidos, pois concretizaram o projeto de melhoria de vida ou ascensão social. O grupo não representa a maioria, mas cativa a emigração de outros conterrâneos. O quinto tipo é o do transmigrante, que vive nos dois lugares, na grande maioria são documentados, tem estabilidade nos dois países, fazem investimentos, trabalham e possuem casa nos dois lugares. Vivem parte do ano no Brasil e participam frequentemente da vida social dos dois lugares. Representam a minoria e são referências para quem deseja migrar.

no Paraguai e estão sendo “atraídos” pela promessa de terra no Brasil”. O que por sua vez levou à formação de grupos de brasileiros que se organizaram politicamente para retornarem ao Brasil, acampando nos municípios brasileiros que fazem divisa com o Paraguai a fim de reivindicarem “a terra e a nacionalidade brasileira”. Estes brasileiros pobres e marginalizados passaram a serem denominados “brasiguaios”²² (ALBUQUERQUE, 2005, p.94).

Salim (1994), em suas análises, identificou que as principais motivações iniciais da migração de retorno de brasileiros do Paraguai eram:

recrudescimiento del proceso de expropiación que alcanzó a millares de personas; precariedad de los títulos de tierra que provocó la sobreposición de ventas de una misma parcela a varias personas al mismo tiempo; dificultad de obtención de crédito agrícola para aquellos que no tenían status de propietario; violencia y malos tratos generalizados; dificultad de obtener documentos personales -visas de permanencia por ejemplo - y acreditaciones legales para las personas jurídicas; factores coyunturales de crisis política y recesión económica en los años 80, fuerte inestabilidad del mercado de trabajo y de los vínculos de dependencia de los trabajadores en las áreas rurales y, finalmente, la creciente oposición de sectores populares y de las autoridades locales a los brasiguayos, expresada en la frase "el Paraguay para los paraguayos" (SALIM, 1994, p. 22).

O primeiro retorno significativo de imigrantes brasileiros do Paraguai acontece a partir da década de 1980, não que nos anos anteriores a esse não houvesse tido retornos, mas o que se dá nesse período se apresenta de forma mais impactante. Segundo Sprandel²³, no ano de 1985, tem-se um retorno organizado de imigrantes brasileiros para o estado de Mato Grosso do Sul. Esse movimento de retorno fora motivado pela “situação tensa enfrentada por famílias de brasileiros que começavam a ser expulsas pelo fim dos arrendamentos e pelo problema de legalização de terras, toma forma de mobilização política no início da década de 80”. Após cruzarem a fronteira estes começaram de forma ordenada a reivindicar terras pressionando as autoridades brasileiras (SPRANDEL, 1992, p.29).

²² Albuquerque (2005) apresenta várias definições atribuídas ao termo brasiguaios, a primeira ideia a do imigrante brasileiro pobre que não conseguiu ascender socialmente e acabou regressando ao Brasil. A segunda ideia refere-se aos grandes fazendeiros brasileiros residentes no Paraguai. A terceira, aos filhos de imigrantes que nasceram e possuem cidadania paraguaia. A quarta, aos imigrantes brasileiros e seus descendentes que falam um idioma fronteiriço e misturam características culturais das duas nações. A última definição atribui o termo brasiguaios a todos imigrantes brasileiros no Paraguai.

²³ Sprandel (2006), discute o termo brasiguaios e para isso realiza uma cartografia de dissertações, alguns relatórios, teses e artigos escritos desde 1990 que trabalham a presença dos brasileiros na fronteira com o Paraguai com o objetivo de apontar para múltiplas perspectivas, fragmentos e possibilidades de entendimento. A mesma no trabalho alerta para o potencial homogeneizador do termo brasiguaios que engloba pessoas de diferentes grupos sociais e situações legais diferentes. Dessa forma, para evitar a homogeneização ela utiliza o termo brasileiro na fronteira com o Paraguai e não brasiguaios.

Entre as principais dificuldades relatadas enfrentadas pelos brasileiros junto às autoridades paraguaias estavam as questões da documentação, produção e comercialização, mercado de terras, atuação de autoridades locais e do estado paraguaio (SPRANDEL, 1992, p.44 - 46). Para Sprandel, devido aos fatores que levaram ao retorno dos migrantes, estes se caracterizam mais como refugiados. Ela acrescenta que:

O retorno dessas famílias ao Brasil, de forma organizada, 1985, configura-se igualmente como um conflito de terra, com uma diferença fundamental. A terra sobre a qual se faz a pressão é definida pelo grupo como território, ou seja, o território nacional [...]. Ao fazer pressão sobre o território brasileiro, e não sobre um imóvel rural específico, os chamados brasiguaios inserem-se de maneira diferenciada no conjunto de mobilidades camponesas pela terra que então se desenrolavam. Sua ênfase na nacionalidade brasileira e na denúncia da situação de violência e injustiça vivida no Paraguai não se caracterizam, porém, com conflitos éticos, uma vez que a demanda não era pela permanência no país vizinho, e sim pela obtenção de terras no Brasil (SPRANDEL, 1992, p.2).

Segundo Sprandel (1992), os retornados formaram inicialmente, em maio de 1985, dois acampamentos em Mundo Novo (MS), com 922 famílias, e um terceiro em Sete Quedas (MS), com 144 famílias. A estrutura dos acampamentos Mundo Novo, Sete Quedas I e El Dourado possibilitava a autonomia das negociações. Os imigrantes brasileiros em solo paraguaio eram organizados em grupos de retorno, nos quais convergiam redes de vizinhança locais. Estes foram organizados em onze grupos que faziam referência as onze localidades em que residiam no Paraguai. A autora ainda acrescenta que

Os chamados brasiguaios, ao utilizarem uma identidade étnica como bandeira de luta souberam reivindicar um tratamento especial dos órgãos fundiários brasileiros. Diferenciando-se dos demais camponeses então em luta pela terra, reafirmaram a sua condição de expatriados, com direitos plenos de cidadania, e que estavam sendo humilhados e explorados no país vizinho. Mobilizaram, desta forma a opinião pública a seu favor e obtiveram o pretendido: a propriedade da terra em território nacional (SPRANDEL, 1992, p.40).

Ferrari percebe que os brasiguaios retornavam em grandes números, criando grupos para favorecer a entrada o surgimento do acampamento em uma cidade antecipadamente eleita na fronteira, especialmente, com o estado do Mato Grosso do Sul, por causa da fronteira seca, isto é, não passando pontes nem rios. Após os acontecimentos de regresso em massa, que duraram até o fim da década de 1980 e início de 1990, milhares de imigrantes brasileiros deixaram a região norte do departamento de Alto Paraná. Porém, a partir dessa data o retorno ocorria em grupos pequenos, no caso famílias. Dessa forma, o retorno diferencia-se como “uma fuga às atrocidades

perpetradas pelos camponeses paraguaios exógenos aos movimentos sociais e, também, pela polícia paraguaia, que persegue os migrantes pobres”. Da mesma forma, “esses camponeses brasiguaios sem-terra foram responsáveis pela limpeza das terras onde atualmente se encontram as grandes propriedades da soja e, ironicamente, são expulsos pela expansão dessas mesmas propriedades que ajudaram a amansar” (FERRARI, 2009, p.149).

Para Ferrari (2009), mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos camponeses brasiguaios retornados, é cada vez maior daqueles que voltam, buscando trabalho e terras. Existem aqueles que se estabelecem nas periferias dos municípios fronteiriços e os que ingressam em acampamentos de sem-terra pelas rodovias do Brasil, como a BR -163 no Paraná e Mato Grosso do Sul, estes se sujeitam a precárias condições de acomodação, higiene e de vida.

Quanto aos dados de retornados, segundo Riquelme (2005), o número seria em torno de 50 mil pessoas, que teriam se estabelecido na região fronteiriça brasileira. Para Zamberlan e Corso (2006), esse número não se apresenta nos censos demográficos e nas estatísticas oficiais, mas ele é visível. A noção da situação desses imigrantes vem mais de observações espalhadas, resultado de contato de muitas pessoas que trabalham nas várias instituições com estes indivíduos e muito pouco de uma coleta de dados mais ordenado.

O expressivo número de imigrantes brasileiros que retornavam também foi percebido pelos imigrantes que permaneceram no Paraguai. Em sua narrativa, o entrevistado lança até uma porcentagem sobre esse retorno e aponta de uma forma geral a situação econômica destes no Brasil. A sua narrativa também aponta que este retorno em sua grande maioria não foi nada positivo para estes.

Foi demais, nos anos 87, 88, 89 e 90, foi demais gente embora, foi demais!!! O que entrou, nos anos 70, 78, 79 até os anos 80, depois foi demais embora. Eu acho que mais de 60% foram embora, mais de 60% foram embora [...]. A maioria que a gente sabe é empregado ou sobrou pouca coisa, maioria. É um e outro que conseguiu segurar uma terrinha lá, ou um comércinho lá, mas teve muita gente que tinha muita terra aqui, foi embora e acabou em nada (Ivalino Pressi, San Alberto, 29 jul. 2019).

Outro imigrante entrevistado, I.F., residente no distrito de Naranjal, também percebe o retorno de imigrantes brasileiros bastante expressivo numericamente: “É, hoje tá tapera quase, isso tinha tanta gente. A maioria voltou para o Brasil, uns 10% entraram mais pra dentro no Paraguai, mas daqueles que moravam aqui 90% voltou pro Brasil (Entrevista realizada via Skype, Naranjal, 08 ago. 2016). No ano 2018, em visita a este e

a sua esposa, na pesquisa de campo, este apontava no horizonte o local de antigas propriedades, hoje terras mecanizadas. O casal não possui nenhum vizinho próximo, se encontram isolados, esse fenômeno de esvaziamento do campo também se percebe em outras localidades do Paraguai e também na região norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul, da onde boa parte dos nossos entrevistados partiram.

Tendo por base os dados do Censo do ano 2000, Souchaud e Fusco (2008) percebem que o movimento mais expressivo numericamente de retornados dentre os países analisados, aqui no caso Paraguai, Estados Unidos e Japão, é o de retorno do Paraguai. Segundo dados analisados por estes, verificou-se que 50.201 pessoas que nasceram e residem no Brasil afirmaram ter residido anteriormente no Paraguai, entre 1990 e 2000. Essas correspondem a 26,8% do total de pessoas retornadas de outros países e esse contingente concentra-se em grande parte nos estados do Paraná (61%) e Mato Grosso do Sul (16%).

Quanto à localização destes retornados para Lobo, Matos e Teixeira (2008), nas décadas de 1980 e 1990, os estados de Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram os estados que mais receberam imigrantes provindos do Paraguai. Pelo Censo de 2000, Souchaud e Fusco (2008) especificam três tipos: o primeiro tipo, que representa grande parte dos retornados, se estabelece nos municípios da fronteira, especialmente entre Foz do Iguaçu, no Paraná, e em Mato Grosso do Sul o município de Bela Vista, espaço próximo a maior concentração de imigrantes brasileiros no Paraguai. O segundo local relevante de retorno de brasileiros é o noroeste do estado do Rio Grande do Sul, visando o setor agrícola. Essa região do Rio Grande do Sul, espaço tradicional da pequena agricultura, vivenciou forte crise fundiária no século XX, o que levou a expulsão de muitas famílias de agricultores entre os anos de 1980 e 1990, sendo que um grupo relevante está no Paraguai, ampliando os grupos mais pobres de migrantes brasileiros no país. Já o terceiro espaço se concentra em Mato Grosso e Rondônia.

Para os mesmos autores, tem-se a tendência de explicar os três tipos “em função da dinâmica associada à fronteira agrícola”. Porém, a fronteira agrícola surge como elemento dinamizador do movimento nos dois primeiros casos, no entanto, no último ela movimenta o contra fluxo. Para estes, “É de se supor que os migrantes de retorno, os quais se destinam aos municípios de Rondônia e Mato Grosso, estejam em busca do dinamismo da agricultura comercial, principalmente daquele relacionado à soja” (SOUCHAUD; FUSCO, 2008, p.5). Para estes, na migração de retorno, pode-se resgatar parte das motivações da emigração brasileira para o Paraguai e aspectos

importantes da dinâmica territorial brasileira recente, “que é ligada à movimentação da fronteira agrícola desde seus episódios no Sul do Brasil, no último quarto do século XX, até seus prolongamentos recentes” (SOUCHAUD; FUSCO, 2008, p.7).

Conforme os dados coletados no site do IBGE, no Censo de 2010, notou-se um aumento significativo no número de imigrantes que entraram no país em comparação com o Censo de 2000. Pelo critério de data fixa, que corresponde a pessoas que moravam no Brasil na data correspondente do Censo, mas que residiam em outro país cinco anos antes, o número fora 286,5 mil imigrantes internacionais. O número é 86,7% maior do que em 2000 (143,6 mil). Entre os principais estados de destino estão São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Estes juntos, no período, receberam mais da metade dos imigrantes internacionais.

Segundo o site do IBGE, do número total de imigrantes internacionais, 174, 6 mil (65,0%) nasceram no Brasil, logo eram imigrantes internacionais de retorno, que retornaram entre 2005 e 2010. Já em 2000, o número de imigrantes internacionais de retorno fora de 87,9 mil, o que corresponde a 61,2% dos imigrantes do período. Entre os principais países da onde partiram esses imigrantes estão os Estados Unidos (51,9 mil imigrantes), Japão (41, 4 mil), Paraguai (24,7 mil), Portugal (21,4 mil) e Bolívia (15,8 mil). No ano de 2000, entre os países de origem estavam o Paraguai (35,5 mil), Japão (19,7mil), Estados Unidos (16, 7 mil), Argentina (7,8 mil) e Bolívia (6,0 mil).

Dados mais recentes quanto a essa migração de retorno foram obtidos junto a Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu. A tabela abaixo apresenta os números referentes a imigrantes brasileiros retornados, que no período de 2009 a 2018 buscaram auxílio na Casa do Migrante. A tabela foi construída tendo por base os dados de atendimentos prestados pela instituição, que estão registrados em planilhas trimestrais, semestrais e anuais de propriedade da mesma.

Tabela 6 – Dados de retornados atendidos pela Casa do Migrante

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de retornados	637	876	1188	912	247	329	416	437	367	364

Fonte: Casa do Migrante, janeiro de 2019.

Pela tabela podemos concluir que o ano de 2011 foi o que mais recebeu retornados e o ano de 2013 o que teve o número mais baixo de retornos que passaram

pela Casa do Migrante. Segundo informações coletadas com a Irmã Terezinha Mezzalira, quem organiza os dados, o retorno destes que passaram pela instituição são referentes a imigrantes brasileiros que vieram para ficar, para buscar saúde, educação e auxílio da previdência.

A volta também está ligada à ocupação de terras pelos campesinos, na região de Tavapy e San Alberto, no departamento de Alto Paraná. Essas terras pertenciam a pequenos agricultores e também estavam sendo trabalhadas por aqueles que não as tinham. Outro motivo levantado para o retorno foi o avanço do agronegócio que forçou as famílias de pequenos proprietários a vender as suas terras, pois não conseguiam mais fazer frente aos custos de produção. Nesse contexto de crise econômica, os grandes proprietários de terras as compram dos pequenos. Ainda segundo a funcionária esse mesmo processo está acontecendo na Argentina. Quanto ao destino dessas, a mesma aponta que:

Grande parte dessas famílias estão residindo em Santa Terezinha de Itaipu, na região nossa aqui do oeste do Paraná. E inclusive esses dias, eu estive em Santa Terezinha de Itaipu e têm dois bairros grandes, que são todos de retornados do Paraguai, alguns até que se compraram uma casa, outros alugaram, outros estão em uma área verde, esperando que a prefeitura dê pra eles a casa quando estiverem documentados (Irmã Terezinha Mezzalira, Foz do Iguaçu, 06 set. 2019).

Aqui é importante também destacar a influência do processo de modernização agrícola que aconteceu tanto no sul do Brasil como na região leste do Paraguai, pois levou a mecanização ocasionando a diminuição de mão de obra no campo. Em sua fala, Antenor aponta o processo de mecanização agrícola como o responsável pelo retorno de imigrantes brasileiros para a região oeste do estado do Paraná. Trabalhadores que perdem o seu espaço pelas máquinas que, ao retornarem buscando oportunidades de trabalho, são absorvidos pelas indústrias frigoríficas que necessitam de grande mão-de-obra para a condução das tarefas.

A questão de o povo imigrar de volta, uns foram pra frente do Paraguai, outros foram pro norte, muitos voltaram pra cidade aqui, muitos voltaram pra cidade aqui vixi!!! Olha a região de Cascavel, Matelândia, São Miguel, Toledo, toda essa região ali é ninhado de brasiguaios; onde entrou daí no Brasil à avicultura, deu muito emprego de mão-de-obra, que era o que não tinha antigamente e absorveu esse povo de volta, absorveu todo esse povo de volta; que ele foi pra lá pra trabalhar com a menta, sonhar com a menta, a menta terminou, foi destocado; foi passado pra lavoura agrícola, no caso tipo soja, milho e trigo tem uma máquina que produz por 50 homens, então esses 50 homens sobro. Pra lá foi [a] mecanização, aqui foi à industrialização que pegou eles de volta, porque o frango e o porco, o frigorífico depende da mão

humana sim ou sim, não tem como fazer mecanizado (Antenor Silveira, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

Nos dois relatos acima percebe-se que os municípios fronteiriços do oeste do estado do Paraná recebem um grande fluxo migratório. Um grupo vem com recursos, adquire e constrói com o auxílio financeiro que conseguiu no Paraguai. Porém, a grande parcela que retorna não tem muitos recursos ou se encontra na vulnerabilidade, tanto que busca auxílio da Casa do Migrante e da assistência social dos municípios para a sua reinserção no Brasil. O primeiro passo para eles é regularizar a documentação para poder conseguir trabalho nos mesmos. São atraídos pelas ofertas de trabalhos nos frigoríficos que em grande maioria das funções não exige qualificação, algo que estes, por dedicarem-se exclusivamente ao trabalho no campo, pouco adquiriram.

Conforme o estudo organizado por Zamberlan e Corso na região oeste do estado do Paraná, onde se localiza a diocese de Foz do Iguaçu, encontra-se retornados em todos os municípios que fazem parte da mesma, porém com um número bastante expressivo em Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel, Missal, Itaipulândia, Medianeira e Santa Helena.

Muitos permanecem temporariamente na região, para, posteriormente, deslocar-se para outros estados com fronteira agrícola flexível. Um percentual menor mantém ligação com a região de onde migraram do Paraguai, mantendo deslocamentos transfronteiriços. Dos que permanecem na região, muitos não documentaram os filhos e vivem desempregados ou com trabalho eventual (ZAMBERLAM; CORSO, 2006, p. 87).

Em seu trabalho desde a fundação da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que hoje faz parte do Ministério da Justiça, a Irmã Terezinha Mezzalira constatou que

A escolha da maioria em retornar ao Paraná, é porque o Paraná é o lugar de nascimento de muitos migrantes, principalmente dos mais novos ou porque passaram algum tempo durante a trajetória de ida ao Paraguai. Outro lugar para onde retornam é para o noroeste do RS, para dar continuidade ao trabalho agrícola em pequenas propriedades, espaços normalmente ligados às raízes familiares de seus antepassados. Esta constatação, percebida através do trabalho na Casa do Migrante, indica que o retorno normalmente está relacionado ao seu lugar de origem ou dos pais, isto porque, a grande maioria não conseguiu estudar e ter uma formação profissional em outra área, dando continuidade ao trabalho no setor agrícola. A fronteira agrícola aparece tanto no movimento de emigração quanto do retorno. E é o principal espaço que os retornados ocupam para desenvolver suas atividades, seja na busca de uma agricultura comercial, relacionadas ao plantio de grãos, bem como na criação de gado e aves (Irmã Terezinha Mezzalira, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

A fala da mesma traz presente que o retorno da grande maioria se dá para o Paraná, local em que nasceram ou residiram por um tempo ou para o Rio Grande do Sul

do qual possuem familiares. Nos dois percebemos que essa familiaridade e os vínculos criados e aos mesmos, principalmente, a possibilidade de poderem dar sequência ao trabalho com a terra são fatores que levam a migração destes. Nesses casos a fronteira agrícola é a que motiva a emigração ao Paraguai e a que também motiva o retorno.

Nesse sentido, pode-se constatar que as questões ligadas à terra, como problemas de titulação, com documentos pessoais, fim dos arrendamentos foram os motivos que levaram a um primeiro retorno de imigrantes brasileiros ao país. Estes, por sua vez, passaram a exercer pressão sobre as autoridades brasileiras para conseguirem o direito de serem proprietários de terras. Com o passar dos anos a expansão do agronegócio nos departamentos fronteiriços, como no Alto Paraná, dentre outros motivos, fora responsável pelos retornos de pequenos agricultores que não puderam mais fazer frente a esse sistema. Estes no Brasil estão em outras atividades e não somente na agricultura.

3.2.1 O que me fez voltar foi ...

Atualmente, entre os principais fatores que contribuíram para o retorno de brasileiros que emigraram para o Paraguai tem-se a saúde, aposentadoria, o trabalho de carteira assinada, altos custos dos insumos para a agricultura, conflitos agrários, estudo dos filhos e a inexistência de escolas na zona rural. O entrevistado P.S. aponta outras situações que motivam o retorno: “Uns não viram mais luz e voltaram [...]. Muitos voltam, umas por viúves, outros por doenças, outros porque não veem mais ..., estão isolados no interior, uns saíram, outros saíram” (P.S., Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019). Outra motivação apontada por este para o retorno é a aposentadoria, que no Paraguai somente é concedida para os funcionários públicos, cargos que neste país somente são ocupados por paraguaios. O mesmo também menciona a dificuldade encontrada por muitos retornados para conseguirem o benefício da aposentadoria devido ao tempo em que estiveram fora do país e não contribuíram com o INSS. Ao mesmo tempo relata alguns esquemas de práticas ilegais adotados por imigrantes para conseguir o benefício.

Entre os entrevistados dos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Missal, as causas apontadas para o retorno estão saúde, educação, previdência social, ampliar a possibilidade de trabalho, dificuldades para se manter em uma pequena propriedade diante do processo de mecanização do Paraguai, problemas com a titulação das terras e a busca de emprego.

O mapa abaixo mostra os municípios lindeiros da região oeste do estado do Paraná. Os que se encontram destacados de cor laranja são os municípios visitados na pesquisa de campo, aqui no caso, Santa Terezinha de Itaipu, Foz do Iguazu e Missal.

Ilustração 12 – Mapa de localização dos municípios lindeiros do oeste do Paraná



Adaptado por: Alison Wagner, 2020.

A entrevistada A.H., em sua fala, aponta as motivações que levaram com que deixasse o Paraguai: “Por causa da saúde também, porque eu não podia mais trabalhar, assim. Daí como aqui tem o aposento do idoso e nós nos aposentamos em seguida, e tem o SUS para se tratar e pra nós deu tudo certo isso ai, tudo certo! Até hoje” (A.H., Santa Terezinha de Itaipu, 13 jan. 2019). No relato acima, transparece que o retorno está relacionado com a busca de uma comodidade e assistência acessível e próxima para enfrentar as dificuldades próprias da velhice. Essa estratégia é adotada por muitos imigrantes idosos, que buscam além dos benefícios da saúde e previdência a tranquilidade de municípios como Santa Terezinha de Itaipu.

A saúde, e mais especificamente as dificuldades em atravessar a Ponte da Amizade devido aos diários engarrafamentos presentes na mesma, também foi apontado por alguns dos nossos entrevistados como um dos motivos do retorno para o Brasil, pois muitos destes brasileiros ainda quando estava residindo no Paraguai buscavam atendimentos médicos, no estado do Paraná. Na fala de Plínio Seger essa questão surge como uma das motivações para o retorno:

Eu já vinha há anos pensando como ia ficar lá pra frente, muitos fazem essa pergunta: “Como é que fica quando ficar velho?” O meu pessoal, falo os meus cunhados, subiram muito. Então eu via por eles, os filhos já não mais roça, estudo. Então uma casa era insubstituível no Brasil! Outros fatores: saúde dela [mulher], que lá a saúde hoje melhor, hoje já tem UNIMED, no passado não tinha. Então como é que tu vai fazer todos os exames? O SUS aqui tu não paga, mas tem que estar aqui. Passar essa ponte todo o dia não dava, nós tínhamos um calçamento péssimo de Franco [Porto Franco] a Cedral [Los Cedrales] e estrada de chão. Então tu marcava SUS e tinha que estar ali. Então [eu] tinha um carro novo, eu em três, quatro anos ia acabar com o carro e estaria na mesma situação. Então são três fatores: uma saúde, outra ter casa no Brasil e já pensando nesse fator aposentadoria (Plínio Seger, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

A narrativa acima traz presente várias motivações para o retorno de muitos brasileiros. A primeira, os migrantes vão entrando já em uma certa idade em que não têm mais condições de administrar as suas propriedades e sendo assim passariam para os filhos essa função. Porém, os filhos possuem vontades e desejos próprios que em muitos casos não estão ligados à permanência no campo, mas, como no caso acima citado ao estudo, o que leva à saída de muitos jovens do campo que migram em busca de estudo dentro do Paraguai ou para demais países fronteiriços, como, principalmente, o Brasil. Fator que é apontado também em outra entrevistada em Raul Penã, em que o informante afirma que muitos jovens do pequeno distrito necessitam migrar para distritos maiores que possuem universidades como Santa Rita para poderem estudar. O que está levando a um esvaziamento do campo.

Outro fator é a questão da saúde: atualmente, o Paraguai possui mais recursos nessa área. Porém tem custo, pois é particular e tem a questão da distância também. E como são brasileiros têm direitos de utilizar o SUS. Então, a proximidade com a fronteira torna possível essa opção, mas como o mesmo afirma as estradas e mesmo os longos e demorados engarrafamentos na Ponte da Amizade tornam muito demorado e até impossível chegar a tempo de uma consulta. Por fim, o mesmo aponta a questão da previdência, pois no tempo em que o migrante reside no Paraguai não é contado para a aposentadoria. O que leva a muitos que buscam pelas formas certas esse benefício a adiantar o retorno para o Brasil.

Ainda no final dos anos 1980, no Paraguai, a existência de poucas e distantes escolas onde os imigrantes brasileiros moravam, além das dificuldades de aprendizagem, foram apontadas pelos nossos entrevistados como um dos fatores considerados para o retorno. Em sua fala, Lázaro Gonçalves descreve essa situação vivenciada com os seus filhos que

Conforme foram crescendo, a gente viu que eles precisavam de estudo também, e lá foi se formado, na comunidade, uma escolinha, que a gente pagava particular pra uma paraguaia ser professora, mas não deu futuro, não fez aquela... As crianças não aprendiam e coisa e foi crescendo, crescendo e isso fez a gente voltar pra trás, também pra Foz [do Iguaçu], por causa dos estudos deles, que lá era muito longe da onde a gente morava pra escola deles, lá em Los Cedrales dava 10, 11 km. Então não tinha como ir todo dia e voltar né. Era puro mato (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

As dificuldades apontadas quanto aos estudos dos filhos dos imigrantes brasileiros no Paraguai foram uma das causas do retorno de muitas famílias. Segundo Marques, entre as justificativas apontadas “para estudar no Brasil está à nacionalidade brasileira; a qualidade superior do ensino ministrado no país, comparada à do Paraguai; a ajuda oferecida pelas escolas em alimentação e material escolar, e a proficiência da língua portuguesa” (MARQUES, 2009, p.130).

A preocupação com o estudo e o futuro dos filhos também fez com que Ivete Camargo, que após ter casado e constituído família, em Santa Rosa del Monday, PY, retornasse para o estado do Paraná, no ano de 2002. A mesma abaixo assim se expressa:

Optemos por nossa conta voltar pra dar mais tarde estudo e emprego pros filhos. Como eu tinha um filho já nascido lá, ele nasceu lá, o meu menino, mas eu registrei aqui no Brasil, por questões que o meu marido pensava que mais futuramente ele ia ter que servir lá dentro e ele não queria que ele sofresse, então registramos ele aqui. E depois mais tarde, eu tive minha filha, tivemos a nossa menina, e ela foi registrada no Paraguai, ela é paraguaia. E daí quando ela [es]tava com nove meses se mudemos pra cá (Ivete Camargo, Santa Terezinha de Itaipu, 14 jan. 2019).

A estratégia adotada pelo casal de registrar os filhos em um país que não corresponde ao seu de nascimento foi bastante adotada entre os imigrantes brasileiros que, estando informados sobre esses trâmites, aproveitam a proximidade com a fronteira para registrar os seus filhos onde melhor convém. No caso acima, por receio de que o filho tivesse que servir no exército paraguaio se fosse registrado como paraguaio fez a família cruzar a ponte e registrar o mesmo como se tivesse nascido no Brasil. Já a filha foi registrada no Paraguai, pelo fato de ser mulher. Logo, a construção de uma casa em Santa Terezinha de Itaipu foi a opção encontrada também para que os filhos tivessem mais oportunidades de estudo e trabalho. Porém, como a família desta está dividida entre os dois países e o seu esposo trabalha como caminhoneiro no Paraguai, esse como podem buscam tirar o máximo de vantagens dessa proximidade com a fronteira.

A proximidade com a fronteira possibilita também que o imigrante invista em outras atividades no país de origem e no de destino. É o caso de Antenor, que após vender as suas terras em Los Cedrales, no Paraguai, e retornar para o estado do Paraná,

na cidade de Foz do Iguaçu, com a esposa, adquire um caminhão e trabalha nos dois países. O caso do mesmo é de alguém que se capitalizou durante o período em que esteve trabalhando na agricultura e quis investir na área de transportes, mas, por outro lado, percebe que o Paraguai já não lhe era suficiente para o seu negócio.

A gente partiu pra trabalhar com transporte. Então, daí o transporte lá [Paraguai], por ser um país pequeno, tem menos possibilidades. Aqui o país é maior e a gente tem as duas documentações, aqui [Brasil] favoreceu pra gente, por isso que a gente veio trabalhar aqui, mas não deixamos de trabalhar lá dentro igual. Eu trabalho Brasil/Paraguai na verdade, meu caminhão é brasileiro tudo, lógico, mas metade lá dentro, metade aqui. Não é que a gente saiu de lá e abandonou [...]. A gente tem um vínculo bem forte lá (Antenor Silveira, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

Na fala, o mesmo expressa ter um “vínculo bem forte lá”, que além do seu trabalho são os seus três filhos que trabalham e residem em diferentes distritos daquele país. No caso desse casal, optou por registrar os filhos no Paraguai. E destes somente o filho migrou para o Brasil para estudar e como o tempo acabou retornando para o Paraguai, já as filhas do casal optaram por estudar no Paraguai.

Outro fator apontado pelos retornados foi a dificuldade de permanência na pequena propriedade agrícola devido ao avanço do agronegócio. O processo de mecanização agrícola levou à expulsão dos trabalhadores assalariados do campo, arrendatários, posseiros e pequenos agricultores que não conseguiram fazer frente a essa nova realidade. Para Lázaro Gonçalves,

Lá também, as terras foram ficando já mais fracas e os grandes foram comprando os pequenos né. E a gente não tem como sobreviver no meio..., um pequeno com cinco alqueires no meio de grandes fazendeiros, que foram abraçando tudo né [...]. A gente já não tinha estrutura pra aguentar família grande com pouca terra (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

Há três anos Lázaro Gonçalves ficou viúvo e acabou se unindo com Isabel da Silva, também imigrante retornada do Paraguai. A trajetória da mesma é pouco diferente. Esta, natural de Nova Aurora, PR, migra com os pais, naturais de Criciúma, SC, para Limoido 30, ao norte do departamento do Alto Paraná, no ano de 1975.

O seu pai era proprietário de uma serraria no Paraná, mas como expressa sua filha com a “esperança de ficar bem de vida”, deixou tudo para trás e migrou com a esposa e quatro dos oito filhos para o Paraguai, onde também abriu uma serraria. Este construiu ponte e um hotel de madeira e adquiriu uma pequena quantidade de terra para a subsistência da família. Porém, o mesmo só possuía o contrato e um título distribuído aos imigrantes brasileiros, que ali compraram terras, em português, sem validade

nenhuma no Paraguai. Para piorar a situação, as terras foram inundadas pela Itaipu e como estes não possuíam titulação das terras não receberam nada pelas mesmas. O que levou a família a buscar o retorno ao estado do Paraná, em Foz do Iguaçu. A fala da mesma, carregada de um sentimento de tristeza, relata o fato:

Ele fez essa ponte sobre um rio lá pro pessoal vender as terras do outro lado, e construiu um hotel bem grande, todo ele de madeira, e eu sei dizer que até hoje ninguém viu a cor do dinheiro. E daí nessa decepção, a gente acabou voltando para Foz do Iguaçu, não tinha mais como sobreviver lá no Paraguai, [...] não tinha mais como ficar lá, porque era tudo longe, mercado era uns 9, 10 km de casa [...]. Daí a gente largou aquela vida lá e veio para Foz do Iguaçu [...]. Foi inundado tudo, a gente perdeu tudo lá, tudo, perdeu a construção da ponte, do hotel, as terras, tudo [...]. O sofrimento foi grande, era horrível!!! [...]. Daí a gente passou a pagar aluguel aqui em Foz [do Iguaçu], coisa que nunca tinha acontecido, e arrumar trabalho fora de casa (Isabel da Silva, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

Ao nos dar o relato, quando ainda estava lutando contra o câncer, Isabel, hoje falecida, aponta o desapontamento da família diante da situação que vivenciaram no Paraguai, que levou ao retorno. Os mesmos possuíam recursos no Brasil e acabaram retornando em condições econômicas piores do que quando migraram. O caso dessa família não é uma exceção. O sonho da realização econômica com a migração ao país vizinho se tornou um pesadelo por inúmeras situações.

O migrante retornado, acostumado com o trabalho no campo, ao regressar para o Brasil, se depara com outra realidade, sendo que grande maioria, migra para as cidades, passando a ser trabalhador assalariado. Ao chegar em 1984 em Foz do Iguaçu, Lázaro se depara com uma cidade ainda pequena e com poucas ofertas de trabalho.

Na verdade, quando nós chegamos aqui, não foi tão fácil porque era cidade bem pequena. Também Foz do Iguaçu, naquele tempo, não tinha ITAIPU e emprego também era bem pouco, mas deu sorte que a gente veio, ponhamos as crianças na escola, já começamos a trabalhar, alguém pra um lado, outro pro outro, serviço pouco, ganhamos poucos. Depois surgiu a ITAIPU, em 1986 parece, daí pra frente já melhorou os empregos em Foz [do Iguaçu], inclusive eu trabalhei em firma terceirizada, mas trabalhei na ITAIPU bastante tempo, só que em firmas terceirizadas [...]. Depois disso aí, passei a ser motorista de ônibus, daí não faltou mais serviço, sempre empregado (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

A construção da usina de Itaipu, entre 1974 a 1985, transformou o município de Foz do Iguaçu. Conforme Catta (2003), Foz do Iguaçu era considerada uma típica cidade do interior que se destacava pelo turismo realizado nas Cataratas do Iguaçu. Em 1974, a cidade começa a mudar devido à chegada das primeiras levadas de trabalhadores para a construção da usina. Logo, a cidade foi se expandindo e se modernizando devido ao “Eldorado” ITAIPU.

Como principais consequências dessa mudança houve uma grande migração bastante heterogênea de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos em busca de trabalho formal, quando não conseguiam buscavam trabalho informal ou subempregos; o que levava também a criminalização destes pelas elites locais, o rápido favelamento nas áreas nas periferias das cidades, a crescente especulação imobiliária, a falta de organização das áreas centrais, com trânsito caótico, o surgimento do comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas, aumento da criminalidade e narcotráfico (CATTA, 2003).

Após a construção da ITAIPU, que durou 11 anos, muitos ex-operários da usina buscaram fixar residência no mesmo município ou vizinhos; muitos também buscaram migrar para o Paraguai em busca de terras ou trabalho. O município de Foz do Iguaçu também irá acolher os que perderam as suas terras devido à inundação das águas da usina, tanto dos municípios vizinhos, como dos distritos afetados pelo lago no Paraguai. Para os imigrantes brasileiros que encontravam dificuldades econômicas, de documentação, entre outras, no Paraguai, Foz de Iguaçu passa a ser uma opção devido às oportunidades de trabalho que surgiram graças a ITAIPU.

Assim sendo, pode-se constatar que os motivos apontados pelos imigrantes brasileiros para os retornos não estão mais relacionados somente à questão de terras, mas à educação, pois estes imigrantes tiveram filhos e enfrentavam dificuldades nas escolas paraguaias. Além disso, a saúde e a previdência são também apontadas, isso se explica porque parte dos entrevistados se encontra entrando na velhice ou já nela, sendo assim as necessidades passam a ser outras. E outro elemento também apontado é o do trabalho, pois no período de retorno destes oferecia mais oportunidades.

3.3 Redes de reinserção no Brasil

Na migração de retorno percebemos a influência das redes familiares e sociais. Além de outras redes. Os contatos com imigrantes que já haviam retornado ao Brasil facilitam a imigração e a reinserção. Muitos destes vão se estabelecendo em espaços onde já residem familiares ou pessoas conhecidas das comunidades onde trabalhavam no Paraguai. Quanto ao contato entre parentes para Marques a 'complexidade dos arranjos familiares que constituem a migração de retorno de brasileiros oriundos do Paraguai pode ser apontada como mais um elemento que contribui para a formação de

uma comunidade transnacional “brasiguiaia”. A constituição dessa comunidade é determinante da circularidade que diferencia o deslocamento da população na fronteira entre os dois países (MARQUES, 2009, p.70).

Para Saquet e Mondardo, na atualidade, as migrações formam uma “experiência integrada” do espaço, que somente é possível se os migrantes estão organizados em rede, por meio de várias relações que por muitas vezes abrangem o local e o global. Nos territórios de origem e de destino existem múltiplas relações e vínculos criados pelos migrantes quando realizam suas trajetórias e quando se reterritorializam. Assim, na migração a construção dos territórios “passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através do vínculo e dos contatos estabelecidos” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 120).

A fala de Devair Colombo Velasco, natural de Apucarana, PR, que 1979 migra pra Los Cedrales com os pais e os irmãos e em 2015 retorna para o estado do Paraná para o município de Santa Terezinha de Itaipu, nos ajuda a entender essa dinâmica:

Você sempre fica naquela assim, trabalhar por trabalhar, de repente se tá lá a vida toda e você vê os filhos pensando coisas diferentes, já querendo estar pra cá e tal. Então o que, que acaba que vai indo um, vai indo outro e vai se esparramando né, vai ficando mais isolado da família. Tanto que é que nos últimos tempos lá já só [es]tava eu [e]essa minha irmã Marli [...]. Só [es]tava ficando nós dois e os filhos querendo vir. Eu falei: “-Vamos dar um jeito e vamos!” Porque os meus pais estavam tudo aqui [Brasil], a mãe dela [esposa] [es]tava aqui, minha sogra, tudo em Foz [do Iguaçu] e os irmãos, a maioria dos irmãos aqui. Então a gente vai ficando cada vez mais de lado. (Devair Colombo Velasco, Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

A migração de familiares para o Brasil foi um fator determinante para o retorno. Algumas famílias estando isoladas no interior do Paraguai e cada vez mais distante dos seus acabam por retornar novamente ao Brasil. Existe situação em que as famílias nucleares acabam por ficar divididas entre os dois países, o que estimula os fluxos entre os mesmos. Existem situações em que casais por um período de tempo acabam ficando separados em virtude do trabalho no país vizinho. Como no caso de Ivete Camargo que reside somente com a filha em Santa Terezinha de Itaipu, pois o seu esposo trabalha como caminhoneiro por alguns meses do ano, mais especificamente, durante a safra no transporte de grãos no Paraguai.

Essas mesmas famílias, na grande maioria das vezes, divididas entre dois países formam redes de auxílio principalmente com relação a questões ligadas à saúde. Nos relatos dos imigrantes entrevistados ouvimos com certa frequência que os seus pais em condições frágeis de saúde foram acolhidos por estes no seu país de origem e tiveram

todo o encaminhamento realizado pelos seus filhos, como no caso do pai de Ivete, que sem muitos recursos foi conduzido pela filha para tratamento pelo SUS, no Brasil.

O pai teve problemas sérios de saúde. Daí ele não tinha condições de pagar o médico em Santa Rita [Paraguai], porque era tudo particular e ele foi internado no hospital Cristo Rei [...], daí tinha que pagar tudo, tudo. Daí parece que tu nunca chegavas à vez e não se descobria o que era, e o pai cada vez mais fraco. Daí eu falei pra eles que ia conseguir por ele pelo SUS, que era pra eles vir morar com nós, daí o pai e a mãe vieram morar com nós. Mais tarde eles venderam a terra deles lá e compraram um terreno e fizeram uma casa por aqui (Ivete Camargo, Santa Terezinha de Itaipu, 14 jan. 2019).

É esse retornado que toma a iniciativa de buscar auxílio para o que está no Paraguai e deseja vir para o Brasil por ter mais acesso a informações e serviços. Permanecer na casa de um familiar dá ao que busca auxílio a possibilidade de ter um endereço no município, o que torna mais fácil o acesso aos serviços públicos e gratuitos dos mesmos. O retorno de um familiar favorece a migração dos demais e auxilia na inserção destes geralmente nos casos analisados em centros urbanos.

Quanto ao retorno de Lázaro Gonçalves, o mesmo descreve a satisfação e a segurança sentida ao regressar ao seu país afirmando que: “Aqui é outra história. Aqui é a casa da gente, na verdade, a gente se sente mais seguro né, que lá eu morei 11 anos lá, em nenhuma parte do tempo eu me senti seguro lá, tinha sempre aquele medo, aquela cisma” (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019). O mesmo viveu em um período em que existia ditadura no Paraguai, nas falas dele e de alguns entrevistados esse regime foi apontado como de autoritarismo pela parte da polícia para com parte dos imigrantes.

Quanto ao núcleo familiar de Lázaro, aqui compreendido por sua família e seus cunhados, este opta por retornar todos ao Brasil aos poucos e de forma articulada.

Voltamos tipo, um voltou esse ano, o outro daqui a dois anos voltou também, e já logo em seguida, já veio todo mundo. Da nossa família que [es]tava lá saiu todo mundo. Quando o primeiro veio, daí dois, três anos os outros também já vieram todos [...]. Moram tudo aqui em Foz do Iguaçu a maioria, uma parte voltou pra São Paulo, que conseguiram comprar terra na região de São Paulo (Lázaro Gonçalves, Foz do Iguaçu, 20 jan. 2019).

Estes também acabam optando pela proximidade com a fronteira. Segundo Fusco, os retornados se localizam na grande maioria na fronteira. A motivação mais provável “é que esses migrantes se enquadrem no retorno em função do fluxo de emigração, sendo esse último definido, ou orientado, pela dinâmica sócio espacial da fronteira agrícola”. Segundo o autor, “o retornado não volta ao lugar de nascimento ou para onde residem familiares que não migraram, mas ao lugar onde a dinâmica

territorial os tinha deixado antes de emigrar para o Paraguai”. Em outros casos estes migram “para outros lugares mais ativos dessa mesma dinâmica territorial (novas fronteiras agrícolas, no Mato Grosso, por exemplo)”. Constatase assim que isso não é nada mais que uma sequência de um movimento migratório inacabado e suas diversas etapas. O retorno de brasileiros do Paraguai mostra que não é necessariamente o final de uma sequência migratória, mas um elemento a mais num ciclo que se repete indefinidamente (FUSCO, 2008, p.7-8).

Em seu estudo sobre o retorno de brasileiros para Marechal Candido Rondon, Silva constata que a migração para esta cidade não finda para esses sujeitos a vida de mobilidade. Se a experiência não teve sucesso, o retorno ao Paraguai ou a migração para outras frentes de ocupação são possibilidades para estes. O que para a autora “sinaliza mais uma dimensão indeterminada, incerta e insegura, não significando a conclusão, mas sim a continuação de uma luta por um lugar na sociedade”. Para Braga, muitos retornados vivenciam uma mobilidade interna após o retorno, consequência “das estratégias de sobrevivência desses grupos que, muitas vezes, encontram-se desterritorializados” (BRAGA, 2011, p.82).

Ao mesmo tempo, Silva percebe a existência de uma rede de relações e sociabilidades que mantem essa mobilidade, que “mais do que simplesmente imagens e ideias, elas são vividas concretamente, na medida em que vão conquistando seus espaços citadinos”. A chegada dos migrantes em Marechal Candido Rondon acontece em rede social. Aonde “uns vão trazendo os outros, são experiências socialmente compartilhadas. Essa é uma prática cultivada ao longo dos deslocamentos pelas fronteiras em meio às dificuldades encontradas pelo caminho” (SILVA, 2010, p.56).

Ao analisar a dinâmica da migração de retorno com base em sua experiência junto aos migrantes, Irmã Terezinha Mezzalira constatou também a existência de redes sociais e familiares

que possibilitam e, em parte, facilitam o retorno, pois vão se estabelecendo em espaços onde já residem familiares ou pessoas conhecidas das comunidades onde trabalhavam no Paraguai.[...] É uma espécie de atração automática, onde um chama o outro, seja para a compra do terreno ou da casa em espaços próximos às pequenas cidades. O acesso aos serviços básicos também contribui no retorno e na escolha dos grupos de convivência (Irmã Terezinha Mezzalira, Foz do Iguaçu, entrevista recebida em 08 abr. 2019).

Segundo informações passadas pela religiosa, a Casa do Migrante, inaugurada em 20 de junho de 2008, realiza os seguintes atendimentos pelo Ministério do Trabalho e Emprego: informações sobre o trabalho no Brasil; informações sobre a obtenção de

documentação para fins de trabalho, regularidade migratória e afins; informações sobre reunião familiar e outros temas vinculados a família do trabalhador migrante; encaminhamento para obtenção da Carteira de trabalho e Previdência Social no Brasil; encaminhamento para outros órgãos e assistência geral ao Migrante. Todos esses atendimentos são realizados de forma gratuita. Esse espaço atende imigrantes residentes no Paraguai, Argentina e os seus filhos, além de outras nacionalidades, sendo estes na maioria carentes de recursos financeiros. Nesse espaço fronteiriço, esta instituição aparece como uma rede solidária que possibilita aos retornados a reinserção em seu país. Esta tem parceria com a Caritas Diocesana, na ajuda nas emergências em campanhas de sensibilização, bazares solidários e ajuda em situação de emergência, na compra de alimentos, pagamento de aluguel social para refugiados ou passagens para continuarem as suas viagens.

A instituição atende retornados que se dirigem para Foz do Iguaçu e para os municípios vizinhos. Os que buscam os serviços geralmente são os mais carentes economicamente. Estes têm no espaço um ponto de referência, acolhida e orientação. Logo, ao cruzar a Ponte da Amizade, no sentido Ciudad Del Leste a Foz do Iguaçu, encontramos as placas de localização da mesma bem evidentes, que denotam a importância da instituição nessa região de fronteira.

Nesse sentido, podemos constatar a presença de diversos tipos de redes de dimensões sociais onde pais, filhos, igrejas, órgãos públicos que prestam serviços aos migrantes, etc. que vão se articulando, para auxiliar na reinserção dos imigrantes nas cidades analisadas. São redes menores constituídas por familiares e conhecidos, que vão se ligando a redes maiores, que envolvem instituições religiosas e públicas. Conforme apareceu nas falas dos entrevistados percebemos significativa a atuação das redes de familiares nesse processo de retorno e na reinserção ao Brasil. Entre os entrevistados existem aqueles que retornam de forma definitiva tendo o auxílio de redes. Porém, também existem casos em que se fazem vários retornos, o que mostra uma vulnerabilidade das redes, pois a reinserção aparece provisória, vulnerável e frágil. O que leva o sujeito a novos processos migratórios.

Mas quem são esses retornados? Segundo Zamberlam e Corso (2006), o perfil socioeconômico dos brasileiros retornados do Paraguai é desigual, pode-se ainda afirmar que os menos favorecidos ficaram em Foz do Iguaçu atraídos pela fantasia de conseguirem facilmente um emprego. Já aqueles que possuíam mais poder aquisitivo se estabeleceram nos municípios próximos, por possuírem mais recursos financeiros para

se reinsere no Brasil. Entre os entrevistados existem aqueles que retornam de forma. Ferrari (2007) percebe em seus estudos que no retorno dos brasileiros do Paraguai estes erguem um cinturão de miséria ao redor das cidades brasileiras, a margem do processo de modernização agrícola do país vizinho, esses sujeitos precisam ser integrados na sociedade que deixaram a uma geração, que por sua vez não apresenta um quadro social diferente daquele existente quando partiram.

A presença de retornados nas cidades fronteiriças do oeste do Paraná modificou significativamente as mesmas. Como Romeu afirma “os migrantes configuram espaços de alteridade em seus lugares de imigração que os posicionam como sujeitos de vivência de múltiplos territórios”. O autor também acredita “que a territorialidade migrante, múltipla dada pela sua natureza, é promotora de certa reconfiguração nas paisagens e reordenamento territorial nos lugares de retorno” (ROMEU, 2018, p. 106). Um exemplo importante a ser considerado é o do município de Santa Terezinha de Itaipu que teve um desenvolvimento economicamente bastante significativo devido à presença de retornados que na sua maioria buscavam com o tempo a aposentadoria e o atendimento médico pelo SUS. Benefícios inexistentes para os imigrantes no país vizinho.

De acordo com Quilarte e Welter, Santa Terezinha de Itaipu, cidade de pequeno porte, foi elevada município no ano de 1982, localiza-se no extremo oeste do Paraná, com a área de 259,393 km² e com aproximadamente 20.841 habitantes, segundo o Censo de 2010. O município é cortado pela BR 277, uma das principais rodovias do Estado. Fazendo divisa como o Lago de Itaipu, o Parque Nacional do Iguazu, a cidade de São Miguel do Iguazu e Foz do Iguazu. Na questão econômica o forte é agricultura, possuindo terras roxas, planas e mecanizadas. Os primeiros grupos que chegaram a Santa Terezinha de Itaipu eram de origem italiana, alemã, polonesa, paraguaia, entre outras. (QUILANTE; WELTER, 2013).

Consoante informações coletadas com a professora Silvana Rauber, após a imigração dos pioneiros, primeiros imigrantes, Santa Terezinha de Itaipu recebeu uma leva de migrantes provindos de Foz do Iguazu, desempregados da ITAIPU, que depois de finalizadas as obras buscaram trabalho nas fazendas de Santa Terezinha de Itaipu. Estes, em sua grande maioria, eram homens que haviam deixado as famílias nas terras de origem. Na medida do tempo em que o serviço manual fora substituído pelas máquinas nas fazendas estes buscaram se fixar na cidade, adquirindo lotes no bairro

Santa Mônica. Com o tempo esse bairro e a cidade como um todo começaram a receber os imigrantes brasileiros retornados do Paraguai.

A fala da professora Silvina Rauber nos ajuda a entender como aconteceu essa mobilidade para a cidade e as suas implicações, em especial no seu bairro denominado Santa Mônica, em Santa Terezinha de Itaipu. O mesmo tem, segundo o relato abaixo, uma valorização no valor dos terrenos muito grande em pouco tempo devido a aquisição destes pelos retornados que buscavam se estabelecer no mesmo e na cidade.

Quando o Paraguai começou a expulsar os brasileiros de lá, daí que começou a renovar [o bairro] Santa Mônica, Santa Terezinha [de Itaipu], que daí vieram com dinheiro pra comprar as casas [...]. Foi na época que mudou as políticas no Paraguai, começou a mudar em 90, [...] e dali pra frente, foi uns dez anos assim, se alguém tinha um lote pra vender, um lote, por exemplo, que digamos valia R\$3.000,00 ele foi pra R\$ 50.000,00, em pouco tempo porque daí veio os brasiguaios, o pessoal que vendia as terras e comprava aqui pra se aposentar aqui, daí valorizou muito aqui assim (Silvina Rauber, Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

Percebeu-se nas falas que em Santa Terezinha de Itaipu a grande maioria de retornados são pessoas de idade avançada, descendentes de alemães e italianos, sendo que um grupo ainda mantém vínculos com o Paraguai, possuindo familiares e terras lá. Ao mesmo tempo se constata que possuíam ligações próximas com o país de origem o que facilitava o retorno para poder ter acesso ou se utilizar de estratégias para conseguir benefícios sociais, como a aposentadoria, que no Paraguai somente é concedida a funcionários públicos, cargos que não eram ocupados por esses migrantes.

Daí encheu de alemão aqui, daí mudou, a igreja mesmo. Tinha uma igreja ali que cabia 20 pessoas [...], quando começou a entrar os brasiguaios, eu fazia parte da diretoria da igreja, eu era ministra. De repente construíram aquela igreja ali, que fica na avenida ali, de uma igrejazinha do tamanho disso daqui eles construíram uma igreja do tamanho de um lote e ficou pequena, questão de três anos assim. Aquilo encheu, e só alemães, alemães, italianos, famílias, é diferente, pessoal de idade, viúvas, viúvas que o marido arrumava outra no Paraguai e a mulher ficava aqui, veio bastante assim também. Daí começou a melhorar a cidade como um todo, a cidade cresceu (Silvina Rauber, Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

Esta aponta ainda que a migração desse grupo trouxe crescimento e melhoria para a cidade. Percebe-se que o perfil social foi modificado em seu bairro por meio da migração de retornados, que agora passou a receber, além de luso-brasileiros, descendentes de alemães e italianos que segundo a mesma frequentavam a igreja católica, sendo necessária a construção de uma nova igreja para acolher a grande quantidade de fiéis que haviam migrado do Paraguai. Ou seja, a migração de retorno trouxe também mudanças culturais e religiosas.

O lote que eu comprei e construí, ali em poucos anos assim, de R\$ 5.000,00 foi pra R\$ 50.000,00, em questão de cinco anos valorizou tanto né, e antes se tinha um lote aqui ninguém comprava. Quando tem uma casa assim, uma coisa mais cara, o pessoal espera o pessoal do Paraguai vir pra comprar [...], porque está muito caro comparando a Foz do Iguaçu. [...]. Valorizou muito mais por causa dessa migração do pessoal que fez dinheiro no Paraguai, porque muitos idosos que moram aqui têm terra lá, eles trazem o dinheiro de lá e aplicam aqui. Eles vêm pela saúde, pela aposentadoria, pela facilidade, poder sair de a pé e a comodidade. É que é uma cidadezinha pequena! [...]. Tudo pela comodidade de ter assistência médica, aposentadoria, ou ter um conforto melhor, porque quem não tem filho pra dirigir daí tem que ter tudo por perto (Silvina Rauber, Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

Outro aspecto a ser considerado em sua fala é o de que migraram para o bairro Santa Mônica e possuíam recursos financeiros para adquirirem terrenos ou comprarem uma casa. Essa fala mostra um pouco do perfil desses imigrantes que não retornam por não terem sido bem-sucedidos economicamente, mas para se estabilizarem. Essa grande procura por casas e terrenos fez com que os terrenos que antes não eram valorizados no bairro adquirissem um valor alto em pouco tempo. Migrantes que trazem renda para os municípios. Por fim, percebe-se que quem tem mais recursos tem uma aceitação e acolhida maior no local de retorno, o que corresponde a uma parte dos retornados.

Segundo Ferrari (2009), as prefeituras dos municípios da fronteira onde a maioria dos retornados chega não os reconhecem como cidadão. Ao mesmo tempo, a oferta de serviços dessas prefeituras, quanto à saúde, segurança, moradia e emprego, não consegue absorver a demanda causada por estes, tornando-se um problema recorrente para as prefeituras. Segundo dados do diagnóstico socioterritorial, presentes no Diário Oficial do município de Santa Terezinha de Itaipu, referentes aos imigrantes retornados residentes do município:

Vale ressaltar também, o problema enfrentado pelo município referente à situação dos Brasiguaios, cidadãos legalmente brasileiros que se estabeleceram em território paraguaio, e que por razão de não terem os direitos fundamentais garantidos naquele país, acabam buscando o acesso as Políticas Sociais brasileiras, principalmente de Saúde e Assistência Social. No tocante a Assistência Social, registra-se um crescente retorno destes Brasiguaios e também de famílias de origem paraguaia, as quais estabelecem residência no município e em sua maioria chegam sem condições de sobrevivência, aumentando significativamente o fluxo de atendimentos (Santa Terezinha de Itaipu, 2014, p.7).

Nesse sentido, a presença de imigrantes brasileiros retornados tem modificado significativamente os municípios da região oeste do estado do Paraná. Estes articulados em redes sociais ou familiares atraídos por benefícios sociais, pela área da educação e saúde e por oportunidade de trabalho tem cruzado a fronteira e se reinserindo novamente no Brasil. O que por sua vez traz implicações para os municípios que os

acolhem, pois muitas vezes não possuem recursos suficientes para atender os cidadãos das cidades e agora tem que atender outra demanda advinda da migração de retornados.

3.4 Permanecer ou partir do Paraguai?

Quando se estuda a migração pouco ou quase nada se fala de quem não migra, de quem permanece. Buscando entender os motivos que levaram a permanência, em seus estudos sobre micro-história, Levi (2015) levanta essa questão, pois entende que estudar somente quem migra não ajuda a entender o contexto europeu que estava em crise, que por sua vez levou a migração. Quando se trabalha com a história da migração, aqui no caso da emigração de europeus para a América, para o autor “Devemos estudar o que ocorreu no mundo camponês de saída dos emigrantes; isso me parece ser muito importante” (LEVI, 2015, p.250). Será que todos podiam migrar? Por que nem todos foram? Por que permanecer?

A questão levantada por Levi nos provoca também a buscar identificar os motivos que levam a permanência dos imigrantes brasileiros, nossos entrevistados, no Paraguai. Quem ficou no Paraguai, ficou por quê? Será que quem queria retornar pode? Entre os nossos entrevistados em Santa Rita, Naranjal, Raul Peña e San Alberto a grande maioria não deseja retornar para o Brasil devido à estabilidade econômica e social construída naquele país. Somente alguns manifestaram o desejo de voltar, porém não estão seguros disso.

Para alguns a estabilidade e os vínculos familiares criados em novas terras faz com que os imigrantes não pensem e não queiram retornar para o Brasil. O relato de Pedro Darci Scholl nos ajuda a compreender essa escolha em permanecer.

A gente fez a família aqui, já gente falou pra mim uns anos atrás: “- Não, você tem que comprar lá uma casa, tem que morar no Brasil de volta, porque lá tem mais benefício”. Aqui esse benefício da aposentadoria não existe né, mas eu falei: “Eu fiz a minha família [aqui]”, nós temos seis filhos [...], temos doze netos, e já tem um bisneto e eu vou embora! Eu quero ficar aqui, aqui todo dia, toda semana tem festinha, tem quem vem em casa né, se tem um aniversário tão tudo em casa [...]. E se nós vamos voltar para o Brasil por benefício lá tem mais ajuda, mas você tem que ver aonde se sente bem eu me sinto aqui, eu me sinto em casa (Pedro Darci Scholl, Santa Rita, 27 jul. 2018).

A decisão em permanecer no Paraguai de Pedro está embasada no fato de sua família estar inserida também no Paraguai e deste haver se encontrado em novas terras.

Nesse sentido, também os vínculos de amizade levam a permanência de imigrantes no Paraguai, que são pequenos agricultores e que arrendaram as suas terras, pois o elo criado com outros imigrantes brasileiros é o elemento que prende esses sujeitos a Paraguai. O caso de Renato Malmann, natural de Humaitá, RS, que migrou para o Paraguai, mais precisamente para Raul Peña, no ano de 1979, chega com a família para trabalhar como arrendatário nas terras de sua irmã, para só depois conseguir as suas terras. Este quando questionado se tem intensão de retornar assim se expressa.

Mas a amizade que a gente tem aqui?...né. Ainda mais [que] a gente participa da Terceira [Idade], participa não, já vai fazer seis anos que a gente é chefe. Então, tu deixa tudo?... Nós vamos 130km pra lá e 130km pra cá. Daí toda essa amizade que a gente tem?! (Renato Malmann, Raul Peña, 26 jul. 2018).

Estes no local de destino recriam grupos de convivência como aqui no caso citado do grupo da terceira idade, que possui uma organização própria e promove e participa de festas nos distritos. Os vínculos criados, em especial com outros imigrantes brasileiros que residem próximos determina também a permanência da família de Renato Malmann, como de outras famílias, como a do casal Nereide Biasotto e Ivalino Pressi que, ao ser questionado se teria intenção de retornar, assim se expressou:

Por enquanto a gente não pensa nisso, não. A gente tá..., tem neto aí, as filhas tudo, as minhas filhas sempre falam: “- Meu Deus!” porque elas nasceram aqui, se criaram, então... Ah, hoje fala de ir embora não quer ir. Peguemos um lugar ondem tem bastante gente boa. Então, nós nos sentimos quase no Brasil, a mesma coisa. Aqui é a maioria brasileiro, pra nós é como se fosse um pedacinho do Brasil aqui no Paraguai. Nada, nada estamos em 90% de brasileiro. E o que tem a gente convive (Nereide Biasotto; Ivalino Pressi, San Alberto, 29 jul. 2018).

A expressiva presença de imigrantes brasileiros em San Alberto faz com que o casal se sinta “quase no Brasil” e que o mesmo afirme que o local de destino “é como se fosse um pedacinho do Brasil”, o que contraditoriamente afasta o desejo de retorno ao Brasil, por mais que estes mantêm contato e busquem informação diária sobre o país de origem, pelos meios de comunicação, como televisão e internet. Nessa convivência com demais imigrantes não existe o estranhamento próprio de estar em outro país e de conviver com pessoas com uma cultura muito diferente da sua. O contato com outros imigrantes brasileiros, além da questão econômica, trouxe estabilidade à família em terras paraguaia que hoje não quer retornar.

A fala do casal também aponta que a presença de paraguaios natos é pouca e que existe uma convivência com esse grupo. O que nos leva a concluir que nessa realidade em que o imigrante brasileiro se sobressai numérica e economicamente o paraguaio

tenha que buscar assimilar elementos culturais e a língua para ser aceito entre os brasileiros em seu próprio país.

Existem casos em que o imigrante se encontra estabilizado financeiramente e percebe muitos pontos positivos no setor agrícola em comparação com as experiências feitas no Brasil e diante disso não pensa em retornar. Como no caso do agricultor Dirlei Basttaniel, que em sua fala aponta como positiva a permanência no Paraguai.

Aqui tá muito bom! Na parte da agricultura é bom porque aqui tem terra boa, né. Então, ali já é o ponto inicial de tudo, se a terra produz você tem alguma coisa, se ela não produz você perde. Então, tem esses pontos muito positivos aí. A parte de imposto também tem bastante imposto aqui, mais ainda tá melhor que no Brasil. Ainda tá melhor! É um país pobre, mas parece um pouco mais organizado que o Brasil, um país muito grande, mas tá tudo bagunçado. Então, nesse ponto a gente fica tranquilo aqui, porque tá melhor que lá, tá melhor aqui. Somando tudo tem mais coisa boa do que ruim, hoje. A gente valoriza muito aqui! (Dirlei Basttaniel, San Alberto, 28 jul. 2018).

Ser proprietário de terras e de boa qualidade foi a motivação para a migração de ao Paraguai de seu pai e também sua. Através da migração isso fora concretizado com êxito. Como o entrevistado muitos puderam ser proprietários de terras somente após a migração para o Paraguai. O relato do vereador Hector e de sua esposa Iloni, natural de Venâncio Aires, que migrou com a família para Itapiranga, SC e depois para Pérola Independente, PR. Nesse estado conheceu o seu esposo e, por fim, após se casarem, migraram para Naranjal, PY onde residem ainda hoje, nos fazem perceber que a motivação para a permanência também estava relacionada às oportunidades que o casal teve em terras paraguaias, algo que não aconteceria se estivessem residindo no Paraná.

Nós defendemos muito o Paraguai, porque é um país que acolheu nós né, que deu essa oportunidade de vida pra nós [...]. Se não fosse aqui, no Paraguai, que nem nós no Brasil não tinha nada, não tinha terra e daí nós viemos aqui. Eu por nada não vou pro Brasil, se fosse morar pra lá eu não volto mais. A gente não pode desprezar o Brasil, [...] foi o país que nos criou né, exatamente, mas assim, por pouquinha coisa voltar para o Brasil não é vantagem, eu acho que isso não é vantagem (Heitor Cloves Ciupak, Iloni Frey Ciupak, 27 jul. 2018).

Heitor, além de avançar economicamente no Paraguai, o que, segundo o casal, não teria acontecido no país de origem, surgiu como uma forte liderança no distrito de Naranjal. Atualmente, sendo vereador, exercendo a função de secretário de obras e auxiliando também na administração do posto de saúde público do distrito. Algo que provavelmente não teria acontecido no Brasil.

Outro caso semelhante é o do casal Mauricio Alles e Marta Alles, naturais de Humaitá, RS, que migraram para Raul Peña, em 1981, nas terras adquiridas pelo seu pai para eles. Sobre a relação com o Paraguai, o casal assim se expressa:

Eu me sinto seguro, mais seguro que no Brasil. Se é pra mim voltar jamais, de volta não. Nós estamos, assim, tipo morando no paraíso, não tem complicações com água alta [enchente], a safra nunca falha tudo. No sul [Rio Grande do Sul] já é bem diferente [...], se trabalha mais que o dobro que aqui e no fim do ano não sobra nada (Mauricio Alles e Marta Alles, Raul Peña, 26 jul. 2018).

A fala deles aponta os altos custos de vida do sul do Brasil. Entre os entrevistados alguns afirmavam que, em comparação com o Brasil, o Paraguai tem um custo de vida baixo fator que é considerado também para eles permanecerem no país de emigração. Esse fator atualmente é levado em conta por emigrantes brasileiros para se estabelecerem no Paraguai. Agora o movimento migratório se dá para as zonas urbanas. Nos últimos anos, também se presencia a instalação de várias indústrias brasileiras no país vizinho atraídas pelos custos de produção e da mão de obra. E se presencia um movimento migratório de brasileiros para trabalhar nestas. Além de estudantes brasileiros que cruzam a fronteira para estudar em universidades, como as de Ciudad del Leste.

Mauricio Alles manifesta o sentimento de realização pela migração: “A gente se sente orgulhoso por ter conseguido deixar um marco no Paraguai, pelo progresso né que a gente fez. A amizade também que a gente tem ali, a gente se sente realizado” (Maurico Alles, Raul Peña, 26 jul. 2018). Entre muitos entrevistados esse sentimento de realização pessoal também é expressado. A ideia de progresso aqui por eles está relacionada com a forma de trabalho com a terra, que por sua vez é diferente a do paraguaio, vista por muitos como atrasada. Sobre a concepção de trabalho desses dois grupos, Albuquerque assim se expressa:

La ética del trabajo, con el mecanismo fundamental para acumular riquezas, está en la raíz del mecanismo del desarrollo del capitalismo occidental moderno, como analiza Weber (2004), y los inmigrantes europeos que vinieron al Brazil y sus descendientes que hoy están en Paraguay incorporan y glorifican este “espíritu capitalista”. Los campesinos son adeptos de una cultura agrícola comunitaria de origen indígena, fundada en la solidaridad y la producción de subsistencia. Este choque cultural entre las concepciones de vida y producción, termina produciendo un conjunto de estereotipos sintetizados en la configuración “trabajadores” versus “haraganes” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 177).

O desenvolvimento desses distritos devido à imigração brasileira que a princípio foi para o campo é bastante perceptivo. Porém, nem todos os imigrantes brasileiros que trabalharam com a terra se saíram bem-sucedidos ou tiveram progresso. E diante das situações inviáveis para a permanência no Paraguai houve o retorno para o Brasil, mas em muitos casos ele não é possível não pelos migrantes não por não querem, mas pela situação econômica em que se encontravam.

Para Ferrari (2007), a chegada da modernização agrícola como expansão capitalista levou a desterritorialização do camponês paraguaio e, principalmente dos brasiguaios e do seu modelo de produção e subsistência, reordenando o espaço rural e urbano. Como o tempo, porém, a ideia do retorno se apresenta possível, porém, distante para muitos imigrantes. Pois, somando-se as dificuldades encaradas para a própria sustentação, o receio da acolhida, até mesmo pela parte dos familiares, de apostar todas as poucas economias, de não se adaptar depois de tanto tempo ao país de origem, tudo isso torna o retorno ao Brasil um sonho remoto para muitos.

Para o mesmo autor, muitos camponeses excluídos da terra no norte do departamento de Alto Paraná, não tendo recursos financeiros para retornar, começam a ser explorados, em grandes e médias propriedades como em atividades ilegais, como nas carvoarias no interior de geralmente grandes propriedades, assim aumentando, o trabalho escravo na fronteira. Dessa forma, o retorno para estes apresenta-se mais dramático do que a partida.

Assim sendo, percebem-se diferenças significativas entre os imigrantes brasileiros no Paraguai. Ao analisar as narrativas dos nossos entrevistados podemos concluir que um grupo significativo avançou economicamente. Existe um pequeno grupo que acendeu socialmente, que prosperou, ou melhor, que teve progresso na agricultura. Alguns mais outros menos, alguns permaneceram com o que adquiriram quando entraram. Alguns partiram para o comércio, outros para indústria, outros abriram os seus restaurantes. Existem aqueles que arrendaram as suas terras, mas ainda permanecem no Paraguai.

Porém, por outro lado a grande maioria dos imigrantes que também trabalharam na agricultura, sendo de forma arrendatária, assalariada ou como pequeno proprietário se encontra a margem desse desenvolvimento econômico da região leste do Paraguai por não conseguir fazer frente ao agronegócio, que se manifesta de uma forma agressiva e injusta nessa região.

Outro aspecto importante para ser considerado quanto à permanência no Paraguai, levantado pelos entrevistados, é o dos vínculos criados entre imigrantes e familiares, que para alguns se tornam mais importantes que os benefícios que o retorno ao Brasil traria. Este elemento nos mostra o quanto essas redes sociais e familiares entre um grupo de imigrantes e filhos de imigrantes brasileiros estão bem constituídas naquele país. Com a proximidade da fronteira com o país de origem essas redes também se intensificam e se ampliam devido à presença dos filhos no Brasil. Dessa forma, o imigrante que não retorna em alguns casos se utiliza dos benefícios sociais brasileiros e aproveita as vantagens existentes no Paraguai.

Nesse sentido, quando refletimos sobre a migração de retorno constata-se que ela não é o fim do processo migratório, que nem sempre ela é o resultado de escolha inconsequentes do migrante, que nem sempre essa decisão seja algo que o migrante queira de fato e que nem sempre esse retorno por mais que seja desejado seja possível, ou de fato concretizado, pois o contexto econômico e social favorável ou não em que o migrante está inserido o leva a tomar a decisão de migrar ou permanecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, com base nos estudos feitos sobre os processos migratórios na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, que o Brasil se torna receptor de migrantes. Já na segunda metade do século XX, o país passa de receptor de imigrantes para emissor de emigrantes. Nesse cenário, o Paraguai, país vizinho, está implementando uma política de ocupação e colonização da região leste, na fronteira com o Brasil, e como resultado de outras parcerias entre os países, amplia a propaganda no país. A oferta de terras, por preços atrativos, carregou elevado número de colonos brasileiros rumo ao Paraguai, na região leste, nas décadas de 70 e 80, estabelecendo-se em departamentos fronteiriços com o Brasil, como Alto Paraná, mais especificamente nos distritos de Santa Rita, Naranjal, Raul Peña e San Alberto por nós visitados e nos distritos de Santa Rosa del Monday e Los Cedrales citados nas histórias de vida.

Partindo de uma área rural do Brasil para outra área rural no leste do Paraguai, foram motivados essencialmente pela busca da propriedade de um lote de terras. Essa demanda moveu inúmeras famílias das colônias velhas do Rio Grande do Sul para as colônias novas, atravessando posteriormente os limites regionais rumo ao oeste de Santa Catarina, oeste do Paraná e, enfim, na década de 1970-80, a fronteira rumo ao Paraguai, onde parcela permanece enquanto outros mantêm-se na migração, seja de retorno ou para outros locais. A emigração, no contexto da modernização da agricultura e revolução verde, na década de 1960-70 no Brasil resolveu em parte o problema fundiário do país, sem precisar realizar uma reforma agrária, atingindo o latifúndio. Logo, assim o governo brasileiro conseguiu administrar a questão agrária ao longo do século XX.

A propaganda das empresas privadas, no caso das colonizadoras, tornou o processo migratório mais intenso e mais organizado. A partir do momento em que se buscou um perfil específico para o estabelecimento dos colonos, potencializaram-se características culturais e étnicas atribuídas a eles, por exemplo, a questão do trabalho familiar, o que era muito bem visto por essas empresas.

A migração de brasileiros ao Paraguai faz parte da política de aproximação entre os dois países, que possibilitou a criação de obras importantes e acordos entre ambos, tornando a “fronteira aberta” aos brasileiros para a compra de terras no país vizinho. Existem duas frentes de migração brasileira que adentraram o Paraguai em busca de terras ou de arrendamentos: uma que parte dos estados do sul do Brasil e outra que parte dos estados do nordeste e passa pelo sudeste e Paraná para depois migrar para o Paraguai. Nesse sentido, as trajetórias migratórias dos sujeitos são múltiplas com algumas semelhanças, mas com muitas diferenças quanto a questões de recursos financeiros.

Nas trajetórias migratórias analisadas, percebe-se, além da decisão pessoal entre partir ou ficar, a atração exercida e facilidades propostas pelo Estado, fomentando políticas de colonização e acesso à propriedade agrária, com fins econômicos, como a ocupação de espaços estratégicos, como as zonas de fronteira e a produção agrícola, vinculada à modernização da agricultura. O projeto migratório fazia parte do cotidiano das famílias analisadas, que diante da possibilidade de obter terras melhores por preços menores, não hesitavam em se despedir dos familiares, amigos, e recomeçar em outro lugar.

A migração impulsionada por motivações econômicas e familiares na grande maioria das vezes acontecia de forma articulada por meio de redes pessoais de contatos, redes familiares, redes sociais constituídas por vizinhos, conhecidos e redes migratórias, que realizavam propaganda, ofereciam oportunidades e tornavam o processo migratório menos custoso. As redes familiares, por sua vez, entre nossos entrevistados possibilitavam a migração de mais indivíduos que se encontravam em antigas terras. E ao mesmo tempo tornaram a inserção dos seus mais fácil, construindo núcleos familiares amplos que souberam enfrentar as dificuldades através do trabalho coletivo.

Percebe-se nas histórias de vida o quanto eram estreitas as redes de auxílio entre os migrantes, formadas frequentemente por conhecidos, familiares, amigos e muitas vezes por migrantes que nem se conheciam, contudo pelo fato de terem feito a mesma migração se tornavam solícitos uns com os outros, o que fazia com que a diáspora fosse menos dolorida e sofrida.

A análise das histórias de vida que narram a trajetória dos imigrantes entrevistados nos possibilitou compreender, através das memórias, os desafios enfrentados pelos migrantes, muitas vezes descritos de formas épicas e emocionantes. Ressaltando o heroísmo de ter enfrentado inúmeras dificuldades encontradas em novas

terras e de ter vencido, o imigrante torna-se um filho pródigo bem-sucedido que não volta para casa.

A formação de colônias de imigrantes de ascendência europeia, tanto no sul do Brasil quanto no Paraguai, possibilitou que esses mantivessem presentes na nova realidade características próprias de suas etnicidades, ressignificando-as no local de destino. E, ao mesmo tempo, gradualmente, esses foram se aculturando e se abrindo aos elementos culturais do outro, tornando-se por fim um eurobrasileiro que, conforme a situação, vai negociando elementos identitários. O mesmo processo também se percebe entre os descendentes de imigrantes brasileiros no Paraguai; em um momento eles se identificam como paraguaios, já em outro como brasileiros. E, dependendo da situação, como brasiguaios.

Para compreender a permanência desses imigrantes brasileiros em território paraguaio, é preciso considerar o local de recepção, ou seja, a hospitalidade. Nesse sentido, é importante destacar os pontos de apoio para a organização das comunidades em novas terras, como no caso as igrejas, associações e cooperativas que aos moldes das antigas colônias possibilitaram a permanência e o desenvolvimento dessas novas colônias que com o tempo foram constituindo importantes cidades.

A memória individual e coletiva para os imigrantes brasileiros, em especial para os sul-brasileiros foi importante para a organização em novas terras, pois buscavam em denominações de localidades e distritos reproduzir nomes que eram próprios do lugar de origem e forma de organização em sociedades próprias do sul.

No caso dos brasileiros no Paraguai, a preservação de elementos tradicionalistas para representar a nacionalidade se manteve ainda mais forte nesses distritos, mostrando que as “tradições inventadas” costuraram uma ideia de pertencimento e identidade diante da alteridade. A manutenção de festas e jantares que lembram as etnias alemã e italiana em território paraguaio denotam uma busca pela preservação de aspectos culturais dos antepassados que ainda hoje são muito fortes, não só na questão política como social e econômica.

A rede cultural criada entre os imigrantes brasileiros tendo a língua portuguesa como seu principal elemento de expressão, nesse espaço fronteiriço, falada pelos imigrantes e pelos seus filhos é a que predomina nesses distritos, tanto através das falas cotidianas e músicas. Essa realidade leva a um processo inverso do que se vivencia em outros países onde o emigrante chega. No Paraguai é o paraguaio nato quem busca

aprender a língua portuguesa, muitas vezes antes que o brasileiro, mostrando, assim, as relações de poder existentes nesse contexto.

A constituição de uma identidade híbrida entre os imigrantes brasileiros e filhos de imigrantes nos possibilita perceber como eles se colocam numa posição de “entre lugar”. Por um lado, reforçando elementos culturais, sociais entre outros da sua identidade e, por outro, se abrindo ao novo e ao que ele tem a oferecer, demonstrando o quanto a identidade é um processo de construção constante que acontece na relação com a alteridade. Os migrantes desterritorializados de suas antigas terras, que por sua vez trazem a sua territorialidade ao se estabelecerem em novas terras, passam de uma forma maior ou menor pelo processo de assimilação da territorialidade onde se fazem presente, criando por sua vez novas territorialidades, um entre lugar.

Nessa nova realidade o imigrante adquire um sentimento de pertencimento do espaço ocupado, mas ainda se mantém interligado a sua identidade regional, nacional e étnica. Assim sendo, o sujeito vive com o sentimento de múltiplos pertencimentos. No caso dos emigrantes entrevistados, a relação com a terra natal não é tão intensa. Entre aqueles que fizeram vários processos migratórios, as visitas mais frequentes ao Brasil acontecem ao último local de residência. Local em que possuem um vínculo maior pela presença de familiares e amigos.

Ser proprietário de terras no Paraguai impôs para o imigrante, além da abertura de terras agricultáveis, a superação de dificuldades quanto à produção e comercialização dos grãos. Nesse sentido, muitos destes souberam se organizar e criar cooperativas que prestam muitos serviços aos seus associados.

Os problemas de sobreposição titular são bastante frequentes no departamento de Alto Paraná. Os mesmos são consequências dos processos históricos em torno da propriedade da terra no Paraguai, que por sua vez estão ligados à corrupção e à má distribuição de terras. Quanto à titulação de terras e à corrupção de algumas autoridades, colocam os imigrantes brasileiros em uma situação de insegurança quanto à permanência no Paraguai.

O agronegócio que cruzou a fronteira vindo do oeste do estado do Paraná transformou esses distritos, sendo responsável pelo desenvolvimento econômico dos mesmos, que se destacam a nível nacional pelo seu poder econômico. Porém, por outro lado, tornou inviável a permanência do pequeno proprietário de terras, problemas com o uso intenso e desenfreado de agrotóxicos e conflitos entre camponeses paraguaios e imigrantes brasileiros.

No campo, percebe-se entre os imigrantes a presença de grupos distintos, que se encontram em classes econômicas variadas. E em muitos casos o próprio imigrante se torna responsável pelo retorno de outro imigrante brasileiro. Uma das grandes causas de retorno é a impossibilidade de permanência dos pequenos agricultores no campo ou falta de trabalho neste.

Entre os nossos entrevistados percebemos que o retorno está ligado a questão da previdência social, acesso à saúde pública, SUS, educação dos filhos, trabalho e está associado a uma busca de maior estabilidade na velhice. Estes agora experimentam o êxodo rural, saindo do campo e migrando para as cidades fronteiriças do estado do Paraná.

O retorno está implícito em todos migrantes, que por vezes se mantém como desejo e, por outras, o mesmo é concretizado. Ao mesmo tempo, quando ele acontece, poderá não ser o fim do processo migratório; a pessoa quando volta realiza outras migrações até encontrar um local que lhe seja favorável ou não.

Nas falas entre os homens que retornaram a ligação e a saudade do Paraguai foi expressa como mais intensidade. Com a maioria das mulheres percebemos que o retorno sim era muito desejado, pois por meio dele tiveram muitas mudanças positivas, adquirindo maior protagonismo em suas vidas e na relação familiar.

O espaço fronteiriço facilita a migração e a reinserção do imigrante nos municípios fronteiriços do Paraná. Entre as famílias surgem redes transfronteiriças que viabilizam a migração de retorno. Essa proximidade com a fronteira também possibilita com que estes mantenham as terras arrendadas no outro país ou que trabalhem também neste e residam no Brasil.

É importante também destacar a influência da migração de retorno nos municípios fronteiriços por nós pesquisados, aqui no caso Foz do Iguaçu, Missal, mas mais especificamente Santa Terezinha de Itaipu que presenciou uma mudança muito intensa e rápida com a volta dos brasileiros, levando a valorização de terrenos na cidade e a problemas de ordem social e econômica.

A permanência no Paraguai está ligada aos vínculos que esses imigrantes estabeleceram com os familiares, conhecidos e grupos de convivência. As oportunidades e possibilidades que o Paraguai oferece para a agricultura, a economia favorável para alguns setores. Além disso, as dificuldades econômicas dependendo de como o imigrante se encontra no país vizinho impedem que este retorne, por mais que deseje.

Portanto, o estudo das trajetórias migratórias descritas pelos imigrantes entrevistados sinaliza o quanto é importante para a história a análise de um pequeno recorte migratório para se compreender a complexidade e dinamicidade que envolvem os processos migratórios ao longo da história da humanidade. Aqui, o estudo das trajetórias mostra as particularidades, as especificidades, as fraturas dentro desses movimentos migratórios.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2005.

_____. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p.157-190.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Traducción de Eduardo Suárez. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ARRIOLA, Arturo Taracena. Propuesta de definición histórica para región. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, nº35, p. 181-204, enero-junio, 2008.

BACK, Andressa. **Multiplicidade na fronteira: o fenômeno das identidades em Santa Rita Paraguai**. 2014. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

BALLER, Leandro. **Fronteira e Fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. Tese (Doutorado em História). 2014. 335f. Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em História, Dourados, 2014.

BÁRBARA, Marcelo Santa. Brasiguaios: território e jogo de identidades. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.333-346.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. São Paulo, Unesp, 1998.

BECKER, Jean Jacques. O handicap do a posteriore. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 27-32.

BENEDUZI, Luís Fernando. **MAL DI PAESE: As reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D’EU (1884 -1925)**. 2004. 324f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil**. 2011. 117f. Tese (Doutorado em Demografia) Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Demografia, Minas Gerais, 2011.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. **REMHU - Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.** Brasília, Ano XXI, n° 41, p. 21-54, jul./dez, 2013.
- CATTA, Luz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- COSTA, Nathalia Soledad Da. **Conflictos por la regulación de la propiedad de la tierra en Paraguay**. Tesis (Doctor en Derecho). Pontificia Univerdad Catolica de Chile, 2017.
- DGEEC, **Censo de Comunidades de los Pueblos Indígenas Resultados Finales**. Asunción, DGEEC, 2012.
- DGEEC, **Pueblos indígenas de Paraguay. Resultados finales del Censo de Población y Viviendas**. Asunción, DGEEC, 2012.
- DREHER, Martin. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, p. 60-61, 1995.
- EBERT, Mônica Grillo. **A história dos brasiguaios** (monografia). Foz do Iguaçu, 2005.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações Internacionais no Plano Multilateral: Reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: Alexandre Gusmão, Brasília, 2015.
- FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais e Migração. Dois aspectos fundamentais do “retorno”. **RBCS** - vol. 25 n° 72, 2010.
- FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **REMHU - Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.** Brasília, Ano XXI, n° 41, p. 99-116, jul/dez. 2013.
- FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica Territorial na(s) Fronteira(s): Um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná Paraguai**. 2009. 216f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

FIORENTIN, Marta Izabel. **A experiência de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)**. 2010. 122f. Dissertação de mestrado. Programa de mestrado da UFPR, Curitiba, 2010.

FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. 2012. 343f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

FUSCO, Wilson. Migração e Redes Sociais: a distribuição de brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência. In: Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **Brasileiros no mundo**. led. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, v.1, p.159 - 180.

_____; SOUCHAUD, Sylvain. De volta para a casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Oct 2008, Caxambu, Brazil. p.19.

GALEANO, Luis A. El caso de Paraguay. In: BAQUERO, Fernando Soto; GÓMES Sérgio. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y Caribe: concentración e extranjerización**. FAO, Roma, 2012.

GNOATTO, Vanucia. **Fronteiras: As trajetórias migratórias dos colonos rio-grandenses no Paraguai (1970 -1980)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade de Passo Fundo, UPF, 2016.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2008.

_____. Fronteiras na fronteira: 'falas atravessadas' entre Brasil e Paraguai. **Revista Geonorte**, v.7, n°1, p.748-766, 2013.

_____; MONDARDO, Marcos Leandro. Brasil migrante: Gentes, lugares e transterritorialidades. **GEOgraphia** (UFF), v.11, p.101 -136, 2009.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. Hegemonía gauchesca. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Patrimônio, memória e poder**. Reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2011, p. 155-188.

_____. **A Fronteira** : governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

_____. Apresentação. In: ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni (Orgs.) **Tendências de Mobilidade Humana nas Três Fronteiras: realidade migratória na Diocese de Foz do Iguaçu.** Porto Alegre: Renascença, 2006.

GREGORY, Valdir. **Eurobrasileiros e o espaço colonial.** Migrações no Oeste do Paraná (1940 -1970). 2ªed. Cascavel: Edunioeste, 2008.

HAESBAERT, Rogério; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças, **GEOgraphia** (UFF), Niterói, v.5, p.45- 65, 2001.

_____; MONDARDO, Marcos Leandro. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgrafia** (UFF), v.12, p.19 -50, 2010.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e trad.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HERRERA, Mirian Cristaldo de; CRISTALDO, Maria Laura López; GABRIEL, Rosinei Kuffel; MAYER, Mirian Graciela Camacho de; ULLÓN, Marlene Elizabeth Martínez de; RAUBER, Tania. **História de la Ciudad de Santa Rita Alto Paraná Paraguay.** Trabajo de Metodología de la Investigación, Carrera de Psicología, Universidad Nacional Del Este, Santa Rita, 2010.

HOSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Tradução de Maria Célia Paoli. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HURTADO, Viales Ronny. Las migraciones internacionales teóricas y algunas perspectivas de análisis desde la história. **Cuadernos Digitales.** Disponível em: < <http://br:historia.fcs.ucr.ac.cr/cuadernos/c1-his.pdf>. > Acesso em 24 jun. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notícias.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2125>. Acesso em 5 abr. 2020.

JUNIOR, Nelson de Lima. **Trajetórias e memórias que tecem histórias: Os brasiguaios na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina (1984-1986).** 2016. 118f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2016.

KLEIN, Herbert S. Migrações internacionais na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris (Orgs). **Fazer a América**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999. p.13-32.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs). **Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração**. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016. p.18 -31.

_____. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maria Inês; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.) **Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.246-261.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde públ.**, São Paulo 8(supl.):49-90, 1974.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Proj. História**, São Paulo, (17), nov. p.63-201, 1998.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. **Estudos Históricos**. – CDHRP, n°2, Agosto. p. 1 - 29, 2009.

MARION, Fabiano André; MORAES, Fernanda Dalosto; VIEIRA, Helder Renato Naimayer; FERRARI, Renata; RHUOFF, Anderson Luís. Expansão da Fronteira Agrícola e Reordenamento Territorial. In: **III Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2005, Presidente Prudente. Território. Presidente Prudente: Unesp, 2005.

MARQUES, Denise Helena França. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”**. 2009. 172f. Tese (Doutorado em Demografia), Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2009.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

_____. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDINA, Édgar. **Colonos evitan desalojo tras medida de fuerza**. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/colonos-evitan-desalojo-medida-fuerza-n1128432.html>. Acesso 22 de novembro de 2019.

_____. **Colonos bloquean acceso de Nueva Asunción para evitar desalojo.** Disponível em: <https://www.ultimahora.com/colonos-bloquean-acceso-nueva-asuncion-evitar-desalojo-n1128421.html>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

_____. **Denuncian inminente despojo de tierras con títulos dobles.** Disponível em: <https://www.ultimahora.com/denuncian-inminente-despojo-tierras-titulos-dobles-n1099601.html>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

MENESES, Ulpino T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Rev. Ins. Est.Bras.**, SP, 34: p.9-24, 1992.

MENEZES, Frederico de Lucena. Migração: Uma perspectiva psicológica, uma leitura pós-moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. In: CUNHA, Maria Jandyrá Cavalcante [et al.]. **Migração e identidade** Olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007, p.105 -131.

MILLER, Maria Leticia. **Um estudo linguístico da comunidade de imigrantes brasileiros em Santa Rosa Del Monday Paraguai.** 1996. 138f. Dissertação (Mestrado em linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os períodos das migrações: Territórios e identidades em Francisco Beltrão, PR.** 2009. 531f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

_____. Por um pedaço de chão. A diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná e a construção do território rede. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, n°66, janeiro – junho, p.101 -114, 2010.

_____. **Territórios Migrantes: transterritorialização identidades em Francisco Beltrão/PR.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012. 348 p.

_____. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-reterritorialização. **Geo UERJ** - ano 11, v.2, n.19, p. 111-137, 1º semestre de 2009.

_____. A in-segurança dos muros: Mal-estar e a construção da identidade do migrante na fronteira. In: MARTINS, Isis do Mar Marques; MONDARDO, Marcos Leandro (Orgs.). **Migrações no mundo da fluidez e dos muros: movimentos, práticas e resistência na América Latina.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.p.18-49.

_____; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.1, n.2, p. 1-128, 2007.

MOTTA, Marcia (Org.). **Dicionário da terra.** 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: O projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande**

do Sul (1887-1932). 2009. 632f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. A iniciativa privada na colonização do noroeste do Rio Grande do Sul: a Colonizadora Meyer. In: SIDEKUM, Antônio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT Isabel Cristina (Orgs.). **Campos múltiplos: identidade, cultura e história**. *Festschrift* em homenagem ao prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia; Oikos, 2008, p.123 -140.

_____. Migração: Mobilidade social e espacial dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional** (2013) Passo Fundo: 2013.

PEDONE, Claudia. **“Tu siempre jalas a los tuyos”:** cadenas y redes migratórias de las familias ecuatorianas hacia España. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona: Barcelona, 2003.

_____. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. **EMPIRIA. Rev. de Metodología de las Ciencias Sociales**, núm. 19, enero-junio, 2010, p. 101-132.

PERREIRA, João Batista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **REVISTA USP**, São Paulo, n.46, p. 6-29, junho/agosto, 2000.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3 -15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, [s.n.],v.5, n°.10, p. 200-212. 1992.

PORTELLI, Alessandro. “El tiempo de mi vida”: Las funciones del tiempo en la historia oral” **Rev.Internacional Journal of Oral History**, vol. 2, núm. 3, noviembre 1981, pp. 162-180. (traducción de Victoria Schussheim).

QUILANTE, Roseli dos Santos Manuel; WELTER, Nelsi Kistemacher. A história da colonização e emancipação política de Santa Terezinha de Itaipu: A participação das Mulheres. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. **Cadernos PDE**, Governo do Estado e Secretaria do Estado do Paraná, 2013.

RAMOS, Silvana Pirillo. **Hospitalidade e migrações internacionais** O bem receber e ser recebido. São Paulo: Aleph, 2003.

RIQUELME, Marcial. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 118–136.

_____; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay**. Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991 y 2008. CDE Centro de Documentación y Estudios, Asunción, 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 93 - 102.

ROMEU, Thiago. Reflexões sobre a subalternização dos migrantes e sua emergência como sujeitos geográficos na contemporaneidade. In: MARTINS, Isis do Mar Marques; MONDARDO, Marcos Leandro (Orgs.). **Migrações no mundo da fluidez e dos muros: movimentos, práticas e resistência na América Latina**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 82-110.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Rev. Brasileira de Estudos Pop.**, Campinas, v. 1, n. 13, p.87-98, mar. 1996.

SALÍM, Celso Amorím. **Migracion, Brasiguayos y Mercosur: Fuerza de trabajo rural en el centro-oeste brasileiro**. Documento de Trabajo/ Base Investigaciones Sociales, Asunción, v.63, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio; MODARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente ano 11, nº.13, jul-dez, p.118-127, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, São Paulo, jan. 2000 (número especial).

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU (Município). Atos do Executivo. **Diário Oficial do Município de Santa Terezinha de Itaipu**, 24 abr. 2014.

SILVA, Danusa de Lourdes Guimarães da. **“Um pé aqui outro lá: Experiências e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR -1990 - 2010)**. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2010.

SILVA, Romerito, Valeriano da; FERNANDES, Duval. Magalhães. Migração Internacional de retorno no Brasil: um novo desafio?. In: **14º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2013, Lima. Anais do 14º EGAL. Lima - Perú: IGU - Comitê Nacional Perú, 2013.

SILVA, Henrique Manoel. **Fronteiras: As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000**. 2007. 290f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, 2007.

SINDITAMARATY. **O conflito agrário no Leste do Paraguai**. Disponível em: <https://www.sinditamaraty.org.br/comunicacao/noticias/49-externo/america-do-sul/2961-o-conflito-agrario-no-leste-do-paraguai>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, Gláucia de Oliveira; DIAS, Carlos Alberto. As múltiplas faces do retorno à terra natal. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 07, p.61-79, 2010.

SZEKUT, Andressa. **Migrantes brasileiros no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná, Paraguai: memórias, representações e territorialização**. 2018. 344f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. 344f. Tese (Doutorado em Demografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA/ ADEPO, 2007.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. 1992, 294f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. **IMAGI-NAÇÕES**. Literatura e identidades migrantes. In: CUNHA, Maria Jandyra Cavalcante [et al.]. **Migração e identidade** Olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007, p.43-73.

TEDESCO, João Carlos. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: Paradoxos da alteridade nas migrações internacionais Brasileiros na Itália**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: Ed. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Chapecó: Argos, 2010.

_____. **Passado e presente em interfaces: introdução análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani, Letra & Vida, 2011.

_____. Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v.54, p. 282, 2018

THIESSE, Anne-marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, [s.l.], v. 9, n. 15, p.7-23, 7 nov. 2008.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 22, n. 44, p.341-364, 2002. FapUNIFESP (SciELO).

_____; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 65-91.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v.20.n.1, 2008, p. 199 - 218.

VANGELISTA, Chiara. **Mobilidade social e espacial como objetos da história**. In: Simpósio de História da Imigração e Colonização. Migrações: Mobilidade social e espacial. 19º Simpósio de História da Imigração e Colonização. Organizador Martin N. Dreher. São Leopoldo: Oikos, 2010.

VANGUARDIA. **Con tractorazo y manifestaciones evitan desalojo en Santa Rita**. Disponível em: <https://www.vanguardia.com.py/2018/01/13/con-tractorazo-y-manifestaciones-evitan-desalojo-en-santa-rita/>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**, ADEPO, GTZ, UNFPA, Asunción, 2006.

VENDRAME, Maíra Ines. “Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”: redes sociais, família e estratégias migratórias. **Rev. MÉTIS: história & cultura** – v. 9, n. 17, p. 69-82, jan./jun. 2010.

_____. Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**– São Leopoldo: Oikos, 2015.

VILADESAU, Tomás Palau. **Es lógico que la sociedad agredida se defienda**. Asunción: v.2 BASE, diaconía, rls, 2013.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memórias entre teuto-brasileiros: os dois lados do oceano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 6, n°14, p. 205-239, 2000.

ZAAR, Miriam Hermi. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. Número dedicado al **III Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidad de Barcelona, n° 94 (88), ago. 2001.

ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni. **Emigrantes brasileiros no Paraguai Presença Scalabriniana** (Orgs). Porto Alegre: Solidus, 2010.

_____. **Realidade migratória na diocese de Foz do Iguaçu**. Tendências da mobilidade humana nas três fronteiras. Porto Alegre: Renascença, 2006.

Entrevistados:

Adelino Bottigel, natural de Candido Godoi, RS, residente em Missal, PR, entrevista concedida em 15/01/2019.

Alcindo de Oliveira, aposentado, natural de Porteirinha, MG, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 20/01/2019.

Amélia Ebert Haupt, aposentada, natural de Estrela Velha, RS, residente em Santa Terezinha de Itaipu, entrevista concedida em 13/01/ 2019.

Antenor Silveira, caminhoneiro, natural de Araranguá, SC, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 19/01/2019.

Carmem Furlan, natural de Vera Cruz, PR, residente em San Alberto, Paraguai, entrevista concedida em 28/07/ 2018.

Cesar Landy Torres, intendente distrital de Santa Rita, Paraguai, entrevista concedida em 27/07/2018.

C. M., agricultor, natural de Missal, PR, residente em Santa Rita, Paraguai, entrevista concedida em 27/07/ 2018.

Dalci Malmann, agricultora, natural de Humaitá, RS, residente em Raul Peña, Paraguai, entrevista concedida em 26/07/2018.

Devair Colombo Velasco, caminhoneiro, Apucarana, PR, residente em Santa Terezinha de Itaipu, entrevista concedida em 15/01/ 2019.

Dirlei Basttaniel, agricultor, natural de Três Passos, RS, residente em San Alberto, Paraguai, entrevista concedida em 28/08/2018.

Eduardo Kowalkut, agricultor, natural de Guarani das Missões, RS, residente em Raul Peña, Paraguai, entrevista concedida em 26/07/2018.

Heitor Cloves Ciupak, vereador e agricultor, natural de Horizontina, RS, residente em Naranjal, Paraguai, entrevista concedida em 27/07/ 2018.

Ilei Terezinha Bottegel, natural de Concórdia, SC, residente em Missal, PR, entrevista concedida em 15/01/2019.

Iloni Frey Ciupak, natural de Venâncio Aires, RS, residente em Naranjal, Paraguai, entrevista concedida em 27/07/ 2018.

I.S., agricultor, natural de Itapiranga, SC, residente em Santa Rita, entrevista concedida em 28/07/2018.

Isabel da Silva, natural de Nova Aurora, PR, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 20/01/2019. Falecida no ano passado.

Ivalino Pressi, natural de Palmitos, SC, residente em San Alberto, Paraguai, entrevista concedida em 29/07/2019.

Ivani Hirsch Bart, dona de casa, natural de Tuparândi, RS, residente em San Alberto, PY, entrevista concedida em 28/07/2018.

Ivete Camargo, natural de Cerro Largo, residente em Santa Terezinha de Itaipu, PR, entrevista concedida em 14/01/2019.

Ivoni Teresinha Werlle, residente em Santa Rita, Paraguai, entrevista concedida em 17/01/2019.

I.F., agricultor, natural de Crissiumal, RS, residente em Naranjal, entrevista concedida em 08/08/2016.

Jacó Weller, ex-vereador de Santa Rita, PY, natural de Cerro Largo, RS, entrevista concedida em Foz do Iguaçu, 17/01/2019.

Josefa P. Kovalski, natural de Guarani das Missões, RS, residente em Raul Penã, entrevista concedida em 26/07/2018.

Lázaro Gonçalves, aposentado, natural de Lavínia, São Paulo, residente em Foz do Iguaçu. Entrevista realizada em 20/01/2019.

L. F., agricultora, natural de São Sebastião do Caí, RS, residente em Naranjal, Paraguai. Entrevista realizada em 08 e 25/08/2016.

Maria Elaine Petter Kolling Morandini, natural de Roque González, RS, residente em Foz do Iguaçu, PR, entrevista concedida em 17/01/2019.

Maria Gessi Soledade dos Santos, cozinheira, residente em Foz do Iguaçu, natural de Francisco Beltrão, PR, entrevista concedida em 19/01/2019.

Maria Petter, natural de Santa Cruz do Sul, RS, residente em Santa Terezinha de Itaipu, entrevista concedida em 13/01/2019.

Marta Alles, natural de Humaitá, RS, residente em Raul Peña, Paraguai, entrevista concedida em 26/07/2018.

Mauricio Alles, natural de Humaitá, RS, residente em Raul Peña, Paraguai, entrevista concedida em 26/07/2018.

Nadir José Sirtoli, natural de Aratiba, RS, residente em San Alberto, Paraguai, entrevista concedida em 28/07/2018.

Nair Chittó Garbin, natural de Erval Grande, RS, residente em Santa Terezinha de Itaipu, PR, entrevista concedida em 15/01/2019.

Neison Scholl Bamberg, agricultor, natural e residente em Santa Rita, PY, filho de sul brasileiros. Entrevista recebida em 14/09/2016.

Neiva Fridrichs, comerciante, natural de Tunápolis, SC, residente em Santa Rita, entrevista concedida em 26/07/2018.

Nelci Barcelos, cuidadora de idosos, natural de Saltinho, RS, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 16/01/2019.

Nereide Biasotto, natural de Tapejara, RS, residente em San Alberto, Paraguai, entrevista concedida em 29/07/ 2019.

Noeli Maria Pasuch Rambo, cozinheira e dona de buffe, natural de Humaitá RS, residente em Santa Rita. Entrevista recebida em 07/09/2016.

Odete Cassol Silveira, professora, natural de Três de Maio, RS, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 19/01/ 2019.

Paulo de Oliveira, natural de Porteirinha, MG, residente em Foz do Iguaçu, 20/01/2019.

Pedro Darci Scholl, agricultor, natural de São Sebastião do Caí, RS, residente em Santa Rita, entrevista concedida em 27/07/2018.

Plínio Seger, professor e agricultor, natural de Selbach, RS, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 14/01/2019.

Renato Malmann, natural de Humaitá, RS, residente em Raul Peña, Paraguai, entrevista concedida em 26/07/2018.

Silvina Rauber, professora, natural de Santa Catarina, residente em Santa Terezinha de Itaipu, entrevista concedida em 15/01/ 2019.

Terezinha Mezzalira, Irmã MSCS, funcionária pública da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, entrevista recebida em 08/04/2019.

Terezinha Brand Böger, natural de Gran Pará, SC, residente em Santa Rita, Paraguai, entrevista concedida em 27/07/2018.

Valdemar Kovalski, natural de Guarani das Missões, RS, residente em Raul Penã, entrevista concedida em 26/07/2018.

Vicente Fridrichs, comerciante, natural de São Paulo das Missões, RS, residente em Santa Rita, entrevista concedida em 26/07/2018.

Vilmar Bartz, natural de Tenente Portela, RS, residente em San Alberto, entrevista concedida em 28/07/ 2018.